

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

ANDRÉ FREITAS MIRANDA

**A CARTA DO LEITOR COMO REFLEXO E REFRAÇÃO DO
POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO JORNAL**

**VITÓRIA - ES
2017
ANDRÉ FREITAS MIRANDA**

A CARTA DO LEITOR COMO REFLEXO E REFRAÇÃO DO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO JORNAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos – Mestrado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística. Linha de Pesquisa: Estudos de Texto e Discurso.
Orientador: Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon.

**VITÓRIA - ES
2017**

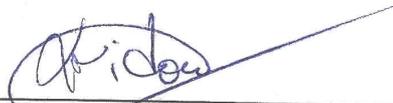
André Freitas Miranda

"A carta do leitor como reflexo e refração do posicionamento ideológico do jornal"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 30 de junho de 2017.

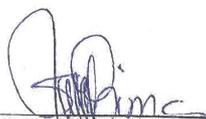
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon
Orientador e Presidente da Comissão - UFES



Prof. Dr. Luís Fernando Bulhões Figueira
Examinador interno - UFES



Profa. Dra. Sandra Mara Moraes Lima
Examinadora externa - UNIFESP

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M672c Miranda, André Freitas, 1991-
A carta do leitor como reflexo e refração do posicionamento ideológico do jornal / André Freitas Miranda. – 2017.
221 f. : il.

Orientador: Luciano Novaes Vidon.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovitch), 1895-1975. 2. Análise do discurso. 3. Cartas de leitores. 4. Jornais - Seções, colunas, etc. 5. Retórica. 6. Dialogismo. I. Vidon, Luciano Novaes. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

“A Deus, que me sustentou durante todo o caminho, a minha mãe Celiandria, que me deu a vida, e a meu grande amigo Leandro Mattos, que me incentivou e me deu suporte em todos os momentos”.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de perceber que somos sujeitos dialógicos, que se constituem – e crescem – a cada contato, a cada troca. Nesse sentido, é mister recordar algumas das muitas vozes que ecoam em nosso discurso, em nosso crescimento.

Ao professor Luciano Novaes Vidon, por ter aceitado ser meu orientador, por sua paciência, zelo e disponibilidade dedicados, pela confiança depositada em mim e na pesquisa e por ter guiado meus estudos na teoria bakhtiniana do discurso.

Ao GEBAKH, que, com seus encontros dialógicos, me fez – e faz – crescer ética, social e conscientemente enquanto sujeito, cidadão e professor. Em especial aos participantes Prof. Dr. Vanildo Stieg, sempre muito solícito e atencioso, minha amiga Vivian Riolo, que me ajudou nos estudos e, desde meu ingresso no grupo, mostrou-se aberta a me auxiliar em quaisquer dificuldades.

À Prof^a. Dr^a. Sandra Mara Moraes Lima e ao Prof. Dr. Mário Acrísio Alves pelas valiosas contribuições em meu exame de qualificação. Aos professores do PPGEL/UFES, em especial ao professor Jarbas Vargas Nascimento, ao qual dedico bastante carinho e respeito.

À minha família, em especial minha mãe e meu irmão, que precisaram ser bastante pacientes comigo, principalmente nos dias em que os estudos me deixavam um pouco mais estressado.

Aos meus avós Celeste e Pedro Marcelino, que me deram educação, amor, incentivo e colo.

Aos meus amigos que me apoiaram nos estudos e, igualmente, me proporcionaram momentos de descontração e tranquilidade, tão importantes nessa trajetória. Em especial, Leandro Mattos, Jaderson Lemos Alves e Lenita Muller e sua família, que muito me incentivaram quando eu parecia cansado demais para estudar.

Aos colegas que fiz na UFES e que levo para a vida. Com carinho maior à minha gentil amiga Aline Maioli, sem a qual tudo seria muito mais difícil.

E a todos aqueles que, de alguma forma, se fazem ouvir na voz que eu assumo neste estudo.

“A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”.

Bakhtin/Volochínov

RESUMO

A carta do leitor é construída no cruzamento de diferentes vozes e, por assim ser, seu processo de construção é por demais complexo. A transmissão do discurso de outrem é uma das principais características desse gênero argumentativo e pode se dar de diversas maneiras, resultando em diferentes efeitos de sentido, conforme orientam Bakhtin/Volochínov (2009), não sendo apenas um tema de um enunciado, mas constituinte e constitutivo dele. Não obstante, percebemos que os jornais podem usar o espaço destinado à carta do leitor como estratégia retórico-discursiva para manter ou promover a adesão dos leitores a discursos do próprio jornal. Com efeito, essa pretensão não poderia se dar apenas pela veiculação de cartas do leitor, mas através, também, da relação que esse gênero do argumentar pode estabelecer com diferentes gêneros do jornal e da mídia, particularmente, a jornalística. Baseados em procedimentos dialógicos de análise, a partir de pressupostos teórico-metodológicos propostos por Bakhtin e seu Círculo, cujo princípio teórico fundante concebe que toda interação sócio-verbal resulta em enunciados que respondem a enunciados anteriores e suscitam enunciados novos, observaremos: como a carta do leitor pode se apresentar como reflexo e refração do posicionamento ideológico-discursivo do jornal, analisando o processo dialógico de construção desse gênero do argumentar; suas diferentes formas de transmissão do discurso de outrem; como esse processo resulta num autor-criador engendrado dialogicamente; e quais os contornos da carta do leitor enquanto enunciado concreto. Por se tratar de um gênero argumentativo, foi necessário encontrar pontos de diálogos entre a teoria bakhtiniana, a Semiologia de Patrick Charaudeau e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. O *corpus* desta pesquisa é constituído por 42 cartas do leitor dos jornais “A Tribuna” e “A Gazeta”; sendo 22 cartas publicadas pelo jornal “A Gazeta” entre 02 de março e 05 de abril de 2015 e 20 cartas publicadas pelo jornal “A Tribuna” entre 02 de março e 10 de maio de 2015.

Palavras-chaves: Cartas do leitor. Argumentação e Discurso. Dialogismo. Autoria. Esfera jornalística de comunicação sociodiscursiva.

ABSTRACT

The reader's letter is built at the interlacement of different speech, and so being, its construction process is too complex. The transmission of the other is one of the main characteristics of this genre argumentative and can happen in many ways, resulting in different effects of meaning, according to Bakhtin / Volochínov (2009) be not only a theme of a statement, but constituent and constitutive of it. No however, we realize that newspapers can use of the reader as a rhetorical-discursive strategy to maintain or promote adherence from readers to speeches of the newspaper itself. In fact, this claim could not only be based on the reader's letters, but also on the relation that this genre of argument can establish with different genres of the newspaper and the media, particularly the journalistic. Based on theoretical and methodological assumptions proposed by Bakhtin and his Circle, whose theoretical founding principle conceives that all socio-verbal interaction results in statements that respond to previous statements and elicit new speech, we will observe: how the reader's letter can present yourself as a reflection and refraction of the newspaper's ideological-discursive position, analyzing the dialogical process of construction of this genre of argument; your different ways of transmission of the discourse of others; how this process results in an author-creator engendered dialogically; and what are the characteristics of the reader's letter as a concrete statement. Because it is a genre argumentative, it was necessary find similar aspects between the bakhtiniana theory, Patrick Charaudeau's Semiolinguistics and the New Rhetoric of Perelman and Olbrechts-Tyteca. The *corpus* of this research consists of 41 Letters from the newspaper reader "A Tribuna" and "A Gazeta"; being 22 letters published by the newspaper "A Gazeta" between March 2 and April 5, 2015 and 19 letters published by the newspaper "A Tribuna" between March 2 and May 10 2015.

Keywords: Reader's Letters. Argumentation and speech. Dialogism. Authorship. Journalistic sphere of socio-discursive communication.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A FILOSOFIA BAKHTINIANA DA LINGUAGEM, O SIGNO IDEOLÓGICO E UMA TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO	18
1.1. O SIGNO E A PALAVRA.....	23
1.2. PARA UMA COMPREENSÃO DIALÓGICA DOS DISCURSOS.....	31
2. ARGUMENTAÇÃO: DA RETÓRICA AO DISCURSO	37
2.1. OS CAMINHOS DOS ESTUDOS RETÓRICOS AOS ESTUDOS DO DISCURSO.....	37
2.2. AS PRINCIPAIS DISCUSSÕES DA NOVA RETÓRICA EM SEUS ASPECTOS DISCURSIVO-DIALÓGICOS.....	43
2.3. O MODO ARGUMENTATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	50
2.4. ORADOR/LOCUTOR E AUDITÓRIO/INTERLOCUTOR: SUJEITOS RETÓRICOS E DISCURSIVOS.....	56
3. GÊNEROS DO DISCURSO ARGUMENTATIVO, A ESFERA JORNALÍSTICA E AS CARTAS DO LEITOR	64
3.1. O ENUNCIADO CONCRETO: A REAL UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DISCURSIVA.....	67
3.2. A ESFERA JORNALÍSTICA E OS GÊNEROS ARGUMENTATIVOS.....	76
3.2.1. A argumentação no espaço jornalístico	79
3.2.2. As relações dialógicas entre os diferentes gêneros do jornal	81
3.3. A CARTA DO LEITOR: POSIÇÕES IDEOLÓGICAS REFLETIDAS E REFRATADAS.....	83
3.3.1. O autor de cartas do leitor: uma instância discursiva construída pela alteridade	87
4. DIALOGANDO COM AS CARTAS DE “A GAZETA” E “A TRIBUNA”: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	97

4.1. UM BREVE HISTÓRICO DE “A GAZETA” E “ TRIBUNA”	99
4.2. ANÁLISE DIALÓGICA DA CARTA DO LEITOR ENQUANTO ENUNCIADO CONCRETO	100
4.2.1. Cartas do leitor de “A Gazeta”	101
4.2.2. Cartas do leitor de “A Tribuna”	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
ANEXOS	204
ANEXO A – NOTÍCIA SOBRE SAÍDA DE LÉO MOURA DO FLAMENGO	205
ANEXO B – CAPA DE “A GAZETA” EM 03/03/2015	206
ANEXO C – Artigos de Mervel Pereira e Antônio J. Abkair em 03/03/2015	207
ANEXO D – CAPA DE “A GAZETA” EM 01/04/2015	208
ANEXO E – REPORTAGEM DE “A GAZETA” SOBRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	209
ANEXO F – CAPA E PRIMEIRA PÁGINA DA REPORTAGEM ESPECIAL DE “A GAZETA” EM 16/03/2015	210
ANEXO G – COLUNA DE VICTOR HUGO, OPINIÃO DE “A GAZETA” E O “DESABAFO” DO LEITOR JOTA NETO EM 16/03/2015	211
ANEXO H – OPINIÃO DE “A GAZETA” E COLUNA “OUTRO OLHAR” EM 21/03/2015	213
ANEXO I – COLUNAS “PRAÇA OITO” E “MÍRIAM LEITÃO” EM “A GAZETA” DE 22/03/2015	214
ANEXO J – OPINIÃO DE “A GAZETA” E COLUNA “PRAÇA OITO” EM 28/03/2015	215
ANEXO K – COLUNAS DE MERVAL PEREIRA E MÍRIAM LEITÃO EM “A GAZETA” DE 28/03/2015	216
ANEXO L – OPINIÃO DE “A GAZETA” EM 29/03/2015 E COLUNA DE RICARDO NOBLAT EM 30/03/2015	217

ANEXO M – COLUNA DE Merval Pereira em “A Gazeta” de 01/04/2015 e Coluna de Míriam Leitão em 02/03/2015.....	218
ANEXO N – Artigo de Igor Gielow “A Tribuna” 18/04/2015.....	219
ANEXO O – Reportagem sobre Fundo Partidário e Artigo de Samuel Pessoa em “A Tribuna” de 19/04/2015	220

INTRODUÇÃO

Os jornais, desde o seu surgimento, apresentam e representam grande importância para as sociedades e, por isso, sempre despertaram – e despertam – bastante interesse para diferentes áreas de estudos, como, por exemplo, os estudos da linguagem. Afinal, como afirma Patrick Charaudeau (2013, p. 33), em “Discurso das Mídias”, “se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação”. Com isso, estamos considerando, para início de nossa discussão, o caráter informativo das mídias, em geral, e dos jornais, em particular. Para nós, aliás, qualquer fenômeno humano e social depende – não única, mas imprescindivelmente – da linguagem.

Mas os propósitos dos veículos midiáticos, como os jornais, ultrapassaram – e ultrapassam – sua aparente inicial funcionalidade, a informativa, e foram ganhando novos contornos, que continuam a se transformar. As mídias refletem e refratam as sociedades e são, ao mesmo tempo refletidas e refratadas por elas, atuando em diferentes espaços, construindo novas significações, instaurando novos discursos, novas (outras) ideologias. O caráter informativo das mídias não é mais, pois, sua principal representação; nem por elas mesmas nem pelas sociedades. Quais são, então, as finalidades dos discursos midiáticos? Não pretendemos responder a esta questão diretamente, mas nos propomos a refletir sobre como a esfera jornalística, e seus mais variados gêneros, e outras esferas de atividade ideológica, também com seus mais variados gêneros, contribuem na construção do gênero argumentativo *carta do leitor* e como esse gênero, a partir desse engendramento, reflete e refrata a realidade e, mais do que isso, como reflete e refrata as posições do jornal no qual é veiculado.

A construção da realidade se dá na e pela linguagem e cada gênero do discurso, como a *carta do leitor*, a constrói a partir de um contexto histórico-social particular, mas sempre em relação a um contexto maior, a outros discursos, outros lugares de enunciação, outros gêneros. Assim, como a carta do leitor, que é *construída*, a princípio, na esfera jornalística, cria uma imagem de/da realidade? O jornal influencia nessa *construção*, sendo que este é, igualmente, *construtor* de “uma” outra realidade? E essas construções, da carta e do jornal, coincidem? Faz-se

necessário, a nosso ver, uma reflexão filosófica sobre a linguagem, para pensar essas e outras problemáticas que estão envoltas à construção do gênero argumentativo *carta do leitor*.

As reflexões que Mikhail Bakhtin e seu Círculo trazem sobre a Filosofia da Linguagem já impulsionaram diversos trabalhos nas áreas da Filosofia, Sociologia, Antropologia, e, claro, nos Estudos da Linguagem, seja na literatura, seja na linguística. E é na busca por uma teoria que procura compreender a natureza social do signo que os estudos bakhtinianos servem, igualmente, de aporte teórico para esta pesquisa em diálogo com a semiolinguística de Charaudeau (2008; 2009; 2013) e os estudos da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Obviamente, os discursos que serão articulados – e que naturalmente refletem e refratam discursos outros – no intuito de responder a algumas questões que envolvem ideologia e domínio ideológico, gêneros do discurso, não esgotam os estudos relativos a esses temas; o que se busca, em primeiro lugar, é *refletir sobre o lugar ideológico do gênero do discurso carta do leitor*: como esse gênero pode refletir posições axiológicas da sociedade e, num processo de alteridade, como refrata essa mesma sociedade.

Logo de início, percebemos que observar o caráter ideológico da linguagem pela própria linguagem requer bastante cuidado em cada construção de enunciado, cada seleção e análise dos dados, na leitura do aporte teórico e, principalmente, na associação de uma teoria a uma vivência (FARACO, 2009). É necessária uma reflexão atenta sobre o que se busca estudar; em como olhar para a linguagem em sua eventicidade, isto é, em sua realização concreta em gêneros do discurso, na construção do discurso em determinada esfera de comunicação, refletindo e refratando posições ideológicas distintas.

A base de nossa pesquisa é a principal questão do Círculo de Bakhtin¹: o caráter dialógico-discursivo da linguagem; o qual permite observar que toda interação sociodiscursiva resulta em enunciados que respondem a enunciados anteriores e, por conseguinte, suscitam enunciados novos. Bakhtin/Volochínov (2009) expõem a necessidade de uma abordagem marxista da linguagem, mas não apenas da

¹ Participavam do Círculo, além do próprio Mikhail Bakhtin: Matvei Issaévitch Kagan, Valentin Nikolaévitch Voloshinov, Pável Nikolaévitch Medvedev, entre outros.

linguagem; para Marina Yaguello, na introdução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009), isso valeria, praticamente, para todos os domínios das ciências humanas, como a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica literária, e coloca de passagem os fundamentos da semiologia moderna.

A problematização em torno de um possível “controle discursivo” presente em gêneros do jornal (e da mídia como um todo) envolve trabalhar com a ideia de que nenhum veículo de comunicação é, ao contrário do que se assume, isento (CHARAUDEAU, 2013). Com isso, os jornais – e as mídias como um todo – devem ser entendidos para além de uma prestação de serviço à sociedade, mas, principalmente, como importantes meios de formação social, principalmente política e econômica; isto é, como meios de ideologização, que devem ser lidos com cautela e ressalvas, pois elas (as mídias) são também movidas/orientadas por uma finalidade comercial e, por conseguinte, por restrições ideológicas; nesse sentido, não se propõem apenas a comunicar, mas a (in)formar, construindo, reconstruindo, refletindo e refratando discursos.

Parece circundar o espaço da carta do leitor uma falsa ideia de polifonia, e, conseqüentemente, de democracia, na qual poderiam existir, com igual poder, diferentes vozes sociais, diferentes sujeitos, diferentes posições axiológicas que, mais que refletir os mesmos discursos e pontos de vista, refletem e refratam posicionamentos próprios da sociedade, que é diversa. Na verdade, a partir do momento em que sabemos que as cartas são selecionadas e editadas, percebemos que há um controle discursivo e que o suposto espaço polifônico e democrático talvez não passe de ilusão.

Mergulhemos nas próximas páginas em questões sobre a filosofia da linguagem: a construção do sujeito de si e do outro através da linguagem, o caráter argumentativo da língua e as relações necessárias que devem ser observadas no estudo do enunciado enquanto evento da vida. É uma tentativa de encontro de uma teoria da vida articulada a uma teoria da ciência, como almejam os pressupostos teórico-metodológicos da filosofia bakhtiniana.

No capítulo primeiro, discutiremos, principalmente, questões que envolvem a construção do signo ideológico e a filosofia dialógica na linguagem. Mais

precisamente, seguindo a teoria de Bakhtin/Volochínov (2009), destacamos que as transformações sociais são refletidas pela linguagem e por ela são ressignificadas, que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, e que mudanças na língua refletem e refratam mudanças sociais. Este mesmo capítulo procura, a partir do pensamento de Bakhtin/Volochínov (2009), discutir profundamente a relação entre o signo e a palavra; quando esta se torna signo, como pode servir a diferentes ideologias, sua *ubiquidade social*, isto é, a capacidade que a palavra tem de servir a diferentes ideologias. Enfatizamos que o signo é uma construção ideológico-discursiva e que o objeto de estudo das ideologias é a palavra e, assim, chegamos à postulação de que o sujeito constrói a linguagem e é, ao mesmo tempo, construído por ela. Esse processo de construção da linguagem, do sujeito, dos discursos, exemplifica, dado o caráter dialógico desses processos, nossa busca por uma compreensão dialógica dos discursos, pois o dialogismo funda a obra de Bakhtin e, por isso, é um dos pontos principais de nosso estudo.

Ousamos no capítulo segundo defender que há, entre os estudos do discurso e a Retórica íntima ligação. No capítulo “Argumentação: da retórica ao discurso”, apoiamos nossa fala nas considerações de Fiorin (2014) e, sem dúvidas, no pensamento dialógico de Bakhtin, que assinala que toda ação verbal é intencional, é discursiva, é social, serve a uma dada ideologia, grupo social. Nas discussões do capítulo dois, procuramos, então, destacar que o pensamento bakhtiniano tem por princípio filosófico o dialogismo, que o sujeito é construído pelo diálogo, que o processo argumentativo é um processo retórico e discursivo, é um modo de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008), que o processo de construção dos argumentos se dá no discurso e envolve uma tese a ser defendida pelo orador/locutor para seu auditório/interlocutor. Nesse sentido, nos embasamos nos pensamentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e observamos o caráter discursivo da [Nova] Retórica.

O capítulo terceiro traz, refletindo as posições construídas nos dois capítulos que o antecedem, discussões em torno dos gêneros do discurso argumentativo e do enunciado concreto, para, no processo dialógico, observar a construção do gênero argumentativo carta do leitor na esfera jornalística, observar como se dá os contornos desse gênero do discurso enquanto enunciado concreto: a esfera de comunicação jornalística, as relações entre a carta do leitor e outros gêneros do

jornal, a argumentação no espaço jornalístico, as diferentes vozes que compõem da carta do leitor – inclusive a do jornal –, as posições ideológicas refletidas e refratadas na e pela carta, o processo de autoria desse gênero do argumentar, como o modo de organização do discurso argumentativo se perfaz, isto é, como o orador, enquanto sujeito discursivo, constrói sua argumentação para convencer e persuadir seu auditório, também sujeito de discurso, que age responsivo-ativamente sobre o orador.

A metodologia de análise, capítulo terceiro, tem como base a teoria dialógica de Bakhtin, que observa a língua(gem) em sua realização, ou seja, como acontecimento. Assim, nossas considerações acerca da carta do leitor seguem os procedimentos de observação da linguagem em seu caráter histórico, discursivo, ideológico, sua realização verbo-discursiva; isto é, a linguagem enquanto meio pelo qual o sujeito age e se constrói discursivamente. Esse caráter histórico da linguagem exige que percorramos, para entender o processo de construção da carta do leitor enquanto enunciado concreto, os caminhos que levaram à sua efetivação, ou seja, o contexto histórico e imediato de realização da carta e suas relações dialógico-discursivas construídas dentro e fora do espaço a ela reservado, mostrados no capítulo seguinte.

Discutidas as questões teóricas de Bakhtin, Charaudeau e Perelman, o capítulo quarto traz as análises das cartas do leitor dos jornais “A Gazeta” e “A Tribuna”. Trata-se, então, de uma análise dialógica da construção/efetivação da carta do leitor: com um breve histórico sobre os jornais nos quais as cartas são veiculadas, as relações dialógicas desse gênero com outros gêneros do jornal, como a carta reflete e refrata as posições do jornal. Nesse sentido, enxergamos na teoria dialógica de Bakhtin, na semiolinguística de Charaudeau e nos estudos da Nova Retórica de Perelman importantes contribuições para as questões que inquietam nossos estudos sobre os gêneros do jornal, especificamente a carta do leitor. Começamos, primeiro, por refletir sobre a questão da filosofia da linguagem trazida por Bakhtin/Volochínov (2009), e que, em alguns aspectos, abre diálogo com outros estudos.

1. A FILOSOFIA BAKHTINIANA DA LINGUAGEM, O SIGNO IDEOLÓGICO E UMA TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO

Entender o porquê do título “Marxismo e filosofia da linguagem” (doravante MFL), de Bakhtin/Volochínov (2009 [publicado originalmente em 1929]), requer observar que os autores concebem que as bases de uma teoria marxista de criação ideológica estão estritamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem. As transformações da língua, do signo, por exemplo, obedecem a leis internas, mas é regida, principalmente, por leis externas, de natureza social.

É a partir dessa reflexão que Bakhtin/Volochínov (2009) nos levam a pensar que observar a natureza de um produto ideológico é entendê-lo enquanto signo, posto que “tudo que é ideológico é um signo”, isto é, possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo: “Sem signos não existe ideologia”. Outrossim, “[...] um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 31).

A língua é lugar de interação social e, enquanto tal, reflete e refrata questões de ordem ideológica, que estão relacionadas a problemáticas da infraestrutura e da superestrutura político-econômico-sociais. Na introdução de MFL, Marina Yaguello traduz bem a importância que Bakhtin dá à palavra nas relações entre infraestrutura e superestrutura, pois a palavra, conforme Yaguello, é a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios. Yaguello afirma que tanto para Bakhtin, quanto para Saussure, a língua é um fato social, cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. Mas, diferente do linguista de Genebra, Bakhtin valoriza a fala (a parole), a enunciação, e afirma a natureza *social*, não individual da língua; a fala está indissolivelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais.

A questão da filosofia da linguagem, nessa relação de lutas de classes, enredadas, por sua vez, em superestruturas e infraestruturas sociais, coloca-se como de suma

importância para os estudos de uma ciência da ideologia, pois os conflitos da linguagem refletem os conflitos dessas lutas sociais e históricas dentro de um mesmo sistema infra e superestrutural político e econômico. Sempre há relações de poder numa sociedade, e a busca pela manutenção ou apropriação desse poder pela classe dominante se dá por meio da língua e da linguagem; e a classe dominada, bem como a classe dominante, significa a palavra, o signo, a partir de suas próprias vivências. Nesse raciocínio, acompanhando a argumentação de MFL, podemos começar a pensar na neutralidade da palavra e na capacidade viva e mutável do signo; na sua capacidade de transformação enquanto signo ideológico, ainda que essa transformação se dê de maneira quase imperceptível.

Tais transformações, em conformidade com Bakhtin/Volochínov (2009), estão sempre refletidas na palavra, no signo; o próprio sujeito se reflete no signo. As diferenças de posicionamentos podem ser de diferentes naturezas, e ficam bem claras quando cada classe possui índices de valor diferentes ao conteúdo do signo; há sempre um jogo de valores. Mas os autores de MFL se interessam pelos conflitos no interior de um mesmo sistema, como afirma Yaguello. Bakhtin e seu Círculo², como veremos a partir deste capítulo, querem estudar as etapas de constituição do signo, estudar como a palavra acumula e reflete as mínimas transformações que a sociedade passa. E, ainda, como cada esfera da realidade significa essa palavra de modo diferente, evidenciando sua neutralidade e a singularidade de cada ser, que se reflete no signo, na palavra significada.

Assim acontece com a esfera jornalística e demais esferas da sociedade: cada uma significa a palavra a partir de seus propósitos, seus interesses, seus valores; mas há, sempre, uma transformação, ainda que mínima. Essas esferas, quando entram em contato umas com as outras, se transformam, acumulam novos discursos, novos significados, atualizando-os, resignificando-os. Por exemplo, em “O vermelho já não cabe mais na vergonha³”, título de um artigo de Abkair, articulista do jornal “A Gazeta”, qual o valor semiótico ou discursivo da palavra “vermelho” e quais relações desse signo com outros presentes em outros gêneros veiculados no jornal, como a

² Quando for utilizado apenas o termo Bakhtin, referimo-nos aos estudos do Círculo de Bakhtin. Obras específicas do autor virão com o ano da edição utilizada.

³ Publicado em “A Gazeta” em 03 de março de 2015.

carta do leitor? É preciso compreender dialogicamente os contextos imediato e histórico para se perceber tal relação.

Está claro que o pensamento do Círculo de Bakhtin funda-se na afirmação de que todo signo é ideológico. Eis porque é de tanta importância o estudo da filosofia da linguagem numa perspectiva dialética e dialógica da língua, isto é, numa perspectiva do materialismo histórico-dialético e, portanto, discursiva; desde MFL, no início do séc. XX, os estudos sobre a linguagem e o discurso já mostravam que as relações sociais são refletidas e refratas pela/na/através da linguagem⁴. É por este caminho que procuramos estudar diferentes relações sociais/ideológicas construídas entre o jornal e a sociedade, refletidas e refratadas nos gêneros do discurso presentes no jornal, especificamente na carta do leitor.

Sendo todo signo ideológico e a ideologia um reflexo das estruturas sociais, toda modificação de ideologia, como comenta Yaguello na introdução de MFL, encadeia uma modificação na língua. A língua não é um sistema abstrato, inabalável e controlado; mas, ao contrário, a língua possui uma dinâmica positivamente conativa; veremos esse aspecto dinâmico da língua, por exemplo, na carta “Nota”, publicada pelo jornal “A Tribuna” no dia 25 de abril de 2015, que mostra que a variação está, inclusive, em gêneros do discurso da modalidade escrita da língua e que isso pode marcar contornos do gênero e até a individualidade/subjetividade do sujeito. A carta em questão apresenta uma narrativa própria da oralidade, com a transcrição/réplica dessa modalidade da língua inclusive no que tange a variação: “[...] Daí a pouco: “Ai, vovô Juca, ela me machucou primeiro!” “Vó, po que as menina estão cholando” “Porque a Melina mordeu a Isadora e a Isadora bateu na Melina.” “Ih... Elas são nota zelo.””⁵. Como veremos no capítulo 4, a variação é inerente à língua e reflete variações sociais e, embora possua regras de uso, a língua não pode ser entendida como sistema fixo e fechado, porque ela é, fundamentalmente, interação. E ainda

Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos

⁴ Sobre as relações entre os estudos de Bakhtin como precursores da Análise do Discurso, discutiremos no decorrer deste capítulo e, principalmente, no capítulo 2.

⁵ A análise e a carta completa estão na seção 4.2.2, item “a”.

os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.
(BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 33, grifo do autor).

Nesse sentido, cada campo reflete, e refrata, determinada(s) ideologia(s). É na palavra significada, ou seja, no signo, que se percebem esses processos de refração e reflexão. Com efeito, embora um corpo físico por si próprio não signifique nada ideologicamente, em determinada situação/cultura pode ser percebido como símbolo, convertendo-se, assim, em signo, e, desta forma, sem deixar de fazer parte de uma realidade que lhe é própria, esse corpo físico passa a refletir e refratar, em certa medida, uma outra realidade, que lhe é exterior. Um instrumento, igualmente a um objeto, pode ganhar significado exterior à sua função física. Bakhtin/Volochínov (2009) exemplificam isso fazendo alusão à foice e ao martelo, símbolos da União Soviética; mas podemos pensar também no crucifixo, que pode ganhar diferentes significados, de acordo com o contexto em que for associado; os objetos físicos são produtos de consumo e precisam estar inscritos em uma ordem simbólica, na materialidade verbal, perdendo seu significado imediato e ultrapassando essa materialidade (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009).

Nesse pensamento, poderíamos ver o jornal como objeto significado (idealizado/simbolizado) e/ou como um veículo significador, que legitima o dizer, uma possível verdade. Assim, em que sentido poderíamos pensar que a carta do leitor é um objeto de significação? Isto é, a carta do leitor é entendida da mesma forma pelo jornal e sociedade ou de formas distintas? E, nesse sentido, ela reflete e refrata significações, discursos, ideologias diversas ou é, tão somente, um meio de correspondência entre leitor e jornal? Ou os dois?

Todo instrumento de produção pode ser convertido em signo ideológico, mas ele próprio não é um signo. O que ocorre, quando um instrumento de produção (ou qualquer corpo físico) converte-se em signo é quase uma fusão entre o instrumento e o signo. Contudo, ainda é possível discernir uma linha demarcatória conceitual, na qual é possível constatar que o instrumento, enquanto tal, não se torna o signo, e o signo, da mesma forma, não se torna o instrumento (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009). O signo não é o instrumento e vice-versa. Com isso, Bakhtin/Volochínov (2009, p. 32) afirmam que “qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico”, e para que entendamos como os signos e os

objetos do mundo se relacionam, o filósofo diz que, “portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, o *universo de signos*” (Ibid., 2009, p. 32, grifo do autor). Como se vê, as respostas para as questões postas no parágrafo anterior são bastante complexas e dinâmicas e, por isso, exigem mais reflexão.

A significação dos objetos do e para o mundo se dá pela linguagem e, portanto, pela interação social-verbal. Isso significa pensar, conforme explica a professora Ana Zandwais (2014), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que observar a língua em termos de sua mediação é considerar, seguindo os pressupostos de Bakhtin/Volochínov (2009), que a linguagem não é independente da realidade material, mas, como meio de interação, ultrapassa os fins materiais aos quais serve.

Tudo se torna signo dentro de um ato social de linguagem, um ato discursivo. Tais afirmações são para demarcar a noção de que o ato de linguagem, que é a manifestação da linguagem humana, não pode ser concebido, com base no pensamento de Bakhtin, como um momento de significado preciso e acabado em si mesmo, pois é construído dentro de um momento específico, mas relacionado a momentos outros. Um ato de linguagem sempre está em relação a outro(s) ato(s) de linguagem; locutor e interlocutor estão num constante processo de troca de papéis (BAKHTIN, 2014; CHARAUDEAU 2008); é essa comunhão de papéis entre os protagonistas de linguagem que engendra a ‘encenação’ sociodiscursiva. (BAKHTIN, 2011; CHARAUDEAU 2008) e é nesse processo de enunciação que os signos são significados/validados/reconstruídos.

Os signos, assim como os objetos naturais, podem se transformar em [outros] signos, adquirindo, assim, sentidos que ultrapassem suas próprias fronteiras. Um signo existe como parte de uma realidade, e, além disso, reflete e refrata uma outra; seja para negá-la, afirmá-la, etc.; a linguagem, como explica Zandwais (2014), está a serviço de interesses contraditórios, de valorações⁶ do objeto. Todo signo está sujeito a avaliações ideológicas, ou seja, a construção de um signo se dá a partir do “lugar” ideológico no qual ele é construído e nas relações de luta e troca com diferentes discursos com os quais se relaciona. O domínio ideológico coincide,

⁶ No decorrer do estudo, este termo será esclarecido.

mutuamente, com o domínio dos signos, pois “tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, p. 33). Logo, determinado domínio dos signos corresponde à determinada esfera ideológica.

Os processos que discutimos nas linhas anteriores são significados na e pela linguagem; é a palavra ganhando entoação e, assim, tornando-se signo para falar de signos. Mas precisamos entender melhor a relação entre o signo e a palavra (signo verbal). É nessa discussão que se pauta o próximo ponto.

1.1. O SIGNO E A PALAVRA

A relação entre o signo e palavra encontra-se diretamente ligada à relação entre a infraestrutura e a superestrutura. Essas relações não são estanques, mas, ao contrário, são dinâmicas, vivas e compostas/construídas/perpassadas por relações dialógicas e ideológicas conflitantes.

Para Bakhtin/Volochínov (2009), a palavra é o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais. Nela, se produzem acumulações quantitativas de mudança, mesmo enquanto ainda não tomaram forma ideológica e acabada. A palavra pode registrar as mais íntimas e efêmeras mudanças sociais; pode-se entender que a palavra registra as transformações ideológicas e sociais; isto é, essas transformações são espelhadas na e pela linguagem e nela vão se concretizando aos poucos:

É impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação da infraestrutura. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 40).

Em outras palavras, a transformação de uma ideologia em outra não poderia ser explicada se se considerasse que as esferas ideológicas são blocos únicos com características fechadas em si mesmas. Assim, a explicação de tais transformações deve levar em conta a diferença quantitativa entre as esferas de influência,

acompanhando cada passo dessa transformação. Esse tipo de explicação resultará “num processo de evolução social realmente dialético, que procede da infraestrutura e vai tomar forma nas superestruturas” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 41). O jornal, por exemplo, parece localizar-se em uma zona fronteira entre a superestrutura e infraestrutura; isso porque ao mesmo tempo em que procura difundir ideologias e discursos de uma classe a outra, é atravessado/construído pela infraestrutura, por diferentes discursos que permeiam e constroem a sociedade. Como se deu, por exemplo, no texto de Abkair, citado anteriormente, a construção do valor semiótico da palavra “vermelho”? Na mesma direção da entoação construída, por exemplo, na reportagem de Beatriz Seixas, publicada em 22 de Março de 2015 por “A Gazeta”⁷? Na imagem visual/semiótica/discursiva do “vermelho” associado ao Partido dos trabalhadores (PT)? Ou em outra direção? Na seção de análise, buscaremos esclarecer essas relações.

É na manifestação da linguagem que se percebe a qual – ou a quais – esfera(s) ideológica(s) a palavra, enquanto signo, se constrói, se refere. O ato de linguagem é composto por vários signos que assumem significações de acordo com as situações de comunicação discursiva nas quais estão envolvidos. O que implica pensar, como propõe Charaudeau (2008), na significação situacional de um texto: não é a palavra portadora do significado, mas a palavra assume um significado na relação que estabelece com o todo do texto e a situação de comunicação.

Mas isso não é tudo. Sabemos, pois, que o ato de linguagem é portador de uma dimensão implícita construída por uma atividade serial que contribui para a produção de uma determinada especificidade de sentido: a significação. Sabemos também que esta significação não é uma operação de adição entre signos que teriam, cada um isoladamente, um valor autônomo. Ao contrário, a significação é uma manifestação linguageira que combina signos em função de uma intertextualidade particular e que depende de *Circunstâncias de discurso* particulares. (CHARAUDEAU, 2008, p. 35, grifo de autor).

As palavras de Charaudeau vão ao encontro da noção de *neutralidade da palavra* de que falam Bakhtin/Volochínov (2009): a propriedade que a palavra tem de servir a diferentes ideologias, a de se tornar diferentes signos ideológicos; isto é, a

⁷ Conf. Cap. 4.2.1.

ubiquidade social da palavra; sua capacidade de estar em todas as esferas sociais. Charaudeau (2008), por sua vez, não concebe a uma unidade morfêmica uma significação: toda palavra pode assumir diferentes significados, de acordo com as circunstâncias de discurso nas quais estão inseridas, e essa significação acontece quando os sujeitos do ato de comunicação usam de “filtros construtores de sentido” para “conceber” uma significação não apenas às palavras em questão, mas em todo o texto/discurso (CHARAUDEAU, 2008).

Ao não considerar as palavras, enquanto unidades de língua, como portadoras de um sentido exato e acabado, Charaudeau (2008) corrobora as ideias de Bakhtin (2011), que critica os linguistas que, ao analisarem a língua e o discurso, separam as unidades de língua, na busca de uma significação. Se o significado de um texto é construído, principalmente, em função dos participantes do ato de linguagem e das circunstâncias de comunicação verbal-discursiva, tal significado não pode ser obtido em uma oração, que se relaciona com o contexto da fala do mesmo sujeito do discurso (BAKHTIN, 2011).

Mas Bakhtin/Volochínov (2009) vão além: os autores insistem que se pense no signo como um fenômeno exterior, ou melhor, do mundo exterior, social. A realidade do signo é objetiva, pois cada signo, além de *refletir* determinada realidade, também é um fragmento dessa realidade, podendo assim ser estudado e observado por sua materialidade semiótica: “o próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 33).

A construção do ato de linguagem se dá, nas palavras de Charaudeau (2008), em um duplo sentido, uma dupla dimensão; o *implícito* e o *explícito*: enquanto de um lado há a manifestação verbal da linguagem, de outro há a significação construída pela interação entre os sujeitos da comunicação e pelo “não dito”. Logo, o fenômeno linguageiro se constitui em um duplo movimento que, ao mesmo tempo em que obriga o ato de linguagem a se significar em uma intertextualidade/interdiscursividade, obriga-o a se significar referencialmente, como um ato de simbolização (Ibid., 2008). Não obstante, o sentido da totalidade discursiva é resgatado no *não dito*, naquilo que está implícito no texto. O que

[...] nos leva a pensar que não se pode determinar de forma apriorística o paradigma de um signo, já que é o ato de linguagem, em sua totalidade discursiva, que o constitui a cada momento de forma específica. Em outras palavras, longe de conceber que o sentido se constituiria primeiro de forma explícita em uma atividade estrutural e, em seguida, seria portador de um implícito suplementar no momento de seu emprego, dizemos que é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva. (CHARAUDEAU, 2008, p. 26).

A natureza de todos os signos é a comunicação social, e os fenômenos ideológicos da consciência individual estão ligados a formas de comunicação social. Esse aspecto discursivo e contínuo da comunicação aparece claramente na linguagem (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009), e “a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (p. 36). Não se trata aqui da palavra enquanto unidade de língua, em sua materialidade linguística, mas de seu aspecto/caráter ideológico e sua neutralidade, isto é, seu aspecto social e sua propriedade de ser (re) significada em diferentes situações de comunicação. Cada gênero do discurso construído na instância midiática, por exemplo, é, em cada momento de leitura/significação, um novo enunciado, que responde a enunciados anteriores e suscita novos. A carta “Beija-Flor II”, por exemplo, divulgada pelo jornal “A Tribuna”, na edição de 02 de março de 2015, começa com “*e não é que de uma hora para outra, graças à Beija-Flor, a imprensa brasileira descobriu que na Guiné Equatorial existe uma ditadura [...]*”, construindo um diálogo ou uma resposta direta a enunciados anteriores à sua construção e publicação; essas construções ganham novas entoações, novos valores, reunindo em si esses valores contraditórios, conforme explica Zandwais (2014, p. 52): a palavra se converte em signo “[...] ao incorporar os valores contraditórios dos que a utilizam, refletindo e refratando a ordem do real de formas distintas e até mesmo paradoxais”.

Pela palavra se revelam as formas básicas, as formas ideológicas da comunicação verbal. Mas a palavra também é neutra, pois ganha significação dentro de um campo particular de criação ideológica.

[...] a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular de criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é

criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 37, grifo do autor).

A comunicação na vida cotidiana – que também apresenta caráter ideológico – não pode ser vinculada a uma dada esfera ideológica, pois seu material privilegiado, assim como em outros domínios discursivos, é a palavra, que é neutra enquanto tal, mas ganha significação enquanto signo, dentro/articulado/significado de – e por – grupos sociais distintos. Podemos entender que o que diferencia a palavra do signo é que uma palavra não substitui um signo, entretanto, cada signo, ao mesmo tempo, se apoia nas palavras e é acompanhado por elas.

Bakhtin/Volochínov (2009) defendem que o objeto de estudo fundamental da ciência das ideologias é a palavra, pois a palavra está em todo processo de criação ideológica, seja ele qual for, pois a palavra “penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc.” (p. 42). Assim,

Toda refração ideológica do ser, seja qual for a natureza do seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação. (Bakhtin/Volochínov, 2009, p. 38, grifo do autor).

As propriedades da palavra são sua natureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente. Essas propriedades fazem da palavra “o objeto fundamental do estudo das ideologias” (Ibid., 2009, 38), dão a ela uma dimensão discursiva. Nesse sentido, por estudar a palavra, buscamos observar como a palavra, em seu aspecto discursivo, pode assumir significação dentro de uma determinada esfera, isto é, quando a palavra se torna signo.

O sujeito constrói a linguagem e é, ao mesmo tempo, construído por ela em um processo de interação com o outro (CHARAUDEAU, 2008). A linguagem significa o homem em cada contexto de comunicação. Todavia, a significação depende, como mencionado, de uma dupla dimensão, um duplo sentido; isto é, a finalidade do ato de linguagem “[...] não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo em que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito” (CHARAUDEAU, 2008, p. 24). Ou seja, o processo de significação do ato de linguagem “acontece” na relação entre o linguístico e o situacional (CHARAUDEAU, 2008); a significação se constrói naquilo que está representado tacitamente em forma de texto e no que é resgatado por meio das situações de comunicação em que o texto está envolvido. A linguagem humana é, fundamentalmente, discurso, porque é social, é interação, é ideológica e é, assim, o meio pelo qual os sujeitos agem, vivem, convivem e se constroem como tais e como sociedade.

A significação de um ato de linguagem – ou ato de fala – é construída levando em consideração diversos elementos linguísticos e extralinguísticos, mas principalmente estes últimos: ao se comunicar, o locutor utiliza elementos que permitem ao interlocutor criar possibilidades de interpretação sobre o que foi dito, a partir de diferentes fatores: sua história de vida e questões ideológicas envolvidas na fala do locutor, a ideia que faz desse locutor, a situação de comunicação. Outrossim, os elementos que possibilitam a criação de possíveis interpretativos são, ao mesmo tempo, de ordem linguística e discursiva; vale lembrar que no ato de fala o que é linguístico é discursivo, porque é ideológico, valorado historicamente. Charaudeau (2008) defende que os valores de *explícito* e *implícito* do ato de fala possibilitam a construção da significação na totalidade discursiva. Bakhtin/Volochínov (2009), por sua vez, afirmam que um enunciado é, tão somente, discursivo e ideológico e que, por isso, a materialidade linguística não daria conta do todo do processo de significação: “o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas” (p. 95). E

Na vida, o discurso verbal é claramente não autossuficiente, [pois] nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1976, p. 4).

Não são as unidades de língua que são dialógicas, – ou seja, não são os fonemas, morfemas, sentenças que mantêm relações sociais/discursivas umas com as outras – mas os enunciados⁸, que são as unidades reais de comunicação, por serem irrepetíveis, únicos, que a cada “acontecer” ganham outra apreciação, outra valoração, entoação, o que os tornam enunciados concretos na vida real, ou seja, os tornam discursos.

As avaliações dos enunciados, que podem se dar por diferentes critérios, como o ético, religioso, cognitivo, político, (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1976), sejam elas de quaisquer naturezas, levam em conta não apenas aquilo que está materializado verbalmente. Mas, *“juntamente com os fatores verbais, elas também abrangem a situação extraverbal do enunciado”* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1976, p. 4, grifo do autor). As avaliações dos enunciados também marcam sua entoação.

Vale destacar que Bakhtin não nega a importância dos estudos da língua em si; ele os considera importantes, para se entender as unidades da língua. Mas o filósofo argumenta que as áreas de estudo das unidades de língua não dão conta de explicar como a linguagem se dá, e, por isso, o autor propõe a criação da *translinguística* (ou *metalinguística*⁹), que, segundo Fiorin (2016, p. 24), tem como objeto “os aspectos e as formas das relações dialógicas entre enunciados e entre suas formas tipológicas”. A proposta de Bakhtin era constituir uma ciência que fosse além da linguística, que observasse a linguagem como um todo, não apenas a materialização linguística.

O pensamento de Bakhtin está debruçado sobre a preocupação com a epistemologia das ciências humanas, apontando que, diferente de um ponto de vista positivista, cientificista, as ciências humanas operam sobre singularidades e que generalizações só podem ser feitas sobre forma específica e a função dos objetos (FIORIN, 2016).

⁸ Abordaremos a questão dos enunciados no capítulo 3.

⁹ Conf. BAKHTIN, Mikhail. Problemas da Poética de Dostoiévski. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

As unidades de língua, defende Fiorin (2016), não têm autor, diferentemente dos enunciados concretos, que têm um autor e, por isso, revelam uma posição¹⁰. As unidades de língua, embora aparentemente completas, não permitem uma resposta. Os enunciados, por serem sempre réplicas de outros enunciados, permitem, por sua vez, respostas, o que dá a eles um acabamento provisório, um contorno. O acabamento¹¹ se dá quando alguém assume a palavra, lhe dá um teor valorativo, acrescenta-lhe uma entoação. Em suma, quando uma palavra é assumida por alguém e ganha um acabamento específico, torna-se um enunciado e, assim, é direcionada a alguém. Com efeito, as unidades de língua são neutras, já os enunciados carregam emoções, juízo de valor, tom valorativo.

Podemos perceber que para Bakhtin/Volochínov (2009) não é a materialidade linguística que “carrega” significados. A significação da palavra é uma construção ideológica e discursiva que está necessariamente relacionada aos sujeitos e ao contexto histórico e social; a palavra é observada em sua potencialidade de tornar-se signo. Charaudeau (2008) caminha, neste ponto, ao lado de Bakhtin. Para o semiolinguista, a palavra em si não é portadora de sentido, mas a materialização do discurso deve, sempre, ser observada levando em consideração a situação de comunicação e os sujeitos nela envolvidos. Este é um dos pontos mais importantes de nosso estudo: como a palavra é significada pelos sujeitos; isto é, os tons valorativos da palavra.

Desde a introdução, sinalizamos que a teoria do Círculo de Bakhtin não busca demarcar fronteiras intransponíveis, tão pouco criar um [novo] tecnicismo sobre as manifestações verbais/discursivas da língua/linguagem do homem. No próximo item, abordaremos de modo mais claro e específico o diálogo entre a Teoria de Bakhtin e outras teorias, como a abordagem semiolinguística de análise do discurso, de Charaudeau; isso porque o linguista francês também defende que a materialidade linguística, embora importante, não é suficiente para a construção/compreensão do signo.

¹⁰ A questão da autoria será discutida na seção 3.3.1.

¹¹ As noções de acabamento e entoação/entonação serão melhor esclarecidas no capítulo 3.

1.2. PARA UMA COMPREENSÃO DIALÓGICA DOS DISCURSOS

Os estudos sobre língua e linguagem sofreram – e sofrem – várias e fortes transformações. De um objetivismo abstrato¹² e absoluto sobre a língua, principalmente com a publicação do livro “Curso de Linguística Geral”, em 1916, por seguidores de Ferdinand de Saussure, aos estudos da linguagem que entendem a língua em seu caráter histórico, filosófico e que refletem questões de ordem ideológica, ou seja, os estudos da linguagem dedicados ao *discurso*¹³.

Pode-se perceber, pelos tópicos precedentes, que nossa pesquisa se localiza na corrente de análise da língua/linguagem que leva em conta o caráter histórico, discursivo, ideológico da língua(gem) e do sujeito. Mais precisamente, nossa área de estudo está concentrada nos pressupostos teórico-metodológicos bakhtinianos do discurso, que compreendem o ser humano em sua dialogicidade e unicidade, que buscam observar e analisar os enunciados e os gêneros do discurso aos quais se constituem a partir de uma visão sócio-histórica da linguagem, e que concebem o discurso como fenômeno complexo, constituído, conforme Zandwais (2016), por opacidade e hibridéz.

Os estudos em Análise do Discurso são, hoje, de diferentes orientações¹⁴. E, conforme Zandwais (2014) e Barros (2006)¹⁵, Bakhtin, por relacionar o materialismo histórico e dialético aos estudos da língua(gem), pode ser considerado precursor ou antecipador de perspectivas teóricas tão diversificadas sobre o discurso.

Mas, então, por que “Para uma compreensão dialógica dos discursos”? Porque o *dialogismo* funda a obra de Bakhtin e constitui sua antropologia filosófica. O dialogismo é o princípio da obra bakhtiniana (FIORIN, 2016) assim como sua busca por uma *prima filosofia*¹⁶, isto é, uma filosofia que aproxime e relacione a vida à teoria. Em outras palavras, a filosofia de Bakhtin procura a não ruptura entre a teoria e a vida. O autor questiona, em “Para uma filosofia do ato responsável” (BAKHTIN,

¹² No capítulo 4 de *Marxismo e Filosofia da linguagem*, Bakhtin/Volochínov (2009) distinguem as ‘duas orientações do pensamento filosófico-linguístico’: *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*.

¹³ Referimo-nos aqui ao início dos estudos em Análise do Discurso por Michel Pêcheux.

¹⁴ Como a AD francesa, a Análise Crítica do Discurso, a Semiolinguística, entre outras.

¹⁵ Trata-se do artigo “Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso”, da professora Diana Luz Pessoa de Barros.

¹⁶ Conf. Em “Para uma filosofia do Ato Responsável”, (BAKHTIN, 2010).

2010), a noção positivista de ciência, bastante difundida em sua época, que estaria separada da vida e que em nada se aproximaria dela; a teoria bakhtiniana do discurso não procura construir um teorismo sobre os enunciados, mas trabalhar com os discursos em suas esferas de realização/construção, sua relação com os sujeitos e com os contextos imediato e histórico nos quais estão inseridos e relacionados, pois “todos os produtos da criatividade humana nascem na e para a sociedade humana” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1976, p. 2). O autor não busca construir fronteiras nem trabalhar apenas com discursos institucionalizados, mas busca a concretude de todo e qualquer enunciado, inclusive os da vida cotidiana, como se observa em “Discurso na Vida e Discurso na Arte” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1976).

A língua, segundo Bakhtin, em sua totalidade, concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. As relações dialógicas que se dão pela/na/com/através da língua não se resumem ao diálogo face a face, mas todos os enunciados no processo de comunicação, e independentemente de sua dimensão, são dialógicos, pois neles há “uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro” (FIORIN, 2016, p. 22). O enunciador ao falar, ao construir seu discurso, considera o discurso de outrem, que está presente no seu. Assim, pode-se afirmar que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro. Por isso, todo discurso sobre qualquer objeto não se refere à realidade, mas aos discursos que a circundam. Toda palavra dialoga com outras palavras e constitui-se e está rodeada de outras palavras (FIORIN, 2016).

A carta do leitor, por ser epistolar, é um gênero que exemplifica claramente um diálogo que não acontece, necessariamente, face a face, mas que, ainda assim, mostra que o locutor responde a outro locutor e espera uma posição/resposta de seu interlocutor; tomemos como exemplo a carta “Decepção”, de José Carlos Marianelli, publicada pelo jornal “A Tribuna” em 25 de maio de 2015, que evidencia o diálogo claro entre locutor e interlocutor, ainda que estes não estejam face a face: pelo trecho “*afinal se você eleitor não se ligou ainda está na hora. Quando eleitos nada mais fazem a seu favor a não ser retirar ainda mais seus direitos com argumentos vergonhosos*”, percebemos a espera clara de uma resposta/posição por parte do interlocutor. Não obstante, ainda que não haja o chamamento, o uso do vocativo, –

como o pronome de tratamento ‘você’ – haverá, sempre, o diálogo, um enunciado será sempre uma resposta, uma refração e um reflexo da palavra outra, de outros enunciados.

O dialogismo é o princípio constitutivo do enunciado, pois todo enunciado é dialógico e, por isso, se constitui a partir de outro (s) enunciado (s), “é uma réplica a outro enunciado”. Portanto, há sempre mais de uma voz em um enunciado, que podem se mostrar no fio do discurso, ou seja, de modo visível, sendo composicional, ou de modo constitutivo, isto é, sem se mostrar no fio do discurso (BAKHTIN, 2014). Um enunciado revela, sempre, duas ou mais posições, a sua e a que se constitui em oposição; por isso é heterogêneo.

Fiorin (2009) alerta para o fato de que as relações dialógicas podem ser contratuais ou polêmicas, divergentes ou convergentes, de aceitação ou recusa, de acordo ou desacordo, etc. Os enunciados são sempre espaços de luta entre vozes sociais porque a sociedade é dividida em grupos sociais com pensamentos divergentes entre si; o enunciado é lugar de contradição (Ibid., 2016); ao produzi-lo, faz-se um contrato com uma das vozes de uma polêmica.

É preciso atentar-se a uma questão posta por Fiorin: as vozes que aparecem nas relações dialógicas são sociais ou individuais? Bakhtin considera que as vozes são sociais e individuais. O que implica pensar que as vozes que circundam as relações dialógicas se constituem a partir de identidades sociais e individuais ao mesmo tempo, reforçando o caráter único de cada enunciado. Um discurso pode ser tanto um “lugar de encontro de pontos de vista de locutores imediatos [...] como de visões de mundo, de orientações teóricas, de tendências filosóficas, etc.” (FIORIN, 2016, p. 30). Desta forma, ao considerar tanto o social como o individual, Bakhtin permite examinar as grandes polêmicas filosóficas, políticas, estéticas, econômicas, pedagógicas e fenômenos da fala cotidiana, como a modelagem dos enunciados pela opinião de um interlocutor ou sua entoação desse enunciado: de zombaria, ironia, desdém, etc. Assim, podemos afirmar que na filosofia de Bakhtin, “todos os fenômenos presentes na comunicação real podem ser analisados à luz das relações dialógicas que o constituem” (FIORIN, 2016, p. 31).

Vemos, pois, que nada é estanque na teoria discursiva de Bakhtin. Com efeito, os conceitos de individual e social também não o são. Para o filósofo, explicita Fiorin

(2016), a maioria das opiniões dos indivíduos é social. Além disso, Bakhtin explica que todo enunciado se dirige a um destinatário imediato, facilmente percebido, e a um superdestinatário, “cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva” (FIORIN, 2016, p. 31). Veremos, mais adiante, que esse superdestinatário de Bakhtin assemelha-se à noção de ouvinte/interlocutor ideal do quadro teórico de Charaudeau (2008), e o destinatário imediato coincidirá com o ouvinte/interlocutor real. A identidade do superdestinatário varia de grupo social a grupo social, de uma época a outra e de um lugar a outro: ora ele é a igreja, ora a política, ora a ciência, ora o partido. Os enunciados são sociais na medida em que um diálogo dirige-se a um superdestinatário (FIORIN, 2016). E

[...] o indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sociológico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 59).

O conteúdo individual é tão social quanto o conteúdo ideológico. E

[...] a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto interior. (ibid., p. 59).

Isto é, todo signo, inclusive o da individualidade, é social; o indivíduo apresenta-se como um fenômeno ideológico. Bakhtin/Volochínov (2009) distinguem o indivíduo natural isolado da individualidade; esta se coloca acima do indivíduo natural e é, por consequência, social; e aquele colocado como ser biológico. Há, assim, duas acepções para a palavra individualidade: o indivíduo natural e a personalidade, sua subjetividade; a individualidade, ou subjetividade, é social, é dialógica.

Conforme falado, o enunciado é, sempre, social. Contudo, o sujeito bakhtiniano não está totalmente assujeitado aos discursos sociais. Pensar em um sujeito totalmente assujeitado, como podemos ver em muitas teorias do discurso e numa visão vulgar do marxismo, contraria totalmente a teoria de dialogismo de Bakhtin. Então, embora

o sujeito seja social, nunca estará completamente submetido aos discursos sociais; ele é responsivo/responsável pelos seus atos, suas manifestações verbo-discursivas. Com efeito, “a singularidade de cada pessoa no ‘simpósio universal’ ocorre na ‘interação viva das vozes sociais’” (FIORIN, 2016, p. 32). Cada ser humano (Sujeito/Ser) é social e individual ao mesmo tempo, em seus enunciados concretos e toda atividade humana é social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1976).

Fiorin (2016) aponta que há, na obra de Bakhtin, dois conceitos de dialogismo. O primeiro conceito, a partir dos últimos parágrafos que construímos, diz respeito ao modo de funcionamento da linguagem: *todos os enunciados constituem-se a partir de outros enunciados*. Numa formação social determinada, diz o linguista, operam o presente, o passado e o futuro. Atuam na sociedade forças centrípetas e centrífugas. Aquelas procurando centralizar, ditar uma verdade, estas buscando erodir. Fiorin (2016) afirma que é com estes conceitos que Bakhtin desvela o fato de que a circulação das vozes numa formação social está submetida ao poder. E que, assim, não há neutralidade no jogo das vozes: há, sempre, uma dimensão política, posto que as vozes não circulam fora do exercício do poder.

O dialogismo constitutivo trata-se de enunciados já constituídos e, assim, anteriores e passados. Mas os enunciados se constituem em relação a enunciados que os precedem e, igualmente, aos que os sucedem, pois um enunciado, como tal, solicita, sempre, uma resposta; resposta que ainda não existe: “ele espera sempre uma compreensão responsiva, seja ela uma concordância ou uma refutação” (FIORIN, 2016, p. 36). Todo dialogismo são relações entre enunciados, entre vozes, entre discursos.

Devemos entender que sendo a teoria de Bakhtin, como um todo, dialógica, sua concepção de homem e de vida são marcadas por este mesmo princípio: “a alteridade define o ser humano, pois o *outro* é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar o homem fora das relações que o ligam ao outro” (BARROS, 2006, p. 28). A vida é dialógica. O dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009).

Buscamos esclarecer com esta seção o porquê de caminharmos em direção a uma “compreensão dialógica dos discursos”. Para isso, procuramos discorrer sobre as noções de dialogismo na teoria bakhtiniana e defendemos que a teoria de Bakhtin é

antecessora dos estudos sobre o sujeito e sobre o discurso, por trabalhar com uma filosofia dialética materialista da linguagem, que entende o sujeito e a língua(gem) em seus aspectos sociais e históricos. Assim, almejamos situar melhor nosso estudo no plano de pesquisas que trabalham numa ‘teoria bakhtiniana do discurso’ ou pensamento bakhtiniano do discurso; isto é, pesquisas que trabalham com a noção de dialogismo, que funda e circunda toda a obra de Bakhtin, e que concebiam o sujeito como social e individual ao mesmo tempo, tendo sua concretude/realização na sua relação com o outro. Tomemos, como exemplo, os trabalhos de muitos integrantes do grupo de estudos GEBAKH/UFES¹⁷, como o Prof. Dr. Luciano Vidon¹⁸, o Prof. Dr. Vanildo Stieg¹⁹ e a Profa. Dra. Sandra Lima²⁰. Além destes, vale destacar as pesquisas da Profa. Dra. Tatiana Moreira, tendo defendido a tese de doutorado “Discursividade, Poder e Autoria em raps brasileiros e portugueses”; a dissertação de mestrado de Vivian Riolo, com o tema “O depoimento como discurso de alteridade/autoridade na publicidade televisiva”; e as recentes pesquisas de Philipe Domingos, “A Língua Brasileira de Sinais em contexto acadêmico: Diálogos a partir do Círculo de Bakhtin”, e de Janny Bachiete, “Inserção da Língua Americana de Sinais no ensino de língua inglesa: uma proposta dialógica de translinguismos entre surdos e ouvintes”.

No próximo capítulo, discutiremos especificamente a argumentação na língua/linguagem, tendo sempre como base uma compreensão dialógica dos enunciados e das esferas de criação ideológica.

¹⁷ ‘Grupo de Estudos Bakhtinianos’. O grupo, além de vários trabalhos publicados individualmente pelos integrantes, tem um texto publicado, no ano de 2016, pela RevistAleph, intitulado “A palavra viva do Círculo de Bakhtin apimentando a moqueca linguístico-educacional capixaba” - <http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/350>.

¹⁸ Professor da UFES e coordenador do GEBAKH.

¹⁹ Tese de doutorado: “Propostas e Práticas de Alfabetização em uma turma de segundo ano do ensino fundamental no município de Vila Velha/ES”, (2012); STIEG, Vanildo. *A alfabetização no contexto do discurso do letramento*: propostas e práticas. 1. ed. São Carlos: Pedro & João, 2014. v. 1. 300 p.

²⁰ Profa. Dra. Projeto de pesquisa atual: “Os gêneros discursivos e o ensino de língua portuguesa no ensino médio”, (2015); LIMA, S. M. M. A personagem dostoevskiana e a relação autor/herói em Grande sertão: veredas. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. VI, p. 181-193, 2011.

2. ARGUMENTAÇÃO: DA RETÓRICA AO DISCURSO

Problemáticas em torno do signo e do caráter dialógico da linguagem, do sujeito, da vida, e do próprio pensamento bakhtiniano, foram os principais pontos de discussão das seções precedentes. Procuramos entender um pouco mais sobre as noções bakhtinianas de signo ideológico, dialogismo, a relação entre os sujeitos do discurso; entender o que seria uma filosofia marxista da linguagem e como os estudos de Bakhtin antecipam muitos dos pressupostos das diversas teorias (ou análises) do discurso contemporâneas.

O pensamento bakhtiniano, como dissemos, tem como princípio filosófico o dialogismo. O sujeito é constituído no e pelo diálogo. O discurso é dialógico. A relação entre a infraestrutura e a superestrutura é uma relação dialógica, porque há entre elas uma relação de trocas, e a infraestrutura está estritamente ligada à superestrutura, que, por sua vez, é constituída, por assim ser, do processo social, político e espiritual da vida e de seus produtos, e a linguagem desempenha importante papel nessa relação (FIORIN, 2016; FARACO, 2009).

Com efeito, nossos enunciados, guiados e construídos dialogicamente a partir de enunciados outros, ora explicitamente mostrados, ora constitutivos, problematizam, uma vez mais, a relação entre infraestrutura e superestrutura, o signo e a palavra e o processo de significação. Junto a estas explanações que circundam a teoria de Bakhtin, também adiantamos o diálogo que esta teoria faz com outras. Nos subitens desta seção, percorreremos alguns dos caminhos que mostram tal diálogo teórico, para no capítulo de análise observarmos essas relações.

2.1. OS CAMINHOS DOS ESTUDOS RETÓRICOS AOS ESTUDOS DO DISCURSO

Primeiro, pensemos: todos os discursos são argumentativos? A princípio, não. Pois só seriam argumentativos os discursos que expõem e amplificam um desacordo,

que procuram resolver um conflito, buscando consenso e pontos em comuns de posições discordantes. Mas vejamos o que nos diz Fiorin (2014, p. 68):

Em outras palavras, os discursos que visam a mostrar as polêmicas ou os contratos. Assim, seriam argumentativos certos gêneros do discurso político (debate), do discurso jurídico (acusação e defesa), do discurso religioso (sermão apologético) e assim por diante. No entanto, o modo de funcionamento real de todo discurso, como mostra Bakhtin [...], é o dialogismo.

Pois “ora, se a argumentação é a tomada de posição contra outra posição, a natureza dialógica do discurso implica que os dois pontos de vista não precisam ser explicitamente formulados” (Ibid., p. 68); e na medida em que um discurso é sempre um discurso (resposta) sobre outro discurso: “todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso” (Ibid. p. 69). Vemos, então, que a negativa do parágrafo anterior foi desfeita e, com isso, entendemos que todos os discursos são, sim, argumentativos.

Conforme nos conta Fiorin (2014), é comum, na linguística atual, a afirmação de que todos os enunciados são argumentativos, ou seja, a argumentatividade é intrínseca à linguagem humana. Segundo o professor da USP, essa afirmativa vem de tradição dos estudos de Ducrot e Anscombe, que afirmavam ser a argumentação o estudo das orientações semânticas dos enunciados e dos encadeamentos que os expressam.

Essa argumentatividade na língua concebe aos estudos das teorias do discurso a possibilidade de trabalho com teorias da argumentação. Nesse sentido, conforme Fiorin (2014), as teorias do discurso devem herdar²¹ a Retórica, para que se possa analisar os procedimentos discursivos que possibilitam ao enunciador a produção de efeitos de sentido que levem seu interlocutor a crer no que foi dito. Outrossim, a Retórica concede aos estudos do discurso a possibilidade de trabalhar com o dialogismo presente na argumentação (FIORIN, 2014; VIDON, 2003; 2009). Fiorin (2014) relembra que a tradição clássica retórica considerava a argumentação “uma estratégia discursiva com a finalidade de persuadir o auditório (o enunciatário, diríamos hoje)” (FIORIN, 2014, p. 55).

²¹ No decorrer do capítulo, esta afirmação será explicada.

Fiorin (2016b) e Charaudeau (2008) afirmam que as teorias do discurso não podem se limitar a microanálise, ou seja, estritamente linguística, ainda que se sirvam dela. Assim, as teorias do discurso “devem levar em conta dois aspectos: de um lado, a organização das unidades discursivas transfrásticas; de outro, o modo de funcionamento real do discurso, ou seja, seu caráter dialógico” (FIORIN, 2014b, p. 56). Isto nos leva a pensar que as teorias do discurso devem, ao mesmo tempo, observar as categorias de língua no funcionamento real do discurso e observar seu processo de dialogismo, como orientam muitos trabalhos do Círculo de Bakhtin e alguns estudos de Charaudeau.

No intuito de entender como nosso estudo caminha “da Retórica ao Discurso” e os diálogos entre essas duas grandes áreas do conhecimento, vamos revisar a tradição clássica sobre os raciocínios retóricos: A retórica é a "arte do discurso eficaz" (*ars bene dicendi*). Segundo Fiorin (2014b), Aristóteles divide os raciocínios em necessários (a conclusão decorre das premissas colocadas) e preferíveis (raciocínios cuja conclusão pode ser possível, provável, mas não necessariamente verdade, porque as premissas que se apresentam não são necessariamente verdadeiras). As premissas são as proposições, as afirmações que podem ser logicamente verdadeiras ou não. A admissão de que determinadas premissas são verdadeiras (nos raciocínios preferíveis) depende de crenças e de valores.

Para entendermos melhor a questão dos raciocínios retóricos – e discursivos –, observemos o que nos diz Fiorin (2014, p. 57):

Os raciocínios necessários pertencem ao domínio da lógica e servem para demonstrar determinadas verdades. Os preferíveis são estudados pela retórica e destinam-se a persuadir alguém de que uma determinada tese deve ser aceita, porque ela é mais justa, mais adequada, mais benéfica, mais conveniente e assim por diante. Nos negócios humanos, não há, na maioria das vezes, verdades lógicas. Por exemplo: o aborto é um direito ou um crime; o casamento de pessoas do mesmo sexo é a consequência da igualdade de todos perante a lei ou a violação de uma lei natural? Nenhuma dessas conclusões é logicamente verdadeira, porque elas dependem de valores, de crenças, de temores, de anseios, etc.

Vemos, pois, que a argumentação está na ordem do discurso retórico, se olharmos para os raciocínios preferíveis:

A persuasão faz-se, segundo Cícero, pelo convencimento, quando se mobilizam argumentos para levar a aceitar uma tese; pela comoção, quando isso é feito insuflando o estado de espírito do destinatário, suas paixões, seus preconceitos, etc.” (FIORIN, 2014b, p. 57).

Vemos aqui uma proximidade muito íntima da Retórica com a Análise do Discurso: a argumentação é construída no próprio discurso, de acordo com as escolhas lexicais, a intenção, a situação, os meios/formas com os quais o locutor/orador se perfaz no discurso para convencer seu interlocutor/auditório e, assim, no próprio enunciado; conforme Charaudeau, “o estudo da argumentação tem por função “orientar” a sequência do discurso e, portanto, representar *uma maneira de agir sobre o outro* (interlocutor ou destinatário)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 202, grifo do autor). Os argumentos são, pois, raciocínios que se dedicam a persuadir e/ou convencer o interlocutor/auditório.

O objeto da Retórica Antiga – em especial, a de Aristóteles – era, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a *arte de falar em público* de modo persuasivo; pautava-se, única e exclusivamente, no uso da linguagem falada, do discurso oral perante uma multidão: “vê, assim, que a arte oratória – a adesão dos espíritos – é igual a de qualquer argumentação” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 6). Mas essa não é a área específica de interesse dos estudiosos da *Nova Retórica*. Eles dizem não ter razões “[...] para limitar nosso estudo à apresentação de uma argumentação oral e para limitar a uma multidão reunida numa praça [...]”.

Os autores da “Nova Retórica”, segundo Vidon (2009, p. 138), procuram defender “[...] a argumentação como uma outra forma de servir à razão”. Como a forma na qual o *auditório*, que é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 22, grifo do autor), seja considerado pelo orador, que este lhe dê importância, atenção: “o orador deve valorizar a opinião do auditório” (VIDON, 2009, p. 137).

A Retórica, e também a Dialética²², conseguem conclusões sobre contrários por meio de silogismos, que se constroem a partir de premissas, pois ambas se ocupam

²² Não discutiremos sobre esse campo de estudo. Conf.: ARISTÓTELES. Retórica. Revisão de texto: Levi Candinho. 2ª Ed., revista Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (INCM), 2005.

dos contrários (ARISTÓTELES, 2005). A Retórica é uma parte da dialética e a ela se assemelha, pois nenhuma delas é ciência de definição de um assunto específico, “mas mera faculdade de proporcionar razões para os argumentos” (Ibid. 2005, p. 97). Na Retórica, um silogismo pode ser por conhecimento (o verdadeiro) ou por intenção (aparente): “O orador, através do discurso, pode persuadir o ouvinte demonstrando que aquilo que ele diz é verdade ou parece ser verdade” (VIDON, 2003, p. 68). Os meios de prova da Retórica são, portanto, *circunstancias* (VIDON, 2003; 2009).

Fiorin (2014a) discute, em especial, a questão do *ornatus*, que é entendido como embelezamento da linguagem com figuras, com *tropos*²³. O sentido inicial de *ornatos* era de *bem argumentado, bem equiparado para exercer sua função*. Contudo, não há cisão entre argumentação e figuras, pois estas sempre exercem um papel argumentativo (FIORIN, 2014). Esta afirmação de Fiorin vai ao encontro de muitos estudos na área do discurso, principalmente dos de base bakhtiniana e da teoria semiolinguística de Charaudeau.

O argumento (os raciocínios) é o que realça, o que faz brilhar uma ideia. Não é um enfeite, apenas, mas é o valor de influência. Assim, “*Rhetoriké* é a arte oratória, de convencer pelo discurso” (FIORIN, 2014, p. 61). E no “poder da palavra”, lembrando Bakhtin, ou da “linguagem”, com menção a Charaudeau, encontramos apoio na explicação de Fiorin em sua afirmativa de que tudo que é feito por palavras pode ser desfeito por elas; a um discurso opõe-se um contradiscurso.

Nas proposições desses discursos há “efeitos de verdade”. Diz-se “efeito” pelo fato de que toda verdade construída por um discurso pode ser desconstruída por um contradiscurso; uma argumentação pode ser invertida por outra; tudo que é feito por palavras pode ser desfeito por palavras.

Fiorin (2014b) também questiona a interpretação do senso comum sobre a realidade: “O paradoxo mostra que, diferentemente do que pensa o senso comum, a linguagem não é transparente, sua ordem não é homóloga à do mundo, ela tem uma ordem própria, autônoma em relação à realidade” (FIORIN, 2014 p. 63). A linguagem

²³ Teoria das figuras, que se ocupava da elocução, *tropologia*, – mudança de direção, de sentido, mudança semântica, na linguagem. Conf.: FIORIN, J. *Argumentação e discurso*. Rev. Bakhtiniana, São Paulo, v. 9 (1): 53-70, Jan/Jul. 2014.

categoriza o mundo, dá a ele uma ordem. O paradoxo que se estabelece sobre o mundo a partir da linguagem torna clara a autonomia da linguagem em relação à realidade do mundo.

A Retórica, de certa forma, é “filha” da democracia, segundo Fiorin (2014, p. 64), pois “[...] é na democracia que floresce a contradição, base da retórica. As relações sociais estão sempre fundadas na heterogeneidade e a democracia é o respeito ao dissenso”; é o respeito ao é contrário.

Para entendermos a justificativa dos estudos da Retórica nos estudos sobre o discurso, vejamos o que nos afirma Fiorin (2014, p. 65):

Se a retórica estudou, de um lado, a construção discursiva dos argumentos e, de outro, a dimensão antifônica dos discursos, os estudos do discurso devem herdar a retórica. Que quer dizer, no entanto, herdar a retórica? Lê-la à luz dos problemas teóricos enunciados na atualidade [...]. Herdar a retórica significa, pois, de uma parte, levando em consideração séculos de estudos já realizados, descrever, com as bases dos estudos discursivos atuais, os procedimentos discursivos que possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o enunciatário crer naquilo que foi dito; de outra, analisar o modo de funcionamento real da argumentatividade, ou seja, o dialogismo presente na argumentação.

O que não significa pensar que a Retórica se presta às Teorias do Discurso, mas dialoga com elas, e para a argumentação, “[...] se as figuras de retórica não devem ser consideradas enfeites do discurso, então precisam ser analisadas em sua dimensão argumentativa” (FIORIN, 2014, p. 67).

Para Aristóteles (2005), o discurso retórico comporta três elementos principais, dos quais as provas de persuasão²⁴ são “criadas”: o orador (i), o ouvinte (ii) e o próprio discurso (iii):

- i) quando o orador é digno de fé (*ethos*);
- ii) na disposição dos ouvintes: quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso (*pathos*); e
- iii) pelo discurso: quando se mostra a verdade ou o que parece ser verdade, a partir do que é persuasivo em cada lugar particular (*logos*).

²⁴ *Ethos, pathos e logos.*

A relação entre esses três lugares se dá no fato de que é preciso entender que, na construção da argumentação, é preciso ser capaz de formar enunciados, que podem dar ao orador confiança, credibilidade, despertar paixões nos ouvintes e/ou demonstrar uma verdade através do próprio discurso. Vemos, desse modo, que os três pontos estão, indubitavelmente, na ordem do discurso e na relação dialógica entre esses componentes: o orador constrói seu discurso a partir de uma imagem que faz de si e de seu auditório; é uma atitude responsiva sobre seu interlocutor (BAKHTIN, 2010); é a construção de si e do outro pela e através da linguagem (CHARAUDEAU, 2008). Continuaremos no próximo ponto a discussão sobre a relação entre a Retórica e os estudos sobre o discurso, mas, mais precisamente, sobre a “Nova Retórica” de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) na construção e relação entre o orador e o auditório, os principais aspectos que diferenciam demonstração e argumentação e os processos retórico-argumentativo-discursivos de persuasão e convencimento.

2.2. AS PRINCIPAIS DISCUSSÕES DA NOVA RETÓRICA EM SEUS ASPECTOS DISCURSIVO-DIALÓGICOS

Observando o que aponta Fiorin (2014) e o trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), vemos que, diferentemente do que se acredita, a Retórica não está na ordem da materialidade linguística da palavra ou do sujeito enquanto pessoa física; ela é discursiva e trata de questões de ordem discursiva. Assim, em “Tratado da Argumentação: A Nova Retórica”, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) buscam trabalhar a argumentação, que está na ordem do discurso, dentro da Retórica, observando que “*é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve*” (Ibid. p. 6).

A citação anterior mostra-nos que os estudos retóricos também observam a natureza dialógica da linguagem assim como os estudos de Bakhtin. Há de se destacar que a ideia de *auditório*, vista na nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), vem da retórica clássica:

Todo discurso se dirige a um auditório [...] a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.7).

Logo, todo discurso, toda argumentação, é construído de alguém para alguém.

Para explicar a construção da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) contrapõem demonstração e argumentação. Para os autores, quando se trata de demonstrar, basta evidenciar os procedimentos, mas argumentar é diferente, pois a argumentação visa à adesão de espíritos, pressupõe a existência de um contato intelectual. A Retórica teoriza sobre o que parece verdade para certo grupo de pessoas, para determinado auditório; Vidon (2009) afirma que o que está em jogo no que pode persuadir o ouvinte demonstrando o que é verdade ou parece ser verdade é a intensidade de adesão do auditório, não sua adesão total.

Segundo Aristóteles, a função da Retórica é discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso. Para ele, a Retórica é a “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). A Retórica, ainda segundo Aristóteles (p., 96), é “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada”. Por isso, suas regras se aplicam a diferentes gêneros, não estando presa a apenas uma determinada forma de comunicação. Contudo, é sempre em função de um auditório que o caráter retórico de um discurso se dirige.

A variedade de auditórios é quase infinita, e, por querer/precisar adaptar-se, o orador se vê com inúmeros problemas. A busca pela objetividade corresponde ao desejo de transcender as particularidades históricas e locais que geram heterogeneidade nos auditórios, de modo que as teses defendidas possam ser aceitas por todos. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 30): “Para quem se preocupa mais com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação”.

Mas “[...] para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. [...] ora essa característica racional da convicção depende dos meios utilizados, ora das faculdades às quais o orador se dirige”. Na persuasão,

o indivíduo “se contenta com razões afetivas e pessoais” (DUMAS apud PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 30), sendo a persuasão, em geral, “sofística”. Pela Retórica se pode observar como a linguagem e o discurso são/estão articulados.

Separar o que é convicção e persuasão de maneira determinista não é o objetivo de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Para eles, esses processos possuem um matiz bastante delicado e dependente, e, mesmo que se queira convencer alguém, há algo de persuasivo nas proposições, pois seria equivocado pensar que se poderia convencer todo indivíduo a agir de determinada maneira a partir de uma demonstração, pois o convencimento está *mais* para a demonstração e a persuasão está *mais* para a argumentação. Os autores chamam de “[...] *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e [...] *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (Ibid., p. 31, grifo do autor).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2004) afirmam que, ainda que se procure *convencer* a todo indivíduo “normal”, isso não seria possível, pois não se conseguiria traçar uma verdade absoluta sobre e para todo o tipo de auditório; o orador sempre tem que se colocar ao juízo de seus leitores (Ibid., 2014). Mas o fato é que o orador, na sua argumentação, tentará fazê-lo desta ou daquela forma, ainda que a diferença entre ambas seja bastante delicada. Os autores da “Nova Retórica” dizem que a convicção e a persuasão são, para Kant, duas espécies de crenças:

Quando é válida para cada qual, ao menos na medida em que este tem razão, seu princípio é objetivamente suficiente e a crença se chama *convicção*. Se ela tem seu fundamento apenas na natureza particular do sujeito, chama-se *persuasão*. A persuasão é mera aparência, porque o princípio do juízo que está unicamente no sujeito é tido por *objetivo*. Assim, um juízo desse gênero só tem um valor individual e a crença não pode comunicar-se ... Logo, a persuasão não pode, na verdade, ser distinguida subjetivamente da convicção, se o sujeito imagina a crença apenas como um simples fenômeno de seu próprio espírito; mas a experiência que se faz no entendimento dos outros, dos princípios que são válidos para nós, a fim de ver se eles produzem sobre uma razão alheia o mesmo efeito que sobre a nossa, é um meio que, mesmo sendo somente subjetivo, serve não para produzir a convicção, mas para descobrir o valor particular do juízo, ou seja o que nele é apenas simples persuasão... posso guardar para mim a persuasão, se me dou bem com ela, mas não posso, nem devo fazê-la valer fora de mim. (KANT, 1927, pp. 634-5, apud PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 31-32).

Mas Perelman e Olbrechts (2014) criticam a relação subjetivo-objetiva feita por Kant para diferenciar persuasão de convicção, pelo fato de o autor prussiano só admitir, como argumentação, a prova puramente lógica e desconsiderar da filosofia, a não coerciva. Para os autores da Nova Retórica, tal objetivismo exclui qualquer possibilidade de argumentação para auditórios particulares e só considera o universal. Mas a Retórica, continuam, se interessa por esses campos particulares, nos quais o pensamento vivo e criativo acontece: “a partir do momento que se admitem que existem outros meios de prova, além da prova necessária, a argumentação concernente a auditórios particulares tem um alcance que supera a crença puramente subjetiva”. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 32). Assim, um pensamento logicista/formalista vai de encontro aos pensamentos de Bakhtin e dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Para estes últimos, a argumentação dependerá necessariamente do auditório particular ao qual é dedicada; e

O matiz entre os termos *convencer* e *persuadir* seja sempre impreciso e que, na prática, deva permanecer assim. Pois, ao passo que as fronteiras entre a inteligência e a vontade, entre a razão e o irracional, podem constituir um limite preciso, a distinção entre diversos auditórios é muito mais incerta, isso ainda mais porque o modo que o orador imagina os auditórios é o resultado de um esforço sempre suscetível de ser retomado. [Assim], é, portanto, a natureza do auditório ao qual alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em ampla medida tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter, o alcance que lhes serão atribuídos. (Ibid., 2014, p. 33).

A partir dessa ação responsivo-ativa do auditório (termo de Bakhtin), Perelman e Olbrechts-Tyteca questionam a natureza desse auditório: que tipo de auditório tem esse caráter normativo sobre a natureza convincente da argumentação? E os próprios autores, a partir de tal questionamento, dizem que há, tanto na prática quanto no pensamento filosófico, *três tipos de auditórios*. Vejamos, pois (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2014):

- i) O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, chamado de auditório *universal*;
- ii) O segundo formado, no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige;

- iii) O terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos; quando ele se divide podendo argumentar consigo mesmo.

Os dois últimos tipos de auditórios são encarnações do auditório particular, ainda que precárias. É muito importante destacar que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) afirmam que, mesmo com um auditório universal, se possa considerar um auditório particular para cada orador, a cada instante e para cada qual existe um auditório que transcende todos os outros e que é difícil precisar como auditório particular. Não obstante, o orador e o interlocutor podem ser considerados auditórios particulares quando se conhece ou se prevê suas reações e cujas características se podem estudar; é neste ponto, afirmam os autores, que está a importância do auditório universal. Como se vê, o orador e o auditório são sujeitos discursivos, e eles se constituem, no processo argumentativo, como sujeitos retóricos e discursivos, ao mesmo tempo.

Orador e auditório, assim, estão em constante contato. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) chamam o contato entre esses sujeitos de *contato de espíritos*; uma vez que o orador consegue a atenção/adesão de seu auditório, este, por sua vez, pode aderir ao pensamento daquele mediante suas próprias convicções, isto é: o interlocutor/auditório, baseado em suas experiências, adere ao pensamento/discurso do locutor/orador. O contato entre o orador e seu auditório é essencial para o desenvolvimento da argumentação, pois

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. (PERELMAN e Olbrechts-Tyteca 2014, p. 21).

E é nesse contexto de relações e trocas que o modo de organização do discurso argumentativo perfaz-se; discutiremos no subitem 2.3 como Charaudeau (2008) observa esse modo de organização do discurso argumentativo.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 16),

Para que haja argumentação é mister que, num dado momento, realize-se uma comunidade efetiva dos espíritos. É mister que se esteja de acordo, antes de mais nada e em princípio, sobre a formação dessa comunidade intelectual e, depois, sobre o fato de se debater uma questão determinada.

Como dito, todo discurso se dirige a um auditório, seja um interlocutor imediato, seja um leitor, pois “a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 7).

O orador precisa conhecer seu auditório, é necessário que falem a “mesma língua”. Isso é o mínimo indispensável à argumentação: uma linguagem comum. Mas isso não é o suficiente. É preciso ter em mente que “o conjunto daqueles aos quais desejamos dirigir-nos é muito variável” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, p. 18).

Outro ponto importante em se querer adesão de seu interlocutor é ter apreço por ele, afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), pelo seu consentimento, pela sua participação mental. É uma relação horizontal. Não deve haver, para o orador, a pretensão de ser a “fala do evangelho”, mas deve buscar mostrar seus argumentos e persuadir a partir deles.

Uma argumentação que se baseie tão somente à teoria da persuasão racional – ou do convencimento pela demonstração universal – mostra-se pouco útil, posto que considera que há uma verdade absoluta sobre tudo, uma só possível interpretação e que tudo se inclina ao que já é objetivamente válido (VIDON, 2003). Tal posição é mera ficção, pois isola o sujeito do fato, da realidade. Essa postura é formalista. Ela procura evitar as situações particulares que levem à contradição do “óbvio”.

Mas,

[...] quem visa a uma ação precisa, que se desencadeará num momento oportuno, deverá [...] excitar as paixões, emocionar seus ouvintes, de modo que se determine uma adesão suficientemente intensa, capaz de vencer ao mesmo tempo a inevitável inércia e as forças que atuam num sentido

diferente do desejado pelo orador (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 52).

Todavia, o homem não é constituído de faculdades totalmente separadas, como a ação por meio do entendimento (intemporal) e a ação sobre a vontade (irracional). A argumentação está voltada para o futuro: ela busca provocar ações ou preparar para elas, atuando por meios discursivos no auditório. Tudo na argumentação é “moldado” em relação ao auditório, colocam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014): “a eficácia de uma exposição, tendente a obter dos ouvintes uma adesão suficiente às teses apresentadas, só pode ser julgada pelo objetivo que o orador se propõe” (54-p. 55). E, com isso, “a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado das coisas preexistentes” (p. 61). Muitas vezes, o orador é comparado a um agressor, mas o recurso da argumentação exclui a violência. Colocar-se a argumentar diante de um auditório é reconhecer sua liberdade de juízo e procurar influenciá-la. É nesse sentido, como ressalta Vidon (2003), que os resultados de uma argumentação são circunstanciais; não são simplesmente prováveis por uma lógica formalista e determinista.

O orador e o auditório estão em um processo de troca e construção. Para argumentar sobre determinada proposição que afetaria determinado (s) grupo (s) – ainda que se busque ser objetivo –, é preciso fazer parte do grupo ou ser-lhe solidário. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 67) dizem que é preciso que haja envolvimento, pois

[...] quando uma opinião exerce uma influência sobre a ação, já não basta a objetividade, a menos que se entenda por isso o ponto de vista de um grupo mais amplo, que engloba ao mesmo tempo os adversários e os neutros [isso porque] ser *imparcial* não é ser *objetivo*, é fazer parte de um mesmo grupo que aqueles a que se julga, sem ter previamente tomado partido por nenhum deles.

A imparcialidade pode ser favorável ou não à argumentação. Pois ela pode ser considerada uma falta de empatia com os envolvidos, pouca participação nas discussões. E ao mesmo tempo, pode ser o ponto de equilíbrio entre visões diferentes sobre um mesmo assunto, desde que dando a todos os lados atenção igual (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Contestando a visão de que só a demonstração é argumentativa, os autores da “Nova Retórica” afirmam que quando se quer refutar as teses de que são os desejos que fundamentam a crença, busca-se mostrar a imparcialidade citando exemplos que contrariariam a guia de tomada de decisão por base em desejos, explicando os motivos e regras e, assim, encontrando diálogo e identificação com os interlocutores que poderiam se identificar com o auditório universal que o orador concebe. Ainda neste caso, há mais que demonstração: a argumentação é construída de acordo com a ideia que se faz do auditório, do que este quer ouvir, do que acredita.

Com a discussão deste tópico, mais do que relacionar e articular as teorias do discurso à Retórica, buscamos evidenciar a importância dos estudos retóricos nos estudos do discurso. Vidon (2003; 2009) argumenta que, até meados do século XX, os matemáticos, físicos e, inclusive, boa parte dos filólogos, por exemplo, por terem como base o paradigma científico galileano, ignoravam os estudos e métodos da Retórica, que se encontra nas ciências humanas e não se adequa ao modelo da lógica formal, mas precisa ser estudada/desenvolvida dentro de suas próprias especificidades: longe de uma ótica *sine qua non* de realização e condição de ciência; no quadro ação/reação.

Discutiu-se ao longo desta subseção a importância dos estudos retóricos para os estudos do discurso, os fundamentos da Retórica, seus princípios e alguns de seus principais problemas, como se dá a relação entre o orador e o auditório, a diferença entre persuasão e convencimento e a diferença e relação entre auditório universal e auditório particular. Nos propomos, no próximo ponto, a falar, especificamente, sobre o *modo argumentativo de organização do discurso*: as escolhas lexicais e discursivas, que estão dentro de um processo semântico, ideológico e semiótico de significação; os efeitos de sentido que são construídos a partir das circunstâncias do discurso; e como a argumentação, como já mencionado, não está na ordem da materialidade linguística, mas é discursivamente construída.

2.3. O MODO ARGUMENTATIVO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Para Charaudeau (2008), é por meio e através da linguagem que o homem se constrói, a partir da imagem que tem de si e de seu interlocutor. O autor de “Linguagem e Discurso: modos de organização” afirma que a linguagem é o maior poder do homem, e o permite, dentre suas inúmeras finalidades, convencer e seduzir o outro. Mas o semiolinguista alerta que a linguagem não é uma “coisa” pronta para ser usada pelo homem, mas “uma atividade humana que se desdobra no teatro da vida social e cuja encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um ‘*savoir-faire*’ [...]”. (Ibid. p. 7).

Observamos, então, que a linguagem é produto e processo, e que sua característica principal é da ordem do ideológico, do semiótico, e que processos como convencer e persuadir, por exemplo, não são tarefas simples: é preciso que o locutor saiba do que está falando para que seu discurso tenha credibilidade e que saiba envolver o interlocutor por meio de uma razão demonstrativa (relações de causalidade) ou de uma razão persuasiva (provas por argumentos que justifiquem determinada posição) (CHARAUDEAU, 2008); processos argumentativos entendidos, respectivamente, como convencimento e persuasão para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

Tais processos não são, pura e simplesmente, da ordem da materialidade linguística, ainda que não existam sem ela, mas são processos/atividades que envolvem fatores extralinguísticos e, principal e essencialmente, relações dialógicas e ideológicas: “o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se frequentemente, no que está *implícito*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 204, grifo do autor).

A finalidade do modo de organização do discurso argumentativo é argumentar. Mas a argumentação não se resume ao estabelecimento de sequências tipológicas e coesas, já que caminha, principalmente, para o estabelecimento de relações de sentido em que um locutor tenha a pretensão de justificar seu ponto de vista e convencer seu interlocutor, por meio de sequências argumentativas produtoras desse sentido. Por exemplo, “o discurso político se caracteriza por um jogo polêmico, que utiliza constantemente contratos e estratégias para convencer ou seduzir o outro” (CHARAUDEAU, 2008, p. 58). Mas não é apenas o discurso político que utiliza estratégias discursivas na produção de sentido de um texto: para qualquer

[...] locutor, falar é, pois, uma questão de estratégia, como se ele perguntasse: 'Como é que vou/devo falar (escrever), levando em conta o que percebo do interlocutor, o que imagino que ele percebe e espera de mim, do saber que eu e ele temos em comum, e dos papéis que eu e ele devemos desempenhar'. (Ibid. p. 75).

Uma vez mais, o diálogo entre uma teoria do discurso (a Semiologia de Charaudeau) e a Retórica é construído. A Retórica cria polêmicas, como defende Vidon (2003), sobre o inesperado; e as circunstâncias de produção do discurso são impreteríveis na construção dos enunciados, inclusive os argumentativos.

Argumentar, como processo comunicativo/discursivo, é proceder a uma encenação com finalidade de seduzir, persuadir e convencer seu interlocutor; para Charaudeau (2008), o convencimento é também um processo argumentativo, que se dá por uma *razão demonstrativa* de uma ideia, uma proposição. E em seu trabalho minucioso sobre o ato de linguagem e os modos de organização do discurso, o semiolinguista aprofunda a definição sobre o argumentar e a argumentação. Para ele,

Argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma [...] *busca de intencionalidade* que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de um fenômeno do universo. [...] [e] *uma busca de influência* que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com o outro (interlocutor ou destinatário) um certo *universo de discurso* até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas [...]. (CHARAUDEAU, 2008, p. 206).

E a argumentação, que é o todo construído com a contribuição do modo de organização do discurso argumentativo, é

[...] o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva [e] define-se, portanto, numa relação triangular entre um sujeito/orador, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo (Ibid. p. 207).

Assim, para que haja argumentação, é necessário que exista:

- uma *proposta sobre o mundo que provoque um questionamento*, em alguém, quanto à sua *legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta)*.
- um *sujeito que se engaje* em relação a esse questionamento (convicção) e *desenvolva um raciocínio* para tentar estabelecer uma *verdade* (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples *aceitabilidade* ou de uma *legitimidade*) quanto a essa *proposta*.
- *um outro sujeito* que, relacionado com a mesma *proposta, questionamento e verdade*, constitua-se no *alvo* da argumentação. Trata-se da pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a *compartilhar* da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar a *favor*) ou refutar (ficar *contra*) a argumentação. (CHARAUDEAU, 2008, p. 205, grifo do autor).

Tomando como exemplo os gêneros do jornalismo escrito, o sujeito-alvo é o leitor do jornal, que, consciente ou não do papel do autor/locutor de determinado gênero, envolve-se no processo argumentativo.

O modo de organização do discurso argumentativo tem como função base expor e provar as causalidades numa dada racionalidade, no intuito de influenciar seu interlocutor, seja por meio da *persuasão*, seja por meio do *convencimento*. A argumentação acontece quando um sujeito se engaja em uma proposta, raciocina sobre ela e tem a pretensão de levar seu interlocutor a um pensamento análogo ao seu.

O teor argumentativo de um discurso pode não ser percebido *a priori* na fala ou na escrita de um locutor. Sempre é necessário fazer e criar relações com outros textos que, muitas vezes, funcionam como vozes dentro de um determinado discurso (do texto em questão). Quando a argumentação não é mostrada mais tacitamente, o interlocutor pode se envolver facilmente no discurso do locutor e aceitar seu ponto de vista e suas visões de mundo.

O discurso publicitário, por exemplo, usa os modos de organização do discurso descritivo e narrativo para culminar em uma argumentação (CHARAUDEAU, 2008); e isso acontece, na maioria das vezes, pela sedução²⁵. Não obstante, a lógica que o locutor cria para o interlocutor pode ter, também, um resultado bastante satisfatório. Desse modo, percebe-se que, no processo de construção de uma argumentação, o locutor, consciente ou inconscientemente, estabelece relações entre diferentes

²⁵ Percebemos, a todo momento, que muitos pressupostos teóricos de Charaudeau se confundem ou dialogam com os estudos da [Nova] Retórica. Além do exposto, tal relação nos leva a concordar com as palavras de Fiorin (2014) sobre o fato de as teorias do discurso 'herdarem' a Retórica.

asserções, “através de procedimentos que constituem o que chamamos de *organização da lógica argumentativa*” (Ibid. p. 207).

Na elaboração de um argumento, outro fator que não deve ser ignorado é a condição de verdade, o agir de forma ética (CHARAUDEAU, 2008; PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Isto é, a *provável* honestidade é condição importante para a credibilidade de um argumento. Isso implica dizer que

Pelo fato de que nenhum sujeito é ingênuo, essa busca do verdadeiro torna-se a busca do *mais verdadeiro*, ou seja, do *verossímil*, (o verdadeiro não sendo graduável), de um verossímil que depende das representações socio-culturais compartilhadas pelos membros de um determinado grupo, em nome da experiência ou do conhecimento. (CHARAUDEAU, 2008, p. 206).

A relação de verdade e honestidade de um argumento, relatada nas citações acima e vista no início da seção 2 de nosso estudo, está envolvida no fato de que uma argumentação estabelece uma relação de causalidade (CHARAUDEAU, 2008). Se um fato é exposto (uma asserção), alguém pode contestá-lo, defendê-lo ou explicá-lo (um ponto de vista sobre esse fato - Proposição), por meio de um “quadro de raciocínios persuasivos” (persuasão), isso sempre no uso de uma possível verdade, que influenciará na tomada, ou não, de posição do sujeito/orador (CHARAUDEAU, 2008). Contudo, não se pode pensar que uma asserção ou um encadeamento de asserções são processos argumentativos: eles combinam-se, constituindo a *proposta*, que é parte do processo argumentativo, e, somada à *proposição* e à *persuasão*, formam o dispositivo²⁶ argumentativo (CHARAUDEAU, 2008). Deste modo, “Isso nos leva a definir o *dispositivo argumentativo* como sendo composto de três quadros: PROPOSTA, PROPOSIÇÃO, PERSUASÃO, que são suscetíveis de se superpor na configuração discursiva de uma argumentação” (Ibid. p. 221).

Argumentar não é estabelecer uma sequência de argumentos. Argumentar é construir enunciados sobre asserções do mundo, com a intenção de demonstrar algo e *persuadir* com esse discurso. Quando uma argumentação não consegue persuadir ou envolver o interlocutor de alguma maneira, pode ter sua importância

²⁶ Charaudeau usa o termo dispositivo, mas preferiremos usar, principalmente na seção de análise, o termo *estratégias*, por acharmos mais adequado à teoria de Bakhtin.

desprezada, isto é, “uma argumentação pode ser anulada em seu próprio fundamento ou, em todo caso, anulada em sua validade. A argumentação desaparece sob a contestação se não logra superá-la” (CHARAUDEAU, 2008, p. 201). E para superar uma contestação, a elaboração de uma argumentação não deve ser feita de maneira irresponsável e inconsciente. O locutor, ao defender seu ponto de vista, deve ter certeza de suas falas, pois ela pode ser facilmente refutada ou ignorada, a depender, muitas vezes, da abordagem que o locutor faz ao seu interlocutor.

Outra condição de argumentação – para o contato entre o locutor/orador e interlocutor/auditório (o contato dos espíritos) – é quando estes fazem parte de um mesmo meio, quando convivem, quando mantêm relações sociais.

Fica claro com o exposto que a argumentação tem uma estreita relação com a busca e defesa de respostas, o que é próprio de qualquer enunciado, como citado anteriormente. E é no momento de manifestar e defender discursivamente seu ponto de vista, que o locutor, ao construir uma argumentação, que está no âmbito da organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008), faz uso das categorias de língua. Além disso, a defesa de um ponto de vista deve ser adequada ao interlocutor; o que reforça a qualidade essencial de um texto/discurso em ser dialógico.

Charaudeau (2008) trabalha com algumas categorias de argumentação sobre as quais podemos refletir: os *modos de encadeamento* (a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição, a causa, a consequência e a finalidade) das articulações lógicas, que são colocados, muitas vezes, na ordem da demonstração (convencimento) e/ou observados na materialidade verbal, mas se constroem, de fato, como recursos argumentativos, estando no âmbito discursivo; e as *modalidades* (ou condições de realização), que criam vínculo entre as asserções, do *eixo do possível* (o que poderia ser), do *necessário* (o que deve/precisa ser) e do *provável* (o que pode/poderá ser). Esses dois processos também são necessários para a construção da lógica argumentativa porque

[...] a relação argumentativa se define no seu fundamento como uma relação de causalidade [e] a passagem de uma [asserção para a] outra se fará segundo uma inferência que estabelece, entre premissa e conclusão, um *vínculo modal* [...] (CHARAUDEAU, 2008, p. 210 e 212).

Não escapa à lógica argumentativa, como se observou mais acima, o escopo do *valor de verdade*, tomado como critério de argumentação por Charaudeau (2008) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Para o primeiro, este escopo é “o conjunto da relação argumentativa que está sob o escopo do valor de verdade: ‘para todos os casos’ (generalização), ‘para um caso específico (particularização), ‘para um caso suposto’ (hipótese).” (CHARAUDEAU, 2008, p. 210 e 212). Já para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), precisamos destacar, não são apenas os argumentos lógicos que são argumentativos, mas, principalmente, os circunstanciais, criados a partir de uma construção, pelo orador, de um auditório. O escopo do valor de verdade abrange a proposta como um todo; isto é, é a fundamentação da argumentação. Mas o sujeito/orador também compõe o processo argumentativo, ele faz parte da enunciação.

Argumentar é, portanto, uma atividade discursiva que participa, segundo Charaudeau (2008), de uma *busca de racionalidade*, que tende a um *ideal de verdade*, a busca do “mais verdadeiro”; e uma *busca de influência*, que tende a um *ideal de persuasão*. De modo geral, vemos uma grande proximidade entre a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca e os pressupostos de Charaudeau (2008). Vale destacar que ambos trabalham com outras categorias além das mencionadas nesta pesquisa. Os pontos que foram discutidos, de ambas correntes, a nosso ver, caminham em direção aos estudos bakhtinianos do discurso; aqueles que, por sua vez, não foram trabalhados podem não tê-lo sido por não apresentarem a mesma ou similar relação. Veremos, então, a seguir como as três correntes de estudos da linguagem observam os sujeitos discursivos.

2.4. ORADOR/LOCUTOR E AUDITÓRIO/INTERLOCUTOR: SUJEITOS RETÓRICOS E DISCURSIVOS

Os fatos não falam por si sós. Os fatos são significados dentro de esferas de comunicação, atendendo a finalidades discursivas e ideológicas. Assim, estamos falando de linguagem, de sujeitos. Vimos nas páginas anteriores que Perelman e

Olbrechts-Tyteca (2014) alertam para a problemática do cientificismo que prega que os fatos são únicos e se autojustificam; Bakhtin, desde o início do século XX, já questionava essa visão positivista de ciência.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), pensamentos cientificistas desprezam totalmente a posição do auditório, do interlocutor, bem como suas disposições cognitivas e afetivas, e o concebem apenas de maneira institucionalizada. Associando ao pensamento de Bakhtin (2010), poderíamos dizer que tal postura logicista esvazia a comunicação e a torna protocolar.

Mas, como sabemos, a linguagem não é algo pronto, acabado e totalmente dominado. Mesmo com o rigor de muitas apresentações, ao se defender uma tese, ainda nos moldes citados, deve-se construir e articular argumentos, defendendo um ponto de vista, organizando uma argumentação. Com efeito, “para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 20). Assim, não podemos ignorar a importância do interlocutor no processo de argumentar e em nenhum outro evento discursivo.

Nos veículos midiáticos atuais, não é fácil perceber quem é o autor de determinados enunciados, de determinada argumentação, pois os discursos, muitas vezes, se prestam a interesses puramente mercadológicos; é como se a questão econômica fosse uma justificativa para os veículos midiáticos, o que, na perspectiva que trabalhamos, não é: a imprensa é responsável pelo que veicula e como veicula, e “transformar” um determinado acontecimento em notícia em detrimento de outro acontecimento é, sempre, uma escolha. Mas, nesse sentido, pode-se questionar o que é passível de tornar-se notícia (CHARAUDEAU, 2013). Muito provavelmente, aquilo que atenda a interesses político-ideológicos – e de mercado – de determinado grupo.

O discurso impresso, como quase tudo – se não tudo –, tornou-se mercadoria; basta olharmos para o “comportamento” da mídia; a construção dos gêneros do jornal, os gêneros de publicidade, a forma como os enunciados são configurados. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) já observavam esse caráter mercadológico dos veículos de comunicação e colocam que, para ser ouvido, é preciso ter alguma qualidade; a

questão econômica pode ser aquilo que autoriza o dizer, que justifica que um dado fato torne-se notícia, e outro, não.

Mas observando os gêneros do jornal, por exemplo, e sua “vontade” de imparcialidade, podemos entender o que os autores da “Nova Retórica” nos dizem. Na maioria das seções, o jornal como um todo procura não assumir uma posição em seus discursos, em sua argumentação. Já os autores de cartas do leitor, de certa forma, se mostram²⁷, são nomeados. E sua argumentação fica mais visível, pois “[...] percebemos melhor a argumentação quando é desenvolvida por um orador que se dirige verbalmente a um determinado auditório [...]”. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 21); e o fato de o locutor/orador ser nomeado, ter um nome, pode fazer com que seus argumentos sejam mais visíveis, sendo aceitos ou rejeitados. Porém a credibilidade do locutor/orador pode variar conforme as circunstâncias; como dissemos, as circunstâncias são fatores importantes nos estudos retóricos. Poderíamos pensar, neste ponto, nas seleções e edições das cartas do leitor:

Há funções que autorizam [...] a tomar a palavra em certos casos, ou perante certos auditórios, há campos em que tais problemas de habilitação são minuciosamente regulamentados. [...].

Em qualquer situação, o contato com o orador e o auditório é essencial para o desenvolvimento da argumentação: Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa a auditório que procura influenciar. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 21).

Seria o caso dos jornais?

Perelman e Olbrechts (2014) vão, de maneira bem clara, mostrando como não se pode conceber o orador e o auditório como sendo as pessoas físicas, mas as instâncias que vão sendo constituídas a partir do contato/interação e do propósito de comunicação. São sujeitos discursivos, sujeitos dialógicos. O jornal e o leitor, por exemplo, são instâncias discursivas que se constroem mutuamente em cada dia e em cada espaço/seção; há sempre trocas entre ambos e a argumentação sobre determinado acontecimento será construída nessa relação de trocas.

²⁷ Discutiremos melhor a questão dos gêneros do jornal na seção 3.

Mas quem é esse auditório? Como defini-lo? O que podemos pensar, primeiro, é que não se trata, necessariamente, de uma pessoa interpelada pelo nome, nem o conjunto de pessoas que o orador vê à sua frente. É a ideia que o orador tem de seu auditório que conduz a construção de seu discurso. Podemos pensar, ainda, que o leitor cria uma imagem de determinado veículo midiático a partir das escolhas dos assuntos, a forma como esses assuntos são abordados entre outras marcas discursivas que esse veículo mostra, intencionalmente ou não; bem como determinada instância midiática constrói para si uma imagem de “leitor/consumidor ideal”. Nesse sentido, vê-se

[...] quão difícil é determinar, com a ajuda de critérios puramente materiais, o auditório de quem se fala; essa dificuldade é muito maior ainda quando se trata do auditório do escritor, pois na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 22).

Assim, no Tratado da Argumentação, os autores dizem ser o auditório o conjunto daqueles que se quer influenciar. Vemos, então, que tanto o auditório quanto o orador são instâncias discursivas da Retórica engendradas na enunciação, e que, no ato de argumentar, “cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos” (Ibid., 2014 22).

Para Bakhtin e para os teóricos da Nova Retórica, orador/locutor e auditório/interlocutor são construções que se engendram no ato da Enunciação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) afirmam que o orador precisa buscar determinar uma “imagem de auditório” o mais próximo possível da realidade:

[...] o auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhes as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe a persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência (p. 22).

Isso porque, para os autores, uma imagem mal formulada do auditório poderia ter consequências desastrosas. Bakhtin (2011), por sua vez, afirma que o interlocutor

ocupa um papel responsivo-ativo no processo de enunciação; tudo na enunciação é evento, é único. Inclusive os sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2010). Não obstante, há um horizonte de compartilhamentos; há imagens discursivas do outro, da situação, da forma de comunicação, do gênero. Não devemos, contudo, entender que se tratam de determinações, mas sinalizações que o evento comunicativo irá atualizar, irá concretizar.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 23) ainda afirmam que “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz”. E não se pode esquecer que a opinião de um indivíduo pode refletir, quase sempre, o meio social que vive, suas experiências de vida. E

[...] cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas opiniões indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados [...] (Ibid., 2014, p. 22).

Na construção de uma imagem de auditório, o orador não pode ignorar que esse auditório, quando não é um ouvinte particular bem específico, será, certamente, bastante heterogêneo. Por conta dessa heterogeneidade, a construção argumentativa, em casos como esse, gira em torno de representações coletivas, estereótipos ou *tópoi*, ou seja, discursos relativamente consensuais e socialmente partilhados, o que Charaudeau (2013) chama de *imaginários sócio-discursivos*. Isso implica, na construção da argumentação, a utilização de diferentes argumentos que conquistem os diversos elementos de seu auditório (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014): “É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador” (p. 24). Lembrando que a visão que o orador tem de seu auditório é hipotética, podendo, ou não, coincidir. Vemos, então, que o processo de construção do orador e do auditório é contínuo durante toda argumentação: o ouvinte/interlocutor das palavras de Bakhtin é uma imagem responsivo-ativa construída no processo de comunicação. Com efeito,

[...] toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém. Como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. [...]. A palavra é um território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 117, grifo do autor).

Um auditório, como um conjunto de leitores de um jornal, será bastante variado e, com certeza, poderá ser dividido em subgrupos por classe social, faixa etária, etc. A visão que o orador tem de si é que resultará na divisão ou não, por ele, de seu auditório. Neste sentido, é preciso conhecer o auditório para influenciá-lo, e “conhecer o auditório é também saber, de um lado, como é possível assegurar seu condicionamento, de outro, qual é, a cada instante do discurso, o condicionamento que foi realizado”. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 26). É sempre um processo de troca e de construção do orador e do auditório: no processo de construção da argumentação, o orador cria uma imagem de auditório e procura condicioná-lo. Mas esse condicionamento também se dá através do discurso “[...] o auditório já não é, no final do discurso, exatamente o mesmo do início”. É uma adaptação/construção contínua do orador ao seu auditório.

Quando o orador limita a construção de sua argumentação a apenas determinado tipo de auditório, ele incorre no risco de apoiar-se em teses que podem não ser aceitas por outras pessoas além daquelas às quais ele se dirige naquele momento; é o que afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008). O perigo mostra-se mais aparente quando se trata de um auditório heterogêneo, o qual o orador deveria decompor para que sua argumentação seja efetiva sobre todo ele. Isso mostra a fraqueza de argumentos que só são efetivos a auditórios particulares. O orador deve buscar *o acordo do auditório universal, que não é uma questão de fato, mas de direito*. A verdade está no acordo: “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, p. 35).

Todavia

O auditório universal é constituído cada qual a partir do que se sabe dos seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*. (OLBRECHTS-TYTECA, p. 37, grifo do autor).

Mas quando a argumentação não atinge a todos do auditório universal, pode-se reformulá-la. Caso não funcione, pode-se apelar a uma argumentação opondo o auditório universal a um auditório particular, como um auditório entendido como sendo um auditório de elite²⁸ (ainda que nem sempre seja assimilável), conferindo a essa argumentação legitimidade. A argumentação é, portanto, circunstancial (VIDON, 2003).

A mudança de direção do auditório universal ao auditório particular não é aleatória. Muitas vezes, afirmam os autores da Nova Retórica, o auditório de elite não quer ser comparado ao homem comum e ocorre que o processo de aceitação – imposição – de determinados argumentos seja de ordem hierárquica. Outras vezes, o auditório de elite é “modelo a ser seguido” por outros auditórios particulares, tornando-se vanguardas para estes. Não obstante, o auditório de elite encarna o auditório universal para aqueles que lhe reconhecem o papel de vanguarda e de modelo. Além do auditório de elite, certos auditórios costumam ser assimilados ao auditório universal: os auditórios especializados, como os cientistas, juristas, etc. Como falado,

[...] o objetivo de toda argumentação é [...] provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida [...] ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, p. 50).

Não se pode desprezar a situação de comunicação na construção da argumentação. Esta é construída dentro de determinadas circunstâncias que, inclusive, podem ir variando e solicitando novas construções. Ora o foco do orador será o auditório particular, ora será o universal, contudo,

²⁸ Por questões culturais e/ou econômicas.

os auditórios não são independentes; [...] mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar da concepção do auditório universal própria de determinado auditório concreto, para examinar, a um só tempo, o modo como é composto, quais os indivíduos que, conforme o critério adotado, o integram e qual legitimidade desse critério. Pode-se dizer que os auditórios julgam-se uns aos outros (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, p. 39).

Buscamos destacar nos parágrafos desta seção, de modo geral, a relação entre as teorias do discurso com a Retórica nos estudos do caráter argumentativo da linguagem; nosso intuito, seguindo as palavras de Fiorin (2014) e Vidon (2003), foi defender a importância dos estudos retóricos para os estudos do discurso, em especial aos estudos da argumentação. Na subseção 3.2 continuaremos a falar sobre o modo argumentativo de organização do discurso. Porém, nosso foco é mais específico aos objetivos desta pesquisa, mostrados na introdução. Para tanto, nas próximas páginas, almejamos construir mais um diálogo com o pensamento de Bakhtin sobre os gêneros do discurso e as esferas de comunicação verbal, a questão da autoria e como o modo argumentativo de organização do discurso, dos estudos do semiolinguista Charaudeau, pode estar relacionado a estes pontos de estudos do pensamento de Bakhtin.

3. GÊNEROS DO DISCURSO ARGUMENTATIVO, A ESFERA JORNALÍSTICA E AS CARTAS DO LEITOR

Na seção anterior, discutimos a relação entre o pensamento dialógico de Bakhtin, a Teoria Semiolinguística de Charaudeau e a Nova Retórica, buscando construir diálogos sobre o caráter argumentativo da linguagem. Embora tenha se falado bastante, neste e em outros trabalhos, sobre a problemática em torno da teoria bakhtiniana do discurso, sabemos que nossos enunciados, por serem dialógicos, engendram respostas e não esgotam as pesquisas no campo de estudos do dialogismo e dos demais pontos que discutimos até este momento. Nas próximas páginas, inclinaremos nosso olhar especificamente sobre a questão dos gêneros do discurso e a relação com as esferas de comunicação verbal, para, a partir daí, observarmos como se dá o processo de construção da autoria no gênero argumentativo *carta do leitor*.

Na atualidade, diferentes trabalhos discutem a problemática em torno dos gêneros do discurso. Inclusive a nomenclatura *gênero do/de discurso* e *gêneros textuais* é objeto de discussão. Como se observa pelas seções anteriores, nosso estudo é pautado nas discussões do Círculo de Bakhtin. Assim, trabalhamos com a noção bakhtiniana de *gêneros do discurso*. Isso porque Bakhtin (2011) consegue representar, a nosso ver, da melhor forma possível a questão da relação dos gêneros do discurso com as esferas de comunicação discursiva. Com tal feito, Bakhtin, em diversos trabalhos, mais precisamente em “Os gêneros do discurso”, um dos capítulos da coletânea “Estética da criação verbal”, procura aproximar teoria e concretude da vida.

É neste capítulo, um ensaio escrito, segundo fontes históricas, por volta dos anos de 1950, que Bakhtin discute de maneira aprofundada a questão dos gêneros do discurso. Mas já em MFL (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009), vemos grandes discussões relativas a essa questão. Na página 42, da 13ª edição do livro, o autor, ao falar sobre o *romance*, coloca que o gênero é um *evento único, orgânico*, submetido a suas próprias leis específicas, que vão reestruturando seus outros elementos, sua composição, seu estilo. Além disso, ao discutir a questão da

psicologia social, o autor afirma que “a psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da “enunciação” sob a forma de *diferentes modos de discurso*, sejam eles interiores ou exteriores” (p. 43, grifo do autor). É necessário, assim, estudar os gêneros do discurso – e a linguagem de modo geral – relacionados às esferas de comunicação em que são construídos, pois

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através de *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 127, grifo do autor).

Assim,

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso [o] que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2000, p. 279)

Charaudeau (2008), com outras palavras – e embora pareça focar bastante em aspectos linguísticos –, discute a questão dos gêneros, quando diz que

o locutor, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela *Situação de comunicação*, utiliza *categorias de língua* ordenadas nos *Modos de organização do discurso* para produzir sentido, através da configuração de um *Texto*. (CHARAUDEAU, 2008, p. 75, grifo do autor).

As falas dos dois autores nos mostram que o discurso se constitui em um gênero a partir do todo do processo de enunciação dentro de uma dada situação. A configuração de um gênero é “relativamente” estável, conforme Bakhtin (2000/2011); o que implica dizer que a configuração e a finalidade de um gênero podem variar de acordo com a situação de comunicação. Entretanto, todo e qualquer enunciado é configurado em algum gênero do discurso por ser constituído por um conteúdo temático, um estilo e uma construção composicional, além de outros elementos

envoltos à situação de comunicação (BAKHTIN, 2011). Esses três aspectos dos gêneros do discurso estão “indissolavelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (Ibid., p. 262).

Mas “a diversidade funcional parece tornar os traços comuns a todos os gêneros do discurso abstratos e inoperantes” (BAKHTIN, 2000, p. 280). Não se deve “ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de um gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico”. Isso “leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida” (p. 282).

Os estudos sobre os gêneros do discurso na teoria bakhtiniana trouxeram inúmeras contribuições para os estudos da linguagem. Isso porque, como apontaremos na subseção seguinte, o enunciado é a *real unidade de comunicação discursiva* (BAKHTIN, 2000/2011). Há de se considerar que esses estudos devem levar em consideração a diversidade e riqueza dos gêneros do discurso, que

são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”. (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Assim, a heterogeneidade dos gêneros do discurso interessa-nos na observação da construção do gênero *carta do leitor*, posto que este gênero está intimamente relacionado a outros gêneros do jornal e a outras formas de comunicação que ultrapassam os limites do próprio do jornal. Outrossim, é importante pensar se esse gênero está mais voltado para as réplicas do diálogo cotidiano ou se segue regras de um contexto mais formal de comunicação³⁰, posto que está em um ambiente

³⁰ Bakhtin (2000/2011) faz distinção entre gêneros primários e secundários, sendo estes últimos mais voltados para os campos científico, literário e formal, e aqueles para os eventos da vida cotidiana. A distinção entre gêneros primários e secundários não entrará no nosso escopo de estudo, no entanto a leitura desse ponto é de suma importância. Por fim, gostaríamos de salientar que o próprio autor (2011, p. 262) sinaliza que a “carta” (em suas diferentes formas) inclui-se nas réplicas do diálogo cotidiano. Não obstante, Bakhtin sinaliza que os gêneros primários são, muitas vezes, “incorporados” nos gêneros secundários, fazendo parte do todo desses gêneros.

formal e complexo de comunicação, ou ainda se a forma de apresentação/construção da carta do leitor pode variar de jornal a jornal, de leitor a leitor, de temática a temática.

Observemos a partir do próximo ponto, como se dá a construção do enunciado concreto, isto é, o enunciado único, irrepetível, com autor e destinatário, para, compreender o processo de enunciação e construção de um gênero do discurso, mais precisamente a constituição dos enunciados concretos do gênero carta do leitor em sua dimensão discursiva.

3.1. O ENUNCIADO CONCRETO: A REAL UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DISCURSIVA

Para Bakhtin/Volochínov (2009), a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal, que são determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. *A tipologia* destas formas concretas, que são as formas de comunicação no contexto da vida e através dos signos, ou seja, os gêneros, é um dos problemas vitais para o materialismo-dialético, pois “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica [...], a cada forma de discurso social corresponde um grupo de temas” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 44).

Todos os contatos verbais entre indivíduos são determinados pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica que derivam dessas relações. Não apenas os contatos verbais, mas todas as formas e meios de comunicação verbal; seja no trabalho, na vida política, na criação ideológica. As condições, formas e tipos de comunicação verbal, por sua vez, determinam tanto as formas como os temas dos atos de fala.

A construção de um discurso, segundo Bakhtin, sempre se dá por meio de enunciados concretos, seja para dialogar, reiterar, ordenar, argumentar, etc. O Enunciado Concreto é a *real unidade da comunicação discursiva* (BAKHTIN, 2000/2011) e, por assumir várias formas e funções específicas, não pode ser

considerado como uma unidade convencional, porque não o é, mas deve ser tido como uma unidade real de comunicação; é a manifestação concreta do discurso (BAKHTIN, 2011). Isso porque o “discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2011, p. 274).

O ato de linguagem não está ligado única e exclusivamente a quem o produz, mas, dentro de uma situação particular de comunicação, realiza-se em função de que ou quem é produzido. Deste modo,

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.(BAKHTIN, 2011, p. 271).

Ou seja, o interlocutor/ouvinte ocupa um papel ativo/responsivo no processo de comunicação na produção do enunciado. O interlocutor não age como um receptor passivo no ato de linguagem, como as teorias da comunicação e a própria linguística da época estruturalista dava a entender: “a compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 271). Isso implica pensar que um discurso não é produzido com um fim em si mesmo, mas relacionado a *outrem*, que agirá em conformidade ou desconformidade com esse discurso. Bakhtin (2011) afirma que no processo de comunicação há uma relação necessária entre o falante e os outros participantes da comunicação discursiva, e que esta é um fenômeno complexo e amplamente ativo. Vimos, na seção 2, que a Nova Retórica e a teoria semiolinguística de P. Charaudeau trabalham neste mesmo sentido; que o auditório (ouvinte/interlocutor), no âmbito da Retórica ou da Nova Retórica, ou o sujeito interpretante, na terminologia de Charaudeau, participam na construção do discurso [argumentativo] do orador/locutor.

Charaudeau (2008, p. 44) também reforça a importância do outro na construção do sentido do texto, ao afirmar que

O TU não é um simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias do discurso e, portanto, sobre o EU (interpretar é sempre instaurar um processo para apurar as intenções do EU).

Seja no pensamento bakhtiniano, seja nas formulações da Nova Retórica ou de Charaudeau, a construção de um texto/discurso³¹ é sempre dialógica. O texto (enunciado concreto)/discurso não mantém uma relação exclusiva com seu produtor, mas uma relação dialógica com os outros participantes da situação comunicativa (BAKHTIN, 2011). Tanto o produtor de um texto/discurso quanto seus receptores têm papel ativo no processo de comunicação: de um lado, um produz o texto/discurso levando em consideração seus conhecimentos de mundo e o que supõe serem os conhecimentos de seu interlocutor; de outro, ao interpretar o texto/discurso, o interlocutor ativa seus conhecimentos de mundo e supõe o que podem ser os conhecimentos de seu locutor. Assim acontece a produção de sentido de um texto: em uma relação dialógica.

A relação necessária que Bakhtin (2000; 2011) afirma existir entre enunciador e destinatário coincide com a relação entre os protagonistas de linguagem, apontados por Charaudeau (2008): ao produzir um texto, o locutor – que é também emissor – leva em consideração os possíveis interpretativos de seu interlocutor – que é também receptor –; ou seja, um locutor não produz determinado texto/discurso sem esperar uma resposta ativa de seu interlocutor.

É nesse sentido que Bakhtin (2011) afirma ser o enunciado a real unidade da comunicação discursiva, porque é o elemento real e concreto no processo de interação dialógico-discursiva, com forma e função específicas, marcando a formação/construção – ou categorização – de um gênero do discurso específico. Entretanto

Por mais diferentes que sejam as enunciações pelo seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, elas possuem como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo *limites* absolutamente precisos. (BAKHTIN, 2011, p. 274).

³¹ As ocorrências “texto/discurso” correspondem ao diálogo entre as teorias de Charaudeau e Bakhtin.

Com efeito, não é a extensão que distingue um enunciado de uma unidade de língua, mas o fato de um enunciado ser a réplica de um diálogo, pois ao se produzir um enunciado, passa-se a participar de diálogos com discursos outros: “um enunciado está acabado quando permite uma resposta de outro. Portanto, o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas” (FIORIN, 2016, p. 24). Mas carrega lembranças, ecos de outros enunciados com os quais ele dialoga, refutando, acrescentando, respondendo, completando. Assim, a completude do enunciado se dá quando ele responde a enunciados anteriores e suscita enunciados “novos”. O enunciado é construído, então, pelas diferentes relações dialógicas que estão envoltas e fazem parte da enunciação; esta, por sua vez, tem como elementos constituintes a *conclusibilidade* e a alternância entre os sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2011).

Por ser construído em processo de enunciação, o enunciado está diretamente ligado aos elementos que a constituem. É preciso entender esses elementos para, então, compreender os aspectos que constituem o todo do enunciado.

Nas relações dialógicas entre enunciados, as formas de determinado gênero são colocadas por limites, que são definidos pela “*alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes” (BAKHTIN, 2011, p. 275, grifo do autor); primeiro elemento constituinte da enunciação. Essa alternância entre os sujeitos do discurso também marca, além dos limites das formas de gênero, a *dinamicidade do enunciado*: o falante termina o seu turno, passando a palavra ao seu interlocutor. Deste modo, como argumenta Bakhtin (2011), o enunciado é uma unidade real de comunicação, marcada pela alternância dos sujeitos do discurso. Essa alternância está diretamente ligada à conclusibilidade, segundo elemento constituinte da enunciação, que assegura ao enunciado uma possibilidade de resposta ou compreensão responsiva (BAKHTIN, 2011) e determina o *todo* do enunciado.

Fazem parte da *conclusibilidade* da enunciação: a *exauribilidade do objeto e do sentido*; o *projeto* ou *vontade de discurso do falante*; e as *formas típicas composicionais e de gênero do acabamento*. Esses três elementos da conclusibilidade, além de fazerem parte dela, determinam o todo do enunciado, são

seus três aspectos. Assim, a *conclusibilidade* da enunciação constitui a inteireza do enunciado (BAKHTIN, 2011).

Vemos, então, que os aspectos que constituem o enunciado estão ligados aos elementos da enunciação. É preciso observar melhor esses aspectos, mas vale ressaltar que Bakhtin (2000, p. 285) ainda afirma que “todas as esferas de atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua” e

em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, simbólica, filosófica, etc.). (BAKHTIN, 2000, p.285).

O estudo da língua deve se dar em seu uso real, ou seja: em suas formas de gêneros do discurso; em seu aspecto social-verbal-ideológico. Dentro desta perspectiva, o enunciado concreto, segundo Bakhtin (2000), apresenta três características peculiares que estão ligadas aos três aspectos dos gêneros do discurso: o conteúdo semântico-objetual (que marca o *tratamento do tema*), o elemento *expressivo* (que determina a *composição* e o *estilo* do enunciado) e a relação do enunciado com o próprio falante e com outros participantes da comunicação discursiva (o enunciado possui um direcionamento).

Segundo Bakhtin (2000), o tratamento do *tema* (do conteúdo semântico-objetual) de um gênero do discurso pode variar bastante; isso dependerá da esfera de comunicação a que pertence e das escolhas do sujeito do discurso, do autor. Nas esferas onde a padronização dos gêneros do discurso sobressai à criatividade (na vida prática e na vida profissional, por exemplo), o tema é explorado ao máximo. Em contrapartida,

Nas esferas criativas (em particular, claro, nas ciências), em compensação, o tratamento exaustivo será muito relativo – exatamente um mínimo de acabamento capaz de suscitar uma atitude responsiva. Teoricamente, o objeto é inesgotável [...] (BAKHTIN, 2000, p. 300).

Conforme explica Geraldo Tadeu Souza (2002, p. 108), “o tratamento exaustivo do tema é [...] um dos fatores do acabamento específico de um enunciado concreto enquanto unidade da comunicação verbal” e faz parte do enunciado concreto, sendo individual, histórico, ideológico, pertencente ao enunciado como um todo, uma resposta; o tema é “o sentido do todo do enunciado concreto” (id.; p. 110).

O *tema* faz parte do todo do enunciado e, com outros elementos, constitui e está estritamente ligado aos gêneros do discurso, pois cada época possui um horizonte ideológico e, por assim ser, suas formas de comunicação e o sentido dessas formas variam de uma época a outra e dentro de uma mesma época. Há de se ressaltar que

todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação humana. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso, cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetual. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais (BAKHTIN, 2011, p. 289).

Isto é, é o *projeto de dizer do sujeito* – do autor – o primeiro elemento que determina as peculiaridades estilístico-composicionais do enunciado, logo, do gênero do discurso; o segundo elemento que também determina essas peculiaridades é o elemento *expressivo*, isto é, o tom valorativo do enunciado.

Assim como o tema, o *estilo* faz parte do todo do enunciado. O estilo é o querer e o como dizer do autor; o estilo é determinado, nesse sentido, pelo elemento *expressivo*³² do enunciado (BAKHTIN, 2011) e limita a abordagem do tema. Ou seja, é o *intuito definido pelo autor* que dará um acabamento relativo ao *tema*, a depender de “condições determinadas, em função de uma dada abordagem do problema, do material, dos objetivos a atingir [...]” (BAKHTIN, 2000, p. 300). Assim, “todo enunciado [...] é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter *estilo* individual” (BAKHTIN, 2011, p. 265, grifo nosso). Vemos, pois, que *tema* e *estilo* estão indissolúvelmente ligados.

³² “[...] peculiaridade constitutiva do enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 296).

O elemento expressivo pode deixar claro o *querer dizer* do falante. Ao se falar algo, independentemente da extensão, será a entonação que deixará claro o aspecto individual desse enunciado. O elemento expressivo é a “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 289). E esse tom valorativo determina as escolhas lexicais e as construções semântico-discursivas. Deste modo, a entonação, o caráter expressivo do enunciado, não se encontra na palavra enquanto materialidade linguística, mas no enunciado, sendo esse sentido histórico-discursivo, posto que uma mesma construção pode ter tons valorativos diferentes, suscitando assim respostas e/ou compreensões responsivas diferentes.

A estrutura composicional, análoga ao estilo, é determinada pelo elemento expressivo do enunciado e, além disso, é marcada pelos *limites* absolutamente precisos da comunicação discursiva. Vemos, pois, como o elemento expressivo do enunciado marca a enunciação e a constituição de um gênero do discurso.

O terceiro aspecto do enunciado é seu direcionamento; o enunciado é construído de alguém para alguém. Um sujeito falante, em seu projeto de dizer, espera uma atitude e/ou compreensão responsiva de seu enunciado por parte de seu interlocutor; isso dentro do processo de enunciação, na qual a troca de turnos entre os sujeitos do discurso faz com que um enunciado suscite uma resposta, que suscite outra resposta e assim sucessivamente, formando uma cadeia na comunicação discursiva. O enunciado possui autor, diferentemente das unidades de língua, e um direcionamento a alguém, que pode ser um interlocutor imediato, como no diálogo cotidiano ou uma coletividade, etc. Os veículos midiáticos, quase sempre, dialogam com uma imagem de leitor, com uma coletividade de leitores; há uma concepção típica de destinatário, dependendo do campo, do gênero e da situação de comunicação (BAKHTIN, 2011). Esse último aspecto do enunciado, o seu direcionamento a alguém, é “sua peculiaridade constitutiva sem a qual não há nem pode haver enunciado” (Ibid., 305).

Bakhtin (2000/2011) afirma que “a vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*” (BAKHTIN, 2011, p. 282), e essa escolha de determinado gênero é

[...] determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temática), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal de seus participantes, etc. [e] a intenção discursiva do falante, com toda sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero (Ibid., p. 282).

Além disso, a escolha de determinada forma de gênero também marca uma *expressividade*, em maior ou menor grau dependendo do gênero em questão ou da própria forma como o enunciado se dá. Conforme Bakhtin (2011), falamos por meio de *gêneros do discurso*, assim tudo o que falamos, todo enunciado que construímos possuem “*formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*”. (Ibid., 282).

Em suma, na comunicação discursiva constrói-se um projeto de dizer, no interior de um horizonte dialógico, marcado pela expressividade sobre um conteúdo semântico-objetal em uma forma de comunicação marcada por limites relativamente estabilizados; ou seja, fala-se sobre um *tema*, em um determinado *estilo*, a partir de uma dada *estrutura composicional*. Essas características do enunciado marcam a construção de uma *forma de gênero*, que variará de época em época, de sociedade em sociedade e, em maior ou menor grau, de enunciação a enunciação, de enunciado a enunciado.

A partir do exposto, vemos, então, que os três os aspectos de inteireza do enunciado estão relacionados aos três aspectos dos gêneros do discurso: A exauribilidade do objeto e do sentido à exauribilidade do tema; o projeto ou vontade de discurso do falante ao estilo; e as formas típicas e composicionais e de gênero do acabamento à estrutura composicional. Ao mesmo tempo, esses três elementos estão intimamente relacionados. É o enunciado em uma forma de gênero do discurso. Além disso, o aspecto de direcionamento do enunciado de alguém para alguém também se relaciona ao primeiro elemento da enunciação, a alternância dos sujeitos do discurso, que marca os limites de formas.

Assim como Bakhtin, Charaudeau (2008), em outras palavras, defende que a comunicação discursiva se dá num processo de enunciação, no qual a alternância

entre os sujeitos de fala compõe uma encenação do ato de linguagem³³, adequado à situação comunicativa do processo de comunicação. O texto/enunciado acontece em uma relação dialógica. Assim são os gêneros do discurso; assim é o processo de comunicação. O linguista francês ainda diz que comunicar é atuar ante uma situação de comunicação específica, as *circunstâncias do discurso*: o “conjunto de saberes supostos que circulam entre os protagonistas do ato de linguagem”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 33). E, além disso, deve-se ter esclarecido que as circunstâncias de produção moldam os atos de linguagem, inclusive, o ato de argumentar, isto é, é a situação real de comunicação na qual estão relacionados os saberes dos protagonistas de fala (orador/locutor/falante e auditório/interlocutor/ouvinte) que regula o que pode e o que não pode ser dito para determinada finalidade (CHARAUDEAU, 2008).

Deste modo,

Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos recíprocos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” num sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecido, de certo modo, os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. (BAKHTIN, 2011, p. 296-297).

Nesse sentido, o enunciado marca a interação entre os sujeitos, o meio pelo qual, numa forma de gênero do discurso, os falantes interagem discursivamente entre si, se constituem enquanto sujeitos de discurso, se constroem mutuamente; refletem as posições discursivo-ideológica uns dos os outros; mas também as refratam, dando novo tom valorativo, nova significação a cada palavra posta. O enunciado traz em si o discurso do outro, mas numa nova significação, como uma “nova” resposta, uma

³³ Esse termo é próprio da semiolinguística de Charaudeau. Bakhtin trabalha com a noção de enunciação.

nova palavra; o dialogismo constitui o enunciado, sua inteireza. E é esse aspecto de reflexo e refração de enunciado a enunciado, de discurso a discurso, de sujeito a sujeito, que se constitui como uma das principais questões de análises das cartas do leitor; assim, é preciso observar: como as cartas refletem os discursos construídos em outros gêneros do jornal e em outros campos da sociedade; como esses discursos são refratados, ressignificados, ganhando novo tom valorativo, novos contornos; e como esses processos são materializados pela palavra. Buscaremos observar as relações dialógicas que constituem o gênero do discurso carta do leitor.

Nas palavras ressignificadas, que ganharam expressividade neste subitem, procuramos discutir como o dialogismo, princípio fundamental da teoria de Bakhtin, perpassa os pressupostos teóricos de Charaudeau. A partir do que já defendemos, falaremos sobre como os gêneros argumentativos, como qualquer gênero, estão relacionados às esferas de comunicação que os constroem e os significam a partir de um processo dialógico. Tal discussão busca fundamentar, além do já colocado, a problemática em torno do processo de autoria do gênero argumentativo “carta do leitor” e como este gênero reflete e refrata as posições ideológicas do próprio jornal.

3.2. A ESFERA JORNALÍSTICA E OS GÊNEROS ARGUMENTATIVOS

Os gêneros dos jornais, como qualquer gênero, na concepção que adotamos, são “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2011, p. 262). Mas que tipos de enunciados são esses? A importância dos estudos acerca de gêneros, de acordo com Bakhtin (2011), não está ligada às características comuns entre eles, mas, sim, à função discursiva que podem apresentar em uma dada comunicação discursiva.

A maioria dos jornais apresenta bastante variedade de gêneros discursivos, que são importantes veículos de formação ideológica. Os gêneros argumentativos presentes nos jornais justificam-se pela própria intenção comunicativa [persuasiva] do jornal, pois

Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, P. 33).

Deste modo, cada campo reflete e refrata determinadas ideologias, porque toda atividade verbal, inclusive a argumentativa (e a supostamente informativa), é ideológica.

As mídias, em geral, se apossam, conforme Charaudeau (2013), das noções de *informação e comunicação* para integrá-las em suas diversas lógicas: econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã). Neste último ponto, especificamente, as mídias tornam-se objeto de atenção para diferentes segmentos da sociedade: da política, do mundo financeiro, do mundo das ciências e da tecnologia, do mundo das ciências humanas e sociais, do mundo educativo e “[...] do próprio mundo midiático que, preso a um jogo de espelhos (ele reflete o espaço social e é refletido por este), é levado a observar-se, estudar-se e autojustificar-se”. (Ibid., 16).

É a lógica simbólica das mídias que interessa aos estudos de Charaudeau (2013), pois

[...] trata-se da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido. Não deixa de ser, no final das contas, que seja essa lógica que governe as demais (CHARAUDEAU, 2013, p. 16).

Isto é, a lógica simbólica das mídias aos diferentes segmentos da sociedade governam as demais lógicas, posto que as mídias têm um importante papel, além do econômico, na formação da sociedade, como o cultural, político e, obviamente, ideológico, que não se separa dos demais. Esse “poder” das mídias sobre os diferentes segmentos faz com que elas construam e difundam discursos, ideologias, culturas. É a representatividade midiática, seu aspecto semiótico, que influencia a sociedade.

Essa representatividade de si, do outro e/ou dos fatos não é o real: “as *mídias não transmitem o que ocorre na realidade social*, elas impõem o que constroem do espaço público” (Ibid., p. 19, grifo do autor). Como podemos perceber isso? A princípio, observando os gêneros discursivos que são construídos na esfera midiática e os espaços discursivos da sociedade com os quais atuam e interferem direta ou indiretamente: a política, a cultura, a economia, a própria mídia e, assim, os jornais.

Mas Para Charaudeau (2013, p. 21), as mídias de informação³⁴ funcionam para atender duas de suas diferentes lógicas:

uma lógica *econômica* que faz com que todo o organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo [...]; e uma lógica *simbólica* que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública.

O jornal é um veículo de comunicação bastante antigo³⁵. Acredita-se que o primeiro jornal a circular se chamava *Acta Diurna*, surgido em Roma, por volta de 59 a.C. e nasceu para atender ao desejo de Júlio Cesar de informar o público e as cidades próximas sobre os acontecimentos sociais e políticos e eventos em geral. Meados do século XV, Johann Gutenberg inventa a prensa e inaugura o jornal moderno. A partir do século XVII, os jornais passaram a seguir como publicações periódicas e frequentes.

O jornal é um produto ideológico e com o passar do tempo foi se modificando e tornando-se cada vez mais presente e influente nas e para as sociedades. Hoje, dentro do sistema capitalista, tornou-se um objeto de consumo e é considerado, por muitos, como afirma o Prof. Dr. Afonso de Albuquerque³⁶, o *Quarto Poder*, isso

³⁴ Charaudeau (2013) define mídias de informação como sendo o conjunto dos suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espaço público: imprensa, rádio, televisão.

³⁵ Conf.: em <http://www.anj.org.br/jornais-breve-historia-2/>; <http://www.jornalista.com.br/historia-do-jornal.html>.

³⁶ Graduado em Ciências Sociais pela UFF. Mestre e doutor em Comunicação e Cultura pela mesma universidade.

devido à grande influência que exerce sobre os interesses políticos, econômicos, culturais, entre outros.

Sabe-se que os jornais, impressos, televisivos ou digitais, são importantes instrumentos para a formação de opinião, e configuram-se como um mecanismo social de linguagem (BONINI, 2006b). Isso porque são compostos por gêneros com grande importância para a formação do(s) discurso(s) da sociedade. Assim, os gêneros do jornal mantêm íntima relação com seus interlocutores. Para Charaudeau (2013), o estudo da *máquina midiática* deve ser feito observando seus *três lugares de construção de sentido*³⁷: produção, produto e recepção; esse quadro, segundo o autor, consiste numa troca entre as instâncias de produção e recepção.

O jornal é, como supracitado, um produto ideológico – e um objeto de consumo –, pois, conforme assinalam Bakhtin/Volochínov (2009), em MFL, toda e qualquer atividade verbal é ideológica, logo, há um domínio discursivo que permeia as escolhas lexicais de um sujeito; neste caso, do jornal. Com isso, deve-se atentar para o fato de que um mesmo enunciado pode resultar em enunciados opacos ou enunciados mais transparentes; é uma questão de escolhas. É preciso se questionar, conforme Charaudeau (2013), sobre quem é o benfeitor e quais seus motivos ao informar; ademais, quem é esse outro que é informado e qual sua relação com o informador? “Enfim, qual é o resultado pragmático, psicológico, social desse ato e qual é seu efeito individual e social?” (Ibid., p. 33). É através da linguagem que se pode ter indícios para se responder a questões como estas, então, observemos um pouco a argumentação no espaço jornalístico.

3.2.1. A argumentação no espaço jornalístico

A argumentação está presente em muitos gêneros do jornal; no entanto, toda essa argumentação está subordinada a um discurso geral de imparcialidade posto pelo jornal. Isso ocorre porque os jornais, muitas vezes, – em muitos gêneros como manchetes, reportagens e na divulgação de cartas do leitor, etc. – “transvestem-se”

³⁷ Preferimos usar o termo “esfera de comunicação/construção verbal/discursiva/ideológica”, de Bakhtin.

de um discurso de *imparcialidade*, e se colocam única e exclusivamente como veículos de informação isenta: “[...] o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 17), pois sabe que, de modo geral, o discurso que circula o mundo político está intimamente ligado ao poder e à manipulação (Ibid., 2013). Todavia, as mídias/jornais abrem espaços para gêneros como editorial, artigo de opinião, cartas, entre outros, que são gêneros argumentativos. Cabe, assim, observar se há correspondência, em alguma medida, com os gêneros de opinião, como artigos e algumas reportagens, e cartas do leitor enviadas por pessoas que não compõem a equipe do jornal.

O jornal pode, além de manifestar sua posição político-ideológica sobre determinado tema, sustentá-la – argumentá-la – constantemente e de diferentes maneiras; Seja gerenciando informações e relações, seja explicitamente defendendo seu posicionamento, por meio, por exemplo, de seus articulistas. A forma como se dará esse processo argumentativo, ou seja, os recursos retóricos que estarão envolvidos nesse argumentar é que torna esse veículo de comunicação tão caro aos nossos estudos e tão influente para as pessoas. Nesse sentido, o título de “quarto poder”, às mídias em geral e aos jornais em particular, é bem empregado, seja positiva ou negativamente.

Não se pretende subjugar a legítima contribuição do jornal para a formação crítica e discursiva das pessoas. O que se busca questionar é *se o jornal é um espaço discursivo democrático*, como geralmente se afirma, ou não, justificando teórico-metodologicamente que se apresenta não apenas como veículo informativo, mas, também – e principalmente –, como mecanismo de formação ideológica.

Os gêneros do jornal, inclusive os informativos, são argumentativos. Informar é, como dissemos, uma construção da realidade:

A informação não existe em si, numa exterioridade do ser humano [...]. A *informação é pura enunciação*. ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscribe, da situação de enunciação na qual se insere e no dispositivo no qual é posta em funcionamento (CHARAUDEAU, 2013, p. 36, grifo nosso).

Há todo um modo que o jornal decide transpor em linguagem os fatos selecionados. Percebamos que Charaudeau (2013) afirma que, inclusive, os fatos transformados em informação são resultados de *escolhas*: “ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra” (Ibid., 38). Comunicar, informar, tudo é escolha: de conteúdos a transmitir, as formas do [bem] falar e, principalmente, “escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolhas de *estratégias discursivas*” (Ibid., 39, grifo do autor). Contudo, devemos lembrar, como o faz Charaudeau (2013), que o sentido não é dado antecipadamente, mas, ao contrário, é uma construção.

Outra característica argumentativa dos gêneros do jornal, principalmente em gêneros informativos, é a busca por um *efeito de verdade* e um *valor de verdade*³⁸. Isso quer dizer que esses gêneros, por exemplo, uma reportagem que procurar apresentar um fato de modo objetivo e imparcial, fundamenta suas construções em discursos que “autorizam” e legitimam o dizer, ou seja, que fundamentam determinadas asserções sobre o mundo: o discurso científico, o discurso religioso, o discurso político, o discurso econômico.

Em suma, a argumentação é própria do discurso jornalístico e está presente em todo o jornal, pois nele circulam diferentes discursos, logo, diferentes posicionamentos ideológicos/discursivos. Veremos, mais adiante, que os gêneros não surgem aleatoriamente, mas são engendrados a partir de um contexto específico de relações sociais/ideológicas entre diferentes esferas de comunicação discursiva.

3.2.2. As relações dialógicas entre os diferentes gêneros do jornal

Cada campo de atividade humana condensa suas formas de enunciação, de acordo com seus propósitos comunicativos. Desde “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, Bakhtin discute as relações entre tema/forma/estilo nas manifestações dos signos ideológicos. As relações entre os gêneros do jornal fazem parte da construção dos

³⁸ Não nos aprofundaremos na distinção entre *valor* ou *efeito* de verdade. Embora Charaudeau os considere enquanto categorias distintas, no momento tal distinção faz-se desnecessária.

mesmos enquanto gêneros do discurso, enquanto enunciado concreto. Nesse sentido, observar essas relações pode resultar em respostas às seguintes questões: *Como a carta do leitor “acontece” na esfera jornalística? Ela responde a que tipo de enunciado/discurso? Como constroem relações sociais e ideológicas com diferentes esferas de comunicação discursiva?* E, nesse sentido, *como se dá o processo de autoria em cartas do leitor?*

A esfera de comunicação jornalística apresenta-se como uma das mais variadas e diversificadas esferas de comunicação humana, nas quais os gêneros do discurso são amplamente diferenciados e diversificados. Há reportagens, manchetes, artigos de opinião, cartas de diversas naturezas (como a carta do leitor, ao leitor e outros gêneros epistolares), charges, notícias, propagandas, classificados etc. Uma das características mais interessantes desses gêneros dentro dessa esfera é como todos eles estão ligados entre si e com gêneros de outras esferas da sociedade. Não há como fazer um recorte definitivo de um ou outro gênero jornalístico, separando uma notícia de uma charge, um artigo de opinião de uma carta do leitor, dentre outras separações que tornariam o estudo sobre os gêneros do jornal totalmente estruturalista, além de fazer uma abstração da capacidade comunicativa e transformadora desses gêneros enquanto enunciados concretos.

Obviamente, há diferenças entre um gênero e outro que precisam ser levadas em consideração. O problema de se estruturar os gêneros em “caixas” distintas encontra-se em sua abstração; em sua transformação de enunciado concreto, vivo, dentro de uma realidade específica, a uma abstração da realidade, numa perspectiva universalista. Tal posição vai de encontro às discussões anteriores.

É preciso pensar em como os gêneros jornalísticos se relacionam uns com os outros e com a esfera jornalística; como defendem, negam, constroem discurso(s) do próprio jornal. O professor Adair Bonini (2003) lembra que, de modo geral, os gêneros de imprensa são bastante conhecidos, mas há, segundo o pesquisador, carência de mecanismos linguísticos³⁹ que caracterizam esses gêneros. Assim, não buscamos traçar ou encontrar mecanismos que determinem este ou aquele gênero, mas refletir em como a função discursiva de um gênero do jornal (especificamente a carta do leitor) configura-se – ou ainda, constitui-se – como um enunciado concreto,

³⁹ Diríamos que se trata de um trabalho com características discursivas.

ou seja, como um gênero do discurso dentro de uma esfera de comunicação específica, a jornalística.

Bonini (2003) concebe um gênero do jornal como uma representação característica do texto que ocorre como enunciado pleno ou recorte. Ele trabalha com a noção de hipergênero para os suportes como jornal, revista, e diz que não há como considerar um gênero do jornal como enunciado recorte; isso implica pensar, como destacamos em diversos momentos, que se deve considerar os gêneros dentro de sua esfera de comunicação, ou seja, não separado dela.

Nosso objeto de estudo, a carta do leitor, é concebida como um gênero dinâmico e pode revelar relações sociais e dialógicas de diferentes naturezas. Não se encaixa, pois, de modo determinista, em nenhum modelo fechado de composição de gênero⁴⁰. Com efeito, precisamos sinalizar que toda a discussão feita até este ponto busca, primeiramente, mostrar como é profícuo e necessário se estudar e discutir as relações sociais – e dialógicas – que envolvem a esfera jornalística com diferentes esferas da sociedade; política, econômica, cultural. Além disso, reforçamos que nosso estudo pauta-se na perspectiva dialógica de Bakhtin. Desta forma, categorias e limites extremamente marcados e fechados de definição não funcionam, para nosso estudo, como categorias de análise.

A partir da próxima seção, voltamos nosso olhar especificamente para nosso objeto de estudo: *a carta do leitor enquanto enunciado concreto*.

3.3. A CARTA DO LEITOR: POSIÇÕES IDEOLÓGICAS REFLETIDAS E REFRATADAS

A *Carta do Leitor* é um gênero argumentativo dedicada “à correspondência dos leitores, atendendo a diferentes propósitos comunicativos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar”. (BEZERRA, 2007, p. 210). E, juntamente com outros gêneros da esfera jornalística, traz

⁴⁰ Procuraremos mostrar, efetivamente, essa dinâmica do gênero carta do leitor, enquanto enunciado único, na seção de análise.

[...] subsídios não só para a formação e atuação profissional (de jornalistas e professores de línguas, por exemplo) como também para a educação e formação do cidadão crítico e habilidoso no manejo de tais manifestações, já que toda a sociedade é afetada por elas (BONINI, 2006b, p. 53).

Com grande poder argumentativo, a carta do leitor é marcada pela exposição do ponto de vista do autor sobre determinado assunto de uma revista ou jornal, ou algum assunto com bastante repercussão regional, nacional ou internacional – muitas vezes, os assuntos abordados pelos autores-leitores não estão em destaque na mídia, mas na comunidade em que vivem ou em alguma época e/ou cidade específica. Essa característica marca o aspecto politemático da carta do leitor e permite ao locutor discorrer sobre possíveis problemas e assuntos que permeiam a sociedade e, assim, posicionar-se favoravelmente ou não, contribuindo, desta forma, para a formação da opinião de outros leitores.

Sendo as cartas do leitor construídas, clara e necessariamente, a partir de outros enunciados e, por isso, sendo respostas a eles, como esses enunciados e discursos precedentes aparecem nas cartas? Isto é, seguindo as palavras de Bakhtin/Volochínov (2009), como a voz do outro aparece nesse gênero do argumentar? De modo explícito ou constitutivo no interior desses “novos” discursos?

A análise da divulgação de cartas do leitor é uma forma de perceber como os leitores desses jornais estão construindo seus discursos e como se manifestam para defendê-lo. E mais: é na atividade concreta de inversões de papéis (leitor para autor e vice-versa) que pode ser percebida a importância desse gênero do argumentar para a formação dos discursos da sociedade, pois esses sujeitos/leitores fazem parte dela. Contudo, questionamos se a veiculação, pelo jornal, desse gênero epistolar - acreditando que todo espaço discursivo é permeado por diferentes ideologias - configura-se mesmo como um espaço democrático, como o quer fazer crer o próprio jornal. Deste modo, o gênero do discurso *Carta do Leitor* pode se constituir como reflexo e refração do posicionamento ideológico do jornal no qual é veiculado e, assim, produzir um efeito de sentido de ilusão de polifonia/democracia, na qual a própria ideia de liberdade e diversidade, veiculada pelos jornais, funciona

como estratégia de controle discursivo, que reflete e refrata posições ideológicas do próprio jornal.

É importante destacar, como o faz Bezerra (2007, p. 210), que a carta do leitor é um texto utilizado/construído “[...] em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem (o leitor e a equipe de revista/jornal, respectivamente) [...]”, e trata-se de um “[...] gênero do domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando, assim, ao público em geral, a sua leitura”.

No gênero carta do leitor, diferentes vozes discursivas aparecem em sua construção, e o diálogo entre essas vozes pode se dar de modo mais explícito ou de modo constitutivo, mas sempre haverá, em todo e qualquer gênero, interdiscursividade, diálogos entre vozes discursivas.

Assim, ao relacionar-se direta e indiretamente com enunciados pré-construídos pelo jornal ou por outra instância discursiva, o leitor-autor além de construir um novo enunciado, remetendo-se a outro(s), o avalia, dando-lhe acabamento, respondendo-lhe e suscitando respostas novas.

Como todo gênero discursivo, em conformidade com a filosofia bakhtiniana, o processo de enunciação das cartas de leitor é marcado pela alternância de turno entre os sujeitos do discurso e por sua conclusibilidade. Assim, o processo enunciativo da carta do leitor, enquanto enunciado concreto, se constrói nessa alternância de turno entre o jornal e seus leitores e, ainda, sua conclusibilidade se dá no tratamento/abordagem do tema, em sua vontade e projeto de *dizer* sobre esse tema e a forma composicional que escolhe para seu dizer. Esse processo se dá numa dada situação histórica, sociológica e ideologicamente marcada. Assim, a carta do leitor, como enunciado concreto, forma uma cadeia de relações entre enunciados anteriores, entre outros gêneros do jornal e entre enunciados futuros. Vemos, pois, que a inteireza de um enunciado, seu acabamento, se dá nesse processo de conclusibilidade resultante da alternância de turno entre os sujeitos do discurso (jornal e leitor; leitor e jornal/leitores) e na possibilidade de resultar respostas outras.

A questão de o discurso alheio ser refletido num novo discurso não pode ser tratada, como destaca Bakhtin/Volochínov (2009), como um tema separável da enunciação:

A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 151).

A citação acima é facilmente percebida em cartas do leitor porque este gênero argumentativo tem, como uma de suas características, responder, direta ou indiretamente, a outros enunciados, dando-lhe - ou apontando-lhe -, inclusive, uma autoria. Assim, percebemos que a carta do leitor mostra que um discurso é formado a partir de discursos outros e a “apropriação” do discurso alheio, que lhe dá entonação, acabamento, está numa relação ativa de um discurso a outro, por meio e através da própria língua. É um tom valorativo à palavra alheia, que, por sua vez, é constituinte desse novo discurso. Diferentes vozes discursivas são parte constituinte do discurso do sujeito e está em função de um outro sujeito do discurso.

Lembremos o terceiro elemento constitutivo do enunciado: o direcionamento. Todo enunciado é direcionado a alguém. Assim, os enunciados construídos pelo jornal são direcionados a seus públicos-leitores, e toda carta, por sua vez, é direcionada ao jornal e aos demais leitores. Desta forma, o interlocutor/auditório do leitor enquanto autor de uma carta é bastante heterogêneo, posto que esse gênero epistolar já responde ao discurso do jornal ou a outros discursos que lhe suscitaram. É um constante cruzamento de vozes discursivas no processo de construção da carta do leitor.

E os processos de refração e reflexo de discursos outros constituem a carta do leitor enquanto enunciado concreto. Geralmente, os autores de cartas do leitor marcam verbalmente, e com diferentes intenções, esse outro que constitui seu discurso. Quando não o fazem diretamente, usam do caráter expressivo do enunciado para identificar esse outro, isto é, a entonação do enunciado pode deixar claros esses discursos comentados pelo autor de uma carta do leitor.

Embora tenhamos nos debruçado sobre diferentes contornos do que é a carta do leitor, ainda não nos satisfizemos com as definições apresentadas. É preciso olhar para as zonas fronteiriças do “acontecer” desse gênero argumentativo. Obviamente, não é nossa intenção encontrar e fixar outras/novas fronteiras; antes, pois, procuramos observar a carta do leitor enquanto *acontecimento*, enquanto uma real unidade de comunicação discursiva, isto é, enquanto enunciado concreto. Com efeito, tentando problematizar esse processo de construção das cartas, concordamos que observar sua realização implica em discutir sobre a problemática da autoria desse enunciado, para perceber seus [possíveis e transponíveis] contornos. Já discutimos no capítulo 2.1.1 que o sujeito falante (o locutor/orador) é, ao mesmo tempo, assim como o sujeito ouvinte (o interlocutor/auditório), retórico e discursivo. Não obstante, o processo de autoria abarca essas e outras características da produção de enunciados; é o que veremos a seguir.

3.3.1. O autor de cartas do leitor: uma instância discursiva construída pela alteridade

Poemas, canções, textos narrativos, jornalísticos ou de qualquer esfera de criação verbal. Os tipos relativamente estáveis de enunciados, como vimos nas seções anteriores, são tão numerosos – ou infinitos – quanto as situações de comunicação nas quais podemos agir e interagir uns com os outros. E nesse “conversar”, os autores de cada enunciado, entendidos aqui numa visão bakhtiniana, como instâncias discursivas dialógicas, vão sendo engendrados a partir de trocas, de contato, de interação; isto é: locutor e interlocutor não existem separadamente, assim como a finalidade discursiva de um gênero do discurso não se separa dos processos de autoria que o constituem, pois “em todas as formas estéticas, a força organizadora é a categoria axiológica do *outro*, é a relação com o outro enriquecida pelo excedente axiológico da visão para o acabamento transgrediente” (BAKHTIN, 2011, p. 175). É a relação com o outro que constitui o sujeito como tal, que dá acabamento ao seu enunciado, que torna possível a enunciação.

Nos estudos contemporâneos da linguagem, a questão da autoria de textos e discursos e, conseqüentemente, a relação autor-leitor, são das mais controversas, variando, para resumir algo bastante complexo, entre posições estruturalistas-formalistas a posições dialógico-discursivas como a do Círculo de Bakhtin. Embora não fosse uma das pretensões deste estudo discutir a relação autor/gênero, achamos prudente destacar, ao menos de forma breve, a construção da autoria de enunciados e observarmos esse processo no gênero discursivo carta do leitor⁴¹.

Bakhtin (2011) discute a relação entre o autor e o herói na literatura; noção que pode ser levada para discussão sobre a relação entre locutor e interlocutor em outros campos de criação verbal. O discurso faz com que o enunciador circunscreva-se e delimite-se em determinada posição e confira, também, uma posição ao seu destinatário, e é essa ação de constituir-se num lugar e espaço determinado e fazê-lo também com o enunciador que legitima o dizer, ou seja, legitima a enunciação. Faraco (2005) lembra que Bakhtin, no texto “O autor e o herói na vida estética” (1920-1922), distingue precisamente o autor-pessoa (o escritor, o artista) do autor-criador (a função estético-formal engendradora da obra), sendo que

este último é, para Bakhtin, um constituinte do objeto estético (um elemento imanente ao todo artístico) – mais precisamente, aquele constituinte que dá forma ao objeto estético, o pivô que sustenta a unidade do todo esteticamente consumado (FARACO, 2005, p. 37).

Essa distinção é aplicável a qualquer gênero do discurso. A carta do leitor, por exemplo, pode apresentar um autor “nomeado”, aquele que assina a *autoria da carta*, e um autor *projetado* pelo enunciado. Este autor, por sua vez, é o autor-criador, que não está separado dos demais gêneros da esfera comunicativa que é veiculado e/ou é destinado. Isto é, o autor-criador não se trata de uma pessoa física, nomeada; ele é engendrado em toda enunciação: na alternância entre os sujeitos do discurso, na conclusibilidade da enunciação, no discurso anterior que lhe suscita uma resposta e no gênero em si enquanto enunciado concreto. Então:

⁴¹ Abrimos espaço, desde aqui, para um futuro aprofundamento dessa questão em estudos posteriores.

o autor-criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida. (FARACO, 2005, p. 39)

E, além disso, “o autor ocupa uma posição responsável no acontecimento do existir, opera com elementos desse acontecimento e por isso a sua obra é também um momento desse acontecimento” (BAKHTIN, 2011, p. 176). Não se poderia, assim, afirmar que a autoria de um enunciado é de responsabilidade de uma voz discursiva, pois em todo enunciado há diferentes vozes discursivas que o constituem.

É a partir disso que o autor-criador é uma posição refratada, por se tratar de uma dimensão axiológica de recorte do autor-pessoa, e refratante, por possibilitar o recorte e a reorganização estética dos eventos da vida (FARACO, 2005); todo processo semiótico reflete e refrata o mundo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009). Desde MFL, percebemos que para Bakhtin não interessam os processos psicológicos envolvidos na construção ou depoimento do autor-pessoa. Afinal, este e o psiquismo objetivo só se significam na e pela linguagem.

Em MFL, Bakhtin/Volochínov (2009) afirmam que quando se trata do processo físico de produção de sentenças, o autor é “proprietário” da palavra, mas, por outro lado, quando se trata do processo de produção de sentido em uma enunciação ou diferentes enunciações, a questão da autoria é mais complexa; não existe mais um “dono” da palavra. Os enunciados são construídos dentro de situações sócio-históricas definidas e relacionados aos sujeitos envolvidos nessa situação: locutor e interlocutor. Um ato de fala suscita uma resposta e, por assim ser, leva em consideração, como mencionado, o interlocutor. Nesse sentido, vemos uma autoria partilhada de um dado enunciado.

O autor é, então, “o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular dessa obra” (BAKHTIN, 2011, p. 10). Ou seja, o autor é consciente de todo o conteúdo do enunciado, do tema, do estilo, da forma. Ele é “a consciência da consciência” (Ibid., p. 11), isto é, é a consciência do todo envolto e interno à enunciação. Com efeito, essa consciência dificilmente seria possível se pensássemos ser a autoria de um dado enunciado pertencente apenas a um sujeito

nomeado. O que Bakhtin (2011) afirma, entretanto, é que o autor dá acabamento ao enunciado, assumindo, assim, uma posição social responsiva a ele.

Analisar a autoria de cartas do leitor exige observar o jornal ou revista no qual as cartas são veiculadas e observar, também, se há ou não relação entre esse gênero do argumentar e outros gêneros do jornal, como editoriais, artigo de opinião, etc. Segundo Bezerra (2007), os autores de cartas do leitor são pessoas anônimas que escrevem esporadicamente ao jornal para diferentes propósitos comunicativos. Não é neste direcionamento, no entanto, que encontramos a problemática da autoria em cartas do leitor. Para nós, o processo de autoria é dialógico, pois as cartas dialogam e respondem ao jornal; a autoria de cartas do leitor não se encontra, ao nosso ver e de acordo com a noção de autor supracitada, na pessoa física que escreve ao jornal, mas trata-se de uma instância engendrada desde o acontecimento “transformado” em notícia; ou desde a dúvida transformada em pedido de conselho, solicitação de resposta, etc.⁴². Vejamos, pois, que há, sempre, discursos anteriores que são apreendidos no discurso novo da carta do leitor.

Como estabelecer as linhas de contorno dos autores de cartas do leitor, se, como se sabe, as cartas veiculadas nos jornais passam por processos de seleção e edição? Delimitar a autoria de cartas do leitor significa, necessariamente, considerar esses processos como constituintes da *instância autor* dessas cartas, pois

para cada indivíduo, todas as palavras se dividem nas suas próprias palavras e nas do outro, mas as fronteiras entre elas podem confundir-se, e nessas fronteiras desenvolve-se uma tensa luta dialógica”. (BAKHTIN, 2011, p. 379).

Essa relação entre os sujeitos do discurso e a alternância de turno entre eles nos levam a defender que o autor de cartas do leitor é, sem dúvidas, construído pela *alteridade*, porque “eu” e “outro” se constitui um em relação ao outro (BAKHTIN, 2011; CHARAUDEAU, 2008).

⁴² Bezerra (2007) afirma que cartas do leitor podem servir para pedir conselho, solicitar uma resposta, pedir dicas, além de expor uma opinião sobre determinado acontecimento. No caso do nosso corpus, predomina a última dimensão apontada pelo autor, isto é, “expor uma opinião sobre determinado acontecimento”.

Mas “Se podemos dizer que a distinção autor-pessoa/autor-criador é hoje um lugar-comum nas teorizações estéticas [e sobre discurso]”, devemos refletir para o fato de que as considerações bakhtinianas caracterizam o autor como uma posição axiológica (FARACO, 2005, p. 38). Conforme assinala Faraco (2005), o autor-criador, por assumir uma posição axiológica, não é um todo uniforme e homogêneo, pois “todo ato cultural se move numa atmosfera axiológica intensa de inter-determinações responsivas, isto é, em todo ato cultural assume-se uma posição valorativa frente a outras posições valorativas” (Ibid., 2005, p. 38). Ele agrega múltiplas e heterogêneas coordenadas. E

[...] a enunciação [...] não é de maneira alguma um fato individual que, pela sua individualidade, não se presta à análise sociológica. Com efeito, se assim fosse, nem a soma desses atos individuais, nem as características abstratas comuns a todos esses atos individuais [...] poderiam gerar um produto social. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 126)

Assim, como perceber a voz do jornal em cartas do leitor? Ela se apresenta de que forma? E, constituinte desse gênero, como engendra sua autoria? Precisamos pensar estas questões e relacioná-las à problemática-título desta seção: a questão da autoria em cartas do leitor se dá pela alteridade. Contudo a voz do leitor não é, simplesmente, uma cópia da voz do jornal. Ela reflete esta voz e, ao mesmo tempo, sendo o processo de comunicação ininterrupto (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009), também a refrata, dá um novo tom valorativo a ela.

O escritor, enquanto autor,

[...] direciona todas as palavras para vozes alheias e entrega a construção do todo artístico a uma certa voz [...]. O discurso do autor-criador não é a voz direta do escritor, mas uma apropriação refratada de uma voz social qualquer de modo a poder ordenar um todo estético (FARACO, 2005, p.40).

Há uma grande diferença entre autor-pessoa e autor-criador: este apresenta-se num todo estético-formal, enquanto aquele pode estar representado pelo/como autor-criador, mas nunca totalmente, pois suas ideias, nas palavras vistas/percebidas no autor-criador, já se adequam ao todo envolvido no processo de significação. Como dito, o autor-criador tem consciência do todo da obra, do enunciado.

O princípio esteticamente criativo na relação autor/herói, como explica Faraco (2005), é o *princípio da exterioridade*: é preciso estar fora, isto é, trabalhar a linguagem estando fora dela; esta é a lógica imanente da criação estética. O autor-criador é *pura relação*: “a posição axiológica do autor-criador é um modo de ver o mundo, um princípio ativo de ver que guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor”. (FARACO, 2005, p. 42). E “o receptor imanente é a função estético-formal que permite transpor para o plano da obra manifestações do coro social de vozes” (p. 44). São vozes que, segundo Zoppi-Fontana (2006, p. 111), “se enfrentam em um mesmo enunciado e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos que atravessam a enunciação”.

O autor-criador (como elemento estético formal e revestido de materialidade verbal) é uma posição axiológica e voz social que dá unidade ao todo artístico. Em suma, a posição estético-formal de autor-criador é uma posição axiológica: “O autor criador tem uma relação axiológica com o herói, mas nunca perde de vista os posicionamentos axiológicos do receptor imanente [...]” (FARACO, 2005, p. 44). A linguagem sendo refratada é transportada para o plano estético. O jornal, por exemplo, fala de algo/alguém em suas reportagens supondo/esperando determinados espectadores. O autor-criador se refere a um receptor imanente (uma voz social que protesta implicitamente sobre suas asserções).

O autor é criado através da linguagem, que, por sua vez, é uma realidade que congrega múltiplas e heterogêneas línguas sociais; compósitos verbo-axiológicos; expressões de uma determinada interpretação do mundo (FARACO, 2005). Com efeito, o autor-criador é uma voz segunda, portanto uma voz refratada, e, por assim o ser, “ põe as línguas sociais em inter-relações num todo artístico” (p. 49). Ele faz parte do objeto estético, do enunciado como um todo.

O autor-criador ocupa uma posição de exterioridade, mas não se separa da obra, do enunciado; o *autor*, a *obra* e o *leitor* não são instâncias isoláveis. Mas

[...] o autor-criador é componente da obra; ele não é simplesmente *Fulano de Tal* [...]. E não é também uma instância narrativa abstrata, o narrador; não é apenas uma instância gramatical do texto. [...] [Mas] uma consciência de uma consciência, uma consciência que engloba e acaba a consciência do herói e do seu mundo [...]. (TEZZA, 2006, p. 210)

O autor faz parte do objeto estético, do enunciado (FARACO, 2005; TEZZA, 2006).
Ele

[...] cumpre, então, sua tarefa formal ocupando uma certa posição verbo-axiológica (ele se materializa como a refração de uma certa voz social) a partir da qual reflete e refrata a heteroglossia, isto é, não a reproduz mecanicamente, mas apresenta num todo estilístico, um modo de percebê-la, experimentá-la e valorizá-la (FARACO, 2005, p. 50).

Por esse fato, o autor-criador acaba por ser uma posição *refratada* porque se trata de uma posição axiológica, conforme é recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa para poder engendrar “um” (ou uma posição) autor-criador; e *refratante* porque a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os *eventos da vida*.

Se as cartas refletem e refratam determinadas posições que, na maioria das vezes, são próprias dos jornais, o jornal também faz parte da construção do autor-criador. Mas é preciso pensar a seguinte questão: o escritor da carta, a pessoa física, o autor-pessoa, no enunciado concreto de uma carta de leitor, se transfigura em autor-criador, assumindo a posição de Leitor. É dessa posição axiológica que este sujeito enuncia, discursa. E essa posição é permeada de vozes, de valores, de crenças, etc. que vêm, muitas vezes, das leituras realizadas por este leitor no jornal para o qual escreve ou em outros veículos midiáticos, nas redes sociais, etc. Assim, ao assumir a posição de leitor [do jornal], o autor-pessoa engendra um autor-criador que é permeado por diferentes vozes que vêm, inclusive, do próprio jornal ao qual escreve. Assumir uma autoria envolve assumir uma posição axiológica; deslocar-se para outra(s) voz(es) social(is).

E Todo texto – toda produção, todo enunciado concreto – vai ter esse autor-criador. Então, para considerarmos essa situação real, deve haver esse deslocamento – ainda que breve –, o qual podemos perceber quando o escritor dá acabamento a seu texto. Esse acabamento, por sua vez, acontece quando o escritor se distancia desse texto, quando reflete sobre ele. Logo, percebemos que tanto os leitores quanto os jornais aos quais escrevem suas cartas *configuram esse autor-criador*, pois o jornal consegue refratar-se no discurso dos leitores, que ao escreverem, ou

seja, ao assumirem a posição de escritores, acabam por refratar suas ideias que refletem os discursos do jornal.

O leitor não está sozinho ao escrever sua carta, ao manifestar sua ideia; há ecos do discurso do jornal – e de outros lugares – em seu enunciado. Então, observamos que a pessoa física que escreve ao jornal assume o lugar de Leitor e, a partir dessa posição, permeado por diferentes vozes, inclusive a do jornal, engendra um autor-criador. Então, quando o leitor se coloca a refletir sobre sua língua, de falar o seu “pensamento”, ele está olhando não apenas com os próprios os olhos para o mundo, mas vai manifestar sua opinião com os olhos do mundo, porque ele está “possuído pelo outro”.

Tal reflexão de o leitor manifestar sua opinião pelos olhos de outros – e, de certa forma refletindo e sendo “contaminado” pelo olhar do outro – exemplifica o primado da alteridade: eu me constituo na minha relação com o Outro (CHARAUDEAU, 2009). Esse Outro se reflete e se refrata em mim e vice-versa. Em mim há traços desse outro (FARACO, 2005). Assim, tem-se claro que o “eu” tem que passar pela consciência do “outro” para se constituir: o “eu” para si mesmo se constrói a partir do eu para o outro.

Bakhtin/Volochínov (1976), em “Discurso na vida e na arte”, colocam que o objeto estético (o enunciado) condensa uma complexa rede de relações axiológicas envolvendo o autor, o receptor e o herói (personagem). Como vimos em parágrafos anteriores, Tezza (2006) afirma que estas três instâncias não são isoláveis. Não há como olhar para esse enunciado, para esse objeto estético, sem considerar essas três instâncias, a relação entre elas, essas três partes de um todo. Consoante ao que diz Faraco (2005), deve-se ter claro que o autor não se confunde com o escritor, nem o receptor se confunde com o público em geral. São *funções imanentes constitutivas da obra*. Eles fazem parte da obra, determinam a forma do objeto estético.

Quais são, então, os contornos e as fronteiras que constituem a carta do leitor? Tendo discutido, por fim, a questão da autoria, entendemos que não se pode fixar fronteiras intransponíveis para se delimitar os contornos da carta do leitor. Não obstante, a partir do exposto, consideramos que a carta do leitor não é pura e simplesmente um gênero epistolar de correspondência com o jornal, que se presta

tão somente a responder e corresponder a notícias, fatos ou acontecimentos importantes/relevantes para a sociedade e que foram publicados em algum veículo midiático. A *carta do leitor* é essencialmente *diálogo(s)*: *ela dialoga com o jornal, com a sociedade, com discursos de diferentes esferas de comunicação verbal, com as notícias, com articulistas, com reportagens e diversos outros gêneros direta ou indiretamente ligados ao jornal ou à sociedade. É a eventicidade do gênero carta do leitor, seus possíveis efeitos discursivos e retóricos que a constituem como enunciado concreto; a carta do leitor é evento, pois se constrói enquanto enunciado concreto, dentro, relacionado e significado em uma esfera de comunicação discursiva em diálogo com outras esferas; possui um autor-criador engendrado a partir de vários diálogos anteriores à sua efetivação e “consumado”, enquanto tal, quando a própria carta “se faz” evento: se faz lida, entendida, significada; respondendo, sempre, a enunciados outros e suscitando enunciados novos. A carta do leitor se “constrói”, então, numa zona fronteira entre a esfera do cotidiano, a da sociedade em geral [dos leitores], e a esfera jornalística, sofrendo, assim, um processo de hibridização entre essas duas esferas, que, conseqüentemente, afeta a questão da autoria; ou seja, o autor das cartas do leitor é um híbrido dos processos de autoria da esfera do cotidiano (na qual a distância entre o autor-pessoa e o autor-criador é menor) e da esfera jornalística (em que o distanciamento entre autor-pessoa e autor-criador é maior)*

A carta do leitor permite, ainda, que se crie novas/outras relações sociais/ideológicas entre a esfera jornalísticas e outros campos de atividade verbal, como a política, a cultural, a religiosa; ela ultrapassa qualquer definição apriorística, pois, como se pôde perceber, algumas definições são bastante categóricas e não abarcam a inteireza desse gênero jornalístico. Não obstante, perceber que as fronteiras da carta do leitor são transponíveis e fluidas não exclui certa sistematização *dinâmica* de seus contornos. Como defendemos, o autor de cartas do leitor é construído pela alteridade, ou seja, pela relação entre os sujeitos do discurso e pelas relações dialógicas entre as vozes discursivas que constituem o enunciado.

Após o percurso teórico traçado, a seguir entramos na metodologia dialógica de análise que guiou nossos estudos e norteará nossas observações, análises e considerações sobre o gênero do discurso *carta do leitor*: os estudos dialógicos de

Bakhtin., a semiolinguística de Charaudeau e a “Nova Retórica” de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

4. DIALOGANDO COM AS CARTAS DE “A GAZETA” E “A TRIBUNA”: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

O gênero discursivo Carta do Leitor não é apenas um gênero novo, mas uma resposta ativa a enunciados/discursos outros e, assim, cria/permeia diferentes relações entre sujeitos e a sociedade. Nesse sentido, por meio de observações e análises teórico-metodológicas que não se enquadram numa perspectiva positivista de ciências, mas em procedimentos que têm o contexto sócio-histórico-cultural como constituinte do próprio gênero, essa pesquisa trata-se de um estudo na área das ciências humanas, nas quais, o improvável, o fluido, também se relaciona com o objeto de estudo; ou seja, é a carta do leitor enquanto enunciado, dentro e relacionado com os contextos imediato e histórico, que observaremos.

Acreditamos que é necessário, ao tomar a carta do leitor como objeto de estudo e análise, observar e descrever os aspectos intrínsecos a esse gênero. Intrínsecos não no sentido de “amarrados”, presos, mas na observação dos aspectos que constituem esse gênero enquanto enunciado concreto: desde seu contexto de produção (contextos imediato e histórico), os enunciados primeiros que o constituem, até sua realização enquanto enunciado concreto e irrepetível.

Não se pode, contudo, ter acesso a todo o processo de construção da carta do leitor, tampouco ao processo de triagem pelo qual essas cartas passam (BEZERRA, 2007). Mas é possível, a partir do tom valorativo dos autores das cartas, das escolhas, dos signos, do contexto, observar como tal gênero refrata e reflete posições ideológicas da sociedade e do próprio jornal no qual é veiculado e compreender o processo de enunciação no qual está envolto.

Coerentes com as discussões construídas nos pontos anteriores, nosso objeto de estudo será analisado em sua concretude. Assim, faz-se necessário estudar em que medida os processos de seleção e edição, por exemplo, influenciam na construção da autoria das cartas do leitor publicadas pelo jornal. Não se pode esquecer, por exemplo, que “por razões de espaço físico da seção ou por direcionamento argumentativo (em prol da revista/jornal), [as cartas do leitor] podem ser resumidas,

parafraseadas ou ter informações eliminadas” (BEZERRA, 2007, p. 211); aspectos que devem, necessariamente por nossa ótica, ser observados.

A metodologia que usamos procura observar os procedimentos de análise da língua(gem) propostos por Bakhtin/Volochínov (2009). Assim, para que nossa análise seja o mais profícua possível, é necessário observar o contexto imediato de produção, bem como o contexto histórico. Conforme defendem Bakhtin/Volochínov (2009), um enunciado não existe como tal fora de seu contexto de produção e, para além de sua manifestação, marca questões de ordem histórica, sociológica e ideológica, que devem ser observadas.

Para o estudo da língua(gem), e, conseqüentemente, dos gêneros do discurso, Bakhtin/Volochínov (2009, p. 129) propõem uma metodologia de análise. A saber

- i) As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
- ii) As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
- iii) A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual.

Assim, sabendo que a língua “vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual do falante*” (ibid. 128, grifo do autor), no estudo da língua e dos gêneros do discurso: deve-se observar a língua em seu uso real, a partir das esferas de comunicação/interação social-verbal em que se realiza; em uma dada situação de enunciação; assumindo determinadas formas de comunicação; e sendo materializada em expressões linguísticas. Ao nosso ver, essa metodologia pode explicar as relações dialógicas envoltas e construtoras da carta do leitor: como a esfera de comunicação jornalística permite a efetivação desse gênero, como as possíveis relações entre o jornal e os leitores e destes, enquanto autores das cartas, com o jornal e com os demais leitores, quais os processos de enunciação que possibilitam as formas de realização das cartas enquanto enunciado concreto. Essas e outras questões se fazem a partir da compreensão da carta do leitor no uso da língua como meio de interação sociodiscursiva.

Nosso *Corpus* constitui-se por 42 cartas do leitor dos jornais “A Tribuna” e “A Gazeta”; sendo 22 cartas publicadas pelo jornal “A Gazeta” entre 02 de março de 2015 a 05 de abril de 2015 e 20 cartas publicadas pelo jornal “A Tribuna” entre 02 de março de 2015 e 10 de maio de 2015. Façamos, então, um rápido percurso pelas histórias dos jornais que são o lugar de realização do nosso objeto de estudo e fazem parte, em muitos aspectos, do próprio objeto.

4.1. UM BREVE HISTÓRICO DE “A GAZETA” E “TRIBUNA”

O jornal capixaba “A Gazeta” faz parte do grupo de comunicação Rede Gazeta e é um dos maiores e mais influentes jornais do estado do Espírito Santo. Em 2000, a pedidos de seus leitores, a cúpula do jornal lança o tabloide “Notícia Agora”, uma versão mais compacta e acessível do jornal, retratando notícias diárias de modo mais rápido, com custo menor e linguagem mais popular. Em julho de 2011, o jornal “A Gazeta”, o mais tradicional do Espírito Santo, passa por uma reconfiguração de layout e começa a circular em formato compacto, a exemplo dos demais jornais do Estado e de muitos do Brasil. Essa medida também foi um pedido dos leitores, segundo a empresa.

O jornal “A Gazeta” conquistou bastante espaço e respeito em todo o estado do Espírito Santo, e, por isso, exerce, sem dúvida, bastante influência na formação da opinião da população capixaba. Nesse sentido, a veiculação de opiniões desses mesmos leitores, expressas em cartas publicadas pelo jornal, parece atender a um *duplo objetivo*, sendo um explícito e outro implícito: constitui um espaço discursivo e de diálogo com os leitores, de forma, a princípio, democrática, tentando não ficar à margem das expectativas deles, que, em certa medida, contribuem para a identidade do jornal; e, ao mesmo tempo, constitui um espaço de controle da opinião pública, tanto no sentido de que há, de algum modo, uma seleção e edição das cartas, especialmente em A Gazeta, como no sentido de que, a depender das opiniões dos leitores, o jornal pode, eventualmente, rever suas posições, direcionar matérias, etc.

Assim como “A Gazeta”, o jornal “A Tribuna” também é bastante conhecido pelos capixabas e, como qualquer instrumento ideológico, reflete e refrata posições ideológicas dessas pessoas. Fundado em 22 de setembro de 1938, o jornal se diz ser o maior e melhor jornal do estado do Espírito Santo por buscar a liderança por meio da ética, profissionalismo e competência empresarial. Sua primeira versão em cores foi em 1995.

O jornal “A Tribuna” era conhecido como “O jornal do Espírito Santo”⁴³, mas em 1945, o Partido da Representação Popular passa a dirigi-lo. Com o passar do tempo, foi comandado por diferentes políticos e, anos depois, é adquirido pelo grupo João Santos. Durante quase um ano (1972-1973), o jornal ficou fechado, para mudar de endereço – da Esplanada Capixaba para sede própria, na Ilha de Santa Maria –, mas retornou seus trabalhos em outubro de 1973 e em 02 de fevereiro de 1987, passa a circular em formato de tabloide.

Como se vê, ambos os jornais buscam, além de informar, ganhar liderança no mercado da comunicação de imprensa do estado do Espírito Santo, vendendo um “produto” para ser – ou se manter – como uma grande empresa.

Após esse breve histórico sobre os jornais “A Gazeta” e “A Tribuna”, fonte – e parte – de nosso objeto de estudo, analisaremos algumas cartas do leitor que, dentro desse contexto, constituem nosso *corpus*.

4.2. ANÁLISE DIALÓGICA DA CARTA DO LEITOR ENQUANTO ENUNCIADO CONCRETO

A partir do que já discutimos nos capítulos precedentes, podemos considerar que o gênero *carta do leitor* é, fundamentalmente, argumentativo, pois apresenta diferentes finalidades discursivas, como opinar, agradecer, elogiar, criticar, etc., que ultrapassam a ideia de que esse gênero discursivo se propõe tão somente a responder e/ou comentar notícias veiculadas pelo jornal. Além disso, a carta do leitor

⁴³ Conf.: <http://www.tribunaonline.com.br/historico-jornal/>

configura-se como um gênero que reflete e refrata posições ideológicas do leitor, da sociedade em geral e do próprio jornal no qual a carta é veiculada, pois não podemos esquecer que essa possibilidade de correspondência que o jornal disponibiliza a seus leitores é, principal e primordialmente, na busca de manter seu mercado consumidor ativo, buscando atender sua lógica *econômica* (CHARAUDEAU, 2013); isto é, o jornal, respondendo e criando relações de proximidade com seus leitores, quer vender um – ou mais – produto.

A constituição do objeto de estudo deu-se pela observação de que a carta do leitor, como toda forma de comunicação, tem mudado – ou ampliado – seus propósitos comunicativos; além disso, observamos também que em cartas do leitor, ora há maior relação de proximidade do que contraposição entre as cartas e as construções dos enunciados dos jornais, ora acontece o contrário, mesmo que com menor incidência. Com efeito, a carta do leitor não apenas mostra uma opinião de um leitor, ela mostra uma posição responsiva de um sujeito ante um acontecimento, no qual está inserido e, ao mesmo tempo, o constitui. Assim, buscamos ser coerentes com as questões postas nos capítulos anteriores e analisaremos as cartas do leitor relacionadas à esfera jornalística e a diferentes campos discursivos com os quais se relacionam e, assim, deliberaremos sobre o processo de autoria que constitui esse gênero do argumentar constituído e construído dialogicamente.

Ressaltamos que não se tem acesso direto à instância efetiva de produção das cartas ou mesmo à sua edição, mas a inteireza desse gênero enquanto enunciado pode ser percebida a partir do todo do jornal. Ao dizer, por exemplo, que as cartas são selecionadas, inferimos que deve haver critérios para essa seleção, que não são exatamente explicitados.

4.2.1. Cartas do leitor de “A Gazeta”

O jornal “A Gazeta” apresenta duas situações diferentes de produção de cartas do leitor. A primeira apresenta cartas de variados temas em uma mesma edição, podendo ou não diferentes cartas abordarem um mesmo assunto; as cartas são publicadas entre terça-feira e sábado. Na segunda situação, as cartas do leitor funcionam como respostas a uma dada pergunta feita pelo jornal (em edições

anteriores) e são publicadas, geralmente, aos domingos e às segundas-feiras. As cartas do leitor de “A Gazeta” são veiculadas em uma subseção do jornal denominada “*Fala, Leitor!*”. Essa denominação parece funcionar como uma tentativa do jornal de criar uma relação próxima de diálogo direto com seu público, seus leitores.

Primeiramente, faremos considerações sobre as cartas de temas variados, publicadas em 03/03/2015 e 01/04/2015 por “A Gazeta”. Em seguida, as análises serão das cartas publicadas pelo jornal em 02 de março 2015 e 05 de abril 2015, as cartas-resposta. Mas antes de analisarmos as cartas do leitor em si, precisamos entender o contexto histórico-social no qual são construídas, posto que a língua deve ser observada na comunicação verbal concreta, em seu uso real (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009).

Os anos de 2013, 2014 e 2015 foram de grandes tensões políticas, sociais e econômicas para o Brasil. O país passava por uma onda de protestos contra a corrupção, contra e a favor do governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), contra os gastos indiscriminados do dinheiro público, dentre outras insatisfações que afligiam diferentes camadas sociais. Os protestos no Brasil, conseqüentemente, evidenciaram a estratificação da sociedade brasileira. Apesar de ter sido um dos principais alvos dos protestos, Dilma Rousseff (PT) se reelegeu nas eleições de 2014, assumindo seu segundo mandato em janeiro de 2015. A vitória foi bastante acirrada e, mesmo após o fim das eleições, os protestos contra a então Presidente continuaram, muitos deles com o apoio da oposição e de parlamentares com nomes envolvidos em diferentes escândalos de corrupção.

Foram várias as acusações que o governo Dilma e seus aliados sofreram; desde caixa 2, até lavagem de dinheiro e corrupção ativa e passiva entre dirigentes e outras pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Mas o PT não foi o único partido envolvido nos escândalos na política brasileira nos últimos anos. Políticos do PSBD, PMDB, DEM, PP, entre outros, também tiveram seus nomes ligados à corrupção envolvendo empresas como Odebrecht e Camargo Correa, entre outras.

Os protestos iniciados em 2013 foram motivados pelo aumento das tarifas de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas serviram como ato contra diferentes atitudes políticas, econômicas, culturais e sociais que atingiam e afligiam diferentes grupos

sociais; no entanto, os protestos subsequentes voltaram-se, quase única e exclusivamente, para questões político-sociais, evidenciando e/ou provocando uma bipolarização da política brasileira. Em 2014, com a operação “Lava-jato”, alguns protestos foram organizados contra o governo de Dilma Rousseff e outros em apoio à Polícia Federal, ao juiz federal Sérgio Moro e à própria “Lava-Jato”. Nessa operação, os políticos e partidos citados acima – entre outros – foram acusados de receber propina de empresas que prestavam serviços à Petrobras e a outras estatais brasileiras. Em todo esse cenário de corrupção e crise política e financeira do Brasil, a presidente Dilma Rousseff não teve seu nome ligado diretamente a nenhum desses escândalos, porém, pessoas de íntima ligação a ela ou a seu partido foram acusadas e condenadas na operação. Essa foi uma parte do contexto mais amplo da produção das cartas publicadas por “A Gazeta” entre março e abril de 2015; destacamos, por fim, a compra pela Petrobrás da usina de Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006, mas que teve grande repercussão negativa na imprensa brasileira, desde os protestos de 2014. Vamos às cartas!

- a. Cartas do leitor do dia 03/03/2015⁴⁴ (terça-feira, cartas de temas/assuntos variados);

Durante a última semana de fevereiro de 2015, o jornal “A Gazeta” fez a seguinte pergunta aos seus leitores: *O que você achou da vitória da Beija-Flor, que recebeu doação de R\$ 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial?* As cartas-resposta foram publicadas pelo jornal em 01/03 e 02/03 de 2015⁴⁵. No entanto, não foram apenas as cartas publicadas nestes dias por “A Gazeta” que tinham como um dos temas principais a doação recebida pela escola de samba carioca Beija-Flor de Nilópolis, mas também cartas divulgadas por “A Tribuna”⁴⁶ e cartas de outras edições de “A Gazeta”, como a de Kléber Galvêas, de 03/03/2015:

Beija-Flor

⁴⁴ Não foi possível colocar o PDF desta edição.

⁴⁵ As cartas do dia 02/03/2015 serão analisadas no bloco “c” desta subseção; as do dia 01/03/2015 não entraram no *corpus* de análise.

⁴⁶ Subseção 4.2.2.

A GAZETA pergunta: “O que você achou da vitória da Beija-Flor, que recebeu R\$ 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial?” Em 2006, com o enredo “Soy loco por ti, América”, a Escola de Samba da Vila Izabel, financiada por Hugo Chaves, foi campeã. Não houve nenhuma crítica na imprensa. No mesmo ano, o Espírito Santo financiou a escola de samba Caprichosos de Pilares, que ficou em último lugar, e foi rebaixada. Muitos capixabas desfilaram. Ajudaram a cantar o samba enredo que apresentou a nossa heroína Maria Ortiz como prostituta. Paulo Hartung era o governador. Nenhuma crítica na imprensa, nem repercussão entre os capixabas. Nossa mídia precisa de óculos modernos, multifocais, para enxergar bem o que acontece longe e também perto de nós.

Kleber Galvêas por e-mail, de Vila Velha

Esta carta não foi publicada como resposta direta à questão (em 01 ou 02 de março de 2015); não obstante, respondeu diretamente a ela. Não se trata apenas de interdiscursividade, quando diferentes vozes ecoam em um “novo” discurso, mas o próprio discurso do jornal é tomado como tema e constitui o enunciado como asserção de partida na construção da argumentação. O autor dessa carta coloca-se como bastante consciente da situação criada a partir de um acontecimento e assume uma posição frente à questão do jornal. O sujeito falante (o orador) dá uma entoação negativa à questão posta pelo jornal; desta forma, não é a Beija-flor que é o tema da carta, não o principal, mas a própria questão do jornal. O leitor, incisivamente, parece questionar a relevância e a forma como é feita tal questão, considerando ainda o fato de que não é algo novo no carnaval carioca e que o próprio estado do Espírito Santo já contribuía para uma escola de samba carioca (o Rio de Janeiro também já contribuiu para escolas de samba capixabas); há uma pergunta implícita: *por que o jornal não questionou doações para escola de samba quando o estado e o governo da época estavam envolvidos?*

O discurso do jornal se entrecruza com o discurso do orador que, numa entoação leve, busca convencer seus leitores, inclusive o próprio jornal, de que há muita polêmica em torno de algo aparentemente comum no meio carnavalesco. O orador afirma isso lembrando – e argumentando – outros momentos que o mesmo ocorreu, quando a escola de Samba Vila Isabel foi financiada por Hugo Chaves, foi campeã e não houve a mesma polêmica. Isso se percebe principalmente no trecho “*Não houve*

*nenhuma crítica na imprensa*⁴⁷. Esse mesmo posicionamento é encontrado na carta “Sem Importância”, de Jackson Oliveira, publicada no dia anterior, a qual já analisamos.

A argumentação das proposições colocadas na questão feita pelo jornal está na ordem, ao mesmo tempo, do explícito, por estar materializadamente posto (“*Nossa mídia precisa de óculos modernos, multifocais, para enxergar bem o que acontece longe e também perto de nós*”), e do implícito, por usar a palavra materializada para colocar em questão a proposição (o direcionamento discursivo) do jornal: “*Não houve nenhuma crítica na imprensa*”.

As vozes discursivas que constituem a carta Beija-Flor são reflexos da alternância de turno entre os sujeitos do discurso e refratam posições do jornal e também do leitor que escreve a ele: a posição (implícita) do jornal, questionar e comparar política e carnaval; a do leitor, questionar a posição/escolha do jornal sobre o tema da questão. Além disso, o sujeito/orador da carta está ciente das *circunstâncias de produção* da pergunta/discurso do jornal, que parece ser relacionar política e carnaval [mais precisamente, usar questões do carnaval para falar/criticar sobre política [do PT]], e, ao mesmo tempo, sugere que o jornal nem sempre observa tais circunstâncias ou as ignora *propositalmente* para atender a fins discursivo-políticos específicos: criar polêmicas sobre o governo federal brasileiro.

O orador construído na carta “Beija-flor” cria uma argumentação com persuasão sutil, mas forte, sarcástica e, por vezes, apelativa: “*Nossa mídia precisa de óculos modernos, multifocais, para enxergar bem o que acontece longe e também perto de nós*”; os argumentos são colocados buscando convencer jornal e demais leitores de que ‘há muita polêmica em torno do acontecido’. A persuasão se dá na busca não de uma lógica universal, mas de uma *argumentação* coerente que questione um possível “apelo midiático” por parte do jornal, o que o orador se propõe a não fazer. Os argumentos são, assim, encadeados por *disjunção*, buscando questionar a relevância da [forma] pergunta.

O leitor-autor ainda leva em consideração que quando o Espírito Santo financiou o samba da Caprichosos de Pilares, o jornal “A Gazeta” não fez qualquer oposição; na

⁴⁷ Os trechos retirados das cartas e algumas citações diretas e indiretas estão entre aspas e destacados em itálico.

mesma época, Paulo Hartung era governador do estado. O autor-pessoa Kleber assume o lugar ideológico (de discurso) de leitor e usa o discurso do jornal para engendrar um autor-criador que constrói seu enunciado a partir e em diálogo com a questão anteriormente posta pelo jornal, contrapondo uma possível estratégia do jornal em levar os leitores a uma só conclusão; a crítica se estende ainda ao fato de que o jornal é “seletivo” nas críticas e “*precisa de óculos modernos, multifocais, para enxergar bem o que acontece longe e também perto de nós*”. Outrossim, há de se destacar que a carta “Beija-flor”, do dia 03/03/2015, dialoga com os temas/personagens das cartas do dia anterior (a doação e a política) e, por isso, poderia/deveria ter sido publicada neste dia, mas é colocada junto a cartas que abordam temas diversos.

Há, além do dialogismo que constitui qualquer enunciado, um dialogismo *mostrado*, uma interdiscursividade explícita com a voz do jornal: “A GAZETA pergunta: “O que você achou da vitória da Beija-Flor, que recebeu R\$ 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial?””, que, por sua vez, apresenta-se como tema da carta, com entoações negativas construídas em formas *retóricas* de enunciação, como a comparação entre o carnaval de 2006 e o carnaval de 2015 e o fato de muitos capixabas terem desfilado na Caprichoso de Pílares, em 2006, ter sido usado como elemento argumentativo. O discurso do orador se cruza com a fala do jornal, dando um tom valorativo negativo a ela.

Mas é preciso fazer um percurso anterior: o Jornal, quando orador, projetou uma imagem de auditório (ouvinte ideal) que não coincidiu totalmente com o auditório heterogêneo que são seus leitores. Com isso, um leitor, questionando o *valor de verdade* da proposição do jornal e com entonação negativa dessa proposição, o interpela criticando a efetividade e legitimidade dessa questão como prestação de serviço à comunidade capixaba, posto que a crítica foi, para o leitor, seletiva. Poderíamos pensar ainda que o leitor sugere que a insistência do jornal em polemizar doações a escolas de samba cariocas é de ordem e cunho políticos, posto que outrora, quando o mesmo ocorreu e tendo o estado do Espírito Santo envolvido e Paulo Hartung como governador, o jornal “A Gazeta” não se colocou contrário.

Com efeito, o autor da carta “Beija-Flor” não é apenas o leitor Kleber, nem o jornal, mas é construído a partir da entoação e valoração das vozes principais envolvidas e constituintes da enunciação: o jornal, em 2015, ao questionar/criticar as doações, o

mesmo jornal quando não questionou/criticou situações semelhantes em outros momentos; e o leitor ao observar a tentativa, por parte do jornal, de condução de uma só posição dos leitores. O autor-criador é engendrado nessa situação de luta de ideologias, posicionando-se enquanto leitor crítico de “A Gazeta” e de outros veículos de comunicação capixabas. Vemos a língua refratando e refletindo questões de ordem ideológica da superestrutura (jornal) à infraestrutura (leitores) e vice-versa.

O jornal e o leitor são instâncias axiológicas que argumentam a favor de seus pontos de vista por meio da persuasão que seduza um “novo” auditório: a terceira pessoa que responde ativamente ao gênero carta do leitor: os demais leitores e o próprio jornal, que tem seu discurso transformado em *tema* e que de locutor passa a interlocutor do autor da carta “Beija-flor”. O leitor cria uma imagem de si através da linguagem, que evidencia seu posicionamento discursivo, uma imagem do jornal e também dos outros leitores (CHARAUDEAU, 2008). Conforme Bakhtin (2011), a alternância entre os sujeitos e a conclusibilidade permitem toda essa complexa “construção” de enunciação.

Diferente da carta “Beija-Flor”, a carta “Léo Moura” não responde a uma pergunta feita pelo jornal, mas a um acontecimento específico que acontece no meio esportivo: a saída do jogador Léo Moura do time brasileiro de futebol Flamengo:

Léo Moura

Depois de cerca de uma década vestindo a camisa rubro-negra, o capitão Léo Moura se despede de seu time do coração e da maior torcida do mundo. Léo Moura, como Zico e Junior, é a própria imagem de um Mengão competente, disciplinado, combativo - um exemplo que conduzia a alegria de milhões de brasileiros em cada uma de nossas vitórias, em cada um dos títulos e troféus conquistados, ídolo incriticável, sobressaído até nas piores performances da equipe. Léo Moura deixa o Flamengo como um de nossos maiores ídolos, e duvidamos muito se não teria muito mais a nos oferecer. O futebol marca limites de idade, e Léo Moura estava neste limite, que tudo leva a crer não era o seu, mas dos cartolas que comandam o futebol brasileiro. O Flamengo perde um de seus maiores e melhores atletas - que certamente irá brilhar em outras plagas. Boa sorte, Léo, com nosso agradecimento pelos presentes de tantas alegrias que nos foram proporcionadas por você.

Roberto Pimentel, por e-mail, da Praia do Canto, Vitória.

A carta “Léo Moura” tem construção semelhante a uma notícia da seção de esporte do mesmo dia, que tratava sobre o amistoso entre Flamengo e Friburguense, jogo de despedida do jogador Léo Moura. A notícia tinha a seguinte manchete: **Festa com moderação para o capitão.**⁴⁸ A redação da notícia, inclusive na definição “o capitão”, se assemelha bastante à redação da carta; adjetivos parecidos, gradações, críticas, menção a ídolos consagrados do Flamengo, como Zico, e bastante agradecimento ao capitão Léo Moura, que se despede do clube: “*Léo Moura, como Zico e Junior, é a própria imagem de um Mengão competente [...]*” e “O Flamengo perde um de seus maiores e melhores atletas[...].”

Pensamos ser a autoria da carta compartilhada entre o jornal e o leitor na medida em que se observam semelhanças nas enunciações. Contudo, a estratégia desse autor-criador engendrado nesta carta é seduzir seu destinatário presumido, os flamenguistas; isto é, o autor-criador da carta (o orador) cria uma imagem de auditório (seu interlocutor) dentro de um contexto específico do futebol e constrói seus discursos pensando nesse interlocutor ideal, os flamenguistas: “*Léo Moura deixa o Flamengo como um de nossos maiores ídolos e duvidamos muito se teria muito mais a nos oferecer*”. Isso se percebe pelas construções em primeira pessoa do plural, pelo apelo emocional-afetivo que dão um acabamento estético ao todo do enunciado. O tom valorativo negativo dado à saída de Léo Moura do Flamengo e o tom valorativo positivo ao próprio jogador e ao time do qual se despede marcam o acabamento estético do enunciado, dado pelo autor-criador. A argumentação se dá pela persuasão, pelo apelo afetivo ao auditório, para que este faça adesão da tese posta: a saída de Leo Moura do Flamengo foi uma enorme perda para o time carioca. Temos, pois, um autor-pessoa, que, ao assumir a posição de Leitor do jornal, projeta um autor-criador que reflete uma “nação flamenguista” triste e saudosa de um lado, orgulhosa e inconformada de outro. O discurso dos cartolas, em alguns momentos, é tematizado com uma apreciação negativa e o sujeito falante o separa totalmente de seu discurso, mas também é parte constituinte do enunciado.

A carta “Moralidade” evidencia muitos aspectos da linguagem que falamos em nosso estudo: a relação entre a infraestrutura e a superestrutura, a neutralidade da palavra (sua capacidade de tornar-se signo), o processo de significação da palavra, a

⁴⁸ Anexo A.

representação de si e do outro através da linguagem, o caráter criativo e argumentativo da linguagem; a construção dessa carta do leitor é impressionante:

Moralidade

Em um país chamado Brasil, onde o povo se faz de cego, a pequena e a grande canalhice estão invadindo numerosas áreas do serviço público. Atualmente, o que mais aflige o povo é a crise de caráter dos nossos representantes no Congresso, dos heróis sem nenhuma dignidade. Já perdemos e entramos numa cruzada pela melhoria do nível moral de nossos líderes, e de nossos funcionários públicos. Nos falta um decreto pelo qual todo brasileiro seria obrigado a ter vergonha na cara, revogando-se as disposições em contrário.

Hely Dionisio de Souza, por e-mail, de

Itapoã, Vila Velha.

O sujeito/orador discute dois temas: o povo brasileiro e seus representantes; incluindo, neste último tema, uma avaliação/valoração negativa sobre os funcionários públicos.

Nossa primeira observação é sobre o tom valorativo que o locutor cria de seu primeiro tema, o povo: a imagem que se tem desse povo é que se trata de um povo ignorante, contraditório, incoerente: “*Em um país chamado Brasil, onde o povo se faz de cego [...]*”. Quando esta imagem é criada, o sujeito falante, o orador, se afasta deste povo. Mas, o contrário, quando o tom valorativo sobre o “povo” é de vítima de seus governantes (seu segundo tema), o sujeito/orador se inclui, se aproxima, usa formas retóricas de argumentação em defesa e como identificação com este tema: “*Atualmente, o que mais aflige o povo é a crise caráter dos **nossos** representantes no congresso [...]*”. Curiosamente, essa construção é totalmente argumentativa, é uma busca de mostrar contradição que constitui o povo brasileiro: o povo “se faz” de cego, devendo ser “*obrigado a ter vergonha na cara*”, por meio de um “decreto”, e sofre com a falta de caráter dos governantes.

O segundo tema é sempre construído sobre um tom valorativo negativo, é alvo de críticas. Observemos antes de continuarmos a análise a matéria-capa do jornal “A Gazeta” no dia da publicação das cartas; ao final, o jornal dá sua opinião sobre o assunto:

No dia 03/03/2015, o jornal teve como capa a seguinte manchete⁴⁹: **Uma mordomia a menos**. A capa adiantava a seguinte reportagem: **Presidente da câmara recua e quer barrar “*bolsa-esposa*”**.

Opinião de A Gazeta após a reportagem:

A indignação deu resultado

A decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de *recuar* da concessão de viagens para mulheres de deputados, é um sinal de que vale a pena a sociedade se indignar diante de abusos. A repercussão foi negativa, admitiu Cunha, e agora a medida deverá ser revista. Muitas vezes a sociedade *pode parecer* anestesiada diante de sucessivos escândalos. Felizmente, não é assim. E felizmente, *desta vez*, os políticos recuaram. Isso deveria ocorrer com mais frequência.

A luta contra a desonestidade dos corruptos também foi vista nas várias manifestações por todo o Brasil. Mas houve outras vozes nessas manifestações, e uma delas o autor dessa carta deixa bem clara: *a desonestidade está em todo o lugar*. Esta proposição está clara na carta em questão. Em todo canto do Brasil, em todas as classes sociais, em cada ato mínimo pode haver corrupção. Ao evidenciar – e criticar – essa circunstância colocada como verdade, o sujeito/orador se afasta de seu tema; essa posição (voz discursiva) se apresenta de forma tão “amarrada” ao discurso construído na carta, que não se percebe com facilidade esse embate entre diferentes vozes; e não se sabe, ao certo, se essa voz é do locutor ou de outro sujeito; o discurso de outrem está diluído no discurso do autor-criador.

Não obstante, ao tratar esse tema vitimando-o, esse mesmo sujeito argumenta em favor de seu tema, o povo brasileiro; não é mais o povo o culpado pela imoralidade do Brasil, não totalmente, mas os governantes, os “*heróis sem nenhuma dignidade*”. É nesta mudança de tom valorativo sobre o mesmo tema (o povo) que o orador argumenta contra seu segundo tema, os governantes, colocado como fonte de toda imoralidade e que reflete e refrata essa imoralidade no povo que representa: “*Já perdemos e entramos numa cruzada pela melhoria do nível moral de nossos líderes, e de nossos funcionários públicos*”.

⁴⁹ Anexo B.

Como vimos acima, o jornal “A Gazeta” dá sua opinião sobre o recuo do então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, em pagar passagens de cônjuges com dinheiro público. O jornal afirma que, “*muitas vezes a sociedade pode parecer anestesiada diante de sucessivos escândalos. Felizmente, não é assim. E felizmente, desta vez, os políticos recuaram. Isso deveria ocorrer com mais frequência*”. O que vemos é que o jornal argumenta em favor de um auditório bastante presumido, um Brasil que, se se mostrar mais vezes indignado com as atuações vergonhosas dos políticos, poderia conquistar, por mais vezes, resultados satisfatórios para o país, que é mostrado como um bloco homogêneo, sem relações de trocas sociais.

Na opinião do jornal, percebemos também uma forte crítica não apenas de modo geral aos políticos do Brasil, mas a políticas praticadas pelo governo do PT e da presidente Dilma Rousseff. Afirmamos isso pelo uso de termos como “bolsa-esposa”, no qual se pode ler a seguinte crítica/proposição: além de todas as “bolsas” que o governo “dá”, teremos (nós brasileiros) que pagar uma nova: a bolsa-esposa.

Temos, assim, um processo complexo de construção de autoria e de tematização do discurso do outro. Primeiro, há nítida relação da carta com a reportagem e com as posições do jornal e do leitor. Não se pode afirmar que o discurso do jornal está totalmente sendo referido ou reportado na carta, mas a ocorrência desta carta neste dia não se constitui, ao nosso ver, como coincidência, haja vista as circunstâncias sócio-políticas que o país passava. O discurso do jornal, que reflete e refrata, por sua vez, o discurso de uma parcela significativa da sociedade, é refletido na carta “Moralidade”, mas de modo bastante diluído no discurso do orador; isto é, o autor da “Opinião de A Gazeta”, na verdade do jornal como um todo, não tem sua responsabilidade marcada pela voz do autor da carta do leitor, mas está refratado e refletido na carta, constituindo-a. A linguagem desse sujeito que argumenta contra e a favor do povo brasileiro o revela como sendo constituído por esse mesmo povo, mas apenas em certos aspectos, nos positivos. O direcionamento argumentativo do sujeito/orador construído nessa enunciação é a um auditório bastante heterogêneo e diverso, como o próprio orador. Há questões de identidade envolvidas, e essa identificação é retórica: “[...] *nossos representantes* [...]” e “*Nos falta um decreto* [...]”. Os sujeitos do discurso são, ao mesmo tempo, retóricos e discursivos e a alternância entre eles marca toda a enunciação. O autor-criador é, por sua vez, criado nesse

cruzamento de discursos e, principalmente, reunindo em si a voz do jornal e a dupla valoração sobre o povo brasileiro.

Sala de aula

Sobre uma manchete de A GAZETA, que diz que professores perdem muito tempo de aula por conta de bagunça na classe. Se alguém quiser ficar indignado, é só conversar com professores de escolas públicas, esses homens e mulheres que enfrentam crianças e adolescentes em que a maioria vai para a escola só para “zuar”- linguajar deles - que não têm qualquer interesse em aprender nada. Esses professores têm que aturar brincadeiras, brigas, celular e fone de ouvido ligados durante as aulas. Ao pedir silêncio e respeito são ignorados e sofrem ameaças caso falem em reprovar alguém. Engraçado, se não fosse trágico, é que o país tem ministério, secretarias estaduais e municipais de educação, com funcionários bem acomodados em belos ambientes, belos salários, mas as cúpulas desses órgãos ignoram o sofrimento que professores passam, em certas localidades, para tentar ensinar algo a alunos que não querem aprender, e que ainda atrapalham os que têm interesse. Esses gestores públicos da educação têm o dever moral de saírem de suas salas refrigeradas e seguras e irem visitar essas escolas onde os professores estão entregues às feras.

Paulo Corrêa de Araújo, por e-mail, de Alvorada, Vila Velha.

Logo de início, a carta de Paulo Corrêa tematiza o discurso de “A Gazeta” com um viés valorativo negativo: “*sobre uma manchete de A GAZETA [...]*”. A tematização, pelo uso do diminutivo “manchete”, já aponta para um posicionamento do orador: totalmente contrário à manchete – e logo da notícia – em questão veiculada pelo jornal. Isso porque, para esse orador, o jornal [e também muitas pessoas da sociedade] não conhece a realidade de muitas escolas do país. Vamos por partes.

Primeiro ponto. A carta parte de uma manchete do jornal⁵⁰ sobre a perda do tempo de aula que o professor tem. Percebemos que o leitor-autor da carta acredita que a redação da manchete culpa o professor e pode fazer com que a sociedade pense desta forma. Argumentando claramente contra essa insinuação, o orador enfatiza: “*Se alguém quiser ficar indignado, é só conversar com professores de escolas públicas*”; e essa indignação da que fala o sujeito da carta não deve ser direcionada ao professor (este argumento está implicitamente colocado [CHARAUDEAU, 2008]).

⁵⁰ Não se teve acesso a essa manchete ou à notícia/reportagem em questão.

Não podemos afirmar que se trata de um professor que escreveu a carta, embora suponhamos que sim, dada a valoração afetiva e indentitária percebidas na carta. Todavia, ainda que não seja um professor, o sujeito/orador busca falar com esse profissional e com aqueles que por ele tenha empatia. Não é a um auditório universal que a argumentação é destinada, diferente do que fez o jornal, mas a um auditório particular, aquele composto por profissionais da educação que conhecem e trabalham diretamente na escola e pelos que tenham interesse em conhecer e não se deixam convencer apenas pelas palavras do jornal, mas por aquilo que teria o próprio professor a dizer. A carta mostra que o orador entende que seu auditório é bastante heterogêneo.

Além dessa forte crítica ao jornal, o sujeito/orador não mede palavras ao criticar a forma como o sistema educacional é gerido: por “*funcionários bem acomodados em belo ambientes, [com] belos salários [...]*”. Critica também a liberdade e libertinagem que os alunos estão tendo em sala de aula: “*a maioria [dos alunos] vai para a escola só para “zuar” [...] não têm interesse em aprender nada [...] [e] ainda atrapalham os que têm interesse*”. E questiona políticas que permitem que alunos que não querem estudar atrapalhem os que querem: “*Engraçado, se não fosse, trágico, é que o país tem ministérios, secretarias estaduais e municipais [...]*” e as “*cúpulas dessas órgãos ignoram os sofrimentos que professores passam, em certas localidades, para ensinar algo a alunos que não querem aprender [...]*”.

São três os temas da carta: a manchete do jornal, os alunos mal-educados e os governantes. O primeiro é o tema principal e é o ponto de partida para críticas ao segundo, por mau-comportamento, e ao terceiro, pela inércia em tomar atitudes para mudar essa realidade e por não “*saírem de suas salas refrigeradas e seguras [...]*”. Todos esses temas e os argumentos sobre os quais são construídas as proposições estão encadeados a partir da *disjunção* do que é a realidade e de como ela foi/é construída para aqueles que não conhecem a situação da educação [pública].

Percebemos um sujeito que se vê totalmente sem apoio por parte dos governantes e ainda tem que “aturar” uma mídia que o culpa pelo “caos” em que as salas de aula parecem ter se tornado. Não há voz que não seja combatida na construção desse enunciado: são “esses governantes” que não conhecem a realidade das salas de aula, é o jornal que não sabe o que fala, são os alunos bagunceiros, perigosos e

mal-educados, verdadeiras “feras”, que atrapalham os colegas e os professores, são as políticas públicas ineficazes para a educação. Enfim, a complexidade como diferentes discursos são amarrados não permite distinguir cada um. Mas percebemos que a ironia no uso do diminutivo, a gradação dos adjetivos empregados aos alunos e aos governos evidenciam uma insatisfação geral por parte do sujeito/orador.

Observamos uma autoria que se constrói a partir do engendramento de um autor-criador criado nessa “confusão” de vozes; os conflitos mostrados pela linguagem do enunciado refletem e refratam os conflitos sociais nos quais o sujeito/orador se encontra. Todas as vozes que ecoam na carta fazem parte da autoria deste enunciado, engendra esse autor, esse sujeito indignado, aflito, que parece ser o próprio professor que sofre na sala de aula. Destacamos a alternância de turno entre diferentes sujeitos em diferentes enunciações: o jornal, os alunos, o governo e o próprio professor, representado pela voz do sujeito/orador da carta.

Algumas cartas do leitor estabelecem um diálogo claro com outros gêneros e seções do jornal. É o caso da carta a seguir:

Gastos

Lula e Dilma, em suas orgias de gastos, deixaram o cofre vazio. Daí o ministro Levy elevar a carga tributária, mas se esqueceu da indústria automobilística. É péssima a mobilidade nas cidades e rodovias devido à profusão de veículos. Aumentar a tributação nessa indústria irá melhorar a mobilidade ou não agravar ainda mais os deslocamentos.

Humberto Schwartz Soares, por e-mail, de Vila Velha.

A carta “Gastos” dialoga indiretamente com o artigo “Palpite infeliz”⁵¹, de Merval Pereira, publicado no mesmo dia da carta. Coincidência ou não, ambos os discursos criticam a “falta de equilíbrio” do então ministro da Fazenda Joaquim Levy. Quanto à construção “orgia de gastos”, há certa relação com a construção do artigo de Merval, quando este diz *“feita presidente da República, [Dilma] demonstrou na prática quanto de vida era capaz de injetar na economia, provocando o maior déficit das contas públicas já registrado nos últimos tempos”*. Nitidamente, tal classificação das

⁵¹ Anexo C.

ações do ex-presidente Lula e da presidente Dilma tem apoio com as construções do articulista Antônio José Ferreira Abikair, quando este publica na edição do jornal o seguinte artigo: *o vermelho já não cabe mais na vergonha*⁵². Neste artigo, Abikair diz que o PT viola valores sociais, morais e culturais e não se envergonha disso, não “fica vermelho”. O signo vermelho ganha diferentes entoações e significações e dialoga com a palavra “orgia” (da carta de Humberto Schuwartz), que se transforma em signo de violação de valores sociais, culturais e morais. A palavra “vermelho” carrega diferentes valores sociais em si.

A carta também insinua que os brasileiros pagam pelos “exageros” do governo federal, especificamente da presidente Dilma. A mesma proposição é vista na charge de Amarildo que o jornal publica no mesmo dia:



A charge vai ao encontro dos artigos citados e da carta “Gastos”, além de ser ecoada na questão “O que o país precisa fazer para voltar a crescer?”, feita pelo

⁵² Anexo C.

jornal em edições posteriores, e em suas cartas-resposta (como a carta “Levy”, enviada por Rui Genésio de Mello e publicada por “A Gazeta” em 05/04/2015), observadas no bloco *d* desta subseção.

A relação entre esses diferentes enunciados é bastante íntima e evidencia como o discurso do jornal é refletido na sociedade e refrata os discursos da mesma. Na carta em questão, a construção da autoria é claramente prévia ao próprio enunciado, e a enunciação abarca diferentes enunciados que se constroem em diferentes gêneros do jornal; está em todo ele, em seus articulistas, suas manchetes. É, conforme Bakhtin (2011), a alternância de turno entre esses sujeitos do discurso (o jornal como um todo, os articulistas desse jornal, os leitores e este enquanto autores das cartas), a exauribilidade do tema, a forma e projeto de dizer do locutor/orador (que é buscar criar uma imagem negativa do governo Lula/Dilma/PT por meio da ressignificação, principalmente, de “vermelho”) e as formas de gênero e do acabamento que fundamentam a enunciação. É necessário destacar que toda essa enunciação está atrelada ao contexto imediato de produção, desenhado nesta análise, e ao contexto histórico político do Brasil, discutido no início do capítulo.

A responsabilidade da carta “Gastos” é assumida pelo leitor que se propôs a escrevê-la, mas o autor-criador é engendrado dentro desse contexto de evocações de discursos contrários ao governo naquele momento, ainda que esses discursos não dialoguem totalmente com esse ponto de vista. Há um discurso comum entre o artigo de Merval e na Charge de Amarildo que ecoa na carta “Gastos”, bem como em outras cartas.

b. Cartas do leitor do dia 01/04/2015 (Sábado; cartas de temas/assuntos variados);

FALA, LEITOR

Endereço: Rua Chafic Murad, 902, Monte Belo, Vitória-ES - CEP 29053-315. **E-mail:** carta@redegazeta.com.br. **Telefone:** (27) 3321-8073. Só serão aceitas cartas assinadas.

4ª Ponte

O governador Paulo Hartung avalia que não vai ter condições financeiras de executar os projetos de reforma e ampliação da 3ª Ponte e nem tampouco de construção da 4ª Ponte, que ligaria Vitória a Cariacica, em recente seminário sobre planejamento estratégico, para o período 2016 a 2018, informando que o governo vai priorizar mais os avanços sociais. Há de se convir que a situação atual não permite que o governo faça grandes obras que envolva grandes investimentos públicos. Entretanto, deve-se levar em consideração que o Estado do Espírito Santo é uma das unidades da Federação que menos recebe recursos federais para investimento em infraestrutura, em plena expansão industrial, portuária e construção civil, mesmo enfrentando a atual crise econômica. É certo que alguma coisa tem que ser feita. Ideias não faltam.

Aristeu Bolonha, por e-mail, de Jardim da Montanha, Santa Teresa.

Trabalho infantil

É obrigação de o Estado propiciar escola fundamental para toda criança, mas na realidade nem sempre isso acontece e, na maioria das vezes, sucede de forma ineficiente. Primeiro a escola, mas o trabalho eno-

brece e faz a criança crescer, amadurecendo, no entanto o trabalho infantil é contravenção passível de punição aos empregadores, mas o que nos chama a atenção é o alto índice de menores infratores amparados pela lei com leves punições e, em vez de recuperá-los, são alojados em escolas onde enriquecem o saber de malfeitos. Sem dúvida trabalhar, embora ilegal, é muito mais sadio do que ficar zanzando de boabeira por ai aprendendo coisas erradas.

Humberto Schuwartz Soares, por e-mail, de Vila Velha.

Maioridade penal

A opinião de parlamentares, de políticos e da população sobre a aprovação da maioridade penal é bem característica de cidadãos que nada sofrem ou sofreram com os crimes hediondos praticados por menores bandidos e perigosos. É muito fácil opinar por dar oportunidade a bandido de 10 anos que mata, estupra, rouba e sai rindo da delegacia debochando da entidade policial quando nunca tiveram familiares na mira de revólver ou simplesmente tendo vídeo de estupro divulgado na internet. É muito bonito colocar coração no meio de situações de grande constrangimento e humilhação quando a sua

própria família ainda está se achando segurando nesse mundo cão. A dor só é medida quando é nossa, a dos outros não faz a menor diferença. Sem hipocrisia fica mais fácil!

Eliana Dantas, por e-mail, de Vila Velha.

Pedágio na BR 101

Sinceramente, às vezes nos deparamos com fatos que só ocorrem no Brasil que achamos que estamos delirando em outro planeta. O capixaba já vem pagando pedágio na BR 101 há mais de um ano, sendo que as obras de duplicação ainda nem começaram, certamente a concessionária poderá ficar especulando com esse dinheiro no mercado financeiro. Paga-se por algo que nem sabemos se vamos utilizar pois no país nenhuma empreiteira é punida por atraso em obras. Imagine um cidadão que paga, digamos, 5 anos, faleça e nunca tenha usufruído por aquilo que pagou, será restituído? As melhorias que alegam já terem sido feitas são uma piada... É uma situação comparada a se quitar o financiamento de um imóvel ou veículo e continuar pagando aluguel para utilizar. Se isso não é considerado apropriação indébita ou furto oficializado, de que nome poderemos chamar essa prática?

Geraldo Nardi, por e-mail, de São Gabriel da Palha.

Samba

Em Marataízes, no Catedral do Samba só não curte o melhor da música brasileira quem ainda não conhece o endereço ou tem preconceito de idade. Elcio e D. Cida comandam uma festa de gentes da melhor idade, um grupo maravilhoso que brilha ou já brilhou no cenário nacional e até internacional, como o conhecido Raul Sampaio, como Danilo, que viveu de música na Espanha, como Ronilson, que comandou anos e anos a sua banda no nosso 106, como Joel do bandolim, que entende muito mais que tudo sobre cordas. Enquanto Elcio e Gerson batem bem no pandeiro, muita gente canta e todos se encantam com a voz de Adilson, o gogó de ouro, como o chamam. Pelo bar, mosaicos de Marcelo Penedo. O Catedral é uma festa linda de talentos sexagenários. Show pra encantar, e ninguém botar defeito.

Roberto Pimentel, por e-mail, da Praia do Canto, Vitória.

FÓRUM DO LEITOR

▼ A pergunta

O que o país precisa fazer para voltar a crescer? (As cartas selecionadas serão publicadas domingo e segunda-feira). Participe do nosso fórum no www.gazetaonline.com.br/eaquii

As cartas do leitor do dia 01 de abril de 2015 são cartas que abordam diferentes temas e não respondem a nenhuma questão específica, mas a diferentes questões do dia a dia da sociedade.

A primeira carta, "4ª Ponte", fala sobre duas das principais promessas de campanha de Paulo Hartung (PMDB), nas eleições de 2014: a construção da 4ª Ponte e a reforma e ampliação da 3ª Ponte⁵³:

4ª Ponte

O governador Paulo Hartung avalia que não vai ter condições financeiras de executar os projetos de reforma e ampliação da 3ª Ponte e nem tampouco de construção da 4ª Ponte, que ligaria Vitória a Cariacica, em recente seminário sobre planejamento estratégico, para o período 2016 a 2018, informando que o governo vai priorizar mais os avanços sociais. Há de se convir que a situação atual não permite que o governo faça grandes obras que envolva grandes investimentos públicos. Entretanto, deve-se levar em consideração que o Estado do Espírito Santo é uma das unidades da Federação que menos recebe recursos federais para investimento em infraestrutura, em plena expansão industrial, portuária e construção

⁵³ À Medida em que as cartas forem mencionadas, serão transcritas, para a facilidade da leitura.

civil, mesmo enfrentando a atual crise econômica. É certo que alguma coisa tem que ser feita. Ideias não faltam.

Aristeu Bolonha, por e-mail, de Jardim da Montanha, Santa Teresa.

Embora o sujeito projetado por essa carta inicie seu discurso lembrando promessas não cumpridas por Paulo Hartung, eleito governador nas eleições de 2014, a crítica feita na carta e sua argumentação não são ao governo estadual do Espírito Santo, mas ao governo federal. Isso porque o orador constrói uma imagem de auditório particular (os eleitores de Paulo Hartung) consciente dessas promessas e tenta desviar/colocar a responsabilidade do não cumprimento no governo federal, justificando que *“entretanto, deve-se levar em consideração que o estado do Espírito Santo é uma das unidades da Federação que menos recebe recursos federais para investimento em infraestrutura, em plena expansão industrial [...], mesmo enfrentando a atual crise econômica”*.

O orador argumenta que o governo de Paulo Hartung, embora tenha assumido tais compromissos, não é o [único] responsável pela não execução das obras que beneficiariam o trânsito da Grande Vitória, pois *“há de se convir que a situação atual não permite que o governo [estadual] faça grandes obras que envolva grandes investimentos públicos”* e o ‘governo Federal não ajuda o estado do Espírito Santo para que obras como essas possam ser executadas’; este é o principal argumento para a tese criada na carta, que é: o governo federal é o responsável pela não execução de obras que beneficiariam o estado do Espírito Santo, não o Paulo Hartung.

Percebemos, assim, que o tema da carta de Aristeu Bolonha não é exatamente – ou não apenas – a 4ª ponte, como indica o título da carta, ou o não cumprimento das promessas de campanha do governo Paulo Hartung. Mas o próprio governo do Estado como “vítima” da falta de investimento por parte do governo Federal. Vejamos, pois, embasados nos postulados de Charaudeau (2008) e Bakhtin, que a circunstância de produção do discurso desse sujeito/orador é a situação/crise político-econômica do País como um todo (apresentada no início das análises). Há de se perceber que, além de marcar um contexto histórico específico, as circunstâncias de produção dessa carta enquanto enunciado concreto também servem como argumento para a tese nela proposta, ou seja, as supostas más

situação e relação política entre o governo estadual e o governo federal são colocadas como estratégias retóricas de defesa do ponto de vista apresentado na carta: o governo estadual, bem como o estado do Espírito Santo, sofre com o abandono por parte do governo federal.

O autor-criador da carta “4ª Ponte” emerge de uma situação política anterior ao governo Paulo Hartung e, consciente da pressão popular para a execução das obras de promessas de campanha nas eleições de 2014, recorre a uma possível imagem que os capixabas possam ter em serem preteridos pelo governo Federal. Dessa forma, a argumentação do orador é em prol do governo Paulo Hartung e contra o governo de Dilma Rousseff. Diferentes vozes discursivas se cruzam na construção dessa argumentação: a voz do Governo do Estado do Espírito Santo, a voz que defende esse governo (seus eleitores e colaboradores), a voz que é contra o governo Federal, as vozes que defendem os investimentos sociais (quando estas são usadas como estratégia para defender o governo estadual), a voz da população capixaba como um todo. Essa carta do leitor é, em alguns aspectos, semelhante a uma ‘nota de esclarecimento’ com aspectos publicitários em favor do governo de Paulo Hartung.

Percebemos, ainda, que este enunciado forma um elo com outros que discutem o cumprimento de promessas de campanha e/ou falam com tom valorativo negativo sobre o governo federal e a situação do país no momento em questão, como a carta “Gastos”, de Humberto Schuwartz Soares, publicada pelo jornal em 03/03/2015. A construção da carta, pelos trechos destacados, evidencia que o autor-criador é consciente que responde a diferentes questões da sociedade que envolvem os temas abordados. Assim, enquanto orador e projetando uma imagem de auditório (interlocutor) ideal, o projeto de dizer do sujeito marca a alternância de turnos com seu interlocutor, consciente que pode ter sua argumentação questionada, posto que, embora os argumentos apresentados, o que a sociedade quer é o cumprimento das promessas. Esse “esforço” em defender o governo estadual marca a *expressividade* da carta de Aristeu Bolonha e contorna o estilo dessa defesa e dos temas/personagens.

Por sua vez, a carta “Trabalho Infantil”, de Humberto Schuwartz Soares, não fala sobre a relação entre os Governos Estadual e Federal, mas defende, sutil e

gradativamente, que o trabalho infantil deveria ser legalizado, pois, para o sujeito/orador, crianças trabalhando: “[...] *é muito mais sadio que ficar zanzando de bobeira por aí aprendendo coisas erradas*”:

Trabalho infantil

É obrigação de o Estado propiciar escola fundamental para toda criança, mas na realidade nem sempre isso acontece e, na maioria das vezes, sucede de forma ineficiente. Primeiro a escola, mas o trabalho enobrece e faz a criança crescer, amadurecendo, no entanto o trabalho infantil é contravenção passível de punição aos empregadores, mas o que nos chama a atenção é o alto índice de menores infratores amparados pela lei com leves punições e, em vez de recuperá-los, são alojados em escolas onde enriquecem o saber de malfeitos. Sem dúvida trabalhar, embora ilegal, é muito mais sadio do que ficar zanzando de bobeira por aí aprendendo coisas erradas.

Humberto Schuwartz Soares, por e-mail, de Vila Velha.

Com tal tese e a forma como a constrói, o orador, a todo o momento, cria uma imagem de si e de seu interlocutor atentos a problemas sociais que envolvem crianças e adolescentes, como o aliciamento de menores. O auditório ao qual a argumentação se dirige é presumido como sendo um auditório preocupado com a violência, com a educação de crianças e adolescentes, com o aumento da criminalidade. Isso se percebe, por exemplo, quando o orador argumenta que as punições que esses adolescentes sofrem são leves e os lugares onde ficam “[...] *são alojamentos em escolas onde enriquecem o saber de malfeitos*”. Não obstante, o sujeito projetado pela carta responsabiliza o Estado em não tomar atitudes que mudem o quadro de violência envolvendo menores, e sugere que o trabalho por ‘amadurecer e enobrecer o homem (a criança)’ seria uma solução, mesmo sendo ilegal.

No mesmo dia da carta, o jornal “A Gazeta” traz a seguinte manchete de capa: “*Comissão aprova prisão para menor de 18 anos*”⁵⁴. Essa manchete é uma chamada à leitura de uma reportagem especial sobre a PEC que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos. Na reportagem de Elton Lyrio⁵⁵, é apresentada a situação da votação na câmara dos deputados e o jornalista fala que os partidos PCdoB, PT e

⁵⁴ Anexo D.

⁵⁵ Anexo E.

PSOL tentaram, por meio de manobras, alterar a ordem dos trabalhos para que a proposta não fosse aceita ou votada.

Há entre a reportagem e a carta de Humberto Soares um diálogo íntimo, pois o tema principal da reportagem é a redução da maioria penal e um dos assuntos abordados na carta são as punições leves que menores infratores sofrem. A reportagem de Elton Lyrio destaca que André Garcia, então secretário de segurança do Estado do Espírito Santo, é contra a redução, mas afirma que a sociedade não aguenta mais ver menor sofrendo penas brandas. A opinião do secretário parece coincidir com a do sujeito construído na carta “Trabalho Infantil”. Nesta carta, os diferentes discursos (do campo jurídico (poderíamos pensar no Estatuto da Criança e do Adolescente), do Governo do Estado, da sociedade, dos empregadores) são usados como *escopo de verdade* (Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014); Charaudeau, 2008), pois legitimam o projeto de dizer do sujeito/orador da carta.

Além disso, esse escopo trabalha com premissas da ordem do *eixo do provável e raciocínios preferíveis* (CHARAUDEAU, 2008; FIORIN, 2014): é provável e melhor [preferível] que se os menores trabalharem desde cedo, não entrarão no “mundo do crime”; tese defendida. O sujeito projetado pela carta é retórico e discursivo, pois procura defender seu ponto de vista a partir de raciocínios nesse sentido, “construindo” signos que vão ao encontro de construções ideológicas da sociedade do que seria bom – ideal – para uma criança e um adolescente. Temos, assim, um autor consciente das premissas e valores da sociedade (seu auditório) e os usa como estratégias retóricas de argumentação.

As cartas do leitor parecem formar um contínuo com o todo do jornal e com o contexto sócio-histórico de produção. Isso se afirma, por exemplo, ao se observar a relação dialógica constitutiva entre a reportagem de Elton Lyrio, a carta de Humberto Soares e a carta “Maioridade penal”, de Eliana Dantas, pois os três enunciados, de diferentes formas, têm como um de seus temas a violência gerada por menores infratores:

Maioridade penal

A opinião de parlamentares, de políticos e da população sobre a aprovação da maioria penal é bem característica de cidadãos que nada sofrem ou sofreram com os crimes hediondos praticados por menores bandidos e perigosos. É muito

fácil opinar por dar oportunidade a bandido de 10 anos que mata, estupra, rouba e sai rindo da delegacia debochando da entidade policial quando nunca tiveram familiares na mira de revólver ou simplesmente tendo vídeo de estupro divulgado na internet. É muito bonito colocar coração no meio de situações de grande constrangimento e humilhação quando a sua própria família ainda está se achando segurando nesse mundo cão. A dor só é medida quando é nossa, a dos outros não faz a menor diferença. Sem hipocrisia fica mais fácil!

Eliana Dantas, por e-mail, de Vila Velha.

A carta de Eliana Dantas despreza a opinião dos políticos e demais pessoas da sociedade que não aprovam a redução da maioria penal. Para ela, estas pessoas são “[...] cidadãos que nada sofrem ou sofreram com os crimes hediondos praticados por menores bandidos e perigosos”. Com isso, o sujeito projetado nesse contexto parece ter sofrido ou sofrer com a violência praticada por menores infratores.

O tom valorativo negativo da carta “Maioridade penal” sobre seu tema evidencia um sujeito indignado com a violência praticada pelos jovens infratores e, principalmente, revoltado com discursos e políticas que “pregam” a criação de oportunidades para menor “[...] que mata, estupra, rouba e sai rindo da delegacia debochando da entidade policial”. Para o sujeito/orador, que não procura “agradar” parte de seu auditório (a parte que defende tais políticas), mas busca colocar em xeque políticas assistencialistas nesse sentido, esses discursos protecionistas vêm de pessoas que “[...] nunca tiveram familiares na mira de revólver ou simplesmente tendo vídeo de estupro divulgado na internet”. O trecho coloca-se como uma premissa (‘Quem nunca passou por essa situação defende essas políticas’) e como um raciocínio construído por um duplo direcionamento discursivo: o orador não parece querer que determinadas pessoas passem por esse trauma, entretanto, questiona que elas, sem conhecimento de causa, opinem sobre o assunto.

O sarcasmo e a ironia evidenciam um tom de revolta, não sendo possível perceber apenas nas escolhas lexicais o valor semiótico das construções, mas na entonação e no contexto: “É muito bonito colocar coração no meio de situações de grande constrangimento e humilhação [...]”. Bakhtin/Volochínov (2009) alertam para *ubiquidade* da palavra. Nesta carta, as palavras “bonito” e “coração” funcionam

como signos depreciativos à posição de defesa de jovens infratores, e isso só é percebido e possível em determinadas situações.

Percebemos que o sujeito/orador usa o discurso das pessoas que sofreram ou sofrem violências cometidas por menores como estratégia de persuasão para levar o auditório a se compadecer das dores e situações dessas pessoas. Assim, diferentes discursos, como o das pessoas vítimas de violência cometida por menores, se cruzam na voz desse sujeito/orador. A voz da pessoa que defende a criação de oportunidades para os menores infratores é colocada com entonação negativa, e o autor-criador dessa carta se constrói, conscientemente, dessas e de outras vozes. É o cruzamento de diferentes discursos, a ironia, o sarcasmo, a dor e o desprezo que dão expressividade à carta e, conseqüentemente, marcam um estilo – e um sujeito – sarcástico, sofrido, revoltado; e marcam, também, um projeto de dizer e um processo de autoria.

Além da violência e da redução da maioria penal, temas das duas últimas cartas observadas, as cartas do dia 01 de abril de 2015 evidenciam a variedade temática que as cartas do leitor podem apresentar. A carta a seguir fala sobre o aumento no pedágio na BR 101:

Pedágio na BR 101

Sinceramente, às vezes nos deparamos com fatos que só ocorrem no Brasil que achamos que estamos delirando em outro planeta. O capixaba já vem pagando pedágio na BR 101 há mais de um ano, sendo que as obras de duplicação ainda nem começaram, certamente a concessionária poderá ficar especulando com esse dinheiro no mercado financeiro. Paga-se por algo que nem sabemos se vamos utilizar pois no país nenhuma empreiteira é punida por atraso em obras. Imagine um cidadão que paga, digamos, 5 anos, faleça e nunca tenha usufruído por aquilo que pagou, será restituído? As melhorias que alegam já terem sido feitas são uma piada... É uma situação comparada a se quitar o financiamento de um imóvel ou veículo e continuar pagando aluguel para utilizar. Se isso não é considerado apropriação indébita ou furto oficializado, de que nome poderemos chamar essa prática?

Geraldo Nardi, por e-mail, de São Gabriel da Palha.

A Carta “Pedágio na BR 101”, de Geraldo Nardi, fala sobre o pagamento do pedágio na BR 101. O sujeito começa seu discurso com uma crítica indireta, porém forte, a práticas no âmbito político-econômico no Brasil, quando diz que “[...] às vezes nos

deparamos com práticas que só ocorrem no Brasil que achamos que estamos delirando ou em outro planeta” e continua, ao afirmar que *“paga-se por algo que nem sabemos se vamos utilizar pois no país nenhuma empreiteira é punida por atraso em obras”*. O autor fala sobre o fato de a sociedade capixaba estar pagando pedágio na BR 101 há mais de um ano e não ver nenhuma melhoria na rodovia. Para ele, as melhorias apontadas pela concessionária *“são uma piada”*.

O sujeito constrói sua carta marcando a alternância de turno entre sujeitos de diálogos anteriores e suscitando novos sujeitos/diálogos. Isso se percebe pelo tom valorativo de *“Sinceramente”*, que soa como um ‘desabafo’ por parte do sujeito/orador da carta, que, por sua vez, espera que seu interlocutor tenha uma posição responsivo-ativa frente a essa situação. Afinal quem ‘sofremos somos nós, capixabas’.

A argumentação desta carta está ligada aos pontos supracitados. Mas mais especificamente na imagem de auditório que o orador cria. O orador procura criar uma identidade com seu auditório particular, que é bastante heterogêneo; vemos isso em construções como *“sabemos”, “pagamos”, “nos deparamos”*; o orador se inclui nessa situação, tendo, assim, legitimidade para falar. Por exemplo, o orador usa como estratégia retórica a comparação entre a situação do pagamento do pedágio na 101 com a pagamento de imóvel e bens.

Sendo seu auditório heterogêneo, o orador vai, por fim, direcionar sua argumentação à parte dele, o seu auditório *“de elite”*, ou que tem conhecimento jurídico para legitimar os argumentos. Para ele, se o que ocorre em relação ao pedágio da BR 101 *“[...] não é considerado apropriação indébita ou furto oficializado, de que nome poderemos chamar?”*. Esse auditório de elite acaba por tornar-se como *“modelo a ser seguido”* (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Defendemos, pois, que o autor-criador dessa carta é construído resgatando em si três dos lugares dos quais vêm as principais vozes discursivas que constituem a carta: a enunciação e os enunciados anteriores que discutem o pagamento de pedágio em rodovias federais; o próprio Geraldo Nardi (autor-pessoa), na posição discursiva de Leitor-cidadão, enquanto sujeito de discurso; e as instâncias política e econômica do país que, juntas, permitem que os cidadãos se encontrem vulneráveis a empreiteiras que fazem mau uso do dinheiro público. A conclusibilidade desse

enunciado se dá nas relações dialógicas construídas nesse contexto, principalmente as de desacordo.

A última carta foi enviada ao jornal por Roberto Pimentel e, diferente das demais, não apresenta uma entoação negativa de seu tema, o samba na Catedral do Samba, em Marataízes, mas, o contrário: a exauribilidade temática se dá com construções positivas, saudosistas e elogiosas:

Samba

Em Marataízes, no Catedral do Samba só não curte o melhor da música brasileira quem ainda não conhece o endereço ou tem preconceito de idade. Elcio e D. Cida comandam uma festa de gentes da melhor idade, um grupo maravilhoso que brilha ou já brilhou no cenário nacional e até internacional, como o conhecido Raul Sampaio, como Danilo, que viveu de música na Espanha, como Ronilson, que comandou anos e anos a sua banda no nosso 106, como Joel do bandolim, que entende muito mais que tudo sobre cordas. Enquanto Elcio e Gerson batem bem no pandeiro, muita gente canta e todos se encantam com a voz de Adilson, o gogó de ouro, como o chamam. Pelo bar, mosaicos de Marcelo Penedo. O Catedral é uma festa linda de talentos sexagenários. Show pra encantar, e ninguém botar defeito.

Roberto Pimentel, por e-mail, da Praia do Canto, Vitória.

A carta de Roberto Pimentel apresenta contornos semelhantes à carta “Léo Moura”, publicada em 03/03/2015 pelo jornal e enviada pelo mesmo leitor, pois ambas procuram fazer elogios aos seus temas principais, criando uma boa imagem deles.

A carta “Samba” defende que “[...] só não curte o melhor da música brasileira quem ainda não conhece o endereço ou tem preconceito de idade”. O autor refere ao samba comandado por Elcio e D. Cida, que dirigem “festas de gentes da melhor idade”. A narrativa se constrói sob um tom valorativo positivo do samba em questão e afirma que o lugar já foi palco de nomes que brilham nacional e internacionalmente, como Raul Sampaio e Ronilson. Assim, além de defender sua tese, o orador intimida seu auditório com a seguinte premissa: se você não gostar desse samba, não conhece o endereço ou não sabe o que é música brasileira de qualidade. No entanto, apesar da premissa, a construção não procura ser preconceituosa ou imperativa, apenas é colocada como recurso retórico publicitário para fazer a adesão do auditório, posto como universal mas que, na verdade, trata-se de um auditório particular; a argumentação é direcionada a todos que leem a

carta, mas é para todos os outros também. Por caminhos diferentes de argumentação, a carta “4ª Ponte” também usa de recursos publicitários, como a descrição, para criar uma “boa imagem” de seu tema; neste caso para defender que o governo estadual não cumpriu suas promessas porque não é ajudado pelo governo federal.

Assim, o modo argumentativo do discurso da carta “Samba” se vale do modo descritivo do discurso⁵⁶, pois a narrativa descreve, com entonações positivas, o tema da carta, como o faz, igualmente, o autor construído na carta “Léo Moura”.

O autor dessa carta usa do estilo publicitário (a descrição) como recurso argumentativo e reúne as vozes da “melhor idade”, dos jovens, dos sexagenários, do conhecedor de boa música, do samba, em sua forma de discurso. Nessa inteireza do enunciado, ainda se pode destacar que a voz que é contra o preconceito de idade é usada como argumento em defesa do samba do Catedral, que é uma “[...] *festa linda de talentos sexagenários* ”. A alternância de turno entre os sujeitos do discurso, marcando a enunciação, se dá quando o locutor espera que o interlocutor responda positivamente ao “convite” em conhecer o “melhor do samba, da música brasileira”. Refletindo sobre as cartas “Léo Moura” e “Samba” – e até da carta “4ª Ponte”, em alguns aspectos – parece-nos que, quando uma carta do leitor procura elogiar seu tema, as construções são descritivo-argumentativas e tentam, constantemente, convencer o auditório/interlocutor da importância e relevância de seus temas para a sociedade (na verdade, para seu auditório particular).

As cartas analisadas nos blocos “a” e “b” nos mostram que cartas do leitor podem falar, e de diferentes maneiras, sobre vários temas (e isso num mesmo enunciado). O que importa observar é o tom valorativo dado a esses temas e sua relação com outras seções do jornal. Nos dois próximos blocos, “c” e “d”, observaremos como funcionam as cartas-resposta publicadas por “A Gazeta”.

c. Cartas do leitor do dia 02 de março de 2015 (Segunda-feira; cartas-resposta)

⁵⁶ Conf. “Linguagem e discurso: modos de organização. CHARAUDEAU, P. 2008.

Como falado, o jornal “A Gazeta” havia perguntado a seus leitores: “O que você achou da vitória da Beija-Flor, que recebeu doação de R\$ 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial?” Observe:

FALA, LEITOR		
Endereço: Rua Chafic Murad, 902, Monte Belo, Vitória-ES - CEP 29053-315. E-mail: carta@redegazeta.com.br. Telefone (27)3321-8521. Só serão aceitas cartas assinadas.		
<p style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px; margin: 0;">A PERGUNTA</p> <p>▼ Carnaval O que você achou da vitória da Beija-Flor, que recebeu doação de R\$ 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial?</p> <p>Episódio emblemático Uma infeliz coincidência marcou o carnaval carioca de 2015: a Beija-Flor ter recebido o patrocínio de R\$ 10 milhões do ditador Teodoro Obiang, da Guiné Equatorial, e de ter sido a grande campeã, o que provocou indignação geral não só pelo fato em si, mas também por via de reflexo de algo parecido com essa odiosa política leniente que assola o Brasil. A Guiné Equatorial é um país rico, mas 75% da população de 1,6 milhão de pessoas vivem com apenas dois dólares por dia, estando abaixo da linha da pobreza. Tal episódio é emblemático e, por isso, muito preocupante porque põe em xeque a majestade do carnaval cuja credibilidade deve ser, sim, resguardada de patrocínios imorais como é o caso desse ditador bilardário. Para piorar esse contexto, Neginho da Beija-Flor causou revolta e decepção ao declarar, debochadamente: “Se hoje temos o maior espetáculo audiovisual do planeta, agradeça à contravenção”. Isso revela flagrante e abominável apologia ao crime e/ou à contraven-</p>	<p>ção. Urge que o Ministério Público Federal investigue o “modus operandi” dessas doações feitas às escolas de samba no país. Afinal, o maior espetáculo do planeta, o nosso carnaval, não pode como não deve ser maculado pelo simples capricho de dirigentes inescrupulosos ou sem noção.</p> <p>José Carlos Monjardim Motta, por e-mail, da Praia da Costa, Vila Velha.</p> <p>—</p> <p>Normal Num país onde quem governa faz doações para ditadores, isso acaba se tornando normal!</p> <p>Cleres Netto, via Gazeta Online.</p> <p>—</p> <p>Sem importância Achei um carnaval normal com a competência de sempre apresentada pela Beija-Flor, sou torcedor de outra escola carioca, mas reconheço que a Beija-Flor está num patamar acima das rivais, não vejo o porquê de tanta polêmica com um simples título de campeã de carnaval e de um patrocínio de um ditador. Enquanto isso, o Espírito Santo e o Brasil sofrem com problemas realmente importantes como demissão de funcionários do Cio-des, devolução de ambulâncias, turfa, falta de água, um governador que apoiou o sucessor e depois voltou como se fosse a solução de todos os</p>	<p>problemas do Estado, trânsito caótico, pronto-socorros lotados, e muitos ficam perdendo tempo discutindo o resultado do carnaval carioca... Fala Sério!!!!</p> <p>Jackson Oliveira, via Gazeta Online.</p> <p>—</p> <p>Inversão de valores Estamos vivenciando uma real inversão de valores neste país, falta de discernimento. Uma agremiação como a Imperatriz Leopoldinense (exemplo) homenageia um “fcone mundial”, me refiro ao líder político Nelson Mandela, e passa despercebida pela comissão julgadora. Isso é simplesmente lamentável sob todos os aspectos!</p> <p>Marcos Vieira, via Gazeta Online.</p> <p>—</p> <p>Mereceu o título A Beija-Flor é uma escola grande que tem um grande contraventor e demais pessoas ligadas a atividades ilícitas, assim como muitas grande escolas de samba. Muito dinheiro rola, inclusive dinheiro público, para o espetáculo do carnaval. A Beija-Flor mereceu ganhar, fez uma ótima e bonita apresentação, mesmo patrocinada com dinheiro proveniente de um país governado por um ditador. Aliás, Venezuela e Cuba são países ditatoriais, que também patrocinaram muitos</p>
<p>eventos no Brasil e ninguém fala nada.</p> <p>Walker Botelho, via Gazeta Online.</p> <p>—</p> <p>Pouca diferença Doações pouco diferentes das que estão acontecendo em nosso país onde estamos sendo governados de maneira “ditatorial” camuflada de regime republicano.</p> <p>Alex, via Gazeta Online.</p> <p>—</p> <p>Imoral É imoral, como já foi dito. É preciso acabar com a hipocrisia, a gente vive criticando governos, mas escolas de samba, por proporcionarem a beleza do carnaval, acabam saindo ilesas desses julgamentos. A limpeza ética no país precisa ser geral.</p> <p>Carlos Almeida, por e-mail, de Jacaraípe, Serra.</p> <p>—</p>		
<p style="background-color: #0070c0; color: white; padding: 2px; margin: 0;">FÓRUM DO LEITOR</p> <p>▼ A pergunta O Congresso aprovou a liberação de verba para o pagamento de passagens para cônjuges de deputados. O que você acha disso? (As cartas selecionadas serão publicadas domingo e segunda-feira). Participe do fórum no www.gazetaonline.com.br/euaqui</p>		

Temos aí não apenas um enunciado que suscita uma resposta, as cartas do leitor, mas um enunciado que *dá um direcionamento* discursivo sobre um acontecimento. Esse direcionamento é percebido pela forma como a pergunta é construída e dirigida aos leitores. Vejamos, a seguir, alguns indícios que mostram o posicionamento discursivo do jornal e os recursos retóricos que ele usa, para então analisar as cartas.

Primeiro: embora pareça, a princípio, o contrário, o jornal não parece querer saber a opinião dos leitores sobre a vitória da escola de samba Beija-Flor no carnaval de 2015, do Rio de Janeiro; mas quer indagar o fato de ela ter recebido a doação de R\$ 10 milhões de um ditador de um país do chamado 3º mundo, a Guiné Equatorial.

Assim, a oração “[...] *que recebeu doação de R\$ 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial?*” , por ser explicativa, tem, por isso mesmo, um papel retórico fundamental. É nela que a editoria do jornal, enquanto sujeito discursivo, evidencia seu posicionamento e, enquanto sujeito retórico, direciona a uma determinada argumentação. Alguns possíveis argumentos a serem usados em cartas do leitor que sigam esse posicionamento são dados pela pergunta, embora razoavelmente curta: o valor da doação recebido, fato de que quem doou ser um ditador e de um país pobre e pouco conhecido pela população brasileira.

Um último ponto que gostaríamos de chamar à atenção na construção da pergunta é o fato de que ao mesmo tempo em que cria uma relação direta com seus leitores, numa construção informal “*O que você achou [...]?*”, o jornal é imperativo, ele quer uma resposta efetiva sobre esse acontecimento e, não se pode escapar, uma resposta que caminhe com determinada circunstância: a doação recebida (R\$ 10 milhões) de determinada pessoa (um presidente ditador), de determinado lugar (um país pobre da África). Em suma, tem-se na pergunta um enunciado que já responde a um acontecimento específico e marca um posicionamento discursivo do jornal, evidenciado em seu noticiário. Assim, a estratégia retórica argumentativa de levar os leitores a um só posicionamento sobre um acontecimento é o uso da explicação “que recebeu 10 milhões do ditador da Guiné Equatorial”, como recurso argumentativo que recorre à memória político-ideológica dos leitores: a Guiné Equatorial é um país pobre, da região ocidental da África e é governada há décadas por um ditador, Teodoro Obiang. Com isso, o jornal, enquanto sujeito discursivo e retórico, cria uma imagem de auditório ideal; um auditório que, certamente, concordaria com a questão posta e responderia de acordo com o direcionamento discursivo indicado na pergunta.

Podemos dizer que a questão feita parte de uma premissa, a doação recebida pela Beija-Flor, colocada como notícia pela mídia, em geral, e o jornal, em particular. Essa premissa, como destaca Charaudeau (2013), é discursiva, é ideológica,

procura atender a um propósito discursivo específico; no caso da pergunta, fazer com que os leitores questionem a vitória da Beija-flor no carnaval carioca de 2015, sob um ponto de vista político.

O processo de resposta das futuras cartas começa, então, a ser engendrado, e o discurso alheio aparece na questão do jornal como vindo não de um sujeito discursivo específico, mas do sujeito discursivo que “é” a sociedade e da qual se espera apenas uma resposta, um posicionamento; a pergunta é feita criando a imagem de que o discurso que lhe sustenta não é de autoria do jornal, mas da própria sociedade. Trata-se de uma encenação discursiva feita por meio da linguagem. Charaudeau (2008/2013) afirma que na encenação comunicativa, o falante real (locutor) cria uma imagem de ouvinte ideal, que pode ou não coincidir com o ouvinte real (interlocutor). Neste caso, o jornal cria uma imagem de interlocutor e espera uma atitude e/ou compreensão responsiva por parte dele; uma voz social, da indignação, por exemplo, parece embasar a explicação dada sobre a doação à Beija-flor de Nilópolis.

Vejamos, a seguir, as considerações sobre as construções das cartas.

Episódio emblemático

Uma infeliz coincidência marcou o carnaval carioca de 2015: a Beija-Flor ter recebido o patrocínio de R\$ 10 milhões do ditador Teodoro Obiang, da Guiné Equatorial, e de ter sido a grande campeã, o que provocou indignação geral não só pelo fato em si, mas também por via de reflexo de algo parecido com essa odiosa política leniente que assola o Brasil. A Guiné Equatorial é um país rico, mas 75% da população de 1,6 milhão de pessoas vivem com apenas dois dólares por dia, estando abaixo da linha da pobreza. Tal episódio é emblemático e, por isso, muito preocupante porque põe em xeque a majestade do carnaval cuja credibilidade deve ser, sim, resguardada de patrocínios imorais como é o caso desse ditador bilardário. Para piorar esse contexto, Neguinho da Beija-Flor causou revolta e decepção ao declarar, debochadamente: “Se hoje temos o maior espetáculo audiovisual do planeta, agradeça à contravenção”. Isso revela flagrante e abominável apologia ao crime e/ou à contravenção. Urge que o Ministério Público Federal investigue o “modus operandi” dessas doações feitas às escolas de samba no país. Afinal, o maior espetáculo do planeta, o nosso carnaval, não pode como não deve ser maculado pelo simples capricho de dirigentes inescrupulosos ou sem noção.

José Carlos Monjardim Motta, por e-mail, da Praia da Costa, Vila Velha.

A carta intitulada⁵⁷ “Episódio emblemático” de autoria nomeada de José Carlos Motta⁵⁸ reflete um sujeito que corresponde à imagem de ouvinte ideal (CHARAUDEAU, 2008/2013) construída pela pergunta/discurso do jornal; isso se percebe já no título. Contudo, o foco não é essa indignação, o tema da carta é fortemente modificado, ganhando tom valorativo ético como no trecho “[...] *por via de reflexo de algo parecido com essa odiosa política leniente que assola o Brasil*”. O tema é modificado porque a palavra do sujeito da carta traz em si duas apreciações/avaliações sobre esse tema: ao mesmo tempo em que a coincidência da doação recebida pela beija-flor com a vitória da escola no carnaval carioca de 2015 ser um “*reflexo de algo parecido com essa odiosa política leniente que assola o Brasil*”, o “*nosso carnaval não pode como não deve ser maculado pelo simples capricho de dirigentes inescrupulosos ou sem noção*”; o carnaval é visto de modo positivo e negativo ao mesmo tempo pelas palavras do sujeito/orador, ou seja, esse tema ganha tons valorativos diferentes num mesmo enunciado, como na carta “Moralidade”, publicada no dia seguinte (03/03/2015) e analisada no bloco “a” desta subseção, que dá uma valoração positiva e negativa sobre um de seus temas, o “povo”.

O sujeito/orador de “Episódio emblemático”, antes de apresentar seu posicionamento, faz um percurso histórico sobre a questão da corrupção no Brasil, apresentando a doação recebida pela Beija-flor como uma coincidência. No entanto, vemos que este orador, ao fazer esse discurso aparentemente atenuador de polêmicas, cria uma imagem de auditório heterogêneo, composto por pessoas que gostam e não gostam de carnaval, por pessoas com inclinações ideológicas diversificadas.

Vemos que, após uma breve contextualização, a partir da metade da carta, o sujeito/orador, ao construir um cenário específico de doações políticas e corrupções, critica a doação recebida pela escola de samba porque, para ele, num país em que

⁵⁷ Não é possível saber se os títulos das cartas são dados pelo jornal ou pelo autor-pessoa que as enviou ao jornal em questão.

⁵⁸ Por se tratar de textos do domínio público (BEZERRA, 2007), optamos por veicular o nome das pessoas que enviaram as cartas aos jornais.

“75% da população de 1,6 milhão de pessoas vivem com apenas dois dólares por dia [...]” é algo emblemático e preocupante e “põe em xeque a majestade do carnaval, cuja credibilidade deve ser [...] de patrocínios imorais”, como de um ditador bilionário como o presidente da Guiné Equatorial.

E, na tentativa de mostrar que seu discurso não é falacioso, do tipo ‘tudo é corrupção no Brasil’, o orador da carta em questão usa do discurso de Neguinho da Beija-flor como estratégia retórica para mostrar sua indignação e defender seu posicionamento. Além do discurso de Neguinho da Beija-Flor, esse sujeito/orador lança mão de diferentes discursos que fazem “*apologia ao crime e à contravenção*”, para criticar tal postura imoral. Com isso, o autor-criador engendrado nesse processo de enunciação parece cindido em duas direções: reconhece e admira a ‘majestade’ do carnaval (“[...] *o maior espetáculo do planeta, o nosso carnaval [...]*”), mas acredita que tal posição está baseada em corrupção, o que não deveria ser. No entanto, esse discurso aparentemente cindido é criado por um sujeito/orador historicamente situado, politicamente marcado e substancialmente articulado com diferentes discursos.

Os *modos de encadeamento argumentativo* (CHARAUDEAU, 2008), na carta de José Carlos, são de diferentes ordens e buscam sustentar sua argumentação “preparando o terreno” para uma argumentação sólida, como se vê no início da carta. Temos a *restrição* a duas esferas distintas, que estão, segundo o próprio sujeito/orador afirma, no “*modus operandi*” sobre o processo de doação: a esfera política e a esfera carnavalesca. Há também a *oposição* ao acontecimento, marcado por estratégias retóricas (a contextualização e o discurso de outrem como estratégias argumentativas) que procuram articulações lógicas no *eixo do provável*, pois o orador acredita ser *provável* que o carnaval se sustente a partir de, como ele chama, “doações imorais” e/ou corrupção. Percebemos que há em toda carta, principalmente pelo aparente objetivismo, a criação/construção de um *escopo do valor de verdade*.

O *escopo de valor de verdade* é construído a partir do depoimento do Neguinho da Beija-Flor, da situação política e econômica da Guiné-Equatorial e de algumas escolhas lexicais que legitimam o dizer do autor dessa carta, como o “chamamento” ao Ministério Público, o uso de termos em latim, os dados apresentados sobre a

Guiné Equatorial, toda a contextualização. O uso da língua, tanto pelo jornal quanto pelo leitor, se deu na busca de interação entre seus respectivos sujeitos do discurso e o enunciado de cada um, principalmente o da carta “Episódio emblemático”, são construídos na alternância entre esses sujeitos de discurso, que, ao defenderem suas proposições, lançam mão de diferentes recursos retóricos, como a voz da indignação (usada na pergunta e na carta) e as vozes da história do carnaval e da política e o discurso da contravenção (usadas na carta) para persuadir seus respectivos auditórios. O discurso do sujeito/orador nasceu de uma situação extraverbal, mas é significado por meio da palavra, pela qual jornal e leitor se significam e significam o mundo. O autor-criador está engendrado nesse processo de trocas entre esses sujeitos, isto é, é construído pela alteridade entre jornal e leitor.

A carta “Normal”, por sua vez, pode se apresentar como uma das vozes contestadas na primeira carta: o discurso do tipo “isso é normal no Brasil”:

Normal

Num país onde quem governa faz doações para ditadores, isso acaba se tornando normal!

Cleres Netto, via Gazeta Online.

O autor desse enunciado, Cleres Netto, engendra, com o auxílio da pergunta posta, um sujeito aparentemente “anestesiado” a situações do tipo. Mas, mais que aparência, esse sujeito é politicamente situado, análogo ao sujeito da carta anterior. É interessante como o jornal e os sujeitos engendrados nas cartas constroem seus discursos relacionando-os a dois campos discursivos bem específicos: o carnaval e a política; vemos, assim, a linguagem refletindo essas intenções discursivas, sendo o discurso de determinado grupo político/social camuflado como discurso da população brasileira: nosso governo *corrupto* faz doações para um governo *ditador*; *normal*. A estratégia retórica usada para defender que isso é “normal” num país feito o Brasil é a comparação entre a doação recebida pela Beija-flor a possíveis doações do governo brasileiro, segundo Cleres Netto, fez a países que vivem em um regime ditatorial, como Cuba e Angola.

As cartas “Sem importância”, “Mereceu o título” e “Pouca diferença” apresentam semelhanças e diferenças com as proposições da carta “Normal”. A carta de Jackson Oliveira, “Sem importância”, caminha na mesma direção discursiva da carta “Beija-Flor”, publicada na edição posterior do jornal: questionar o jornal (a mídia) sobre a criação da polêmica em torno da doação à escola de samba.

Sem importância

Achei um carnaval normal com a competência de sempre apresentada pela Beija-Flor, sou torcedor de outra escola carioca, mas reconheço que a Beija-Flor está num patamar acima das rivais, não vejo o porquê de tanta polêmica com um simples título de campeã de carnaval e de um patrocínio de um ditador. Enquanto isso, o Espírito Santo e o Brasil sofrem com problemas realmente importantes como demissão de funcionários do Ciodes, devolução de ambulâncias, turfa, falta de água, um governador que apoiou o sucessor e depois voltou como se fosse a solução de todos os problemas do Estado, trânsito caótico, prontos-socorros lotados, e muitos ficam perdendo tempo discutindo o resultado do carnaval carioca... Fala Sério!!!!

Jackson Oliveira, via Gazeta Online.

O sujeito/orador de “Sem importância” além de achar que a polêmica em torno da doação é trivial (“[...] *não vejo o porquê de tanta polêmica*”), critica o jornal “A Gazeta” (bem como o faz o sujeito/orador da carta de Kleber Galvêas) por não questionar sobre problemas, para ele, eticamente bem mais importantes, como as eleições para o governo do estado: “*Enquanto isso, o Espírito Santo e o Brasil sofrem com problemas realmente importantes [...]*”.

Curiosamente, o sujeito que questiona as prioridades de notícia do jornal parece mostrar que a polêmica sobre a doação procura “camuflar” os problemas do estado: “[...] *e muitos ficam perdendo tempo discutindo o resultado do carnaval carioca... Fala Sério!!!!*”. O discurso do jornal e das pessoas que se envolvem ativamente nessa polêmica e das eleições são vozes discursivas que constituem a carta de Jackson Oliveira enquanto enunciado concreto. Vejamos, pois, que o autor-criador é engendrado em toda enunciação, inclusive pela alternância entre os sujeitos do discurso (do jornal ao leitor; do leitor ao jornal), que, por sua vez, colabora na *conclusibilidade* da enunciação e no todo do enunciado. O autor dessa carta emerge em todo esse complexo emaranhado de discursos distintos e dirige sua argumentação a um auditório heterogêneo formado tanto pelo jornal quanto pelos

leitores; inclusive o uso de “Fala Sério” cria certa proximidade com parte desse auditório, pois cria identidade com determinado(s) grupo(s). Além disso, esse autor reflete um auditório/interlocutor que não coincide com a imagem de auditório feita anteriormente na pergunta e nos conteúdos do jornal, posto que o próprio ganha uma avaliação negativa de seu discurso.

A carta “Mereceu o título”, de Walter Botelho segue, praticamente, os mesmos caminhos argumentativos da carta “Sem importância”, de Jackson Oliveira:

Mereceu o título

A Beija-Flor é uma escola grande que tem um grande contraventor e demais pessoas ligadas a atividades ilícitas, assim como muitas grandes escolas de samba. Muito dinheiro rola, inclusive dinheiro público, para o espetáculo do carnaval. A Beija-Flor mereceu ganhar, fez uma ótima e bonita apresentação, mesmo patrocinada com dinheiro proveniente de um país governado por um ditador. Aliás, Venezuela e Cuba são países ditatoriais, que também patrocinaram muitos eventos no Brasil e ninguém fala nada.

Walker Botelho, via Gazeta Online.

O sujeito/orador desta carta termina seu discurso com “[...] e *ninguém fala nada*”, como crítica ao modo como o jornal fez a pergunta; além disso, toda a carta em geral e esse trecho em particular é carregada de ironia, que dá entonação ao todo do enunciado, marcando o estilo individual do sujeito, do autor. Há, no entanto, de se destacar que o sujeito/orador dessa carta parece acreditar ou ser conivente que, dentro do contexto [corrupto] que seria o carnaval carioca, a Beija-Flor mereceu o título: A Beija-flor mereceu ganhar “*mesmo patrocinada com dinheiro proveniente de um país governado por um ditador*” e ter “*pessoas ligadas a atividades ilícitas [...]*”.

A carta de Alex, embora pouco extensa, é bastante atravessada por diferentes discursos e cheia de entonações. Ele coloca a doação, assim como a carta “Normal”, como algo normal, recorrente.

Pouca diferença

Doações pouco diferentes das que estão acontecendo em nosso país onde estamos sendo governados de maneira “ditatorial” camuflada de regime republicano.

Alex, via Gazeta Online.

O valor semiótico de “normal” na fala do sujeito da carta “Pouca diferença” é percebido implicitamente quando o sujeito/orador afirma que esse processo de doações é quando se governa “[...] *de maneira “ditatorial” camuflada de regime republicano*”; a construção do signo “normal” é cultural e ideologicamente marcada por ironia e sarcasmo. A crítica nessa carta não é à escola de samba Beija-flor ou à Guiné Equatorial, mas ao governo brasileiro. Percebamos que várias vozes são chamadas indiretamente para constituir essa carta: percebemos a voz do cidadão, a voz de um regime ditador, que figura em si essas e outras vozes; fala-se sobre (um)a república [falida], sobre o governo da época etc.; Essa é mais uma carta que relaciona a doação recebida pela Beija-Flor como reflexo a posturas do governo do PT.

Por último, gostaríamos de chamar à atenção para as cartas “Inversão de valores”, de Marcos Vieira, e “Imoral”, de Carlos Almeida.

Inversão de valores

Estamos vivenciando uma real inversão de valores neste país, falta de discernimento. Uma agremiação como a Imperatriz Leopoldinense (exemplo) homenageia um “ícone mundial”, me refiro ao líder político Nelson Mandela, e passa despercebida pela comissão julgadora. Isso é simplesmente lamentável sob todos os aspectos!

Marcos Vieira, via Gazeta Online.

Imoral

É imoral, como já foi dito. É preciso acabar com a hipocrisia, a gente vive criticando governos, mas escolas de samba, por proporcionarem a beleza do carnaval, acabam saindo ilesas desses julgamentos. A limpeza ética no país precisa ser geral.

Carlos Almeida, por e-mail, de

Jacaraípe, Serra.

Questões éticas são fortemente colocadas na construção desses enunciados. Quem é criticado? Todos; todo aquele que se beneficia, que ri, que é condescendente com esse tipo de situação. Na carta de Carlos Almeida, especificamente, o sujeito é indignado com as prioridades e valores que a sociedade brasileira (partes do

auditório que assiste a desfiles de escolas de samba) tem. Ele cita – e critica – que a escola campeã homenageia um país em regime ditatorial, enquanto uma escola como a Imperatriz Leopoldinense, que homenageou Nelson Mandela, passa quase despercebida. O tom valorativo negativo embasa a carta “Inversão de valores” e a defesa de que há inversão é direcionada a diferentes auditórios particulares, como os julgadores do carnaval, as empresas patrocinadoras, o governo, a sociedade; estes, juntos, constituem o auditório heterogêneo para o qual o orador se dirige. As relações dialógicas da carta em questão com as vozes que a constituem não são contratuais, mas são polêmicas e procuram o embate ideológico: *“estamos vivendo uma total inversão de valores neste país, falta de discernimento”*.

A carta “Imoral” é criada a partir de um contexto sociopolítico bastante específico, embora bastante complexo de compreensão. São os protestos a governos, questões religiosas, de discriminação e éticas. Há um sujeito que luta contra a hipocrisia e separa seu discurso do discurso da incoerência e da condescendência. Por exemplo em *“a limpeza ética no país precisa ser geral”*, o orador defende esse posicionamento argumentando que *“É preciso acabar com a hipocrisia”*. Diz ainda que essa hipocrisia é vista quando, por exemplo, criticamos o governo, mas não falamos nada em relação a escolas de samba que possivelmente recebem doações ilícitas, imorais e/ou ilegais. Isso se dá, segundo o sujeito/orador desta carta, nomeado como Carlos Almeida, pelo fato de as escolas de samba *“proporcionarem a beleza do carnaval”*.

As cartas apresentadas precisam ser observadas, para além das análises que já fizemos, num contínuo. Percebemos que a pergunta do jornal, a seleção e divulgação das cartas, inclusive da carta “Beija-Flor”, no dia seguinte, constituem um todo, como um enunciado maior, e caminham em diferentes sentidos. Podemos apontar que, primeiro, o jornal procura mostrar que a subseção é um espaço democrático, ao divulgar cartas do leitor com diferentes posicionamentos. O segundo sentido que observamos é que as cartas publicadas nessa edição desviam o foco da questão da vitória da Beija-flor – ou mesmo da doação recebida pela escola – para a questão política nacional; não apenas desvia, mas também, e principalmente, comparam as situações. A maioria das cartas se concretiza nesses temas. O último caminho percorrido pelos autores das cartas do leitor é o caminho da ética, para além das questões de achar ou não “normal” a vitória da Beija-flor e a

doação que recebeu do presidente da Guiné-Equatorial, buscando dizer, explícita e implicitamente, que o problema é bem maior e está ligado à forma de ser/estar a política do/no Brasil.

Assim, conforme afirma Charaudeau (2013), quem informa (neste caso, informa e questiona) informa com que intenção, com que propósito? E quem “recebe” a informação/pergunta recebe de que forma, por qual construção, por qual viés valorativo? Ora as imagens de ouvinte/destinatário ideal e ouvinte/interlocutor real coincidem, ora divergem, evidenciando um outro sujeito, mas ainda engendrado nesse cenário. A intenção principal do jornal ao informar e questionar é criar polêmica no âmbito carnavalesco e, principalmente, político. E quem recebe, reage de diferentes maneiras, dá diferentes tons valorativos, fazendo diferentes avaliações a esse enunciado-pergunta; como as cartas “Episódio Emblemático” e “Normal” nas quais os sujeitos refletem a “imagem” de interlocutor criada pelo jornal, e as cartas “Sem importância” e “Mereceu o título”, onde os sujeitos construídos vão de encontro às proposições do jornal.

Apesar de direcionada, através do uso de uma oração explicativa, a pergunta, se não houvesse essa entonação, seria simplesmente “O que você achou da vitória da Beija-Flor?”. Infere-se, ainda, que a pergunta feita pelo jornal procura relacionar a doação que a Beija-Flor recebeu a supostos grandes valores recebidos em campanhas eleitorais, talvez especificamente fazendo menção a supostas doações recebidas nas campanhas do governo federal; observando as cartas do leitor em um contínuo, podemos perceber tal ligação, pois elas, como se observou, criam relações diretas entre o carnaval brasileiro e a política brasileira.

Na palavra, conforme Bakhtin/Volochínov (2009), se encontram valores sociais contraditórios; observamos esse confronto entre vozes em cartas como “Episódio emblemático” e “Fala sério” que respondem a um mesmo enunciado, isto é, fazem avaliações deles, mas de modos bastante diversos; enquanto a primeira caminha em direção à argumentação posta na pergunta, a outra se afasta dessa argumentação e ainda questiona a proposição do jornal. De modo geral, as cartas veiculadas mostram diferentes sujeitos do discurso. Uns esperados e especulados pela construção da questão; outros que refletem posições parecidas, mas não

necessariamente refletidas pela pergunta; outros, ainda usam o discurso posto na questão como um discurso separado do seu, criticando-o.

Comparando as cartas “Episódio Emblemático” e “Normal”, confirmamos nossa fundamentação sobre a realização do gênero *carta do leitor*. Seus contornos se fazem a todo enunciado e estão numa zona fronteira entre suas finalidades, os acontecimentos, os demais leitores, o próprio jornal e as zonas de circulação dos discursos que a constituem. Enquanto a primeira carta se assemelha em estilo e estrutura a um artigo de opinião, com construções mais objetivas, a segunda está bem próxima a um comentário cotidiano, como uma resposta imediata com entonação depreciativa sobre o tema. Ambas as cartas fazem comparação da situação no carnaval carioca de 2015 à política do Brasil e, além disso, refletem e refratam a voz do jornal.

d. Cartas do leitor do dia 05 de abril de 2015 (Domingo; cartas-resposta)

FALA, LEITOR			
Endereço: Rua Chafic Murad, 902, Monte Belo, Vitória-ES – CEP 29053-315. E-mail: carta@redgazeta.com.br. Telefone (27)3321-8073. Só serão aceitas cartas assinadas.			
A PERGUNTA	Distante	Troca de comando	Levy
<p>▼ Economia</p> <p>O que o país precisa fazer para voltar a crescer?</p> <p>Legado</p> <p>O pernicioso legado de Lula contaminou os Três Poderes de tal forma que, para reverter, a começar de agora, vai levar décadas para voltar ao normal. Chega de paliativos! Para o Brasil desenvolver, a exemplo de outros países, é preciso plantar hoje a “sementinha do saber” para, paralelamente à descontaminação da herança de Lula, daqui a décadas, sem a demagogia barata de bolsas disso e daquilo e cotas em profusão, voltar de fato a crescer dando, igualmente, oportunidade a todos, chance para sobressair por mérito, de forma consistente, honrada e com qualidade. Para tal, precisamos investir em educação, valorizar os mestres com salários dignos, condições financeiras e materiais para ensinar. Em resumo, a educação é o horizonte para a solução de quase todos os problemas, entretanto nos “julas” da vida ainda não caiu a ficha de que o professor é a base de tudo, é o cargo mais importante na sociedade, mas aqui, desculpe o termo chulo, o professor é o cocô do cavalo do bandido.</p> <p>Humberto Schuwartz Soares, por e-mail, de Vila Velha.</p>	<p>Nossa esperança de um dia ver o Brasil como um país solidamente econômico, menos vulnerável a crises periódicas, ao analisarmos veremos que a curto prazo é impossível por diversos motivos. Os primeiros são de natureza burocráticas, tributárias, falta de interesse em mudar o peso do Estado na economia com um custo muito alto para sustentar outro Brasil que nada produz. O mais grave é secular, o país nunca investiu em pesquisas de tecnologia de ponta que gera riqueza com agregação de bens e serviços criados no país, estamos fadados a continuar a ser terceiro mundo e produzir matéria prima e bens de baixo valor internacional. Nenhum bem estratégico aqui se produz. O setor privado brasileiro também tem a mesma filosofia e grande dependência do Estado. Somente as multinacionais produzem a maioria de bens de maior valor agregado, mesmo assim sempre com atraso em relação a outros mercados por não haver concorrência aqui. É difícil prever o futuro do Brasil.</p> <p>Geraldo Nardi, por e-mail, de São Gabriel da Palha.</p> <p>—</p> <p>Cortar na carne</p> <p>O governo petista, através da mídia, dizer que a partir da metade do ano o Brasil já volta a crescer é mais um</p>	<p>capítulo das centenas de mentiras que ouvimos na época das eleições. Dinheiro não aceita desaforo, e foram 12 anos de farra com a grana dos contribuintes. Destruíram todas as estatísticas, e a conta nós é que vamos pagar e não vai ser em um ano não. Se o governo cortar na própria carne, o que acho impossível pela maneira com vem governando, como exemplo triplicando a verba para os aliados, nem em 10 ou 20 anos vamos sair deste buraco, pois a população e as empresas não têm mais como pagar essa conta.</p> <p>Wagner Pereira, por e-mail, do Parque Moscoso, Vitória.</p> <p>—</p> <p>Na iniciativa privada, basta que uma empresa de ponta comece a dar sinais de improdutividade, o mercado logo começa a se preocupar, todo o seu comando é logo trocado, até porque ela é feita para dar lucros, e, se não der, os credores pedem a sua falência, o poder público entra de sola, e ela pode se extinta. Enquanto isso, por aqui, a nação tem um péssimo comando que dá provas explícitas de má gerência, que dá prejuízos brutais à sociedade, até o mundo fica seriamente apreensivo, mas esse comando relapso continua mantido, e o Congresso, órgão competente para intervir, faz de conta</p>	<p>que não é com ele.</p> <p>O que fazer para o Brasil voltar a crescer? Ora, é só trocar este comando irresponsável, incompetente e corrupto, que pegou uma economia arrumada, começou a saqueá-la impiedosamente, e continua batendo o pé, querendo dizer que está no caminho certo. No Paraguai, uma lei forte permitiu tirar da presidência, na marra, um padre garanhão e incompetente, e o país não sofreu nenhum baque institucional. O Brasil precisa de uma lei desse tipo, para reimplantar a ordem em todos os setores.</p> <p>Paulo Corrêa de Araújo, por e-mail, de Alvorada, Vila Velha.</p> <p>—</p> <p>Tirar o PT e Dilma do poder. Dar liberdade ao ministro Levy pra cuidar da economia da forma correta sem ter que ficar com medo dos esquerdo-patas do PT.</p> <p>Rui Genésio de Mello, via Facebook.</p>
FÓRUM DO LEITOR			
<p>▼ A pergunta</p> <p>Você é a favor da redução da maioria penal? (As cartas selecionadas serão publicadas domingo e segunda-feira). Participe do nosso fórum no www.gazetaonline.com.br/uaqu</p>			

As cartas do dia 05 de abril de 2015 eram cartas que respondiam diretamente à seguinte questão posta pelo jornal “A Gazeta”: *O que o país precisa fazer para voltar a crescer?*

Numa análise transfrástica da questão feita pelo jornal, poderíamos pensar que ela foi construída com intuito de induzir a uma resposta simplista para a solução do problema posto. Todavia, precisamos observar, como orienta Fiorin (2014), o funcionamento real do discurso que se constrói – e se defende – na pergunta.

Em 16 de março de 2015, 20 dias antes da edição, o jornal “A Gazeta”, como muitos jornais do Espírito Santo e do Brasil, fez uma reportagem especial sobre a manifestação do dia 15 de março de 2015⁵⁹, que, segundo os organizadores do evento, reuniu 100 mil pessoas na Praça do Papa, em Vitória. Na capa, a chamada para a reportagem trazia como manchete: *“Um grito verde e amarelo”*⁶⁰. E muitas seções do jornal, que estavam imbuídas na seção “Especial” do Jornal, falavam sobre o protesto contra, principalmente, o governo da então presidente Dilma Rousseff.

As manifestações pelo país foram o principal destaque das dezenove páginas do caderno “Especial”, do dia 16 de março, sendo 18 falando sobre as pautas dos protestos e uma, a última, falando sobre as medidas tomadas pelo governo federal após ser um dos principais alvos dos manifestantes. A empatia de todos os colaboradores do jornal (jornalistas, articulistas) pelos manifestantes fica clara em toda edição, principalmente quando estes são chamados por aqueles de, por exemplo, povo brasileiro; enquanto os contrários às manifestações eram chamados de “apoiadores do governo” ou “Dilmistas”, como se pode ver na coluna Victor Hugo, página 6 do jornal: *“O povo reagiu com vaias e palavrões aos cinco Dilmistas”*⁶¹, diz o articulista.

A coluna “Praça Oito”, de Eduardo Fachetti, também tem como assunto principal as manifestações pelo país. Fachetti traz como título de seu artigo *“Governo Dilma posto contra parede”*. Na coluna “Opinião de A Gazeta”⁶², página 20, o jornal diz que o povo brasileiro clama por respostas do governo de Dilma Rousseff; respostas

⁵⁹ Anexo F.

⁶⁰ Anexo F.

⁶¹ Anexo G.

⁶² Anexo G.

contra a corrupção e as graves crises econômica e política que assolam o país. Para o jornal, o governo precisa ouvir o “clamor do povo”; precisa ouvir o “[...] *recado que ecoa em todo o Brasil*”, pois esses apelos “[...] *convergem para ideais de vida política mais decente no país e de resgate da economia naufragada*”.

Ainda no dia 16, na página 22, o jornal traz um “Desabafo”⁶³ do leitor Jota Neto, que diz que o governo de Dilma gasta, e entrega as contas para o povo pagar. Já no dia 21 de março de 2015, destacamos a “Opinião de A Gazeta”⁶⁴, página 16, quando esta diz que após os protestos do domingo anterior, o governo oferece um “*pacote requentado*” de medidas anticorrupção, para tentar acalmar os anseios da população. O jornal chama o pacote do governo de requentado por se tratar de um “*desengavetamento de propostas que já haviam sido apresentadas no Congresso nas últimas duas décadas*”. Gabriel Tebaldi, na coluna “Outro Olhar”⁶⁵, assim como os artigos e reportagens do dia anterior, fala sobre o que o povo pedia nas manifestações.

Na edição do dia 22 de março, Amarildo apresenta aos leitores do jornal a seguinte charge:

⁶³ Anexo G.

⁶⁴ Anexo H.

⁶⁵ Anexo H.

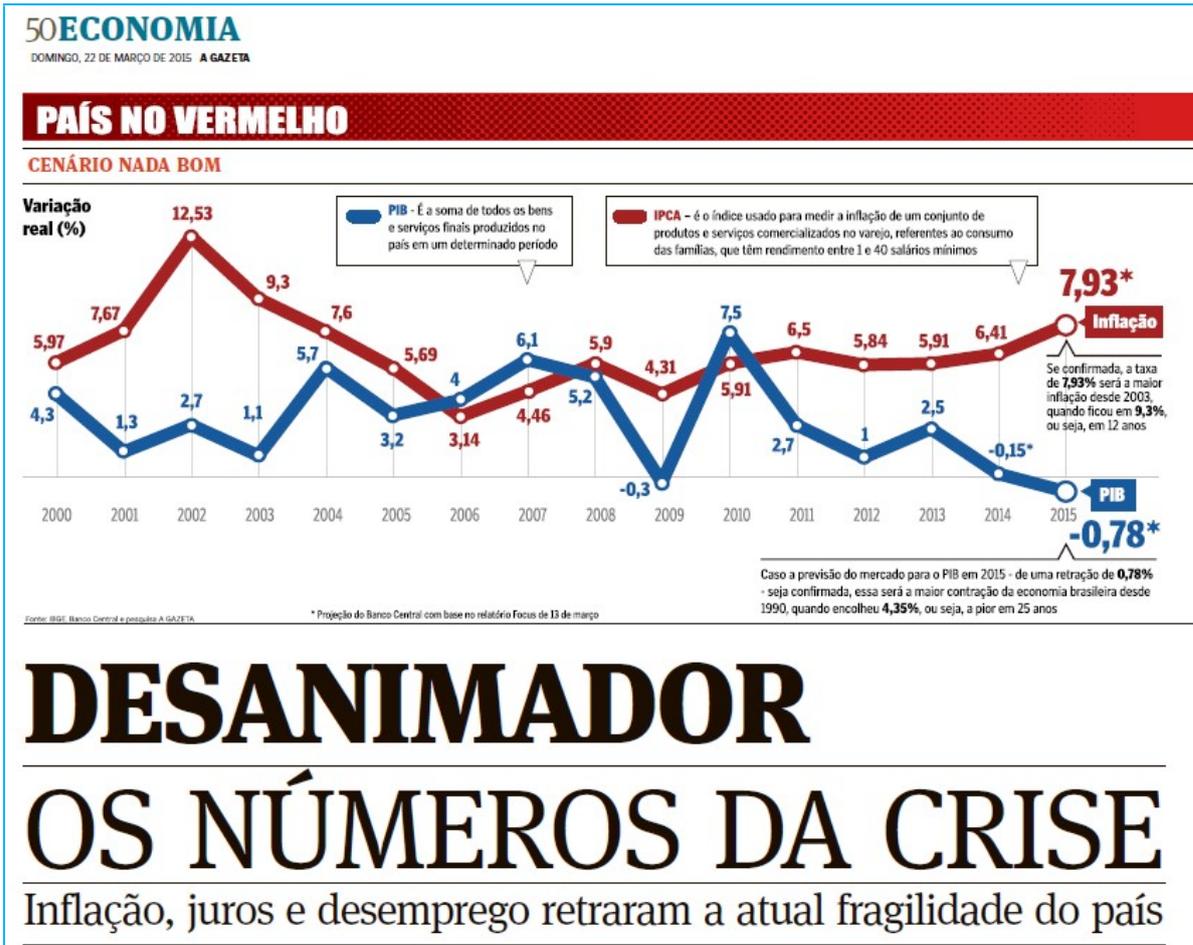


Com esse gênero, o chargista dá continuidade a muito do que o jornal tem falado ao longo da semana: a impopularidade e reprovação do governo de Dilma Rousseff por parte de muitos brasileiros. Mais ainda, segundo o chargista, numa breve análise, a própria Presidente não aprovaria seu governo.

Na mesma edição da charge acima, Eduardo Fachetti, na coluna Praça Oito, escreve um artigo intitulado “*Procuram-se Líderes para a nação*”⁶⁶. Em seu artigo, Fachetti afirma que o governo de Dilma Rousseff está perdido e que hoje, diferente da época em que Collor sofreu impeachment, 1992, o país não teria grandes nomes para assumir o comando do governo. Citando o ex-presidente Lula, Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, o articulista diz que não há a quem recorrer para se tentar tirar o Brasil dessa terrível crise.

A edição também traz uma reportagem na seção de economia que fala sobre a crise política e econômica do Brasil no Governo de Dilma:

⁶⁶ Anexo I.



Como se percebe na reportagem, com base no gráfico acima, Beatriz Seixas faz associações da crise econômica com construções semióticas de “Vermelho” e “Azul” (coincidentalmente ou não, azul é a cor do PSDB, maior rival político do PT, e que perdeu a eleição de 2014); tanto do senso-comum, quando se pensa que contas em atraso configuram uma situação “vermelha”, quanto de questões político-ideológica-partidárias, pois o “vermelho” é uma das maiores representatividades semióticas do partido de Dilma Rousseff, o PT; lembramos que no dia 03 de março de 2015, Abkair também faz uma construção sobre o signo “vermelho”⁶⁷; conforme defendem Bakhtin/Volochínov, a construção de um significado é semiótica, leva em conta não apenas o material verbal, mas sons, emoções, cores, imagens, tudo que é significado pela linguagem. E em seu artigo, na mesma edição, Míriam Leitão também fala sobre a crise econômica, a impopularidade da Presidente, dentre uma

⁶⁷ Conf. Análises das cartas dia 02 de março de 2015.

série de problemas que fazem pensar, segundo a colunista/articulista, que 2015 é o “Ano que já exauriu”⁶⁸.

No dia 28 de março de 2015, o jornal continua tendo como um dos temas principais a crise econômica e política do país e traz a seguinte capa:

A GAZETA
www.gazetaonline.com.br VITÓRIA, SÁBADO, 28 DE MARÇO DE 2015 - EDIÇÃO ENCERRADA: 0H30 R\$ 2,00

O BRASIL PAROU

EVOLUÇÃO DO PIB

Ano	Variação (%)
2001	1,3%
2002	3,1%
2003	1,2%
2004	5,7%
2005	3,1%
2006	4,0%
2007	6,0%
2008	5,0%
2009	-0,2%
2010	7,6%
2011	3,9%
2012	1,8%
2013	2,7%
2014	0,1%

País cresceu apenas 0,1% em 2014, um pibinho que está afetando as empresas e as famílias. *Págs. 31 e 32*

ENSEADA DO SUÁ
Moradores denunciam barulho e rachas
Evento com carrões na Praça do Papa vem tirando o sono de quem mora na região. *Pág. 3*

EFEITOS DA CRISE
Vitória vai cortar banheiro químico e vigilantes *Pág. 21*

Só nas bancas LEVE O ÁLBUM DA COPA AMÉRICA

Goleada no Klebão Garotada do Brasil faz festa
Em noite inspirada de Vitorino, autor de dois gols, Seleção Olímpica faz 4 a 1 no Paraguai e leva ao delírio a torcida que lotou o Kleber Andrade. *Págs. 50 e 51*

COLUNAS DO DIA

PRACA OITO
‡ PIB afeta planejamento do Estado *Pág. 22*

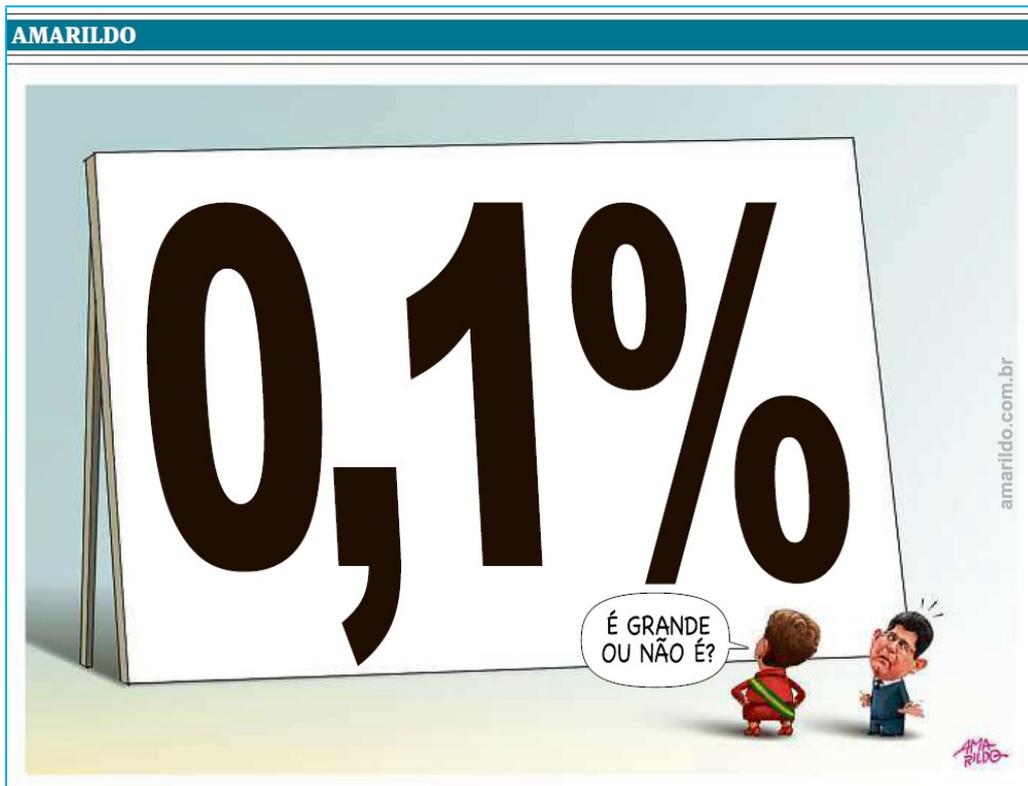
MERVAL PEREIRA
‡ A verba e o verbo da comunicação *Pág. 28*

MÍRIAM LEITÃO
‡ Não há esperanças a curto prazo *Pág. 34*

MOTOR **CONTEÚDO PATROCINADO**

E a charge de Amarildo, por sua vez, ironiza o crescimento do PIB brasileiro em 2014:

⁶⁸ Anexo I.



Em outras seções da edição, um dos temas principais também é a crise econômica e política. Como em “Opinião de A Gazeta”⁶⁹, coluna “Praça Oito”⁷⁰, na coluna de Merval Pereira⁷¹ e na de Míriam Leitão⁷².

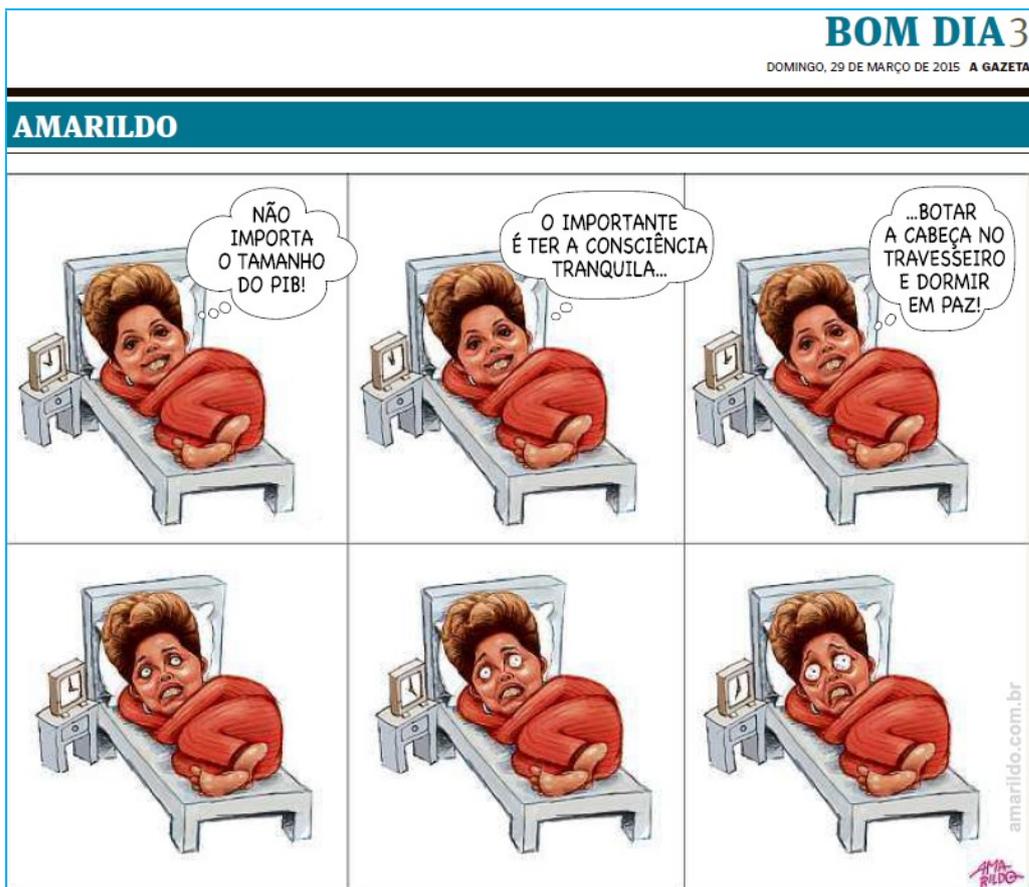
No dia 29 de março de 2015, Amarildo mais uma vez traz a presidente Dilma, seu governo e o PIB de 2014 como temas principais de sua charge:

⁶⁹ Anexo J.

⁷⁰ Anexo J.

⁷¹ Anexo K.

⁷² Anexo K.



Assim como a seção “Opinião de A gazeta”⁷³, página 34, e o artigo de Míriam Leitão, página 48. Todavia, em 30 de março de 2015, o espaço reservado à crise no governo é um pouco menor. Mas destacamos o artigo de Ricardo Noblat⁷⁴, que fala especificamente sobre falas e posturas do ministro Joaquim Levy, e algumas cartas do leitor que, mesmo respondendo especificamente à questão do jornal sobre a ampliação do aeroporto de Vitória, falam sobre o governo de Dilma e as crises econômica e política:

⁷³ Anexo L.

⁷⁴ Anexo L.

FALA, LEITOR			
Endereço: Rua Chafic Murad, 902, Monte Belo, Vitória-ES - CEP 29053-315. E-mail: carta@redgazeta.com.br. Telefone (27)3321-8073. Só serão aceitas cartas assinadas.			
<p>A PERGUNTA</p> <p>▼ Aeroporto</p> <p>A Secretaria Nacional de Aviação Civil admitiu que não há orçamento para a ampliação do Aeroporto de Vitória. O que você acha disso?</p> <p>Brincadeira</p> <p>O governo brinca com o povo. Lula prometeu no primeiro mandato. Não cumpriu. Gastaram uma fortuna na Copa do Mundo. Agora nas Olimpíadas. Subtraíram o erário público, e o governo dá uma desculpa esfarrapada de que não há orçamento para a modernização do aeroporto. Então, privatiza.</p> <p>Carlos Arthur Schwarz, por e-mail, de Jardim da Penha, Vitória.</p> <p>—</p> <p>Privatização</p> <p>O novelão do projeto de ampliação do Aeroporto de Vitória já se arrasta por mais de dez anos. Não bastasse o descaso do governo federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou denúncias de irregularidade e superfaturamento (R\$ 50 milhões) no projeto contratado no ano de 2004, o que resultou na paralisação das obras. Ora, se no início do primeiro mandato petista, quando ainda não eram vislumbradas as entranhas do mensalão, o tão sonhado aeroporto ficou em-</p>	<p>pacado mesmo com a promessa de apoio do ex-presidente Lula, o que dizer e esperar então no atual e tenebroso cenário do petróleo, das bravatas dos presidentes da Câmara e do Senado com os governistas e, pior, da maquiavélica bagunça feita na economia do país que hoje está em frangalhos? Por isso, e com um olhar no futuro, não seria mais sensato privatizar logo o terminal de Vitória e construí-lo em uma outra área ainda não povoada? Por oportuno, vale lembrar que o Espírito Santo figura entre as unidades federativas que mais geram riquezas e mais pagam impostos à União. Portanto, Excelências, este novelão constitui uma privatização cabal e inofensível de incompetência, falta de seriedade e de respeito deste desgoverno petista com o Espírito Santo e o seu povo. Uma vergonha!</p> <p>José Carlos Monjardim Motta, por e-mail, da Praia da Costa, Vila Velha.</p> <p>—</p> <p>Dinheiro</p> <p>Cadê o dinheiro que o governo federal mandou por duas vezes para fazer esse aeroporto? Agora a culpa é da presidente. Me poupem. Os governos estaduais roubam o dinheiro, agora é só pedir mais, e essa lenga-lenga continua.</p> <p>Aizenita Pereira, via Facebook.</p> <p>—</p>	<p>Justiça</p> <p>Em 2002, a Infraero afirmou que o início das obras de reforma do Aeroporto de Vitória seria no final daquele ano, e a conclusão da obra no final de 2005. A modernização contemplaria a construção de um novo terminal de cargas e de passageiros, um centro de convenções, aumento das pistas, etc. Passados 13 longos anos, nada aconteceu e tudo ficou como estava, sendo um desrespeito. Recentemente a Secretaria Nacional de Aviação Civil informou que não há orçamento para as obras do aeroporto, uma vergonha. É justo uma cidade tão importante como Vitória não ter um aeroporto digno de uma capital, vez que o que tem não passa de um local de embarque e desembarque de passageiros?</p> <p>Walmir da Hora, por e-mail, do Centro, Vitória.</p> <p>—</p> <p>Cuba</p> <p>Adoro ver o vídeo com o “molusco, sapo barbudo” de quando estava aqui em Vitória declarando que o aeroporto ficaria pronto. Depois veio a Dilma, e a mesma coisa. Dinheiro para o aeroporto, Terminal 3, em Havana, tem. O detalhe é que lá também terá uma empreiteira, amiga, a mesma que construiu o Porto de Mariel. Por sinal tem alguma atividades obscuras também, mas a verdade é: onde não tem quando o PT está?</p>	<p>Silvio Romero, por e-mail, via Gazeta Online.</p> <p>—</p> <p>Cuba 2</p> <p>O engraçado que o governo tem dinheiro para ampliar o aeroporto de Cuba, e para nós, que pagamos todos os nossos impostos, temos que nos contentar com esse aeroporto que parece mais uma rodoviária. Esse país é uma vergonha, esses políticos e esse governo nos fazem envergonhar mais ainda.</p> <p>GC Lisa, via Facebook.</p> <p>—</p> <p style="background-color: #ADD8E6; padding: 5px;">ERRAMOS</p> <p>▼ IMA-B</p> <p>O IMA-B é um índice para correção dos títulos do Tesouro Nacional da série B que remuneraram o investidor a uma taxa de juros pré-fixada atrelada à inflação, e não um título do Tesouro Nacional, como informado na página 9 de ontem.</p> <p style="text-align: right;"></p> <p style="background-color: #ADD8E6; padding: 5px;">FÓRUM DO LEITOR</p> <p>▼ A pergunta</p> <p>O que o país precisa fazer para voltar a crescer? (As cartas selecionadas serão publicadas domingo e segunda-feira). Participe do fórum no www.gazetaonline.com.br/euaqui</p>

Destacamos no dia 01 de abril de 2015 o artigo de Merval Pereira falando sobre “A trilha do dinheiro”⁷⁵; e a charge de Amarildo:

⁷⁵ Anexo M.



No Brasil, o dia primeiro de abril é considerado o “dia do mentiroso”. Com a charge a cima, Amarildo chama a presidente Dilma Rousseff de mentirosa.

Posto o complexo contexto sócio-histórico de enunciação, entramos, enfim, na análise das cartas propriamente ditas, que foram construídas dentro dessas circunstâncias de produção do/de discurso.

Relembramos que as cartas do dia 05 de abril de 2015 respondiam diretamente à questão “*O que o país precisa fazer para voltar a crescer?*”, posta pelo jornal “A Gazeta”. No dia 02 de abril de 2015, Miriam Leitão, em sua coluna, fala sobre a *necessidade* de um ajuste fiscal por parte do governo de Dilma Rousseff, que “*é necessário colocar as contas públicas em ordem diminuindo gastos não essenciais em todos os níveis do governo*”, ou seja, “*O governo precisa fazer seu sacrifício*”⁷⁶. De certa forma, a colunista/articulista, assim como o todo do jornal em edições anteriores, inclusive os autores de cartas do leitor, como o da carta “Gastos”, enviada por Humberto Schwartz Soares, publicada em 03/05/2015 por “A Gazeta”, responde à questão feita pelo jornal, defendendo que a saída da crise estaria na retirada de Dilma Rousseff da presidência.

⁷⁶ Anexo M.

As cartas:

FALA, LEITOR			
Endereço: Rua Chafic Murad, 902, Monte Belo, Vitória-ES – CEP 29053-315. E-mail: carta@redgazeta.com.br. Telefone (27)3321-8073. Só serão aceitas cartas assinadas.			
A PERGUNTA	Distante	Troca de comando	Levy
<p>▼ Economia</p> <p>O que o país precisa fazer para voltar a crescer?</p> <p>Legado</p> <p>O pernicioso legado de Lula contaminou os Três Poderes de tal forma que, para reverter, a começar de agora, vai levar décadas para voltar ao normal. Chega de paliativos! Para o Brasil desenvolver, a exemplo de outros países, é preciso plantar hoje a “sementinha do saber” para, paralelamente à descontaminação da herança de Lula, daqui a décadas, sem a demagogia barata de bolsas disso e daquilo e cotas em profusão, voltar de fato a crescer dando, igualmente, oportunidade a todos, chance para sobressair por mérito, de forma consistente, honrada e com qualidade. Para tal, precisamos investir em educação, valorizar os mestres com salários dignos, condições financeiras e materiais para ensinar. Em resumo, a educação é o horizonte para a solução de quase todos os problemas, entretanto nos “lulas” da vida ainda não caiu a ficha de que o professor é a base de tudo, é o cargo mais importante na sociedade, mas aqui, desculpe o termo chulo, o professor é o cocô do cavalo do bandido.</p> <p>Humberto Schuwartz Soares, por e-mail, de Vila Velha.</p>	<p>Nossa esperança de um dia ver o Brasil como um país solidamente econômico, menos vulnerável a crises periódicas, ao analisarmos veremos que a curto prazo é impossível por diversos motivos. Os primeiros são de natureza burocráticas, tributárias, falta de interesse em mudar o peso do Estado na economia com um custo muito alto para sustentar outro Brasil que nada produz. O mais grave é secular, o país nunca investiu em pesquisas de tecnologia de ponta que gera riqueza com agregação de bens e serviços criados no país, estamos fadados a continuar a ser terceiro mundo e produzir matéria prima e bens de baixo valor internacional. Nenhum bem estratégico aqui se produz. O setor privado brasileiro também tem a mesma filosofia e grande dependência do Estado. Somente as multinacionais produzem a maioria de bens de maior valor agregado, mesmo assim sempre com atraso em relação a outros mercados por não haver concorrência aqui. É difícil prever o futuro do Brasil.</p> <p>Geraldo Nardi, por e-mail, de São Gabriel da Palha.</p> <p>—</p> <p>Cortar na carne</p> <p>O governo petista, através da mídia, dizer que a partir da metade do ano o Brasil já volta a crescer é mais um</p>	<p>capítulo das centenas de mentiras que ouvimos na época das eleições. Dinheiro não aceita desaforo, e foram 12 anos de farra com a grana dos contribuintes. Destruíram todas as estatais, e a conta nós é que vamos pagar e não vai ser em um ano não. Se o governo cortar na própria carne, o que acho impossível pela maneira como vem governando, como exemplo triplicando a verba para os aliados, nem em 10 ou 20 anos vamos sair deste buraco, pois a população e as empresas não têm mais como pagar essa conta.</p> <p>Wagner Pereira, por e-mail, do Parque Moscoso, Vitória.</p> <p>—</p> <p>Troca de comando</p> <p>Na iniciativa privada, basta que uma empresa de ponta comece a dar sinais de improdutividade, o mercado logo começa a se preocupar, todo o seu comando é logo trocado, até porque ela é feita para dar lucros, e, se não der, os credores pedem a sua falência, o poder público entra de sola, e ela pode se extinta. Enquanto isso, por aqui, a nação tem um péssimo comando que dá provas explícitas de má gerência, que dá prejuízos brutais à sociedade, até o mundo fica seriamente apreensivo, mas esse comando relapso continua mantido, e o Congresso, órgão competente para intervir, faz de conta</p>	<p>que não é com ele.</p> <p>O que fazer para o Brasil voltar a crescer? Ora, é só trocar este comando irresponsável, incompetente e corrupto, que pegou uma economia arrumada, começou a saqueá-la impiedosamente, e continua batendo o pé, querendo dizer que está no caminho certo. No Paraguai, uma lei forte permitiu tirar da presidência, na marra, um padre garanhão e incompetente, e o país não sofreu nenhum baque institucional. O Brasil precisa de uma lei desse tipo, para replantar a ordem em todos os setores.</p> <p>Paulo Corrêa de Araújo, por e-mail, de Alvorada, Vila Velha.</p> <p>—</p> <p>Levy</p> <p>Tirar o PT e Dilma do poder. Dar liberdade ao ministro Levy pra cuidar da economia da forma correta sem ter que ficar com medo dos esquentadinhos do PT.</p> <p>Rui Genésio de Mello, via Facebook.</p> <p>—</p> <p>FÓRUM DO LEITOR</p> <p>▼ A pergunta</p> <p>Você é a favor da redução da maioria penal? (As cartas selecionadas serão publicadas domingo e segunda-feira). Participe do nosso fórum no www.gazetaonline.com.br/eaqui</p>

A primeira relação que observamos é a monologia temática entre as cartas-resposta, muitas notícias, manchetes, reportagens, colunas e artigos de opinião, construídos nesse contexto de enunciação: a crise política e econômica do Brasil. Assim como a pergunta das cartas-resposta do dia 02/03/2015 – bem como outras colocações do jornal – a questão posta pelo jornal nesta edição não faz referência direta ao governo de Dilma/PT, mas busca levar seus interlocutores, seus respectivos auditórios, à reflexão que ela, seu partido e aliados são os possíveis responsáveis pela atual crise, sendo essa proposição configurada como resposta à própria pergunta do jornal, pois o jornal como um todo vai direcionando possíveis respostas nesse sentido à própria pergunta que constrói; e esse direcionamento é feito a partir de uma imagem de auditório/interlocutor que ele cria de seus leitores.

A carta “Legado” foi enviada por Humberto Schuwartz Soares e, assim como a carta que o mesmo leitor enviou no dia 03 de março de 2015⁷⁷, tece fortes críticas aos governos de Lula e Dilma. O autor-criador construído nesse enunciado é bastante

⁷⁷ Conf. Análises das cartas do dia 03 de março de 2015.

incisivo em suas colocações e suas construções procuram não dar espaço a discursos contrários à argumentação posta. Isso se vê, por exemplo, em “o pernicioso legado de Lula contaminou os Três Poderes de tal forma que, para reverter, a começar de agora, vai levar décadas para voltar ao normal”.

Com tal tese, o orador cria proposições do tipo: o Brasil era melhor antes do governo Lula; a corrupção não existia no Brasil antes do governo de Lula. Essas proposições são confirmadas logo depois: “*Chega de Paliativos*”.

Em seguida, o sujeito/orador, assumindo a palavra enquanto locutor e correspondendo à imagem de auditório que o jornal criou no contexto de enunciação, desenhado nos parágrafos anteriores, começa a responder diretamente à pergunta. Segundo ele, para o Brasil desenvolver (outra proposição implicitamente criada: o Brasil não desenvolve desde o governo Lula), é preciso que se plante a “sementinha do saber” e que haja a “*descontaminação da herança de Lula*”. Percebamos que a primeira resposta dada à questão posta pelo jornal se refere em tirar quaisquer resquícios do governo de Lula, ainda presentes no governo da presidente Dilma. Essa primeira resposta é uma tese a ser defendida, mas é colocada pelo orador como uma circunstância causal da crise política e econômica que o país enfrenta.

Além de dar uma primeira resposta ao jornal, o sujeito/orador defende sua argumentação sugerindo que programas assistencialistas como bolsa família, o sistema de cotas, entre outros programas do governo, são as causas da má situação do Brasil; essas políticas são, para o sujeito/orador da carta, “*demagogia barata*”, que *desonra*, não é *consistente* e nem de *qualidade*. Um dos argumentos do orador na defesa de sua tese é a de que a educação deve dar, “*igualmente, oportunidade a todos, [e] chance para sobressair por mérito*”. Percebemos que o valor semiótico construído pelo orador sobre o signo “educação” é bastante específico: educação para o mercado de trabalho; fora desse contexto, não existe educação; a educação não deve atender questões históricas, mas questões imediatas de crescimento econômico. Essa é a construção em torno do que seria “educação”.

O modo incisivo com o qual o orador constrói sua argumentação cria uma relação lógica entre a crise econômica (a estratificação/bipolarização do Brasil), o governo atual e a educação que despreze políticas assistencialistas; essas relações são

criadas como *raciocínios necessários*, mas, na verdade, são argumentos que intimidam e “seduzem” o auditório, ou seja, a argumentação se constrói, de fato, por *raciocínios preferíveis*, com os quais o sujeito/orador procura persuadir seu auditório. Com isso, a persuasão se faz pela construção da proposta/tese de que se “livrando” do governo Lula/Dilma/PT e dando educação sem levar em conta questões histórico-sociais, se resolverá os problemas econômicos e políticos do país que, segundo o sujeito/orador, “voltará ao normal”. Assim, o sujeito/orador projetado pela carta cria uma imagem de seus interlocutores de auditório normativo, pouco heterogêneo e que corrobora com suas posições; o autor coloca sua proposta e argumentos como sendo a saída da crise que o país enfrenta, mesma posição percebida em edições anteriores do jornal.

Mas o autor da carta dá uma segunda resposta ao jornal. Ele defende que, para resolver a questão da crise econômica do país, é “*preciso investir em educação, valorizar os mestres com salários dignos, condições financeiras e matérias para ensinar*”. Essa segunda resposta/tese é defendida com o argumento de que a “*educação é o horizonte para a solução de quase todos os problemas*”; lembrando que esse orador defende um tipo de educação específica.

Em suma, em sua argumentação, o sujeito/orador: cria um *escopo de verdade* sobre as consequências do governo Lula e seus sucessores e apoiadores; tenta trabalhar com uma posição político-ideológica com valor de verdade absoluta, criticando e ignorando outras posições; elenca o que acredita que deve ser feito, a partir de raciocínios que explicam tal cenário crítico, mas podem, em contrapartida, reverter a situação; cria argumentos a partir de premissas do tipo “o Brasil está nessa situação por causa do governo Lula/Dilma/PT”.

A partir do exposto, defendemos que o discurso do sujeito projetado pela carta “Legado” reflete o discurso defendido pelo jornal em diferentes edições. Com isso, o discurso/voz do jornal, construído no contexto de enunciação, se faz ecoar na construção do autor-criador; um autor consciente desse processo de significação/visão do cenário político-econômico do Brasil. A posição responsiva de leitor do autor-pessoa da carta, enquanto interlocutor/auditório de “A Gazeta”, coincidiu com a imagem de auditório criada pelo jornal, a partir de um contexto histórico imediato, a crise política e econômica, e um contexto histórico

mais amplo, a chegada do PT/Lula/Dilma à Presidência da República do Brasil e a saída do governo anterior. Esse autor-criador é construído pela alteridade entre o jornal e seus leitores e da posição discursiva de Leitor do autor-pessoa da carta “Legado” e o jornal, e, conseqüentemente na alternância de turno entre esses sujeitos de discurso.

Temos, pois, um enunciado concreto, no qual o conteúdo semântico-objetal é formado pelo governo PT/Lula/Dilma, pela crise político-econômica do Brasil e pela questão do jornal. O elemento expressivo é a agressividade das construções, que marca, conseqüentemente, um estilo agressivo do projeto de discurso do sujeito, do autor-criado.

Seguindo uma linha totalmente diferente da carta de Humberto S. Soares, a carta de Geraldo Nardi, não dá uma resposta imediata e incisiva à pergunta de “A Gazeta”. Ao contrário, para o autor da carta, “*é difícil prever o futuro do Brasil*”, e a responsabilidade da crise não é, apenas, do governo atual, pois “*o país nunca investiu em pesquisas de tecnologia*”:

Distante

Nossa esperança de um dia ver o Brasil como um país solidamente econômico, menos vulnerável a crises periódicas, ao analisarmos veremos que a curto prazo é impossível por diversos motivos. Os primeiros são de natureza burocráticas, tributárias, falta de interesse em mudar o peso do Estado na economia com um custo muito alto para sustentar outro Brasil que nada produz. O mais grave é secular, o país nunca investiu em pesquisas de tecnologia de ponta que gera riqueza com agregação de bens e serviços criados no país, estamos fadados a continuar a ser terceiro mundo e produzir matéria prima e bens de baixo valor internacional. Nenhum bem estratégico aqui se produz. O setor privado brasileiro também tem a mesma filosofia e grande dependência do Estado. Somente as multinacionais produzem a maioria de bens de maior valor agregado, mesmo assim sempre com atraso em relação a outros mercados por não haver concorrência aqui. É difícil prever o futuro do Brasil.

Geraldo Nardi, por e-mail, de São Gabriel da Palha.

Enquanto a carta “Legado” tem características de uma crônica jornalística, a carta de Nardi, mesmo sendo resposta direta a uma pergunta anteriormente posta, segue os contornos do que seria uma carta do leitor (RICHE, SANTOS E TEIXEIRA, 2012):

ela responde a uma problemática colocada pelo jornal, expondo a opinião de um leitor sobre tal problemática.

O orador da carta constrói sua argumentação de modo sutil, sem colocar seus argumentos de maneira muito conflituosa com opiniões divergentes. Ele procura fazer com que seu auditório se identifique com suas proposições, por meio de uma persuasão que se dá de modo afetivo: “*Nossa esperança de ver o Brasil como um país solidamente, econômico, menos vulnerável a crises periódicas, ao analisarmos veremos que a curto prazo é impossível por diversos motivos*” [sic]. O modo de encadeamento que organiza a tese/proposta nesta proposição é a *disjunção*, pois o orador não usa de causa e consequência para defender seu ponto de vista, mas organiza, também, a modalidade do *eixo do provável* e, de modo menos aparente, até do *necessário*, para mostrar que: é provável que não se tenha uma mudança em curto prazo; uma mudança positiva acontecerá, necessariamente, em longo prazo. Vejamos que tanto o eixo do provável quanto o eixo do necessário criam silogismos que não são, necessariamente, verdade, mas são colocados como tal e legitimados pelo “contato de espíritos” que o orador procura ter com seu auditório (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Mais adiante, os motivos que impedem um crescimento em curto prazo, segundo o sujeito/orador engendrado na carta, são “*de natureza burocrática, tributária, falta de interesse em mudar o peso do Estado na economia [...]*”, que são postos como *causa e consequência*. O orador cria a premissa de que “o problema do Brasil é antigo”, com o argumento lógico de que “*o mais grave é secular, [[...]contudo], nenhum bem estratégico aqui se produz*”. Curiosamente, o orador diz que a responsabilidade é tanto do Estado quanto do setor privado. Mais uma vez, com esse duplo direcionamento de responsabilidades, o orador procura se identificar com seus possíveis interlocutores, seu auditório, que faz parte, assim como ele, da sociedade brasileira e não consegue prever o futuro do país.

É difícil delimitar com precisão as vozes discursivas que atravessam essa carta. Mais delicado ainda é identificar qual delas se sobressai como discurso a ser defendido; talvez as que mais se “escutem” sejam a voz de um discurso neoliberal, posto que o sujeito/orador faz uma forte crítica à influência do Estado na economia, e a voz de cidadão brasileiro consciente dos problemas que o país enfrenta e

igualmente atento ao que poderia ser as causas desses problemas. O que percebemos é que o atravessamento dessas diferentes vozes (do jornal, de grupos políticos e econômicos, dos setores público e privado, da educação) possibilita a criação de outro – novo – discurso, uma tese/resposta diferente, talvez, da esperada/direcionada pelo jornal: *não sei qual a saída para esta crise; talvez ninguém saiba*. Não obstante, esse mesmo sujeito questiona a dependência do setor privado do setor público, como se defendesse a tese do Estado mínimo.

Um dos pontos mais importantes da carta é que o autor faz uma alerta à questão histórica do Brasil. Para ele, o problema é secular, ou seja, não é de agora; na realidade, nunca houve uma preocupação verdadeira, por parte do setor público e privado em se prepararem para possíveis crises periódicas.

O discurso do jornal é colocado de modo tangencial, atenuado. O que é colocado como tema principal parece ser a impossibilidade que a sociedade se encontra em dar uma resposta imediata a uma questão que necessita de muita reflexão. Com isso, o orador/locutor não coincide totalmente com a imagem feita pelo jornal, mas se mostra como parte de um auditório heterogêneo, que refrata o discurso articulado na pergunta para levar o próprio jornal e demais leitores da carta “*Distante*” a uma profunda reflexão histórica sobre o país. Este é, a nosso ver, o principal efeito de sentido causado pelo discurso construído na carta de Geraldo Nadir, que, junto com a voz do jornal e outras vozes, constrói um autor-criador histórico, ideológico, econômico e politicamente situado. *O projeto de dizer* desse autor, desse sujeito, a partir de seu *estilo*, delimita essa *alternância de turno* entre os três principais momentos da enunciação: as construções do jornal para seus leitores, a recepção ativa de tais construções e as respostas concretizadas nas cartas do leitor.

Com a carta “Cortar na carne”, Wagner Pereira, desde o título, começa a responder à questão feita pelo jornal:

Cortar na carne

O governo petista, através da mídia, dizer que a partir da metade do ano o Brasil já volta a crescer é mais um capítulo das centenas de mentiras que ouvimos na época das eleições. Dinheiro não aceita desaforo, e foram 12 anos de farra com a grana dos contribuintes. Destruíram todas as estatais, e a conta nós é que vamos pagar e não vai ser em um ano não. Se o governo cortar na própria carne, o que acho

impossível pela maneira como vem governando, como exemplo triplicando a verba para os aliados, nem em 10 ou 20 anos vamos sair deste buraco, pois a população e as empresas não têm mais como pagar essa conta.

Wagner Pereira, por e-mail, do Parque Moscoso, Vitória.

E essa resposta é construída dialogicamente a partir de diferentes vozes e posições discursivas já colocadas em diferentes seções de outras edições do jornal. Por exemplo, quando afirma que o “governo petista” mente ao dizer que o país voltará a crescer em menos de um ano, o sujeito/orador segue uma linha de argumentação similar à da charge de Amarildo no dia 01 de abril de 2015, que, com seu enunciado e aproveitando o “Dia da mentira”, chama a presidente Dilma Rousseff de mentirosa.

O tema da carta, que seria responder com uma possível solução para os problemas enfrentados pelo Brasil, torna-se o governo do PT durante os 12 últimos anos, e o projeto de dizer do autor sobre este tema se dá por uma entoação depreciativa, evidenciando um sujeito revoltado e indignado com o que ele acredita ser culpa dos governos petistas, que, argumenta o sujeito/orador, “*destruíram todas as estatais [...]*”. A alternância de turno entre os sujeitos do discurso engendrados no processo de enunciação desse enunciado possibilitou, desde muito antes da concretude da carta “Cortar na carne”, o engendramento de um autor-criador que assume uma posição contrária ao governo do PT, seja o governo de Lula ou de Dilma. Com isso, vemos um sujeito/orador que se coloca como oposição a esses governos e organiza sua argumentação baseada em premissas e silogismos colocados como verdade; por exemplo em “[...] *é mais um capítulo das centenas de mentiras que ouvimos na época das eleições*”, cria-se a premissa do tipo que ‘tudo o que o governo do PT fala é mentira’, logo, ‘se o PT fala que a crise acabará em pouco tempo, isso também é uma mentira’. A dedução, imposta como verdade, é usada como estratégia argumentativa, por uma persuasão colocada como demonstração de *uma* verdade.

No meio da carta, o locutor procura responder à questão do jornal, mas sua resposta não é colocada como tema principal, isto é, o que seria o tema da carta, a resposta à questão do jornal, fica em segundo plano, dando espaço a um novo tema que é “desenhado” com bastante expressividade no estilo escolhido pelo autor. Vejamos no trecho onde a solução para a crise financeira e política do Brasil é mencionada e, ao mesmo tempo, dá lugar à posição do sujeito/orador sobre o governo do PT: “Se o

governo cortar na própria carne, o que acho impossível, pela maneira que vem governando [...]. Numa análise transfrástica, percebemos que orador usa de uma oração subordinada adverbial condicional para iniciar seu argumento, contudo esse raciocínio sofre uma quebra e, voltando para uma análise discursiva, retoma a entoação negativa dada a seu tema principal, o governo do PT, no início de sua argumentação. Se não houvesse tal quebra, diríamos se tratar do modo de encadeamento de *disjunção*, proposto por Charaudeau (2008), no entanto, a argumentação se dá em nenhum modo de encadeamento transfrástico, mas numa avaliação negativa que o orador, enquanto sujeito do discurso, faz de seu tema, acreditando que seu auditório/interlocutor, corrobora de suas posições ideológico-discursivas. Neste trecho, a carta do leitor ganha um caráter pessoal, evidenciando a subjetividade/individualidade do locutor, posta de modo expressivo, e das semelhanças com o diálogo oral, que apresenta quebras e retomadas de raciocínio sem, necessariamente, comprometer o comunicação/interação e o autor-criador marca, intencionalmente em seu estilo e projeto de dizer, a alternância do sujeito do discurso projetado na carta, com os sujeitos do discurso que se colocam enquanto interlocutores de tal enunciado.

Assim, observamos que a exauribilidade temática não se refere a uma possível resposta à carta sobre o que fazer para o país voltar a crescer, mas o estilo e projeto de dizer do autor se dá sobre o governo do PT na forma de discurso de uma carta do leitor que apresenta traços de um diálogo – ou mesmo debate –, de uma conversa cotidiana.

Entre as diferentes relações dialógico-discursivas da carta de Wagner com outros momentos de enunciação, destacamos que a relação de concordância da carta com a coluna de Míriam Leitão no dia 02 de abril parece se dar quase que por sinônimo, numa relação de paráfrase discursiva da voz da colunista. A colunista de “A Gazeta” defende que o governo “*precisa fazer seu sacrifício*”, enquanto Wagner Pereira intitula sua carta como “Cortar na carne⁷⁸” e explica a metáfora no decorrer do seu texto (embora essa explicação se dê de forma vaga, pois seu tema muda durante a construção de sua argumentação): a mudança ocorrerá “*se o governo cortar na própria carne*”, e não triplicar “[...] *a verba para os aliados*”; ou seja, cria-se o

⁷⁸ Anexo M.

seguinte raciocínio: se o governo fizer os ajustes em seus gastos e não ceder a interesses políticos e particulares, gastando somente o essencial, poder-se-ia pensar numa real intenção do governo em solucionar a crise. Tal raciocínio é percebido também no discurso de Míriam Leitão.

Com o trecho *“dinheiro não aceita desaforo, e foram 12 anos de farra com a grana dos contribuintes”*, o sujeito construído na carta parece dialogar com o “Desabafo” do leitor Jota Neto na página 22 da edição do dia 16 de março⁷⁹. E o diálogo entre esses diferentes enunciados também é visto na carta no trecho *“[...] e a conta nós é que vamos pagar”* e *“[...] a população e as empresas não têm mais como pagar essa conta”*.

Para nós, há uma tese latente e implícita, colocada como verdade, que procura responder à questão do jornal e que já foi, por este, direcionada em diferentes edições: a solução da crise no Brasil é a saída do governo PT. Essa resposta é colocada como proposta na carta, mas só é percebida claramente quando se observa todo o contexto histórico de enunciação; mais ainda: o jornal, como se percebeu, contribuiu no direcionamento de tal proposição.

Temos, pois, que: a carta de Wagner Pereira se relaciona com diferentes enunciados de momentos distintos de comunicação discursiva na esfera jornalística de “A Gazeta”, constituindo uma cadeia de enunciado e relações com diferentes momentos de enunciação, e, junto a outros enunciados, projetou um sujeito que coincidiu com a imagem de interlocutor/destinatário feita pelo jornal durante várias edições. Este interlocutor, numa atitude responsável/responsiva, assumiu uma posição e engendrou, refletindo e refratando o discurso do jornal, um autor-criador que está preocupado em defender determinada posição política (a saída do PT do governo). Por sua vez, este mesmo autor-criador projeta, assumindo uma posição, um sujeito/orador que trabalha com raciocínios preferíveis em seu projeto de dizer, buscando, por meio de uma argumentação conflituosa, um estilo agressivo, a adesão de seu auditório, isto é: o orador construído na carta “Cortar na carne” busca convencer seu auditório particular, que é heterogêneo, de que a saída do PT do governo é a solução para a crise do Brasil.

⁷⁹ Anexo G.

À exceção da carta “Distante”, as cartas analisadas parecem ter uma resposta pronta à pergunta feita pelo jornal: para que o país volte a crescer a saída é a retirada do PT do governo. Essa proposta/tese também é construída nas cartas “Troca de comando”, enviada por Paulo Corrêa de Araújo, “Levy”, enviada por Rui Genésio de Mello, e a carta “Gastos”, publicada na edição posterior do jornal. E, como as demais, as cartas de Paulo Araújo e Rui de Mello dialogam, cada uma à sua maneira, clara e diretamente com outros momentos de enunciação e enunciados construídos pelo jornal e seus leitores.

A carta-resposta “Troca de comando” também busca responder à questão desde o título:

Troca de comando

Na iniciativa privada, basta que uma empresa de ponta comece a dar sinais de improdutividade, o mercado logo começa a se preocupar, todo o seu comando é logo trocado, até porque ela é feita para dar lucros, e, se não der, os credores pedem a sua falência, o poder público entra de sola, e ela pode ser extinta. Enquanto isso, por aqui, a nação tem um péssimo comando que dá provas explícitas de má gerência, que dá prejuízos brutais à sociedade, até o mundo fica seriamente apreensivo, mas esse comando relapso continua mantido, e o Congresso, órgão competente para intervir, faz de conta que não é com ele. O que fazer para o Brasil voltar a crescer? Ora, é só trocar este comando irresponsável, incompetente e corrupto, que pegou uma economia arrumada, começou a saqueá-la impiedosamente, e continua batendo o pé, querendo dizer que está no caminho certo. No Paraguai, uma lei forte permitiu tirar da presidência, na marra, um padre garanhão e incompetente, e o país não sofreu nenhum baque institucional. O Brasil precisa de uma lei desse tipo, para reimplantar a ordem em todos os setores.

Paulo Corrêa de Araújo, por e-mail, de Alvorada, Vila Velha.

Podemos ver uma relação bem próxima do discurso construído na carta com as colocações de Eduardo Fachetti, na coluna “Praça Oito”⁸⁰, da edição de “A Gazeta” de 22 de março, já citado no início da análise. Fachetti sugere, em seu texto, que, embora seja necessária uma mudança de líderes para a nação brasileira, o país não tem nomes para indicar para a maior e mais importante cadeira do país, a de Presidente da República; por sua vez, o orador da carta defende que é necessária a troca de comando, mas que “*o Congresso, órgão competente para intervir, faz de conta que não é com ele*”. Este trecho da carta exemplifica o tom sarcástico usado

⁸⁰ Anexo I.

em todo o discurso nela construído. Além disso, o orador usa de uma metáfora como estratégia retórica de argumentação para convencer seu interlocutor da necessidade de “troca de comando”. Em sua argumentação ele diz que, quando uma empresa dá sinais de improdutividade, por conta de ingerência, “[...] *todo o seu comando é logo trocado*”, e afirma que o mesmo deveria acontecer no Brasil: “[...] *a nação tem um péssimo comando que dá provas explícitas de má gerência, que dá prejuízos brutais à sociedade [...]*”; o orador faz uma comparação entre o governo [federal], eleito democraticamente para exercer o poder público, com a iniciativa privada.

Até o trecho citado, o orador apresenta seus argumentos baseado na lógica financeira. Neste sentido, a argumentação é construída como sendo uma demonstração, na ordem do necessário, procurando uma lógica financeira, de mercado, para explicar a “troca de comando”. Em seguida, sua tese é claramente posta: “*O que fazer para o Brasil voltar a crescer? Ora, é só trocar este comando irresponsável, incompetente e corrupto, que pegou uma economia arrumada, começou a saqueá-la impiedosamente, e continua batendo o pé, querendo dizer que está no caminho certo*”. Esta tese tem uma entoação sobre o tema similar à da carta “Legado”, publicada no mesmo dia. Outra semelhança é a imagem que se tem da situação do país desde o governo do PT. Na carta de Humberto S. Soares, o orador fala do “legado pernicioso” do governo do PT; a carta de Paulo C. Araújo, por sua vez, fala que o atual governo “[...] *pegou uma economia arrumada e começou a saqueá-la impiedosamente [...]*”. Além de dar uma resposta direta à pergunta, criando relações de causa e consequência como modo de encadeamento de suas ideias, o orador coloca sua tese num escopo de valor de verdade, sendo ela a única e verdadeira possibilidade para solucionar os problemas do Brasil.

O tema é explorado num estilo que começa pouco agressivo, mas que, ao longo da carta, é incisivo e taxativo. Com isso, o orador da carta cria uma imagem de auditório que é normativo, que busca tão somente as relações de causa e consequência e que está sofrendo com os problemas financeiros e políticos pelos quais o Brasil passa. Nesse projeto de dizer, isto é, no discurso do sujeito, o autor-criador assume essa posição contrária ao seu tema e projeta um locutor que espera uma atitude responsiva/responsável do interlocutor, para que este, enquanto destinatário/auditório, assumira a mesma posição em relação à temática/tese posta.

A carta de Paulo C. de Araújo é mais precisa do que a de Rui G. de Mello, e, como uma questão de prova/concurso ou debate – e até mesmo de uma conversa –, o enunciado intitulado “Levy” busca, numa simplicidade e objetividade, responder à questão. No entanto, destacamos que esta carta dá duas respostas/soluções. A primeira está no título e no fim da carta: o ministro Joaquim Levy:

Levy

Tirar o PT e Dilma do poder. Dar liberdade ao ministro Levy pra cuidar da economia da forma correta sem ter que ficar com medo dos esquerdepata do PT.

Rui Genésio de Mello, via Facebook.

A segunda resposta é “*tirar o PT e Dilma do poder*”. Em toda uma edição, quatro das cinco cartas publicadas argumentam diretamente nesse sentido e, como as demais já analisadas, o discurso articulado na carta “Levy” corrobora com discursos defendidos em outros momentos pelo jornal. Vemos, pois, que o discurso do jornal é constituinte de todas as cartas analisadas, nelas é refletido e por elas refratado; por vezes com uma nova entoação, outras de modo diretamente relacionado a argumentações postas em diferentes colunas e/ou reportagens, como as de Míriam Leitão, na Praça oito, entre outros.

Embora consciente de que diferentes leitores constituem seu interlocutor, o autor-criador da carta projeta um locutor que dialoga diretamente com o jornal e que, ainda que saiba que outros leitores lerão sua carta, esse autor não os leva muito em consideração ou, enquanto orador, não os concebe como um auditório digno de ser conquistado.

Nesta subseção, percorremos os caminhos de construção das cartas do leitor de “A Gazeta” e percebemos como elas estão estrita e necessariamente ligadas a construções ideológico-discursivas do jornal e da empresa que o gerencia. Nesse sentido, o discurso do jornal ecoa nas cartas e, nelas, ganha novos contornos, tornando-se, por vezes, temas, sendo assim refratados nesses enunciados. Vemos também que as cartas, em sua maioria, são politemáticas, elas falam/discutem sobre dois ou mais temas, e seus contornos se dão nesse gênero do argumentar enquanto enunciado, isto é, só se percebe os contornos reais das cartas do leitor de “A Gazeta” quando são efetivamente realizadas, construídas. Na próxima seção, nos

debruçaremos sobre as construções das cartas do leitor de “A Tribuna” e tentar perceber semelhanças e diferenças em relação às cartas até então analisadas.

4.2.2. Cartas do leitor de “A Tribuna”

O jornal “A Tribuna” não apresenta cartas que respondam a alguma questão anteriormente posta pelo jornal, como o faz o jornal “A Gazeta”. Mas, claro, suas cartas, como todo e qualquer enunciado, são respostas a discursos outros construídos em diferentes esferas de comunicação verbal, inclusive discursos do próprio jornal.

As cartas analisadas a partir desse ponto, publicadas por “A Tribuna”, estão situadas (são construídas) no mesmo cenário sócio-político-ideológico que as cartas publicadas por “A Gazeta”, analisadas no item anterior: protestos, crise política e econômica do Brasil, escândalos de corrupção.

a. Cartas do leitor do dia 02 de março de 2015⁸¹

Beija-flor

A Escola de Samba Beija-Flor, campeã do Carnaval do Rio de Janeiro deste ano, está sendo objeto de muita polêmica nos últimos dias. Consta que a referida escola recebeu cerca de R\$ 10 milhões da Guiné Equatorial, País da África, a título de patrocínio, o qual foi homenageado com o enredo da escola. O que causa surpresa é que no citado País vigora um regime ditatorial há cerca de 35 anos. Conforme noticiado, essa situação está bastante nebulosa, uma vez que algumas empresas que estão sendo investigadas na operação Lava a Jato, estão realizando serviços naquele País, havendo suspeitas de que há financiamento de recursos públicos alocados do BNDES, para essas empresas. É mais uma decepção para o povo brasileiro, pois já estamos cheios de tanta notícia de corrupção e coisas do gênero, sem que haja uma punição exemplar!

Luiz Carlos Norbim Gomes, Aribiri – Vila Velha

⁸¹ As cartas do leitor de “A Tribuna” foram transcritas, pois não houve a possibilidade de colocar o PDF, devido ao formato do jornal.

A redação da carta “Beija-flor” assemelha-se a redações de jornalistas ou articulistas, bem como a carta “Episódio Emblemático”, de Humberto Schuwartz Soares, publicada por “A Gazeta”. Há bastante cuidado nas escolhas lexicais, uma procura, primeiro, situar seu auditório em um cenário determinado e, em seguida, já fundamentada e explicada, apresentar sua argumentação: a doação “[...] *causa surpresa [...]*”, pois veio do país que fora homenageado pela escola e “*algumas empresas que estão sendo investigadas na operação Lava Jato estão realizando serviço naquele país [...]*”.

Um fato curioso desta carta é que só no último ponto ela apresenta um posicionamento claro: “*É mais uma decepção para o povo brasileiro, pois já estamos cheios de tanta notícia de corrupção e coisas do gênero, sem que haja uma punição exemplar!*”. Tipicamente artifícios de jornais, o orador procura manter um objetivismo, com uso bastante padrão da língua, procura se afastar de seu objeto de análise, separa seu discurso, que ainda está em construção, dos discursos dos outros; a princípio, não é ele, o orador/sujeito falante, que está a julgar a doação recebida pela escola de samba, mas é uma voz terceira, são os outros que estão a *polemizar* este fato.

A partir da situação posta, o orador usa como recurso retórico questões históricas e, aparentemente, contraditórias para explicar a polêmica e, com isso, orquestrar sua argumentação. O trecho “*O que causa surpresa [...]*” mostra que o locutor procura fazer uma demonstração de algo *inesperado* acontecendo. Ao fazê-lo, o orador pressupõe um auditório que, assim como ele, não consegue entender *como alguém pode aceitar doações de um ditador*. Tal proposição ainda é colocada como um “*fato nebuloso*” pelo leitor-autor e pelo jornal. É apenas no fim da carta que o sujeito falante manifesta claramente sua indignação com essa situação; a princípio, a carta mais se assemelhava a uma pequena notícia. Isso é usado como recurso retórico-argumentativo pelo orador para provocar a adesão de seu auditório e guiá-lo a determinada posição; uma posição que seria universal, dadas as circunstâncias.

Com isso posto, compreendemos que a autoria dessa carta do leitor se dá no cruzamento do discurso do jornal, de forma indireta, do discurso da sociedade – da imagem da sociedade – que se escandaliza com o recebimento da doação e da posição leitor, que o autor-pessoa assume. Esses discursos, ainda relacionados com

o contexto político dos dois países, que marcam as circunstâncias de produção do discurso, resultam em um enunciado com autor-criador que emerge e tem consciência desse contexto. São essas múltiplas vozes que constroem um novo discurso, uma “nova” voz, um novo enunciado.

Algumas cartas publicadas por “A Tribuna” apresentam propósito comunicativo similar às cartas de “A Gazeta”. Como vemos na carta acima, de Luiz Carlos Norbim, e a carta “Episódio Emblemático”, publicada por “A Gazeta”, pois ambas vão, de modo parecido, fazendo avaliações negativas sobre seus temas e relacionando, igualmente, política e carnaval. Além das questões que envolvem os propósitos comunicativos, destacamos a relação temática entre as cartas dos dois jornais, que reflete discussões comuns entre os leitores de ambos os jornais.

A relação de proximidade entre propósitos comunicativos das cartas dos diferentes jornais é vista também entre a carta a seguir e as cartas já analisadas “Léo Moura” e “Samba”, ambas de Roberto Pimental e publicadas por “A Gazeta”:

Árvores

Muito boa a reportagem sobre o corte inaceitável de árvores em nossa cidade, estou surpreendida com estas decisões destruindo a qualidade de vida da nossa cidade. É preciso se dar conta que as arvores estão não só trazendo beleza, mas também diminuindo os resultados das altas temperaturas que se elevam a cada dia, e desta seca impressionante. Tenho me lembrado muito do maior defensor da natureza em nosso Estado, Augusto Ruschi, com suas previsões sobre a derrubada da mata atlântica e suas consequências na vida dos capixabas. Estou me perguntando: onde estão os defensores do verde da nossa comunidade?

Camila Andrade - Jardim Camburi – Vitória

Percebemos a semelhança principal entre esses três enunciados: fazer elogios a um de seus temas e, em seguida, uma leve crítica a temas secundários. Vejamos.

A Carta “Árvores” remete-se a uma reportagem do jornal⁸² sobre o corte de árvores que acontecia na cidade de Vitória. Mas além desse acontecimento e da parabenização que Camila Andrade faz ao jornal, há outros assuntos e discursos que são tematizados, de modo constituinte, na carta: o trecho “*estas decisões*”

⁸² Esta reportagem está fora do período de análise e não foi possível encontrá-la.

refere-se a decisões de prefeituras no corte de árvores; a palavra “árvores” deixa seu *status* de matéria, para ser signo de “vida”, de “beleza”, de futuro sustentável; nesse sentido, há diferentes discursos que são evocados para a construção do enunciado, como o de Augusto Ruschi⁸³, que é lembrado como símbolo de luta em favor da natureza e como uma voz que sinalizou, desde sempre, que a natureza “pedia socorro”.

Tem-se, assim: a voz do jornal tematizada na carta; o discurso ambientalista, que legitima o *projeto de dizer* do autor, e é percebido diretamente na voz de Augusto Ruschi, que se torna uma outra voz; os discursos (decisões) dos governantes, que são criticados. A construção é em defesa da natureza, das árvores e da mensagem do jornal. Para tanto, o orador não procura ser agressivo, mas constrói uma argumentação pautada na busca de uma conscientização: “*É preciso se dar conta que as árvores não estão só trazendo beleza, mas também diminuindo os resultados das altas temperaturas que elevam a cada dia, e desta seca impressionante*”; esse argumento é construído como um *raciocínio* necessário à construção da argumentação, que também tem aspecto de demonstração, no intuito de construir um escopo de verdade sobre o que se argumenta.

O sujeito/orador de “Árvores” procura uma aproximação com seu auditório, que é composto pelo jornal e pela sociedade, de um lado, e pelos governantes, de outro; o discurso é construído para um auditório heterogêneo e busca afetá-lo de diferentes formas: como crítica, como agradecimento, como alerta, etc.

O processo de autoria se dá nesse cenário de diálogo com diferentes vozes que “caminham” num mesmo sentido e deveriam combater a postura de irresponsabilidade ambiental. Camila Andrade, que assume a autoria da carta e posição de leitora do jornal engendra com diferentes vozes, principalmente a do jornal, um autor-criador que recolhe em si esses diferentes discursos. Um último aspecto que gostaríamos de chamar a atenção é sobre o diálogo intergenérico entre a carta e a reportagem. Há um discurso com um tom de informalidade, pessoalidade, próximo da linguagem do cotidiano, o que não significa que se trate de um discurso do senso-comum, mas, pelo contrário, é um discurso carregado e

⁸³ Conhecido como o “homem dos beija-flores”. Agrônomo, ecologista e naturalista brasileiro. Foi professor titular da UFRJ e pesquisador do Museu Nacional. Estação Biologia Marinha Augusto Ruschi: <http://www.ruschicolibri.com.br>.

construído por diferentes perspectivas, inclusive, um discurso com valor e efeito de verdade (CHARAUDEAU, 2013), dado que é colocada a voz de um ambientalista como argumento na construção da argumentação.

Beija-Flor II

E não é que de uma hora para outra, graças à Beija-Flor, a imprensa brasileira descobriu que na Guiné Equatorial existe uma ditadura que dura mais de 35 anos. Mas enquanto isso a Unidos da Tijuca que homenageou a Suíça, onde bilhões de dólares desviados pela corrupção no mundo são depositados tudo bem. É muita hipocrisia.

Luiz Guilherme Nascimento, Jardim Atlântico – Serra

Na carta “Normal”, publicada por “A Gazeta” em 02/03/2015, como se observou, a ironia é usada como estratégia argumentativa contra a política brasileira, o governo federal, e a favor do discurso do jornal [da mídia/imprensa]. Em contrapartida, o sujeito/orador da carta “Beija-Flor II”, de Luiz Guilherme, usa a ironia contra essa mesma imprensa, e o faz recorrendo ao próprio tema carnaval/política suscitado pelo jornal [mídia/imprensa]: “*E não é que de uma hora para outra, graças à Beija-Flor, a imprensa brasileira descobriu que na Guiné Equatorial existe uma ditadura que dura mais de 35 anos*”. Vejamos, pois, que é o tom valorativo das cartas que as diferenciam uma da outra enquanto enunciado concreto; cada uma apresenta uma vontade de dizer de seus respectivos sujeitos para atender a seus propósitos comunicativos.

Primeiramente, a carta de Luiz Guilherme se constrói a partir não apenas de um enunciado específico da imprensa, do jornal, mas se apresenta como uma forte crítica a posturas políticas dos jornais de forma geral. Vejamos que a construção destacada no parágrafo precedente é carregada de ironia, de sarcasmo; há uma entonação fortemente negativa sobre a postura da imprensa brasileira. Com isso, o sujeito/orador não apenas se coloca a falar sobre a doação que a Beija-flor recebeu, mas a criticar, principalmente, o que faz de um fato “uma notícia” para a imprensa brasileira; posto que, quando se tratou da Unidos da Tijuca, que, segundo o autor, homenageou o país “*onde bilhões de dólares desviados pela corrupção no mundo [...]*”, isso não se tornou notícia nos veículos midiáticos do Brasil.

Embora o título da carta seja “Beija-flor II”⁸⁴, a crítica não é, efetivamente, à doação que escola de samba recebeu. A crítica é, claramente, à imprensa brasileira⁸⁵. Para o leitor, a mídia brasileira é seletiva, hipócrita e sensacionalista; esses argumentos são construídos por *raciocínios preferíveis*, pois se dão por persuasão, procuram levar o auditório à compreensão de algo que não se trata de um fato qualquer, mas de algo usado/construído com um viés político específico: relacionar o carnaval carioca à política do Brasil. A argumentação se dá por uma retórica que usa recursos como a ironia, o sarcasmo, a pertinência; recursos que são percebidos pela palavra, mas estão na ordem do extralinguístico. O linguístico e extralinguístico se complementam na construção da argumentação.

O autor dessa carta surge a partir do entrecruzamento de vozes, de ideologias, de histórias: o jornal, as mídias em geral, os países em questão e o cidadão consciente e situado histórica e ideologicamente, por exemplo. O autor-pessoa, ao assumir o lugar de discurso de Leitor, constrói um autor-criador no cruzamento dessas vozes, fazendo avaliações/entonações negativas sobre o jornal e as mídias em geral.

No cenário político em que o Brasil e o mundo passam, no qual a imprensa parece ser totalmente parcial, curioso não é o fato de ela estar preocupada com doações de países ditadores a escola de samba de um país democrático; o curioso é que essa imprensa foi capaz de enxergar um outro que sempre ignorou; mas este outro, agora, tem uma serventia: combater aquele, ou aqueles, que a imprensa combate. É esta a principal tese defendida na carta e no enunciado “Beija-Flor”, de Kleber Galvêas, publicada por “A Gazeta” em 03/05/2015.

Destacamos, por fim, que, assim como as cartas “Normal”, “Pouca diferença” e “Imoral”, veiculadas no jornal “A Gazeta”⁸⁶ em 02/03/2015, a carta de Luiz Guilherme Nascimento assemelha-se a um comentário do cotidiano, e marca claramente um diálogo com os discursos das mídias⁸⁷ em geral, quando falam da vitória da Beija-Flor, relacionando-a à existência da Guiné-Equatorial e seu regime ditatorial, ou seja, as cartas e o jornal discutem, na verdade, sobre questões políticas, não simplesmente sobre o carnaval.

⁸⁴ Provavelmente, esse título foi dado pela edição do jornal.

⁸⁵ Há de se questionar por que o título se referia à Beija-flor e não ao jornal.

⁸⁶ Por exemplo, a carta “Normal” e “Sem importância”, publicadas no dia 03/03/2015.

⁸⁷ Percebemos que o sujeito não se refere apenas ao jornal “A Tribuna”, mas a toda a mídia que discutiu sobre a vitória da Beija-flor, bancada por doações do presidente *ditador* da Guiné-Equatorial

A configuração dessa carta segue sua finalidade de argumentação: ironizar o fato por meio de um [quase] comentário; por ser carregada de ironia, seus contornos são fluidos e pouco marcados linguisticamente, eles são percebidos nas avaliações/entonações do sujeito sobre seus temas e em sua forma de ver o outro [o jornal, seu discurso]. A relação entre o discurso do jornal, enquanto instituição (superestrutura) é refratado negativamente na concretude da carta, que representa (poder-se-ia dizer que “é”) a posição Leitor do autor-pessoa Luiz Guilherme, que faz parte das forças de produção discursivo-ideológicas e econômica (infraestrutura).

Outra carta que se assemelha com um comentário do cotidiano é a de Yarbas Gomes da Fonseca:

Críticos

Dou ouvidos aos críticos porque, com frequência, eles são uma boa fonte de informação para o que se tem de mudar.

Yarbas Gomes da Fonseca, Centro – Vitória

Esta carta é sucinta como um recado, ou bilhete, evidenciando nossa argumentação de que os contornos do gênero carta do leitor são transponíveis e estão numa zona fronteira com outros gêneros. Há uma crítica, por exemplo, a discursos do tipo “gente crítica é chata” e “a sociedade está cheia de mimimi”. Há uma condescendência à mudança crítica, consciente, o que não é o mesmo que manipulação. Com efeito, o orador dessa sutil argumentação fala, de modo implícito, que há pessoas que não dão ouvidos a críticos.

O autor-criador de “Críticos” se constrói dentro de um cenário de fortes transformações das/nas sociedades; isso se afirma a partir do contexto sociopolítico do Brasil. Não há uma coisa especificamente colocada como a mudar; é a mudança, o ato de mudar que está sendo posto em questão, de bastante valoração, numa entoação positiva a discursos desse tipo e negativa a discursos contrários. Podemos pensar que o discurso dos críticos é o tema principal, mas há outras vozes que constituem também esse enunciado, que parecem diluídos no discurso do narrador. A crítica a críticos, por exemplo, é uma das vozes percebidas e refutadas e parece vinda de diferentes lugares, pois não é localizada e é até genérica; são vários

discursos que, nos mostram o autor-criador, que engendram um sujeito que não se “incomoda” com as críticas.

As cartas “Piada?”, “Dois pesos...” e “Eike” têm como principais recursos discursivo-argumentativos a ironia e o sarcasmo. Cada uma, no entanto, se constitui e se configura de maneira bem diferente.

José Carlos Marianelli, no lugar discursivo de leitor de “A Tribuna” assume a autoria da carta “Piada?”, que, já no título faz avaliações negativas de modo irônico sobre seu tema, que só é apresentado no desenvolver do discurso.

Piada?

O povo brasileiro quer alimento mais barato e não essa medida de redução em 22% da tarifa cobrada pelas chamadas de linhas fixas para móveis. A medida, da Agência Nacional de Telecomunicações entrou em vigor na terça-feira (24). As diminuições, no entanto, foram mais significativas nas ligações de telefone fixo para móvel com DDDs iguais. Para mim isso é uma piada, até parece que o povo brasileiro está satisfeito com essa medida. O trabalhador quer chegar no supermercado e ter alimento mais barato, energia mais em conta, menos impostos, segurança, saúde e todos os direitos que não são respeitados pelo Governo Federal. Telefone? Será que isso alimenta alguém? Precisamos de alimento mais barato e menos governantes em Brasília enganando o povo.

José Carlos Marianelli, Colatina – ES

Vimos na carta “Pouca diferença”, publicada em “A Gazeta” em 02/03/2015, como a ironia é um recurso retórico-argumentativo que deixa claro o posicionamento discursivo-ideológico do sujeito/orador. O tema ironizado em “Piada?” é a redução da tarifa telefônica no Brasil. A ironia se constrói porque o sujeito/orador acha que é uma ‘piada’ essa diminuição (“*Telefone? Será que isso alimenta alguém?*”), levando em conta que, para ele, os brasileiros “*precisamos de alimento mais barato e menos governantes em Brasília enganando o povo*”; esse trecho argumenta em defesa da tese de que é preciso fazer outros tipos de reduções tributárias; além disso, esse tipo de construção mostra que o sujeito/orador cria uma imagem de auditório que, assim como ele, esperava outros tipos de medidas que beneficiassem efetivamente os brasileiros.

Argumentação contrária vimos na carta “Gastos”, publicada por “A Gazeta” em 03/03/2015, que parece defender a decisão do aumento da tarifa tributária por parte

do ministro Levy (mas questiona por que esse aumento não se estendeu à indústria de automóveis). Ambas as cartas deixam claras as individualidades de seus respectivos sujeitos. Todavia, o discurso de “Piada?” engendra um sujeito que procura mostrar que sente o peso da crise financeira no Brasil e que cria uma argumentação apelativa para seu auditório: *“O trabalhador quer chegar no supermercado e ter alimento mais barato, energia mais em conta, menos impostos, segurança, saúde e todos os direitos que não são respeitados pelo Governo Federal”*.

A ironia e sarcasmo presentes nas cartas “Dois pesos...” e “Eike” se dão diretamente na avaliação/entonação sobre seus temas. Em “Dois pesos”, vemos um sujeito/orador que questiona a ética da política e justiça brasileiras:

Dois pesos...

Há fatos que não dão para entender nem explicar, neste país complicado. A polícia e a justiça têm se mostrado implacáveis com o senhor Eike Batista, que jamais vi pessoalmente nem nada tenho contra ele, raspando até o fundo do tacho o que possui de bens materiais, alegando que causou prejuízos a terceiros e é mister repô-los. Em palavras simples: pagar tudo que deve. Houve, não sei se recentemente ou ao longo de vários anos, um “rombo” (desfalque, roubo) nos cofres da nossa maior empresa, a Petrobras, e até o momento essas mesmas polícia e Justiça apenas e tão somente estão à procura de nomes de pessoas implicadas, mera política para mostrar trabalho e vender jornal, sem se preocupar com o mais importante, a reposição dos cem bilhões que foram surrupiados dos cofres da empresa. Segundo minha elementar ótica, o mais proveitoso, nesse caso, por ora, seria deixar todos os suspeitos em liberdade, porém pugnar, com todos os artifícios possíveis, pela recuperação de tão vultosa quantia, que, bem distribuída (os bilhões) trariam um bom alívio aos cofres da viúva e deixariam o governo mais à vontade para privilegiar o povo em vários segmentos sociais.

Humberto Del Maestro, Jardim Camburi – Vitória

A política e a economia são os principais temas das cartas de “A Gazeta” e “A tribuna”. Mas no discurso de Humberto Del Maestro há um ponto bem específico sobre seu tema, que é o mesmo da carta “Eike”, de Julio Cesar Menezes, mas se constrói de forma distinta: as ações da justiça brasileira no julgamento e punição do empresário brasileiro Eike Batista.

Na carta “Dois Pesos...” o sujeito/orador argumenta que a justiça e política brasileiras são “justas” e implacáveis apenas quando lhes interessam: *“A polícia e a*

justiça têm se mostrado implacáveis com o senhor Eike Batista [...]”, enquanto sobre o rombo na Petrobrás “até o momento essas mesmas polícia e Justiça apenas e tão somente estão à procura de nomes de pessoas implicadas, mera política para mostrar trabalho e vender jornal, sem se preocupar com o mais importante, a reposição dos cem bilhões que foram surrupiados dos cofres da empresa”. O mais curioso na posição do autor-criador dessa carta é que este parece se mostrar condescendente com um de seus temas, o Eike Batista, para criticar um outro tema, a política e justiças brasileiras: “[...] o senhor Eike Batista, que jamais vi pessoalmente nem nada tenho contra ele, raspando até o fundo do tacho o que possui de bens materiais, alegando que causou prejuízos a terceiros e é mister repô-los”.

Contudo, em nenhuma das duas cartas analisadas, a ironia e sarcasmo aparecem de modo tão constitutivo quanto na carta “Eike”:

Eike

Quem diria, o juiz ficou com vontade de dar uma voltinha nos carrões apreendidos do ex-todo poderoso Eike Batista. Literalmente, um juiz preocupado com os autos.

Julio Cesar Menezes, Jucutuquara – Vitória

A carta começa com uma marca de oralidade que já remete a um diálogo sarcástico do cotidiano: “*Quem diria [...]*”. E termina no mesmo tom de sarcasmo, mas com a ironia mais evidente: “*literalmente, um juiz preocupado com os autos*”. A ironia e sarcasmo funcionam para encadear os argumentos de forte crítica ao juiz federal Flávio Roberto de Souza, que foi visto dirigindo um dos carros de Eike Batista, apreendidos pela Polícia Federal, um Porsche branco no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Há uma construção ambíguo-discursiva do termo “autos”: remete, ao mesmo tempo, ao nome dos fatos no âmbito jurídico e a automóveis; neste caso, automóveis de luxo: “[...] *o juiz ficou com vontade de dar uma voltinha nos carrões apreendidos*”. As gradações e adjetivos também são construídos para fazer avaliações dos temas da carta.

Assim como “Normal”, “Pouca diferença” e “Imoral”, veiculadas no jornal “A Gazeta”⁸⁸ em 02/03/2015, e “Críticos”, divulgada por “A Tribuna” no mesmo dia, a carta de Julio Cesar Menezes é semelhante a um comentário do cotidiano.

A carta abaixo, de Wagner Pereira, também tem marcas da oralidade, mas se assemelha bastante a um desabafo:

Extintor veicular

É uma verdadeira esculhambação a nova Lei dos Extintores Veiculares. Extintores faltam nas lojas, não tem prazo para entrega e a multa já está batendo em nossas portas. E, o pior de tudo, que em reportagem de uma emissora de televisão, que podemos comprovar no youtube e nas redes sociais, onde os bombeiros foram demonstrar a eficiência do novo extintor, o mesmo não funcionou, deixando os bombeiros, entidade seríssima, e os jornalistas com cara de tachos e, o brasileiro com nariz de palhaço por mais uma lei para enriquecer amigos da “rainha” a troco sabe- se lá por que, ou se sabe muito bem.

Wagner Pereira, Parque Moscoso – Vitória

O “desabafo” se constrói desde o início da carta: *“É uma verdadeira esculhambação a nova Lei dos Extintores Veiculares”*. E fala sobre a polêmica lei de uso obrigatório de extintores ABC. Em sua argumentação, o sujeito/orador se mostra revoltado com a falta de extintores no mercado e da possível multa que motoristas poderão sofrer em decorrência da ausência de tal equipamento se segurança. No entanto, o sujeito/orador se coloca contrário ao uso desde equipamento, porque *“[...] o pior de tudo [...] podemos comprovar no youtube e nas redes sociais, onde os bombeiros foram demonstrar a eficiência do novo extintor, o mesmo não funcionou, deixando os bombeiros, entidade seríssima, e os jornalistas com cara de tachos e, o brasileiro com nariz de palhaço por mais uma lei para enriquecer amigos da “rainha” a troco sabe- se lá por que, ou se sabe muito bem”*. O fim do trecho destacado ainda traz um terceiro tema, a presidente Dilma Rousseff (o primeiro é a Lei dos Extintores e o segundo é a ausência deles no mercado), de modo irônico e fazendo acusações explícitas e implícitas sobre possíveis beneficiários das multas: *“[...] amigos da rainha a troco sabe- se lá por que, ou se sabe muito bem”*.

⁸⁸ Por exemplo, a carta “Normal” e “Sem importância”, publicadas no dia 03/03/2015.

A carta “Pouca diferença”, citada anteriormente, também fala sobre “beneficiários”, no entanto, naquele caso, não de multas, mas sobre “tipos de doações” específicos em nosso país⁸⁹.

Sobre leis, também fala a carta enviada por e-mail por Mário A. Dente:

Nova lei

Proponho aos congressistas criar uma nova lei decretando o impeachment à Presidência, aos congressistas, governadores e vereadores que fizerem promessas nas campanhas eleitorais que não sejam cumpridas; os eleitores têm o direito de, constatados os enganos, que os enganadores sejam punidos. Mas, conhecendo a ética dos congressistas do PT e partidos “da base” duvido que essa lei seja aprovada.

Mário A. Dente, dente28@gmail.com

No contexto enunciativo colocado desde o início das análises das cartas de “A Gazeta”, observamos que muitos enunciados se construíam apoiando ou refutando o possível impeachment da presidente Dilma Rousseff. Como a maioria das cartas, um tema distinto é associado sempre ao governo federal, em acordo ou desacordo a ele. Na carta “Nova Lei”, esta posição não está clara, pois seu tema não é o governo federal em si, mas todos os governos que não cumprem suas promessas de campanha. O orador propõe que se crie uma lei de impeachment “à *Presidência, aos congressistas, governadores e vereadores que fizerem promessas nas campanhas eleitorais que não sejam cumpridas*”. O argumento dessa tese está, acredita o sujeito/orador, no fato de “os eleitores têm o direito de, constatados os enganos, que os enganadores sejam punidos”.

Há uma descrença construída na carta: “*mas, conhecendo a ética dos congressistas do PT e partidos “da base” duvido que essa lei seja aprovada*”. Essa descrença nos políticos brasileiros é vista também em “Normal”, “Sem importância”, “Beija-Flor” (de “A Gazeta”), “Beija-Flor II” (de A Tribuna).

Os principais pontos de análises das últimas cartas foi observar como a ironia e o sarcasmo aparecem como recurso estilístico-argumentativo no discurso dos sujeitos. Separamos duas cartas que a leitora de “A Tribuna” Anna Célia Dias Curtinhas enviou ao jornal. A primeira intitulada “Missa”, transcrita abaixo, e a segunda, “Nota”,

⁸⁹ Conf. análise de 02/05/2015.

publicada pelo jornal em 25/04/2015. Nelas a ironia e sarcasmo não aparecem, mas o estilo composicional chama bastante atenção:

Missa

Mel, vamos à missa com o padre Dauri? ” “Vamos!” “Como você se chama, menina?” “Melina.” “Nome bonito, né?” “É, padre.” Daí a pouco. “vovó Anna, todo mundo tá indo pra fila! Posso ir?” “Pode.” “Ei, princesa! Você já fez catequese? ” “Hum, hum, padre Dauri, mas vou fazer.” “Então, você ainda não pode participar da comunhão, viu?” “Vi, mas, depois que eu fizer, vou ‘comunhar ’, tá?”

Anna Célia Dias Curtinhas, Bento Ferreira – Vitória

A carta “Missa” (bem como a carta “Nota”, como se verá no próximo bloco de análise) é por demais curiosa. Ela, assim como outras observadas anteriormente, não tem preocupação com uma formatação rígida de texto/gênero, e que, por isso mesmo, flutuam entre aspectos de um gênero e outro, como uma conversa face a face ou a transcrição de um diálogo. O autor-criador organiza um diálogo do cotidiano em formato de narrativa. Como perceber o tom valorativo da produção e divulgação dessa carta? Relacionando o título “Missa” ao conteúdo: qual o sentido das missas? Por que, para uma determinada religião, é necessário comungar? Quais os caminhos para isso? Qual sua relação com o crescimento espiritual das pessoas? Parece que na narrativa as respostas para tais questões são percebidas na delicadeza e inocência de uma criança em relação com outras pessoas. As demais observações sobre esta carta estão juntas às observações de “Nota”, da mesma leitora, no bloco a seguir.

b. Cartas do leitor do dia 25 de abril de 2015 (Sábado)

Bancos

O governo brasileiro, através da presidente Dilma, segue a cada dia tirando mais do povo brasileiro, do trabalhador, para seus próprios interesses, favorecendo os grandes banqueiros.

Mesmo num ano de crise como foi 2014, os cinco maiores bancos brasileiros tiveram recordes de lucro, segundo estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos). As instituições ganharam com cobranças de taxas e serviços.

Segundo o levantamento, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Santander tiveram lucro de R\$ 60,3 bilhões, o que significa 18,5% a mais que em 2013.

Nunca jamais existirá crise para os banqueiros e políticos neste País, pois vivem sugando o povo brasileiro. Para os governantes do Brasil só não tem dinheiro para a saúde, educação e segurança, mas para eles tem dinheiro sobrando.
Ou estou mentindo?

José Carlos Marianelli, Colatina (ES)

A tese principal defendida na carta de José Carlos Marianelli é a de que o governo federal tira da população brasileira para satisfazer aos próprios interesses e dar vantagens aos grandes banqueiros. O sujeito/orador se mostra revoltado com tal situação, pois sugere que, num momento de crise, enquanto a população sofre, os que mais ganham continuam com altos lucros, e estes e o e governo ficam alheios ao que se passa com a população.

A carta “Bancos” é bastante taxativa, com uma argumentação clara e precisa, e a articulação dos argumentos se faz pela persuasão e pelo convencimento, ao mesmo tempo. Pelo convencimento, pois busca defender sua tese por meio da demonstração de fatos que legitimam o dizer: *“Mesmo num ano de crise como foi 2014, os cinco maiores bancos brasileiros tiveram recordes de lucro, segundo estudo do Dieese [...]”*. A persuasão, que aparece do início ao fim da carta, se dá, principalmente, pelo apelo afetivo do orador para com seu auditório: o orador busca fazer com que seu auditório, o povo brasileiro (os leitores capixabas), se revolte com a realidade e injustiças do Brasil: *“Para os governantes do Brasil só não tem dinheiro para a saúde, educação e segurança, mas para eles tem dinheiro sobrando”*. Esse argumento “faz brilhar a ideia”, a proposição, de que não se tem dinheiro para a educação, saúde e segurança porque os banqueiros estão tendo lucros absurdos e com o aval do governo brasileiro.

Observamos dois temas principais sendo semanticamente objetados pelo sujeito falante: o primeiro é o aumento do lucro dos bancos no ano de 2014, que foi de *“[...] R\$ 60,3 bilhões, o que significa 18,5% a mais que em 2013”*. O segundo tema é o próprio governo brasileiro, representado, na época na divulgação da carta, pela presidente Dilma Rousseff. No dia 18 de abril de 2015, o jornal “A Tribuna” divulgou um artigo de Igor Gielow intitulado “O governo pisca”⁹⁰, página 33, no qual o articulista fala sobre os erros cometidos pela presidente Dilma Rousseff ao defender-

⁹⁰ Anexo N.

se das acusações de pedaladas fiscais. Embora Gielow não fale sobre os lucros no banco, acreditamos haver, em alguma medida, uma relação do que o articulista argumenta sobre o governo com a insatisfação mostrada na carta de Marianelli.

Mas a relação da carta “Bancos” com a notícia publicada da seção de economia no dia 19 de abril, “Bancos têm lucros recordes, diz DIEESE”, página 39, evidencia, como enfatizamos diferentes vezes em nosso estudo, a relação direta das cartas com outras seções do jornal; mais ainda: a construção de uma carta do leitor é bastante anterior ao momento de escrita e envio ao jornal. Observemos a notícia:

Economia



JOAQUIM LEVY: políticas para recuperar o equilíbrio fiscal e preparar a economia para novo ciclo de investimento

Brasil prepara novo ciclo de crescimento

Levy vai enfatizar, em plenária do FMI, que 2015 é um ano de transição, e equilíbrio fiscal é essencial para a retomada do PIB

WASHINGTON

O ajuste fiscal e as reformas encaminhadas ao Congresso no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff constituem um plano de preparação para um “novo ciclo de investimento e crescimento”, disse na manhã de ontem o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ao conselho político que reúne os 183 países-membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), chamado de Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC, na sigla em inglês). É a primeira participação de Levy na plenária e ele fez uma exposição que é uma carta de intenções e compromissos do Brasil.

O ministro enfatizou que 2015 — quando o FMI projeta retração de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), após estagnação (alta de só 0,1% no ano passado) — é apenas “um ano de transição para a economia brasileira”, durante o qual o governo vai demonstrar estar comprometido “com uma rápida revisão da situação fiscal, tendo em vista a estabilidade e eventualmente o declínio da relação dívida/PIB”, segundo cópia do discurso do ministro.

Como tem feito em suas declarações, Levy apostou no discurso numa mensagem otimista sobre o Brasil.

“Desde o último encontro do

Bancos têm lucro recorde, diz Dieese

SÃO PAULO

Mesmo num ano de crise como foi 2014, os cinco maiores bancos brasileiros tiveram recordes de lucro, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As instituições ganharam com cobranças de taxas e serviços.

Segundo o levantamento, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Santander tiveram lucro de R\$ 60,3 bilhões, o que significa 3,5% a mais que em 2013.

“A rentabilidade seguiu elevada nos grandes bancos, mantendo o setor financeiro entre os mais rentáveis da economia nacional e mundial”, aponta o estudo.

Para o Dieese, a fórmula do sucesso veio de uma tripla combinação: os bancos aproveitaram a alta taxa Selic, incrementaram a cobrança por taxas e serviços e seguem reduzindo, a cada ano, o número de trabalhadores.

O Itaú, por exemplo, atingiu um lucro de R\$ 20,6 bilhões, o maior da história de uma empre-

sa do setor no País. Itaú e Bradesco juntos responderam por 60% do total embolsado pelos bancos.

Somente com prestação de serviços e cobrança de taxas, os cinco maiores bancos arrecadaram R\$ 104,1 bilhões, 10,9% a mais que o ano anterior. O valor deu para bancar, com folga, todos os gastos com os 451 mil bancários, que em 2014 custaram R\$ 74,6 bilhões — somados salários, encargos, cursos e treinamentos.

“A estratégia dos bancos privados, nos últimos anos, visou incrementar os ganhos operacionais mediante crescimento das receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias e redução de despesas, principalmente de pessoal”, analisa o Dieese.

RANKING	
BANCOS	LUCROS EM 2014
Itaú	R\$ 20,6 bilhões
Bradesco	R\$ 16,3 bilhões
Banco do Brasil	R\$ 11,3 bilhões
Caixa	R\$ 7,1 bilhões
Santander	R\$ 5,8 bilhões

FONTE: DIEESE



AGÊNCIA DO ITAÚ: banco teve maior lucro da história do setor no País

Os segundo e terceiro parágrafos são quase que integralmente uma citação direta do discurso do jornal na carta. O dado mostra a relação dialógica entre a opinião do leitor apresentada nas cartas do leitor e suas leituras das diferentes seções do

jornal. Neste caso específico da carta do leitor José Carlos Marianelli, que também enviou à “A Tribuna” a carta “Piada?”, trata-se de dois momentos de enunciação distintos que, na realidade, parecem construir ou fazer parte de uma mesma enunciação. Curiosamente, o sujeito/orador não sinaliza ao seu interlocutor essa referência; ele apenas, enquanto orador, usa desses dados legitimados por uma instituição (DIEESE) como argumentos com valor de verdade e, assim, dar credibilidade à sua tese/proposição. Seguindo os preceitos teóricos de Charaudeau (2008), diríamos que o sujeito/orador faz uso da conjunção, da causa e consequência e da finalidade como modos de encadeamento de seus argumentos. Isso porque os argumentos são organizados de maneira lógica, a partir da proposição que o alto lucro dos bancos tem relação direta com a situação econômica do Brasil e, por trás dessa proposição, o orador parece construir a proposta de que é preciso rever os lucros absurdos dos bancos no país. Além disso, o orador trabalha com raciocínios necessários, de credibilidade, de “verdade”, para legitimar seu dizer.

Além das denúncias que faz, o autor-criador reuniu em si a voz do jornal e do DIEESE como vozes institucionais e a voz de um cidadão brasileiro que sofre com as injustiças causadas pelo governo e pelos bancos para dar acabamento ao seu enunciado. Ao mesmo tempo, projeta um sujeito descrente em mudanças: *“Nunca jamais existirá crise para os banqueiros e políticos neste País, pois vivem sugando o povo brasileiro”*. Todavia, apesar da aparente descrença, percebe-se que há um chamamento ao auditório a uma atitude responsivo-ativa sobre a situação do Brasil. O orador parece querer alertar seu auditório do que, para ele, está realmente acontecendo no Brasil.

O autor-criador termina a carta de modo bem interessante; ele conversa diretamente com seu interlocutor: *“Ou estou mentindo?”*. Esse recurso, com bastante expressividade, não caberia na reportagem, dado a sua formatação, com a qual a carta dialoga, e é usado como estratégia retórica que procura intimidar, de modo sutil, o auditório; o orador, confiante em seus argumentos, haja vista que são de autoridade e legitimados, se arrisca a receber uma resposta contrária à sua argumentação; é como se indagasse: prove-me que estou errado. Além disso, o orador mostra a seu auditório que não procura ser superior, mas quer mostrar que

todos os brasileiros, inclusive ele, está sendo ludibriado pelo governo e pelos banqueiros.

O projeto de dizer do sujeito falante dessa carta mescla um estilo de um diálogo informal, mas com aspecto de uma notícia, com a qual dialoga, ou um artigo de opinião. Com isso, a vontade de dizer do sujeito/orador constitui sua carta do leitor com contornos híbridos de diferentes gêneros do discurso, inclusive o acabamento e sua inteireza.

A Carta “Epidemia”, de autoria de Elson Cruzeiro, não poderia ser lida ou compreendida apenas em seu aspecto formal/textual, haja vista os diferentes recursos extralinguísticos que são utilizados em toda a carta; observaremos cada um deles:

Epidemia

O Brasil tinha tudo para ser o celeiro do mundo na produção de alimentos, sem contar as reservas de minério, petróleo, com uma vasta extensão territorial. Porém, hoje somos uma nação sucateada, onde faltam escolas, hospitais, médicos, saneamento, portos, aeroportos, entre outros.

Vemos e ouvimos nos jornais os desmandos, os descasos, as roubalheiras, a corrupção, os mensaleiros, a petroganância, a ganância pelo poder e a ostentação que impera nos altos escalões.

Vivemos hoje uma epidemia tanto na política quanto nas drogas. Nunca vamos ter dignidade e igualdade porque o povo vive massacrado, porque hoje o Brasil está numa UTI, o Brasil está morrendo, estão matando nossa nação.

Elson Cruzeiro, Parque Jacaraípe – Serra

Pelo título, por exemplo, parece que leremos uma carta que fala sobre alguma doença, aumentos de insetos, bichos, ou algo do tipo. Só compreenderemos o valor semiótico de “epidemia” no decorrer da carta, principalmente nas últimas colocações.

O primeiro aspecto que destacamos é a criatividade verbal-discursiva que o sujeito emprega a cada signo que cria; nenhum dicionário daria conta de explicar o valor semiótico dessa carta, que é construída em circunstâncias de enunciação bem definidas e que criam relações dialógicas com diferentes campos discursivos: o político, o educacional, o da saúde, o da fé, o do nacionalismo; todos eles relacionados na construção de uma persuasão forte, que causa aflição, angústia,

que desespera o auditório. As entonações vêm de diferentes vozes e lugares discursivos e formam um “novo” discurso, que reflete diferentes campos de atividade verbal.

O tema principal da carta é a situação atual do Brasil em suas muitas áreas. Chamamos a atenção ao fato de que diferentes metáforas são criadas como recurso argumentativo para causar a adesão do auditório/interlocutor: “*O Brasil tinha tudo para ser o celeiro do mundo na produção de alimentos [...]*”. A principal tese é que não há saída para a situação do Brasil. Essa visão negativa do país é defendida por diferentes argumentos, que são encadeados como causa e consequência e organizados em raciocínios necessários, apesar do uso de metáforas e recursos extralinguísticos: para o orador, o país está em má situação – e não tem volta – porque “*vivemos hoje uma epidemia tanto na política quanto nas drogas*”.

O autor-criador projeta um sujeito sem esperança em relação ao futuro do país, que acredita que “*nunca vamos ter dignidade e igualdade porque o povo vive massacrado, porque hoje o Brasil está numa UTI, o Brasil está morrendo, estão matando nossa nação*”. Neste pequeno trecho, o orador cria metáforas que comparam o Brasil a um paciente abandonado num hospital, que o relacionam a algum veículo ou bem destruído, que o colocam como uma pessoa física sofrendo um homicídio. São fortes colocações que, embora negativas, são articuladas na primeira pessoa do plural, buscando, desta forma, fazer com que orador e auditório se identifiquem, formem um todo, e constituam o ‘Brasil que sofre com os políticos’. Vemos essa desesperança também no parágrafo anterior: “[...] *hoje somos uma nação sucateada, onde faltam escolas, hospitais, médicos, saneamento, portos, aeroportos, entre outros*”.

Como dito, o sujeito/orador caminha em diferentes campos discursivos no intuito de criar uma argumentação que, embora carregada de recursos estilísticos que evidenciam bastante a subjetividade e posicionamento do autor-criador, procura ser entendida como verdade, pois o orador se coloca como “nós”; ele quer que seu auditório aceite e concorde com sua argumentação, que não está na ordem da demonstração, mas da persuasão, do particular, embora o “nós/todos”.

Um terceiro aspecto que destacamos, inédito nas cartas analisadas até o momento, é o neologismo presente na carta “Epidemia”: *os mensaleiros, a petroganância*. Esse

recurso estilístico-discursivo é usado para remeter a diferentes acontecimentos negativos no âmbito político-econômico do Brasil; diferentes enunciações e enunciados são evocados nesse novo enunciado; as diferentes vozes discursivas acabam por dar esse acabamento singular à carta de Elson Cruzeiro, fazendo com que ela tenha aspectos tanto da crônica jornalística, que geralmente faz reflexão sobre questões importantes sobre um assunto específico, mas num âmbito mais geral, quanto da crônica literária, que faz uma reflexão sobre a vida, sobre os acontecimentos, sobre incertezas, e muitos outros assuntos. Uma vez mais, os contornos do que seria uma carta do leitor se mostram pouco identificáveis e, por vezes, irrelevantes; o importante é perceber a carta como enunciado concreto, único e irrepetível. O orador tem consciência de que seu auditório é heterogêneo, por isso mescla um discurso objetivo com um discurso subjetivo num discurso “novo”.

Por fim, na consciência desse todo complexo, o autor-criador posiciona-se discursivamente sobre o que chamou de “Epidemia”: o Brasil está doente porque sofre de muitas doenças causadas pela política. Essa proposição/tese está latente em toda a carta, mas se define ao final. Reportagens como a destacada na análise da carta anterior, a própria carta “Bancos”, que questiona os altos lucros dos banqueiros, e outras seções e edições do jornal que falam, por exemplo, sobre o fundo partidário⁹¹ e sobre a terceirização⁹² se relacionam tangencialmente com a carta, pois esta não foca em algo específico, seu tema é colocado de modo muito genérico. E os signos são criados a partir de diferentes campos discursivos, apresentados nos parágrafos anteriores.

Observe a próxima carta:

Impeachment

É hora de se pensar com bom senso e prudência. Defender o impeachment da presidente Dilma pode significar um tiro no pé, criando uma situação por demais estressante para os mais de 50 milhões que a elegeram.

Contando com um mínimo de humanidade da Presidente, a melhor saída seria os *mui amigos companheiros a convencerem a renunciar, dando uma de Bento XVI, que soube perceber que não mais tinha condições de governar a igreja Romana.

Elizio Nilo Caliman. Brasília (DF)

⁹¹ Anexo O.

⁹² Anexo O.

A carta de Elizio Nilo Caliman segue uma linha de argumentação bem perspicaz, pois, a princípio, parece favorável ao governo de Dilma Rousseff, mas, como se vê ao final, essa “empatia” com os eleitores da Presidente, criada, por exemplo, em *“É hora de se pensar com bom senso e prudência. Defender o impeachment da presidente Dilma pode significar um tiro no pé, criando uma situação por demais estressante para os mais de 50 milhões que a elegeram”*, é, na verdade, um argumento em defesa de sua tese/proposição, posteriormente assumida em relação ao governo Dilma.

O sujeito engendrado na carta quer o afastamento da então Presidente, mas acredita que *“[...] a melhor saída seria os *mui amigos companheiros a convencerem a renunciar [...]”*. Assim, o respeito aos mais de 50 milhões de votos à Dilma são usados como argumentos para a tese/proposta de que a ‘Presidente precisa renunciar ao cargo’. Devemos lembrar da argumentação de Fiorin (2016) sobre os postulados de Bakhtin: não há neutralidade no jogo das vozes.

Diferente da maioria das cartas que tematizam o governo federal, tanto do jornal “A Tribuna” quanto de “A Gazeta”, a carta “Impeachment” não procura ofender ou difamar Dilma Rousseff. Muito pelo contrário, o autor-criador projeta um sujeito astuto, respeitoso, que compara a renúncia da Presidente com a do Papa emérito Bento VI: *“[...] dando uma de Bento XVI, que soube perceber que não mais tinha condições de governar a igreja Romana”*. Tal comparação, todavia, parece carregar, em alguma medida, um tom irônico; mas há de se considerar que há, na articulação dos argumentos, um apelo à sobriedade daqueles que “se inflamam” na busca pelo impedimento da Presidente. Toda essa articulação se dá encadeando argumentos pela finalidade: é preciso que a presidente renuncie para que não se crie *“[...] uma situação por demais estressante para os mais de 50 milhões que a elegeram”*.

No dia 18 de abril, como dissemos, Igor Gielow falou sobre o governo de Dilma⁹³. Mais precisamente, o articulista questionou a defesa da Presidente sobre as pedaladas fiscais e diz que a forma como Dilma e seu governo têm conduzido a situação mostra *“[...] sua vocação para o tiro no pé”*, avoca a palavra *“[...] impeachment para si”*, e *“[...] dá a exata medida do temor que se encerra em seu coração”* sobre um possível afastamento da Presidente. Vejamos que, embora uma

⁹³ Anexo N.

série de críticas, Gielow, assim como o a carta de Elizio N. Caliman, parece aconselhar Dilma e seus aliados sobre as posturas de seu governo. São diferentes enunciados que estão envoltos a circunstâncias de enunciação bastante próximas, se não as mesmas.

Especificamente sobre a carta, temos que o autor-criador da carta, consciente dos fortes embates político-ideológicos que os brasileiros vêm enfrentando, é formado por uma consciência política bastante “diplomática”, na qual assume uma posição clara sobre o afastamento da Presidente, mas alerta as vozes discursivas que ecoam em seu discurso que o caminho não é o impedimento, mas a renúncia de Dilma. Essa é a tese defendida pelo orador.

O projeto de discurso do sujeito falante é embasado em conciliar diferentes posicionamentos discursivos para formar uma argumentação sólida para sua tese e deixa bem clara a alternância entre os sujeitos do discurso: os discursos exaltados em favor do impeachment, os contrários ao impedimento, o próprio sujeito falante e, na concretude da carta, seus interlocutores, o jornal e demais leitores.

O tema da carta é o afastamento da presidente Dilma e o estilo do sujeito/orador é um diálogo, um conselho, sutil e atenuante dos embates das diferentes vozes discursivas que o autor-criador reúne em si. Com todos esses contornos do enunciado, o orador cria uma imagem de auditório bastante heterogêneo, formado por apoiadores do governo Dilma e por aqueles que são favoráveis a seu afastamento; seja pelo impeachment, seja pela renúncia.

Desde o início de nossas análises, mostramos que os contornos da carta do leitor são de diferentes ordens, a depender das circunstâncias de discurso em que são construídas e dos campos discursivos com os quais se relacionam. Todavia, a característica que parece estar mais presente em todas as cartas é a diversidade temática. A carta de Julio C. Frauches, “Bússola”, parece um pensamento, uma reflexão sobre determinado assunto. Mas essa característica não extingue o aspecto argumentativo presente na carta:

Bússola

Deus não nos perde de vista, nós é que desviamos do nosso caminho, traçado por Ele.

Deus não gosta de atalhos; por isso é que Ele nos deu uma bússola e que chamamos de Bíblia. [sic]

Julio C. Frauches, Guarapari (ES).

Mesmo com pouca extensão, há uma tese claramente defendida: a bíblia é a bússola para não nos perdermos de Deus. O argumento principal em defesa dessa tese é que *“Deus não nos perde vista, nós é que desviamos do nosso caminho, traçado por Ele”*, e a premissa refratada desse argumento é a de que ‘a bíblia é a bússola para encontrarmos nosso caminho: Deus’.

O orador, na sutileza de sua argumentação, cria uma imagem de auditório cristão e que tem consciência de que o ser humano pode se desviar ‘do caminho de Deus’, mas, seguindo a bíblia, sua bússola, pode reencontrá-lo. O tema desse enunciado é ‘o caminho traçado por Deus’; o projeto de discurso se dá pela indução do interlocutor a tomar determinada decisão; e os argumentos e a tese são colocados como verdade. Assim, o autor-criador projeta um sujeito cristão, que convida seu interlocutor a encontrar o caminho para o Senhor.

Veremos agora como Hely Dionisio de Souza, em sua carta do leitor, faz entonações bem positivas de seu tema principal, a terceirização das contratações no mercado de trabalho e, com ele, ironiza seu segundo tema, a terceirização do governo de Dilma Rousseff. Vejamos como isso acontece:

Terceirização

A terceirização das contratações no mercado de trabalho levou 11 anos para ser aprovada na Câmara dos Deputados porque vai beneficiar e ajudar aqueles que não conseguem emprego.

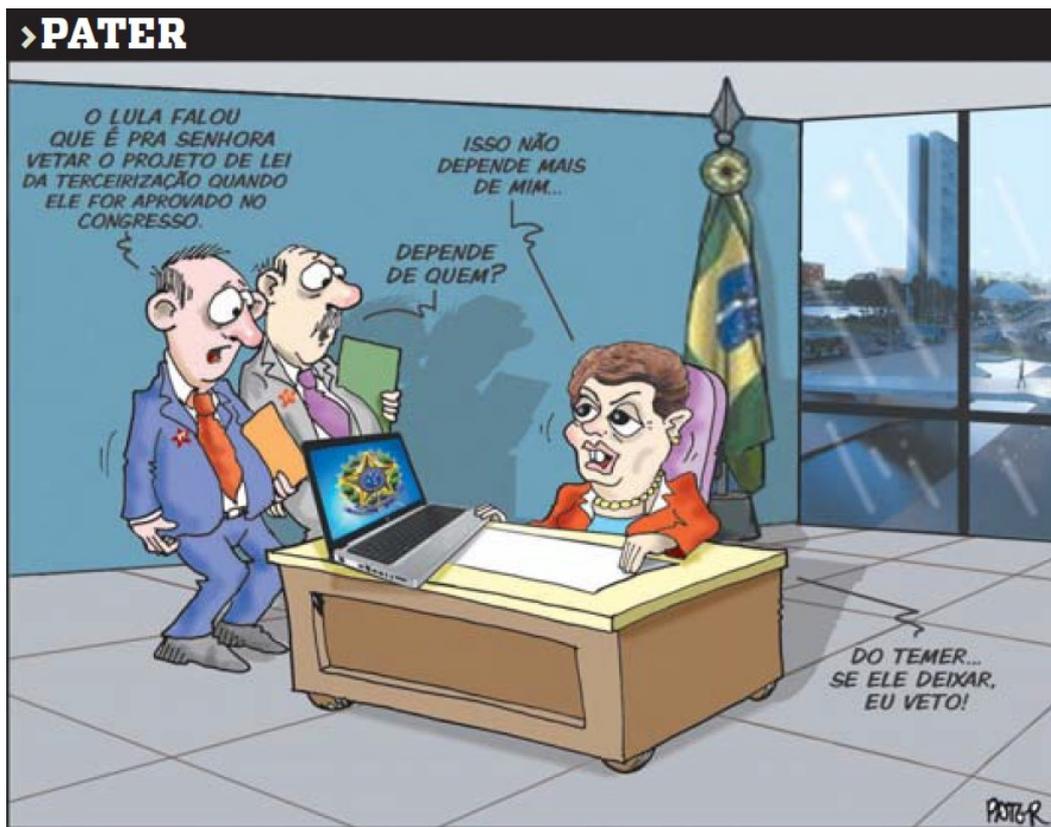
Em todas grandes empresas do País existem serviços terceirizados; as montadoras de carro contam com 80% de terceirizados; os assessores de gabinete dos deputados são terceirizados.

A terceirização não irá diminuir os direitos; somente os sindicalistas são contrários.

Até a presidente Dilma já terceirizou o poder, colocando Michel Temer no poder para colocar ordem na casa.

Hely Dionisio de Souza, Praia da Costa – Vila Velha.

Antes, precisamos chamar atenção para as relações dessa carta com outros enunciados que estão envolvidos à sua circunstância de produção de discurso. Na edição de 18 de abril de 2015, o jornal “A Tribuna” publica a seguinte Charge de Pater, chargista do jornal:



Está claro que o chargista ironiza duas coisas diferentes: a influência do ex-presidente Lula nas decisões da presidente Dilma e o fato de a Presidente “terceirizar” suas decisões ao então vice Michel Temer. A charge de Pater e a carta “Terceirização”, de Hely S. Souza, caminham numa mesma argumentação: a Presidente deveria – mas parece não querer ou temer – aprovar a terceirização, pois seu governo está terceirizado; essa é a segunda tese defendida e que, ao mesmo tempo, serve como argumento para a primeira: “*A terceirização das contratações no mercado de trabalho levou 11 anos para ser aprovada na Câmara dos Deputados porque vai beneficiar e ajudar aqueles que não conseguem emprego*”. Vejamos que o tom valorativo na carta – na charge – é negativo sobre a Presidente e suas decisões, mas positivo em relação à terceirização.

Há uma questão importante posta no trecho destacado: o orador parece, além de defender a terceirização, afirmar que esta demorou tanto tempo para ser aprovada *porque* vai beneficiar muitas pessoas; caso não beneficiasse à população ou que beneficiasse apenas aos próprios deputados, sua aprovação já teria ocorrido. Assim, temos uma outra tese colocada: a aprovação de medidas pelo Câmara dos Deputados depende de interesses particulares dos parlamentares.

Sobre a tese principal, o orador usa da demonstração para justificar que a terceirização beneficiará o país. Ele afirma que *“em todas grandes empresas do País existem serviços terceirizados; as montadoras de carro contam com 80% de terceirizados; os assessores de gabinete dos deputados são terceirizados”*; logo, para o orador, o mesmo deveria acontecer sobre as contratações no mercado de trabalho. Além desses exemplos, o trecho *“a terceirização não irá diminuir os direitos; somente os sindicalistas são contrários”* é colocado como argumento principal e associação a uma possível imagem negativa que os brasileiros possam ter dos sindicatos, haja vista que a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula têm suas histórias políticas ligadas a movimentos sindicais e, no momento político em questão, têm suas imagens associadas à corrupção e à crise política e econômica do Brasil.

Além da Charge de Pater, o artigo *“A lei da terceirização é positiva”*⁹⁴, de Samuel Pessoa, publicado na edição do jornal do dia 19 de abril, página 38, vai ao encontro da argumentação da carta de Hely de Souza. Para Pessoa, o projeto de Lei 4.330 que permite a terceirização *“[...] representa importante item na modernização das relações trabalhistas e visa aumentar a eficiência produtiva de nossa economia”*. O discurso do jornal sobre terceirização, visto em matérias e artigos do jornal, além da charge de Pater tem tom valorativo positivo sobre a terceirização, isto é, mostra-se em apoio a essa medida. Essa posição discursiva do jornal é refletida e refratada na carta *“Terceirização”*.

No mesmo dia da divulgação da carta em análise, Karolina Lopes, página 26, noticia sobre a posição do presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre a terceirização. A jornalista traz como manchete *“Renan avisa que não vai engavetar terceirização”*⁹⁵ e seu texto explica, usando o discurso de Renan, as medidas tomadas pelo Senado em relação ao projeto 4.330.

As relações da carta *“Terceirização”* com outros enunciados do jornal permitem afirmar que o autor-criador dessa carta é construído pela alteridade, pois diferentes sujeitos de discurso envolvidos nesses diferentes enunciados estão em constante troca, refratando e refletindo, cada um num projeto de dizer singular, diferentes posições discursivas, mas deixando em evidência uma expectativa. Não obstante, a

⁹⁴ Anexo O.

⁹⁵ <http://pdf.redtribuna.com.br/>

tese/proposta que é construída pelo jornal desde a edição de 18 de abril – e possivelmente antes –, é a de que a terceirização trará benefícios para a sociedade brasileira. O autor-criador da carta “terceirização” traz em si diferentes posicionamentos, inclusive os contrários à terceirização, e, articulando-os projeta um sujeito/orador defensor da terceirização.

Vemos, pois, que o orador da carta não procura conflito com seu auditório, mas, como afirma Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), procura seduzi-lo por completo. O orador construído na carta tem consciência da heterogeneidade de seu auditório e dirige sua argumentação baseada nos diferentes sujeitos que compõem esse auditório. Percebemos, por conseguinte, que a premissa/pergunta colocada para atingir a todos do auditório é: Por que não terceirizar as contratações do mercado de trabalho, se isso dá certo em grandes empresas e está acontecendo no governo da presidente Dilma, quando esta terceirizou seu poder para o vice Michel Temer? Tal premissa trabalha na ordem dos raciocínios necessários: a terceirização é necessária, posto que dá certo.

A partir do todo exposto, afirmamos que os três temas desenhados, na verdade, constituem um tema maior: a terceirização. O que ocorre é que o projeto de discurso do sujeito/orador visa falar sobre a terceirização, de modo geral, mas, também discorrer sobre a crise política do Brasil e sobre a falta de interesse do Senado em aprovar medidas que beneficiem a população. A conclusibilidade da enunciação que possibilita a construção da carta de Hely de Souza se dá na articulação desses diferentes temas em um só.

Relação temática também é estabelecida entre as cartas “Léo Moura”, publicada por “A Gazeta”, e já analisada, e a carta “Barça/Bayer”; ambas falam sobre futebol:

Barça/Bayer⁹⁶

Na tarde de feriado assisti, trocando de canal a toda hora, aos jogos Barcelona X PSG e Bayer X Porto. Uma maldade os jogos serem no mesmo horário. De repente não pude me conter e me reporteí aos “lindos” clássicos *carioca Bota X Flu e Vasco X Fla. Quanta disparidade. E depois não sabem o porquê dos 7 X 0 da Alemanha.

Paulo Serpa, Jardim da Penha – Vitória.

⁹⁶ No meio desta carta, há uma foto dos jogadores Neymar e Daniel Alves vestidos com a camisa do Barcelona e comemorando, provavelmente, um gol marcado.

No entanto, as construções atendem a propósitos comunicativos diferentes: enquanto a primeira é uma construção elogiosa sobre seu principal tema, Léo Moura, a segunda procura comparar o futebol europeu ao brasileiro, criticando este último. A carta de Paulo Serpa traz em si, e de modo bastante claro, dois momentos históricos diferentes, que se cruzam na argumentação em defesa da tese que o Brasil, na Copa do Mundo de 2014, perdeu de 7 X 1 para Alemanha por não ter a mesma qualidade de futebol que os times europeus. Tal tese não está posta na materialidade linguística, mas é dada, por exemplo, no final da carta, quando o orador argumenta ao seu auditório que *“e depois [os jogadores] não sabem o porquê dos 7 X 0 da Alemanha”*. Porém, a tese é defendida desde o início da carta; o sujeito dá entonação bastante positiva ao futebol europeu e acaba por, indireta e negativamente, comparar ao futebol do Brasil: *“na tarde de feriado assisti, trocando de canal a toda hora, aos jogos Barcelona X PSG e Bayer X Porto. Uma maldade os jogos serem no mesmo horário”*.

Como se vê, a carta projeta um sujeito que é, ao mesmo tempo, admirador do futebol europeu, mas parece desprezar o futebol brasileiro: *“De repente não pude me conter e me reportei aos “lindos” clássicos *carioca Bota X Flu e Vasco X Fla. Quanta disparidade”*. As aspas em “lindos” evidencia um deboche em relação ao futebol nacional.

Temos, assim, um tema principal com entonações positivas, sobre o qual o projeto de discurso do sujeito é construir, para seu interlocutor, uma boa imagem e, assim, enquanto orador, construir uma argumentação que defenda essa imagem e a tese postas. O tema secundário aparece como argumento em defesa do tema principal e da tese do orador, que cria uma imagem de auditório particular que, possivelmente, concordará com sua argumentação; isso se vê, por exemplo, pela ironia no final da carta. A argumentação, com isso, se dá pelo apelo emotivo sobre o tema/tese, pela persuasão colocada como demonstração; esse é o *elemento expressivo que determina a composição e o estilo* da carta enquanto enunciado concreto. O modo de encadeamento dos argumentos é a *causa*: a causa do bom jogo europeu são os [bons] jogadores, o [bom] entrosamento entre eles; a causa do mau jogo brasileiro são [maus] os jogadores, a falta de entrosamento entre eles.

O autor-criador reúne em si as vozes dos comentaristas de futebol, dos torcedores brasileiros, dos admiradores do futebol europeu, dos admiradores do futebol brasileiro e dos admiradores do futebol de modo geral. Essas vozes fazem parte do jogo desse orador, que projeta um sujeito situado em dois momentos históricos diferentes do futebol: a Copa de 2014 e a época da divulgação da carta, Abril de 2015.

Como em sua carta “Missa”, Anna Curtinhas escreve ao jornal uma ‘narrativa de um diálogo cotidiano’, procurando na riqueza de detalhes, apresentar como se dá um do diálogo real entre, possivelmente, avó e netas:

Nota

“Bença, vó Anna.” “Deus te abençoe, minha riqueza. “João, como você foi na creche?” “Eu *foi nota dez.” “E o seu pai?” “Ele me deu um abraço.” “Parabéns! E a sua mãe?” “Me deu um beijo”.

Daí a pouco: “Ai, vovô Juca, ela me machucou primeiro!”

“Vó, po que as menina estão cholando” “Porque a Melina mordeu a Isadora e a Isadora bateu na Melina.” “Ih... Elas são nota zelo.”

Anna Célia Dias Curtinhas, Bento Ferreira – Vitória.

Parece que o intuito de Anna Célia Dias, ao escrever ao jornal, era fazer uma “nota” sobre a simplicidade das coisas da vida; de uma conversa entre avós e netos; de pequenas brigas em família; da ingenuidade de uma criança; do aprender e do observar.

O aspecto mais próximo de um gênero escrito, tanto na carta “Missa” quanto na carta “Nota” é a introdução dicenti “*Daí a pouco*”, vista, por exemplo, em alguns tipos de crônicas e poemas; todo o restante das duas cartas é fragmento de conversas paralelas que se harmonizam na intenção valorativa do sujeito falante e argumentante em chamar a atenção do jornal e dos demais leitores ao simples. A argumentatividade desses enunciados está no conteúdo implícito, na transposição quase real da oralidade para escrita; esses recursos, marcados com expressividade no estilo, marcam o tom valorativo do sujeito sobre seu tema: a vida. E o orador, quando se propõe a usá-los, busca persuadir seu auditório pela afetividade, pela emoção/comoção.

O tema, de difícil demarcação, parece ser a vida ou a simplicidade da vida. E o projeto de dizer do autor parece querer mostrar como a vida é. A criatividade da

carta de autoria nomeada/responsabilizada por Anna Celia dias sobressai aos contornos do que seria um gênero escrito, e mostra a fluidez dos contornos de uma carta do leitor. E o autor-criador procura marcar não simplesmente um lugar discursivo, mas um discurso que poderia/deveria estar em todos os lugares: é preciso prestar atenção [dar uma “Nota”] nas coisas simples da vida.

A carta enviada por Luiz Carlos Norbim Gomes reflete e refrata discursos anteriores à sua concretização:

Maioridade

Após muitos apelos e graças à pressão popular e às críticas veiculadas pelos veículos de comunicação, finalmente a Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, aprovou o projeto que trata da redução da maioridade penal.

Sabemos que falta ainda um longo caminho para colocar em prática essa mudança, mas pelo interesse de grande parte dos congressistas, acreditamos piamente na viabilidade dessa proposta.

Esses menores, além de cometerem todos os tipos de crime, são aliciados pelos criminosos adultos. Além de assumirem os crimes destes, já que não ficam detidos.

Os policiais se expõem para detê-los sempre que cometem algum crime e logo são liberados e ainda saem escarnecendo das autoridades. Tal fato gera revolta por parte da população que não suporta mais esse quadro de violência.

Luiz Carlos Norbim Gomes, Aríbiri – Vila Velha.

No trecho *“esses menores, além de cometerem todos os tipos de crime, são aliciados pelos criminosos adultos. Além de assumirem os crimes destes, já que não ficam detidos”*, vemos que o sujeito reflete um discurso que defende a prisão para menores infratores e, ao mesmo tempo, refrata esse discurso dando-lhe uma nova entonação, um novo contorno: segundo essa entonação, há de se considerar que a liberdade desses jovens infratores gera muitos prejuízos para a segurança da população, além de gerar *“[...] revolta por parte da população que não suporta mais esse quadro de violência”*.

A carta “Maioridade” reflete e refrata discursos próprios de um grupo social específico da sociedade: os que defendem a redução da maioridade penal. Deste modo, o conteúdo semântico-objetivo é sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade. O tratamento desse tema se dá por entonações positivas sobre ele, mas com argumentos que trabalham com uma realidade negativa que tal tema gera: *“Após muitos apelos e graças à pressão popular e às críticas veiculadas pelos veículos de comunicação, finalmente a Comissão de Constituição e Justiça, da*

Câmara dos Deputados, aprovou o projeto que trata da redução da maioria penal". A proposição colocada pelo trecho destacado começa a engendrar um sujeito satisfeito com a decisão da Câmara dos Deputados, mas que espera que tal decisão se cumpra, mesmo que a longo prazo, pois *"sabemos que falta ainda um longo caminho para colocar em prática essa mudança, mas pelo interesse de grande parte dos congressistas, acreditamos piamente na viabilidade dessa proposta"*.

Por sua vez, o trecho *"os policiais se expõem para detê-los sempre que cometem algum crime e logo são liberados e ainda saem escarnecendo das autoridades"* é usado em defesa da tese do sujeito/orador que, encadeando seus argumentos pela causa e consequência, em raciocínios da ordem do necessário, cria uma imagem de auditório particular que compartilha do seu sentimento de satisfação com a aprovação da medida; isso se percebe principalmente no início da carta: é *necessário* que essa medida seja aprovada, para que haja mais segurança e, além disso, os menores infratores estão colocando os policiais e toda a sociedade em perigo. Essa é a proposição é refletida do argumento acima e dos destacados anteriormente.

Defendemos que a carta fala sobre dois temas distintos para defender uma dada tese. O primeiro tema – e principal – é a redução da maioria penal. O tom valorativo desde tema, isto é, a forma como é colocado enquanto conteúdo semântico-objetal, se dá por meio de entonações positivas; os contornos que o autor-criador lhe dá projetam um sujeito do discurso que compartilha da posição da Câmara dos deputados. O segundo tema são os menores infratores, que ganha um tom valorativo diferente do primeiro: o conteúdo semântico-objetal deste tema é, por sua vez, tratado de modo bastante depreciativo, com entonações negativas; os contornos desse tema são usados, pelo orador da carta, como estratégia argumentativa para a apreciação do primeiro tema e defesa da tese. Esta é, assim, articulada como defesa da medida.

O projeto de discurso do sujeito/orador é usar esses dois temas paralelamente a fim de atender um propósito comunicativo específico: defender o discurso da redução da maioria penal. Além disso, a expressividade desse projeto de discurso também contribui para os contornos da carta do leitor enquanto enunciado concreto. Vê-se assim, que a enunciação na qual a carta foi construída comporta momentos distintos

de alternância entre diferentes sujeitos do discurso: entre os jornais (mídia em geral), leitores, deputados, jornal “A Tribuna”, leitores de “A Tribuna”, autores das cartas, demais [futuros] leitores dessas cartas. O sujeito da carta “Maioridade” dialoga com essas vozes discursivas, que emergem de diferentes campos de atividade verbal-discursiva.

A carta do leitor “Fundo Partidário”, de Jota Neto, apresenta-se, do início ao fim, como um protesto à decisão da presidente Dilma Rousseff em aumentar a verba do Fundo Partidário de 300 para 900 milhões de reais:

Fundo Partidário

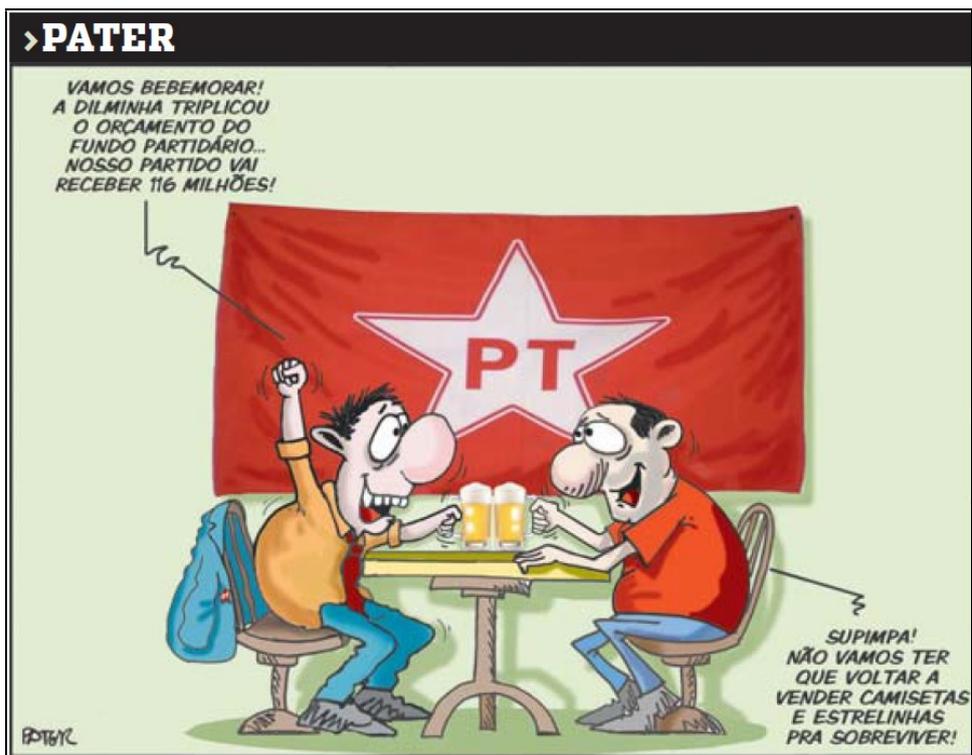
Um descaramento: A presidente Dilma sanciona lei que aumenta de 300 para 900 milhões a verba do Fundo Partidário. Essa é reforma política que ela propõe? Isso mostra uma presidente refém dos partidos que dominam a Câmara e Senado federal. Uma presidente que mexe nas conquistas dos trabalhadores e ao mesmo tempo faz farra com dinheiro público para fazer média com os partidos políticos. R\$ 900 milhões dariam para construir centenas de escolas e fazer jus à milionária campanha publicitária da pátria educadora.

Jota Neto, Brejetuba (ES)

Na edição de 19 de abril, o jornal “A Tribuna” divulgou uma reportagem que trata sobre o assunto⁹⁷. A reportagem trazia opiniões de diferentes especialistas, uma explicação do que é o Fundo Partidário, a opinião de alguns leitores sobre os comandos dos partidos, a lista dos partidos que receberam e dos que não receberam recursos do fundo para pagamento de suas despesas e teve como manchete “PMDB é o que mais recebeu dinheiro”.

Na mesma edição da carta de Jota Neto, o jornal divulga a seguinte charge de Pater:

⁹⁷ Anexo O.



Na charge acima, Pater sugere que o aumento do Fundo Partidário foi, exclusivamente, para beneficiar o partido que a Presidente é afiliada, o PT. Curiosamente, a reportagem do dia 19, citada nos parágrafos anteriores, traz uma lista dos partidos do estado do Espírito Santo que receberam dinheiro do fundo, e o Partido dos Trabalhadores, segundo essa lista divulgada pelo jornal, foi o segundo que menos recebeu:

VITÓRIA, ES, DOMINGO, 19 DE ABRIL DE 2015 ATRIBUNA 43

Política

PRESIDENTES DE PARTIDOS

PMDB é o que mais recebeu dinheiro

Otra vantagem de ser presidente de partido é o fato de poder comandar os recursos do Fundo Partidário. Criado na Constituição de 1988, o fundo é uma forma de financiamento público às agremiações.

Durante o ano de 2013, no Espírito Santo, os partidos movimentaram R\$ 1.912.675,96. E o PMDB foi a legenda que recebeu a maior verba: R\$ 695.323,46. Logo atrás do PMDB vem o PSB, que recebeu R\$ 389.436,34 e o PSD B, com 369.581,84.

O balanço de 2014 ainda será divulgado, uma vez que os partidos têm até o dia 30 deste mês para realizar a prestação de contas. DEM, PMDB, PSD B, PSB, PSD e PT foram as siglas que receberam verba do Fundo Partidário em 2013.

Segundo o advogado eleitoral Marcellus Ferreira Pinto, para receber o dinheiro do fundo, o partido precisa estar com a prestação de contas em dia.

“O artigo 37 da Lei nº 9.096/95 diz que a falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e faz com que os responsáveis fiquem sujeitos às penas da lei”.

Marcellus explica como são feitos os balanços financeiros.

“Os diretórios nacionais prestam contas para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os diretórios estaduais prestam contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e os diretórios municipais fazem a prestação ao Cartório Eleitoral da região. É dado um prazo que, no caso das contas de 2014, termina este mês”, afirma o advogado.

E os recursos do Fundo Partidário não podem ser aplicados em qualquer tipo de despesa, ou seja, devem ser utilizados exclusivamente para o custeio (pagamento de água, luz, telefone).

OS NÚMEROS

R\$ 1,9 milhão foi movimentado em 2013 pelos partidos no Estado

Dia 30 é o prazo final para prestação de contas

MARCELLUS diz que partido precisa ter as contas em dia para receber verba

FUNDO PARTIDÁRIO

O que é?
É um financiamento público que foi criado na Constituição de 1988 e é regido pelas leis 9.096/95, 11.459/07 e pela Resolução TSE nº 21.975/04.

De onde vem o dinheiro?
Os valores são provenientes de dotações orçamentárias da União, multas eleitorais, penalidades, doações particulares e outras receitas atribuídas por lei.

Como é usado?
Os recursos não podem ser empregados em qualquer tipo de despesa, ou seja, devem ser utilizados exclusivamente para o custeio das atividades do partido.

Quem não recebeu?
Partidos sem representação na Câmara Federal ou que não estejam com as contas em dia: PCB, POC/08, POC, PDT, PEN, PHS, PMN, PP, PPL, PPS, PR, PRB, Pros, PRP, PRTB, PSC, PSL, Peol, PSTU, PTE, PTC, PT/08, PTN, PV e Solidariedade.

FUNDO PARTIDÁRIO DE 2013

PARTIDO	VALOR RECEBIDO
DEM	R\$ 109.000,00
PMDB	R\$ 695.323,46
PSB	R\$ 389.436,34
PSD	R\$ 180.000,00
PSDB	R\$ 369.581,84
PT	R\$ 169.334,32
Total	R\$ 1.912.675,96

FALA, LEITOR!

O longo tempo em que alguns presidentes ficam no comando de

tidária. Os políticos perderiam o mandato deixando o partido pelo

Para o advogado especialista em Direito Constitucional Cláudio

Falta tudo, não só dentro dos

Nos partidos acontece como

Como se vê, essas são as circunstâncias de produção de discurso nas quais a carta “Fundo Partidário” foi construída, isto é, esses são alguns dos aspectos dos contextos histórico imediato (a decisão da presidente e a crise política do Brasil) e maior (as relações e criação dos partidos políticos do Brasil).

A carta do leitor em análise surge nesse contexto de produção discursivo-ideológico que se constrói nos embates da política brasileira. E, assim, projeta um sujeito/orador contrário à decisão da Presidente. Esse posicionamento evidencia um orador que defende a tese que ‘a Presidente aumentou a verba do Fundo Partidário para beneficiar seu próprio partido e aos partidos aliados’: “*Isso mostra uma presidente refém dos partidos que dominam a Câmara e Senado federal*” e isso mostra, também, “*Uma presidente que mexe nas conquistas dos trabalhadores e ao mesmo tempo faz farrá com dinheiro público para fazer média com os partidos políticos*”. Como se pôde constatar, a charge de Pater, na edição do jornal do dia 19 de abril, também argumenta nessa direção. Ou seja, esse posicionamento visto na carta já estava sendo engendrado anteriormente pelo jornal.

O discurso da presidente Dilma sobre a reforma política é refratado e refletido pela carta e torna-se uma voz discursiva que a constitui; e, numa entonação negativa, é usada como argumento à tese do orador: *“Essa é reforma política que ela propõe?”*. Têm-se, então, dois temas que ganham expressividade na carta pelo projeto de discurso do sujeito falante: o aumento da verba do Fundo Partidário e a presidente Dilma Rousseff. Ambos os temas são contornados com valorações negativas; isto é, o conteúdo semântico-objetual desses temas é depreciativo e a exauribilidade temática deles caminham numa mesma direção: levar o interlocutor a refletir, em diálogos futuros, o discurso que na carta é construído.

A carta de Jota Neto reflete e refrata o discurso do jornal e o discurso da Presidente. Reflete o discurso do jornal por, como se observou, ser construído a partir de valorações que o próprio jornal fez anteriormente sobre o tema; e o refrata, dando nova expressividade e individualidade no projeto de dizer do sujeito. O discurso da Presidente é refletido e refratado por ser usado como argumento/voz discursiva, porém de forma negativa, com valorações diferentes do que a Presidente o fez em outros momentos. Assim, o autor-criador é uma instância que surge no cruzamento do discurso do jornal com as posições valorativas do sujeito engendrado na carta e na alternância de turno entre os sujeitos do discurso.

A argumentação é construída a partir de novas construções semióticas do discurso da Presidente, e os argumentos são encadeados pela disjunção: o orador, astutamente, usa o discurso de Dilma contra a própria e busca, gradativamente, unindo persuasão e demonstração, a adesão de seu heterogêneo auditório: *“uma presidente que mexe nas conquistas dos trabalhadores e ao mesmo tempo faz farra com dinheiro público para fazer média com os partidos políticos”*. Com esse trecho, o orador se coloca como parte desses trabalhadores. Esse recurso retórico mostra que o orador acredita que seu auditório é composto, em sua maioria, por trabalhadores.

Destacamos, por fim, outro discurso de Dilma que é usado como voz discursiva na construção do “novo” discurso: *“R\$ 900 milhões dariam para construir centenas de escolas e fazer jus à milionária campanha publicitária da pátria educadora”*. O tom valorativo presente no trecho em destaque é de ironia e revolta: o sujeito debocha do *slogan* do governo do segundo mandato de Dilma nas eleições de 2014 e

questiona a “incoerência” da campanha com a realidade posta pela Presidente, o aumento da verba para partidos e o pouco investimento em Educação. Temos, pois, uma carta marcada majoritariamente pela interdiscursividade.

A carta “Petrobrás”, de Uriel Vilas Boas, traz uma construção discursivo-ideológica diferente das analisadas até o momento, quando o tema é política, corrupção e/ou o governo Dilma/PT:

Petrobras

O vice-presidente da Camargo Corrêa afirma em depoimento à Polícia Federal que projetos técnicos malfeitos por parte da Petrobras facilitam as propinas e manipulações das concorrências. Isso leva a algumas reflexões.

A desonestidade de quem lidava com essa área na estatal envolve também os empresários coniventes. E isto acontece apenas nos contratos da Petrobras? Ou também em outras concorrências públicas?

O empresariado honesto precisa tomar uma posição contra as falcatruas. A corrupção não é praticada apenas por certos políticos. O Brasil precisa aproveitar o momento e discutir o assunto a partir dos municípios.

Uriel Vilas Boas, Santos (SP).

Ela é um exemplo de que o tom valorativo dado pelo jornal nem sempre repercute da mesma forma em todos os leitores. Nela percebemos que o autor-criador quer chamar à atenção não apenas para a corrupção na Petrobrás, mas para a corrupção de modo geral, isto é, em todos os níveis: “*A corrupção não é praticada apenas por certos políticos*”. Com esse trecho, a tese se contorna: a corrupção pode estar em qualquer lugar, nas empresas, nos municípios, estados, etc. Essa tese é defendida principalmente em “*a desonestidade de quem lidava com essa área na estatal envolve também os empresários coniventes*”; isto é, não são apenas os políticos que são desonestos, mas também, e principalmente, os empresários que estão envolvidos em escândalos de corrupção. O orador constrói tal tese com vistas a levar seu auditório à reflexão sobre a corrupção no Brasil. Este auditório é bastante heterogêneo, sendo formado pelos leitores de modo geral e pelos empresários de modo particular, pois “*o empresariado honesto precisa tomar uma posição contra as falcatruas*”.

Diferentes vozes se cruzam na construção do sujeito projetado por essa carta: o discurso do vice-presidente da Camargo Corrêa, a Polícia Federal, os governantes, os eleitores, os empresários honestos, os desonestos, a sociedade civil de modo

geral. Assim, o sujeito se mostra esperançoso na luta contra a corrupção no Brasil: *“O Brasil precisa aproveitar o momento e discutir o assunto a partir dos municípios”*.

A expressividade no modo de dizer do sujeito marca sua individualidade: observamos na carta que, refletindo e refratando discursos e vozes de outros campos de atividade ideológica, o sujeito/orador procura sustentar/construir seu discurso atenuando alguns conflitos entre essas vozes. Essa associação entre diferentes vozes, como sinalizado algumas vezes, não se dá por acaso, isso também marca o projeto “do que” e do “como” dizer do sujeito. Temos nesse embate de vozes discursivas, relacionadas num propósito comunicativo bastante específico, uma argumentação formada: o orador procura defender que a corrupção está em todos os níveis e que ele e seu auditório (o Brasil) precisam discutir o assunto para se chegar a uma solução. Dessa forma, afirmamos que os argumentos são articulados como conjunção, finalidade e causa e consequência: a tese é colocada como verdade para justificar a posição do orador, as causas da corrupção são de diferentes naturezas e na medida em que o Brasil toma uma iniciativa para pensar sobre o problema, teremos uma mudança significativa. Além das articulações postas, a argumentação se dá a partir de raciocínios da ordem do necessário: é necessário tomar tal postura ante o que vem ocorrendo na política brasileira.

Na mesma edição da carta de Uriel Vilas Boas, 25 de abril, Celso Ming, na coluna Dia a dia, página 30⁹⁸, fala sobre a crise na Petrobrás, todavia, a exauribilidade temática do projeto de discurso da fala de Ming segue outra direção: o articulista relaciona a crise e a corrupção da estatal à má administração e omissão do governo Dilma e seus aliados. Trecho do artigo:

⁹⁸ <http://pdf.redtribuna.com.br/>

Economia

DIA A DIA

diadia@redetribuna.com.br

Crise, agora, só a brasileira

A crise mundial não pode mais ser usada pelo governo brasileiro para culpar a retração da economia do País. Enquanto a Europa se recupera, a América Latina e o Caribe devem registrar, em 2015, o quinto ano seguido de desaceleração econômica.

Segundo o FMI, o PIB do bloco deve crescer 0,9% neste ano, enquanto a economia mundial deve se expandir 3,5%. Para o Brasil, a previsão é queda de 1% no PIB e inflação de 7,8%. O gigante do continente se tornou um "buraco negro" econômico, culpado por parte considerável do pior resultado da região.

Se confirmada a previsão do FMI, será o pior resultado desde a queda de 4,2% registrada em 1990. Na avaliação do vice-presidente da Feomercio-ES, João Elvécio Faé, a nuvem negra que paira sobre a economia brasileira é fruto de erros do governo.

Segundo ele, são problemas políticos e econômicos que incluem gastos excessivos, carga tributária altíssima e pouco retorno para o cidadão: "Frearemos toda a América Latina também em 2016."

* * *

Mais barato que no Rio

Quem acha cara a gasolina vendida na Grande Vitória se assustaria se fosse abastecer no Rio de Janeiro. Lá, a maioria dos postos do Centro e da Zona Sul vende o litro a partir de R\$ 3,69.

Mesmo em regiões mais humildes, dificilmente se vê preços abaixo de R\$ 3,39. Por aqui, há estabelecimentos em bairros nobres com o litro da gasolina comum vendido a partir de R\$ 3,18.

* * *



Carros importados em Vitória

Mais de 5.300 veículos importados já foram descarregados no Porto de Vitória neste ano. Foram quatro operações, a última ocorrida nesta semana, na qual o navio Morning Celline, de bandeira panamenha, trouxe 1.586 unidades do modelo I30, da montadora coreana

Força-tarefa da ANP

Está definida para a próxima terça-feira agenda do presidente da Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia da Assembleia, Marcelo Santos, com representantes da ANP, no Rio.

Conforme **Diá a Dia** antecipou no dia 16, a comissão pedirá uma força-tarefa para averiguar as condições das plataformas em operação no Estado e fiscalização nos postos de combustíveis.

* * *

Serviço melhor

Não há prestação de serviço tão boa que não precise melhorar. É o que mostra a última pesquisa de satisfação realizada pelo DataFolha. No levantamento, 79% dos usuários dos serviços de cartórios disseram ter percebido melhoria nos serviços nos últimos 10 anos.

A possibilidade de usar a internet para emissão de segunda via de certidões, por exemplo, ajuda a melhorar a situação, destacou Fer-



CELSO MING

E agora, Petrobras?

A síntese do balanço auditado da Petrobras e dos reconhecimentos explícitos e implícitos que o acompanharam é a de que o prejuízo produzido pela incompetência ou, simplesmente, pelos erros de administração foi substancialmente maior do que a corrupção. E que os estragos produzidos pelas políticas do governo foram ainda mais graves do que os da incompetência. As baixas contábeis atribuídas às perdas por corrupção ficaram nos R\$ 6,2 bilhões. Enquanto isso, as atribuídas por diferença patrimonial (impairment) foram de R\$ 44,6 bilhões.

Essa diferença de valor patrimonial teve duas origens: decisões equivocadas, omissões e atrasos nos projetos de investimento; e perda de preço por fatores de mercado.

Os erros foram ainda mais desastrosos quando se leva em conta, em primeiro lugar, o sangramento, desde 2008, de cerca de R\$ 60 bilhões em seu caixa, conforme cálculo do ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) David Zylbersztajn.

Foi provocado pela política de preços de dumping a que a empresa foi submetida, inferiores até aos que ela própria pagou com importações de combustíveis. E, em segundo lugar, pela imposição de custos mais altos para cumprir exigências de conteúdo nacional em equipamentos.

A presidente Dilma, que ontem afirmou que a Petrobras "superou os seus problemas de gestão" com a divulgação do balanço, vinha repetindo que era preciso defender a empresa dos seus inimigos.

Pelo efeito predatório exposto oficialmente no balanço, os maiores inimigos foram as poli-

talização seriam caminhos naturais para isso.

No entanto, alguns dos principais ativos da Petrobras, as refinarias, não têm condições de ser vendidos. Não há quem os compre, porque a política de preços dos combustíveis não é confiável.

latório do pré-sal se transformou em armadilha para a Petrobras. Ela não pode ser a única operadora e ter pelo menos 30% dos investimentos. Se é para passar a limpo e para gerar riquezas sustentáveis com petróleo, é preciso rever tudo.



O tom valorativo da carta de Uriel Vilas Boas destoa do artigo de Ming e da maioria das cartas que trazem a política brasileira como temas. A carta "Moralidade, de Hely Dionisio, publicada por "A Gazeta" em 03/03/2015, por exemplo, traz o povo e a política brasileira como temas de seu discurso; no entanto, diferente de "Petrobrás", o tom valorativo de "Moralidade" sobre esses temas constrói um discurso que parece criar polêmicas e conflitos entre o locutor/orador e interlocutor/auditório, todavia essa polêmica é construída, como vimos, procurando fazer com que o locutor/orador e interlocutor/auditório possam se enxergar como vítimas da corrupção dos políticos brasileiros. A voz defendida no discurso da carta de Vilas Boas, por sua vez, procura defender, mas de modo pouco agressivo, que a corrupção está em todo lugar e cada um, cada cidadão ou empresário, deve procurar não se deixar levar por ela: "O Brasil precisa aproveitar o momento e discutir o assunto a partir dos municípios"

Em suma, a carta do leitor “Petrobrás” tem autoria compartilhada entre diferentes vozes discursivas, isto é, o autor-criador surge nesse cenário de embates políticos e procura ser claro em suas construções, projetando um sujeito que não procura a briga ou o culpado único pelos problemas de corrupção do Brasil, mas sugerir discussões que encontrem o caminho para uma política limpa, sem corrupções em nenhum nível hierárquico.

As cartas de “A Tribuna”, como as de “A Gazeta”, possuem diferentes contornos, de acordo com as circunstâncias de discurso e, principalmente, das relações dialógicas e propósitos comunicativos entre os diferentes sujeitos do discurso. Em nosso próximo – e último – ponto, faremos, então, as conclusões sobre o processo de construção das cartas do leitor desses jornais, que contribuem e influenciam diariamente na construção do discurso da sociedade capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo contato entre pessoas é um contato de trocas, de experiências, de vivências, que resultam, a cada momento, em novos sujeitos. Ao nos relacionarmos uns com os outros, somos construídos a partir desse contato verbal, social, ideológico, que se dá por meio da linguagem e reflete experiências, refratadas em novos discursos.

Somos, por essência, seres dialogicamente sociais e nos constituímos a cada interação, a cada esfera de comunicação verbal que nos encontramos e agimos discursivamente. Ao darmos determinada entoação a um signo, mostramos nossa posição ideológica ante ele, ante nossos interlocutores e, por que não, ante a vida. Como afirmam Bakhtin/Volochínov (2009), tudo que é significado é ideológico, inclusive os veículos de comunicação. E os sujeitos do discurso, conforme Charaudeau (2008), se constroem pela linguagem e através dela, fazendo, ao mesmo tempo, uma imagem desse outro que quer influenciar.

Os jornais apresentam grande importância para a sociedade, o que não significa pensar, como vimos, que são isentos e que não têm interesses de mercado. Traçamos um diálogo entre a filosofia bakhtiniana da linguagem, a teoria de Charaudeau e a Nova Retórica de Perelman para entendermos como as cartas do leitor são construídas, seu processo de autoria e como os discursos de “A Gazeta” e “A Tribuna” são refletidos e refratados nas cartas que veiculam. Para tanto, foi necessário observar os contextos imediatos e históricos de produção dessas cartas e, assim, como elas se relacionam com outros gêneros e jornal no qual são veiculadas.

Conscientes ou não, os leitores-autores das cartas de “A Gazeta” e “A Tribuna” mostraram como a linguagem é fluida, não estanque e, embora a tentativa do jornal em buscar respostas que atendam seus posicionamentos ideológicos, nenhuma esfera de comunicação é totalmente controlada por uma ideologia; há sempre uma brecha, uma “porta” de passagem para a relação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura. Os jornais, de diferentes formas, criaram uma imagem de leitor. Por vezes, essa imagem coincidiu com o interlocutor real, mas, como vimos, houve vezes em que essa imagem foi quebrada e a própria credibilidade do jornal foi

colocada em xeque, como nas cartas “Beija-Flor”, publicada por “A Gazeta” em 03/03/2015, e “Beija-Flor II”, publicada em “A Tribuna” em 02/03/2015. Ambas as cartas, embora de diferentes leitores e em diferentes jornais, questionam a polêmica criada na doação recebida pela escola de samba Beija-Flor.

O jornal “A Gazeta”, de forma mais clara, objetivou a adesão de seus leitores a determinados posicionamentos discursivos, principalmente quando suscitava respostas a determinadas perguntas que, por vezes, tinham respostas no próprio corpo do jornal; muitos leitores perceberam essa tentativa, como observado nos dois blocos de análises do item 4.2.1. “A Tribuna”, por sua vez, apareceu de modo menos polêmico na veiculação das cartas, sendo até, por algumas, elogiada; como na carta “Árvores”, enviada ao jornal por Camila Andrade. Isso não significa, no entanto, que a veiculação de cartas do leitor não atenda a propósitos particulares do próprio jornal.

Precisamos voltar à questão da definição do gênero do discurso *carta do leitor*. Coerente com o que se defendeu, os contornos desse gênero, predominantemente do argumentar, são fluidos, permeáveis e, a toda nova enunciação, pode apresentar novas zonas fronteiriças. Há cartas, por exemplo, que apresentam contornos bem próximos de uma notícia ou artigo de opinião, com linguagem mais formal e uma argumentação construída a partir de um dado histórico, científico, de pesquisa; como as cartas “Episódio emblemático”, em “A Gazeta”, e “Bancos”, em “A Tribuna”. Outras, entretanto, se constroem de maneira próxima a gêneros do cotidiano, como um comentário, um bilhete; por exemplo, a carta “Sem importância”, em “A Gazeta”, e “Críticos” e “Nota”, em “A Tribuna”.

Percebemos ao analisar as cartas dos dois jornais que recursos como a ironia e o sarcasmo, por exemplo, são constantes em cartas do leitor, principalmente quando o tema é política. Vale destacar que as cartas dialogam entre si, numa espécie de círculo de conversas, falando, por vezes, de um mesmo tema/assunto. Observamos tal diálogo, inclusive, entre cartas de diferentes jornais, provavelmente por estarem inseridas num mesmo contexto histórico-social, destacado no início das análises; como no caso da doação recebida pelo Beija-Flor e sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff.

A voz de *outrem* é constitutiva de qualquer discurso. O que procuramos observar, neste ponto, é como o discurso do outro se apresentou nas cartas do leitor analisadas e, assim, como esse gênero argumentativo apresenta diferentes propósitos discursivos, inclusive a padronização do pensamento de uma sociedade. Vemos em todas as cartas que a interdiscursividade é constituinte desse gênero.

Os temas das cartas do leitor são de diferentes naturezas, mas, sem dúvidas, formam um contínuo e estão diretamente ligadas ao jornal no qual são veiculadas. Acreditamos que nosso estudo respondeu às questões apresentadas desde o resumo. O processo de construção da carta do leitor, enquanto enunciado concreto, é dialógico e sua veiculação, pelo que vimos, parece, sim, ser uma forma de formação ideológico-discursiva do jornal para com a sociedade. Observamos que as cartas do leitor, de diferentes maneiras, refletem e refratam posições ideológicas defendidas pelo jornal. A maioria das cartas refletiam os discursos construídos pelos jornais de forma quase idêntica às posições do veículo midiático; vimos que houve cartas que pareciam falas dos próprios articulistas e repórteres dos jornais; todas as cartas, sem exceção, refletiram, de alguma forma, a voz do jornal.

No que tange à refração, observamos diferentes vozes ecoarem no ato discursivo do autor-criador. A maioria das cartas refratava os ecos do jornal de modo positivo a ele, quase sempre concordando com posições percebidas em artigos de opinião, reportagens e, inclusive, na veiculação das cartas. Houve, contudo, cartas que refrataram os discursos dos jornais de modo valorativo-negativo, fazendo com que o próprio discurso do jornal se tornasse tema e, assim, colocado em evidência e alvo de críticas.

O processo de construção da autoria de cartas do leitor é um processo dialógico, que envolve diferentes vozes discursivas, muitas vezes, como estratégias retórico-argumentativas na defesa de um dado ponto de vista. E os contornos da carta do leitor são bastante fluidos, sendo a carta, muitas vezes, similar a um artigo de opinião e uma reportagem/notícia, com uso bastante formal-padrão da língua, e outra vezes com traços de gêneros da comunicação cotidiana, uma conversa informal, um recado.

Não se pode, nem se deve, traçar contornos fixos à carta do leitor; mas observamos que esses contornos envolvem a “reunião” de diferentes vozes discursivas; a

construção de um autor-criador a partir da posição “Leitor” do autor-pessoa; a relação íntima com outros gêneros do jornal; a posição valorativa do jornal, enquanto sujeito de discurso; a alternância de turnos entre jornal e leitor, leitor e jornal; a expressividade do estilo dos enunciados; a forma de gênero bastante variável a um gênero do discurso; e a escolha de uma voz discursiva para se construir uma dada tese e construir os raciocínios na construção de uma argumentação.

Em suma, o lugar ideológico da carta do leitor é o de reflexo e refração dos posicionamentos do jornal. Refletindo, posto que todas as cartas, em alguma medida, traziam ecos do jornal. Refratando, porque a voz do jornal era, muitas vezes, percebida na construção dos argumentos do orador/locutor, além de, por vezes, ganhar tom valorativo positivo; em alguns [poucos] casos, essa tematização/valoração era negativa sobre os discursos do jornal.

Esperamos que nosso estudo possa contribuir para com a visão da sociedade sobre o papel dos jornais na formação da mesma, de modo geral, e na veiculação de cartas do leitor, de modo particular. É preciso observar que toda ação do jornal é ideológica e procura defender/construir discursos de determinados grupos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Retórica*. Revisão de texto: Levi Candinho. 2ª Ed., revista Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (INCM), 2005.

BAKHTIN, MIKHAIL. *Estética da criação verbal*. 6ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1992].

_____. *Para uma filosofia do Ato Responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010. [1919-1921].

_____. *Os gêneros do discurso*. In: ERMANTINA, Maria. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pg. 269-287.

BAKHTIN, Michail/ VOLOCHÍNOV, Valentin N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 13ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2009 [1929].

_____. *Discurso na vida e discurso na arte* (tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezzo, para uso didático). “Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics” In: V. N. Volochínov, *Freudianism*, New York, Academic Press, 1976 [1927].

BARONAS, R. L.; KOMESU, F. *Michel Pêcheux: um pensamento sob o signo da inquietude*. Campinas: 2008.

BARROS, Diana L. P. *Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso*. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Unicamp, 2006.

BEZERRA, Maria A. In: *Por que cartas do leitor na sala de aula?* DIONÍSIO, Ângela P.; Machado, Anna R.; Bezerra, Maria A. (Org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. 5ª edição. RJ: Lucerna, 2007.

BONINI, Adair. *Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino*. In: _____ (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, pg. 53-68.

_____. *Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações*. Rev. RBLA, Belo Horizonte, v. 11 (3): 679-704, 2011.

_____. *Os gêneros do Jornal: O que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?* Rev. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 4 (1): 205-231, jul/dez., 2003.

_____. *Veículo de Comunicação e Gênero Textual: Noções Conflitantes*. Rev. DELTA, Belo Horizonte, v. 19 (1): 65-89, 2003.

CAVALCANTI, Jauranici R. *Autor e Autoria*. Rev. Bakhtiniana, São Paulo, v. 1 (5), 151-165, jan./jul., 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional In : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009, p. 309326.

FILHO, Walter de A. *A história do Jornal A Gazeta*. Disponível em: < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-historia-do-jornal-a-gazeta.html>>. Acesso em: 17 Out. 2015.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. *Autor e Autoria*. In: Brait, Beth (org), *Bakhtin: Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *Argumentação e discurso*. Rev. Bakhtiniana, São Paulo, v. 9 (1): 53-70, Jan/Jul. 2014.

GAZETA, Rede. *Do impresso ao digital*. Disponível em: < <http://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. *A GAZETA: 85 anos de jornalismo para os capixabas*. Disponível em: < http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/09/redegazeta/noticias/1436858-a-gazeta-85-anos-de-jornalismo-para-os-capixabas.html>. Acesso em: 17 mai. 2015.

GREGOLIN, Maria do R. Valencise. *Michel Pêcheux e Michel Foucault: Diálogos necessariamente intranquilos entre dois pensamentos*. Araraquara. UNESP. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MariaDoRosarioValenciseGregolin.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015, p. 43-51.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RICHE, Rosa C.; SANTOS, Leonor. W.; TEIXEIRA, Claudia S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à Teoria do Enunciado Concreto do Círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. 2ª Ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2002.

TEZZA, C. *A Construção das Vozes no Romance*: In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Unicamp, 2006.

TRIBUNA, Oline. *Histórico Jornal*. Disponível em: <<http://www.tribunaonline.com.br/historico-jornal/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

VIDON, Luciano. N. *A filosofia do ato responsável e o ensino da escrita no horizonte sócio-histórico contemporâneo*. In: GEGe - Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. (Org.). V CÍRCULO ? Rodas de Conversa bakhtiniana: praça pública, multidão, revolução, utopia. 1ed.São Carlos- SP: Pedro&João Editores, 2014, v. 1, p. 547-552

_____. *O pecado da Retórica*. Rev. (Con)texto Linguísticos, Vitória, v. 3 (3), 2009.

_____. *Dialogia, Estilo e Argumentação no trabalho de um sujeito com a linguagem*. 2003. 167 fls. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. *O outro da personagem: Enunciação, Exterioridade e Discurso*. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Unicamp, 2006.

ZANDWAIS, ANA. *Contribuições de Teorias de Vertente Marxista Para os Estudos da Linguagem*. In: Conexão Letras. Estudos Lingüísticos e Literários e Suas Interfaces Com a Filosofia Marxista/Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Vol. 9, n. 12. - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, p. 51-64.

ANEXOS

ANEXO A – NOTÍCIA SOBRE SAÍDA DE LÉO MOURA DO FLAMENGO

46 ESPORTES

TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2012 | A GAZETA

Flamengo. Amistosos contra o Nacional, do Uruguai, marcará a despedida de Léo Moura

Festa com moderação para o capitão

Luxemburgo diz que prioridade do elenco é jogo de sábado pelo Campeonato Carioca

DO RIO

Fora do G-4 do Campeonato Carioca com a derrota para o Botafogo, o Flamengo divide a semana entre a festa da despedida de Léo Moura, amanhã, e a seriedade do jogo contra o Friburguense, sábado, no Engenhão. Sem deixar de lado a concentração para resomar à zona de classificação do Estadual, o técnico Vanderlei Luxemburgo só terá o dia de hoje para preparar as duas equipes para o amistoso com o Nacional, do Uruguai, no Maracanã.

Enquanto os torcedores rubro-negros parecem ter abraçado a despedida do lateral, que amou os últimos dez anos pelo Flamengo — onem houve fila no Maracanã e foram comprados cerca de três

ALERTA

“A competição não terminou. A única equipe que está no G-4 desde o início é o Botafogo”

Vanderlei Luxemburgo
Técnico do Flamengo

mil ingressos —, Vanderlei não se deixou levar pelo clima de festa. O treinador avisou no domingo que haverá treino amanhã de manhã e que os titulares só jogarão um tempo, para se recuperarem fisicamente para o jogo de sábado.

“A competição não terminou. A única equipe que está no G-4 desde o início é o Botafogo. Estamos a caminho da classificação”, avisou Vanderlei, sem se preocupar com a saída momentânea do G-4.

Do lado do Nacional, as principais estrelas ficarão no Uruguai. O clube divulgou onem a lista de jogadores que chegam hoje ao Rio sem Loco Abreu e Ricoba. O time que entrará em campo será apenas reservas e juniores.

EMOÇÃO

Apesar dos times não jogarem com a força máxima os 90 minutos, o amistoso promete ser de muita emoção, principalmente para Léo Moura. Entre as homenagens que o Flamengo fará, Zico entregará uma placa comemorativa ao lateral antes do jogo.

“O Zico deve entregar uma placa para o Léo 20 minutos antes do jogo. O Léo participou da despedida do Zico como mascote, e é curioso que ele (Zico) volte para homenagear o Léo”, disse o diretor de marketing, Bruno Spindel, em entrevista à Rádio Brasil. (O Dia)



GIVAN DE SOUZA/FLAMENGO

Vanderlei Luxemburgo quer o time focado no jogo contra o Friburguense

Pouco dinheiro nos cofres de Fla e Bota

O melhor público do futebol brasileiro nesta temporada (44.329 pagantes) de pouco serviu às finanças de Flamengo e Botafogo. Apesar da renda de R\$ 2.129.865,00, os dois clubes levaram, somados, somente R\$ 505.755,89 com o clássico.

O valor é praticamente

o mesmo pago pelo aluguel do Maracanã (R\$ 496.592,02), fora os outros custos pela operação (R\$ 498.434,05). Como o responsável pela organização do clássico foi o Botafogo, o Flamengo não aproveitou seu contrato com a concessionária que administra o estádio, que

traria um gasto menor.

Em despesas de jogo, os clubes perderam R\$ 1.529.662,36, incluindo os 10% de taxa para a federação. Assim, a Fefj embolsou quase o mesmo que cada clube: R\$ 209.554,50, enquanto o Botafogo, vencedor do jogo, levou R\$ 259.597,78 (após perder R\$ 30 mil com despesas pré-jogo) e o Flamengo ficou com R\$ 246.158,11 (contando penhora de mais de R\$ 43 mil).

ANEXO B – CAPA DE “A GAZETA” EM 03/03/2015

	<p>ESPORTES/FUTEBOL</p> <p>Seleção olímpica vai jogar no Estado Pág. 44</p>	<p>VIDA</p> <p>Agressão verbal na infância pode ser pior que palmada Pág. 40</p>	<p>VIDA</p> <p>Não consegue engordar? Entenda o seu problema Pág. 38</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------

FUNDAÇÃO EM 12 DE SETEMBRO DE 1938 POR THEOBALDO N. DE S. ANTONIO LUIZ

A GAZETA

www.gazetaonline.com.br VITÓRIA, TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2015 - EDIÇÃO ENCERRADA: 23H R\$ 2,00

UMA MORDOMIA A MENOS NA CÂMARA

Diante da repercussão negativa, presidente da Câmara recua e decide propor a suspensão do pagamento de passagem aérea a cônjuges de parlamentares. No mesmo dia, Ministério Público recomenda a revogação da medida Pág. 20



DINHEIRO PERDIDO

Incaper vai ter que devolver R\$ 800 mil à União

Irregularidades em projeto arrastam o estado que irá beneficiar colônias de pescadores. Pág. 24

MAIS DESPESA

Assembleia quer gastar R\$ 414 mil com Procon próprio

Projeto da Mesa Diretora prevê a criação de oito cargos na estrutura do Legislativo. Pág. 17

POLUIÇÃO

CPI do Pó Preto vai convocar ex-secretários

Pág. 19

Ousadia sem limite... Picharam até a delegacia

Bando faz apologia à maconha em parede de igreja e de prédios públicos. Até a delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, em Jucutuquara, foi alvo dos pichadores Pág. 9

<p>COLUNAS DO DIA</p>	<p>VICTOR HUGO ▶ Linhares tem vereador sobrando. E recebendo Pág. 4</p>		<p>MERVAL PEREIRA ▶ A inabilidade preocupante de Levy Pág. 2</p>		<p>RENATO M. PRADO ▶ Botafoque no rumo certo Pág. 17</p>	
------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO C – Artigos de Merval Pereira e Antônio J. Abkair em 03/03/2015

POLÍTICA 21
TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2015 A GAZETA



MERVAL PEREIRA

mperreira@globo.com.br

Levy já havia mordido a língua quando, em Davos, num ato falho, disse que a economia entraria em recessão.

Palpite infeliz

Em mais um episódio de desenandamento público entre a presidente Dilma e um ministro seu, desta vez o da Fazenda, Joaquim Levy, fica claro que não existe um projeto econômico organizado para esse segundo mandato. E, pior, que a presidente Dilma não mudou em nada sua maneira de ver o mundo, embora quando à desoneração da folha de pagamento ela esteja mais próxima da verdade do que seu ministro.

Apesar de sua experiência e em cargos públicos — já foi secretário do Tesouro no primeiro governo Lula, e secretário de Governo de Sérgio Cabral no Rio — Joaquim Levy já deu demonstrações de que não tem o equilíbrio necessário para se expor oficialmente.

Já havia mordido a língua quando, em Davos, num ato falho, disse que a economia entraria em recessão. Depois, sobrou uma nota explicando que quis dizer ironia. Na verdade, era mesmo mesmo, o que mais tarde ele confirmou em uma palestra em Nova York, mas se referindo ao ano de 2014.

Agora sabemos que a chance maior é de sermos recessão dois anos seguidos. Pois quando, ao anunciar o fim da desoneração da folha salarial de vários setores, Levy disse que essa era “uma brincadeira cara” e que foi feita de maneira

“grosseira”, o novo ministro da Fazenda criou um problema para a própria presidente Dilma, que no limite é a responsável pela “brincadeira”.

Levy, com sua crítica ácida ao assessor Guido Mantega, um perito histórico, só somou adversários com seu programa de equilíbrio das contas, e até mesmo a presidente o desautorizou. Dilma, aliás, deveria estar acostumada a esse tipo de linguajar, pois ela mesma, quando chefe do Gabinete Civil da Presidência no primeiro governo Lula, classificou de “rudimentar” uma proposta do então ministro da Fazenda Arminio Fróis, que, muito simplesmente, propunha o crescimento do PIB como limite para o aumento dos gastos.

Dilma, pelo menos, é coerente e, na ocasião, disse que “gasto é vida”, acusando as limitações que a proposta de Fróis impunha. Feita presidente da República, demonstrou na prática quanto de vida era capaz de injetar na economia, provocando o maior déficit das contas públicas já registrado nos últimos tempos.

Mas, daquela vez, era briga de peteiras grandes. Desta, a presidente não gostou de seu ministro da Fazenda eventual ser criticado o ministro da Fazenda do coração, e respondeu-o em público. Nada que tenha criado embarras para Levy, que mandou “vazar” para a imprensa a informação de que ele também considerava “infeliz” seu comentário.

Mas, daquela vez, era briga de peteiras grandes. Desta, a presidente não gostou de seu ministro da Fazenda eventual ser criticado o ministro da Fazenda do coração, e respondeu-o em público. Nada que tenha criado embarras para Levy, que mandou “vazar” para a imprensa a informação de que ele também considerava “infeliz” seu comentário.

Na verdade, o ministro foi duas vezes “infeliz”. A primeira, por ter dito o que

Os pontos-chave

1 Quando, ao anunciar o fim da desoneração da folha salarial de vários setores, Levy disse que essa era “uma brincadeira cara” e que foi feita de maneira “grosseira”, o ministro da Fazenda criou um problema para Dilma, que no limite é a responsável pela “brincadeira”

2 Dilma não gostou de seu ministro da Fazenda eventual ser criticado o ministro da Fazenda do coração, e respondeu-o em público. Nada que tenha criado embarras para Levy, que mandou “vazar” para a imprensa a informação de que ele também considerava “infeliz” seu comentário.

3 Tudo somado, Joaquim Levy vem demonstrando uma inabilidade preocupante na condução de seu pacote de corte de gastos.

dise, sem necessidade de criar mais obstáculos dentro do PT, que já não o tem em boa conta desde o tempo em que trabalhava com Palocci. Além disso, Levy foi feliz ao dizer que a desoneração da folha de pagamento é um instrumento infeliz e caro, pois uma eventual geração de empregos não justificaria o custo do programa.

Foi contestado pela própria presidente, que disse que a desoneração é um instrumento que voltará a ser usado quando necessário, e também pelos responsáveis, que rebateram os indicadores do ministro com relação à geração de empregos.

Além disso, a experiência já resultou em bons números — há estudos que mostram um crescimento no número de empregos na ordem de 17% em alguns setores — e que, além disso, precisaria de mais tempo de efetivação da legislação para ser mais bem avaliada.

Tudo somado, Joaquim Levy vem demonstrando uma inabilidade preocupante na condução de seu pacote de corte de gastos, fazendo com que os partidos aliados ao governo o critiquem, e que os tucanos, com quem sempre trabalhou a ponto de ser ajudado Arminio Fróis no programa econômico de Aécio Neves, também não deem o apoio que esperava no Congresso. Se não atuar mais politicamente, o governo poderá sofrer derrotas no Congresso que inviabilizarão a permanência de Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda.

Antonio José Ferreira Abikair

É advogado, procurador do Estado e professor da FGV

Depois da chegada ao poder, o PT não sente mais vergonha por violar valores sociais, morais e culturais

O vermelho já não cabe mais na vergonha

O vermelho geralmente é associado à vergonha e é comum dizer que as pessoas ficam “vermelhas de vergonha”. Essa condição psicológica está associada, muitas vezes, à violação de valores culturais, sociais e morais. Mas, após a chegada do PT ao poder no Brasil, esse costume ainda é válido? Ainda cabe vergonha do vermelho? Ou o vermelho perdeu totalmente a vergonha?

A Petrobras, afundada em um mar de

corrupção, agora será comandada por um executivo que facilitou empréstimo milionário para uma sociedade com nome sujo, enquanto presidia o Banco do Brasil. A liderança do governo na Câmara dos Deputados, após repetidas derrotas históricas de Dilma Rousseff na Casa, foi entregue para o irmão de José Genoino (ex-presidente do PT e condenado pelo mensalão), o também perito José Guimarães, aquele que fi-

cou famoso ao ser um assessor preso com US\$ 100 mil na cueca.

Essas duas ações do Planalto completam o “pacote de maldades” implantado pelo governo federal no setembro mês de janeiro. Fomos surpreendidos pela alta absurda no preço da gasolina, pelo aumento da energia elétrica, pela redução dos direitos trabalhistas, pela desvalorização do real diante da moeda cruzada do dólar e pelo rombo de R\$ 88 bilhões nas contas da Petrobras, devido ao maior escândalo de corrupção do planeta.

Dilma de tudo isso e após a Operação Lava-Jato anunciar que o PT recebeu US\$ 200 milhões em propina, ainda tivemos que engolir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reunir-se às escondidas

com os advogados dos executivos presos pela Polícia Federal para tranquilizá-los e dizer que os rumos das investigações iriam mudar após o carnaval.

Em nenhum momento tivemos uma mensagem de Dilma para trazer tranquilidade ao povo, como seu ministro fez com as empresárias acusadas de pagamento propina. A militância petista, que dominava o ambiente online, se encheu de vergonha e se encolheu. Desapareceu. Há mais... o menor de tudo a que assistimos, o ex-presidente Lula, se articulou nos bastidores para evitar retornar ao poder em 2018, como se fosse um “messias” que nunca soubera do que estava acontecendo. O vermelho não cabe mais no Partido dos Trabalhadores, porque o PT não sente mais vergonha.

AGAZETA

Diretor de Jornalismo: ABDO CHEQUER abdo@redgazeta.com.br | Editor-chefe: ANDRÉ HEES ahoes@redgazeta.com.br | Editores Executivos: EDUARDO CALIMAN ecaliman@redgazeta.com.br e ELAINE SILVA elainsilva@redgazeta.com.br | Editor Executivo Digital: AGLISSON LOPES azlopes@redgazeta.com.br | Editor Executivo Visual: EDSON DE MELO emelo@redgazeta.com.br | Domingo: LÚCIA GONÇALVES - lgoncalves@redgazeta.com.br | Editor de Arte: DIRCEU GILBERTO SARCINELLI dsarcinelli@redgazeta.com.br | Editor de Qualidade: ANDRÉA PEGORETTI apegoretti@redgazeta.com.br

ANU ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ANEXO D – CAPA DE “A GAZETA” EM 01/04/2015

FEIRA-SEXTA 12 DE SETEMBRO DE 2014 POR THEISSVILLAGE, SP 20146 ANO LXCVIII

VIDA/ALIMENTAÇÃO
Os benefícios de cada tipo de feijão *Pág. 37*

VIDA/SAÚDE
Sete dicas inusitadas contra a ansiedade *Pág. 38*

VIDA/TECNOLOGIA
WhatsApp libera ligação grátis para Android *Pág. 39*

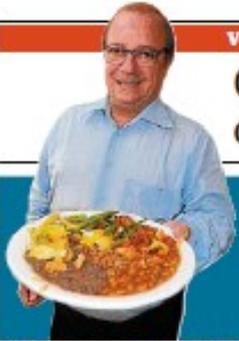
A GAZETA

www.gazetaonline.com.br VITÓRIA, QUARTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2015 - EDIÇÃO ENCERRADA: 23H R\$ 2,00

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Comissão aprova prisão para menor de 18 anos

Projeto que reduz a maioria para 16 anos dá o primeiro passo no Congresso. Bancada capixaba, governo estadual e entidades como a OAB divergem sobre a proposta *Págs. 3 e 4*




Suspeita de fraude
Operação afasta secretários e o prefeito de Itapemirim *Pág. 19*

“DELIVERY”
Doleiro diz que propina era entregue na sede do PT

Alberto Yousef, um dos delatores da Lava Jato, contou que mandou entregar “400 e poucos mil reais” para o resoureiro do PT, João Vaccari Neto, em frente ao prédio do diretório nacional do partido, em São Paulo. *Pág. 24*

APERTO NAS CONTAS
Levy não descarta a criação de novos impostos

Ministro afirma que o governo precisa tomar as medidas necessárias ao ajuste fiscal. *Pág. 27*

DROGA EM CASA
Criança de 6 anos passa mal após cheirar cocaína do padrasto *Pág. 24*



“A redução da maioria não vai ser a solução... Defendemos o aumento do tempo de internação”

ANDRÉ GARCIA
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA



“Apoio 100%. É a sociedade que quer. Represento o povo. Se fizer pesquisa, 85% vão defender”

CARLOS MANATO
DEPUTADO FEDERAL (SSD)



“A PEC é um retrocesso. A sistemática legal para menores e os recursos não são hoje aplicados”

GINALDO VIEIRA
DEPUTADO FEDERAL (PT)



“É um projeto inconstitucional. Mexe nas garantias individuais e é inviável do ponto de vista prático”

CÁSSIO REBOUÇAS
REPRESENTANTE DA OAB

COLUNAS DO DIA

VICTOR HUGO
▶ Chuva eleva o nível de represa para 71% *pag. 6*



ELIO GASPARI
▶ O dia 12 e a memória das calçadas *pag. 12*



MERVAL PEREIRA
▶ A trilha do dinheiro *pag. 26*




ANEXO E – REPORTAGEM DE “A GAZETA” SOBRE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Cidades.

Confira o que funciona no feriadão

Supermercados podem ficar abertos das 8h às 18 horas na Sexta-Feira da Paixão. Os bancos abrem amanhã e fecham sexta. Página 70

3
QUARTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2016 A GAZETA

em sua: **ANDRÉA PRAÇA**
apra@redgazeta.com.br
Tel.: 3323.8446
gazeta.com.br/cidades

REPORTAGEM ESPECIAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS MAIORIDADE PENAL TEM REDUÇÃO APROVADA

Comissão dá o primeiro passo para proposta seguir na Câmara

ELTON LYRIO
elyrio@redgazeta.com.br

A Câmara dos Deputados deu, ontem, o primeiro passo para reduzir a maioridade penal no país de 18 para 16 anos. Uma proposta de emenda constitucional (PEC) que faz essa alteração e tramita na Casa desde 1993 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto prevê que jovens a partir de 16 anos que cometerem crimes poderão ser punidos como adultos, ou seja em prisões comuns.

Atualmente, os menores que cometerem os chamados atos infracionais passam por medidas socioeducativas, com internação que dura no máximo três anos em instituições que atendem exclusivamente a adolescentes em conflito com a lei.

Na prática, a proposta ainda tem que passar por vários trâmites na Câmara e no Senado até ser aprovada em definitivo. O que



Na sessão de ontem, manifestantes contrários e a favor da PEC carregaram faixas e cartazes para protestar

os deputados da CCJ fizeram ontem foi avaliar que o texto está de acordo com a constituição e pode seguir tramitando. O placar da votação na CCJ foi de 42 deputados favoráveis à PEC e 17 contrários.

Agora, uma comissão especial será formada para avaliar o mérito da proposta, ou seja, o conteúdo do texto. O parecer dessa comissão pode demorar até 40 sessões, aproximadamente dois meses. A comissão deve ser instituída no próximo dia 8.

POLEMICA

Ontem, deputados de PT, PCdoB e PSOL, os maiores críticos, tentaram mais uma vez impedir a votação, por

meio de manobras para alterar a ordem dos trabalhos. Em minoria, no entanto, foram derrotados. Na sessão, manifestantes contrários à favor da PEC, com faixas, gritavam palavras de ordem. Não houve tumulto.

Secretário: “Não será solução”

Secretário de Segurança do Estado, André Garcia, afirmou que, assim como outros secretários de segurança não é a favor da redução, mas de uma punição com mais rigor a atos infracionais que equivalem a crimes hediondos.

“A redução da maioridade penal não vai ser a solução do problema, mas aponta para um caminho que a sociedade não aguenta mover uma parcela pequena de menores que praticam atos infracionais graves ser punida de forma branda. Defendemos o aumento do tempo máximo de internação de três para oito anos”, disse.

Garcia também afirmou não ser contrário à discussão, mas acredita que ela está sendo apresada. “É preciso afastar a emoção”, ressaltou.

ENTENDA

Redução da maioridade penal

Como é hoje

Menores de idade que cometem atos infracionais (equivalente a crimes) são punidos com medidas socioeducativas, em instituições específicas.

As internações duram, no máximo, três anos.

Como ficaria

Se aprovado o texto, jovens de 16 anos que cometerem crimes passariam a ser tratados como adultos, ou seja, poderão ser presos em presídios comuns.

O que falta para o projeto virar lei

Comissão Especial
Será criada uma comissão especial para examinar o conteúdo da proposta, juntamente com 46 emendas apresentadas nos últimos 22 anos, desde que a proposta original

passou a tramitar.

Prazo

A comissão especial terá o prazo de 40 sessões do Plenário para dar seu parecer.

Plenário

Se aprovada na comissão, a PEC deverá ser votada pelo Plenário da Câmara em dois turnos.

Aprovação

Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações.

Senado

Depois, a PEC seguirá para o Senado, onde será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e

depois pelo Plenário, onde precisa ser votada em dois turnos.

Conclusão

Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Do contrário, volta para a Câmara.

ANEXO I – COLUNAS “PRAÇA OITO” E “MÍRIAM LEITÃO” EM “A GAZETA” DE 22/03/2015

40 POLÍTICA
DOMINGO, 22 DE MARÇO DE 2015 A GAZETA

efachetti@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO
Eduardo Fachetti



O advogado Luiz Cláudio Allemand lança, na próxima quarta, o livro “Processo Judicial Eletrônico”, com colaboração de 40 especialistas sobre a informatização do Poder Judiciário

Procuram-se líderes para a nação



A velocidade com que o governo Dilma Rousseff perdeu musculatura, nesses últimos dias, expôs não só o desmoronamento do Palácio do Planalto perante uma situação de extrema pressão, mas também tornou nítida a impressão de que está faltando ao país uma segunda opinião, alguém capaz de enxergar além da névoa que paira sobre o governo. É como se, em plena tempestade, a nação estivesse em busca de um capitão para segurar o timoneiro, mas não encontrasse ninguém minimamente confiável para a função. Isso é alarmante – e não é de agora.

Se for observada a última crise política no Brasil cujas nuances se assemelham à de agora – o impeachment do ex-presidente Fernando Collor –, a fotografia mostrará diversos líderes que tinham autoridade para opinar sobre o futuro. Em 1992, quando o país mergulhou em recessão e a política entrou em erupção, de um lado estava Collor, prestes a cair; do outro, FHC, Ulysses Guimarães, o falecido ex-governador de São Paulo Mário Covas e até o ex-metalúrgico Lula.

O ambiente desse passado não tão distante era nebuloso, porém o diálogo federado tinha moderadores notáveis. Hoje quem seria a voz de peso para conduzir a (re)estabilização econômica e política? Dilma, dona da principal cadeia da nação, já se mostrou inábil. Lula, seu padrinho e (ex?)conselheiro, se escondeu

na mesma velocidade em que o governo deu sinais de desgaste. No PT não parece existir outra voz capaz de arrebaratar as multidões e convencer.

No lado oposto ao do governo há um FHC que mais é um conselheiro de honra tucano que, de fato, uma opção para convergência de forças. Aécio Neves, o ex-presidenciável que deu trabalho a Dilma em 2014, não demonstrou, até aqui, a maturidade necessária para chamar para si a condução de um diálogo amplo.

A crise é aguda e, na prática, o país virou refém de um bipartidarismo branco – basta lembrar que no ano passado o PSB de Marina Silva chegou a crescer nas pesquisas, mas a ex-senadora “derreteu” ao longo do processo eleitoral. A frágil imagem dela, aliás, não combina com a demonstração de vigor que o Brasil pede neste instante.

Dilma tem sido muito comparada a Collor nesses tempos de agruras. É fator de preocupação, todavia, perceber que, dos males, o ex-presidente pode ter sido o menor. Pelo menos em 92 a nação tinha bons exemplos e opções para seguir.

ECONOMIA 53
DOMINGO, 22 DE MARÇO DE 2015 A GAZETA

miriamleitao@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



Em menos de três meses, ano de 2015 já exauriu o país. Não houve dia de sossego até agora. Previsões pessimistas na política e na economia estão sendo superadas pelos fatos

O ano que já exauriu

Que ano é este? Estamos chegando ao fim do primeiro trimestre como se tivéssemos vivido 12 meses em três. A inflação deu um salto, a presidente teve a mais rápida queda de popularidade da história, o Supremo recebeu denúncia contra os chefes da Câmara e do Senado, o governo e sua base brigam, novas denúncias surgem, a Petrobras foi rebaixada e o dólar não para quieto.

Não houve dia de sossego neste 2015 e dá vontade de inverter a ideia criada pelo genial Zuenir Ventura. É o ano que já acabou, logo depois que começou. As previsões pessimistas feitas sobre ele vão sendo superadas pelos fatos. O temor era de uma inflação que estourasse o teto da meta, agora a preliminar do IPCA de março já levou o país a quase 8% de inflação em 12 meses.

A presidente Dilma tenta falar mais, para mudar a comunicação, mas parece exasperada em cada entrevista improvisada que tem dado ultimamente. Fala em diálogo e ataca os que quer atrair

para o diálogo. É criticada pelos seus e pelos outros. Notícias de brigas entre criatura e criador ocupam as páginas dos jornais, claramente vazadas pelo criador, que assim se distancia de tão atrapalhada criatura.

Um documento apócrifo circulou pelas mais poderosas mesas do Palácio do Planalto propondo mudar a comunicação e partir para a guerrilha política, com o uso de robôs, e soldados de fora do governo, mas com munição de dentro. Enquanto isso, o vice-presidente Michel Temer se reúne discretamente com pessoas da oposição. Partidos que fazem parte da base política criticam as medidas econômicas ou os modos políticos da presidente. O lema do novo mandato é “pátria educadora” e o ministro da Educação aponta o dedo para os aliados, chama-os de achacadores, é demitido, e a presidente Dilma tem que escolher seu quinto ministro da área.

O país todo está pedindo água a esta altura, tamanho o sufoco hídrico. A água ou não vem socorrer reservatórios e mananciais secos ou despenca com fúria alagando cidades. A natureza não está sozinha nas suas oscilações tempestuosas. Estão voláteis o dólar, as expectativas, o humor da presidente, a

bolsa de valores, a taxa de juros e as convicções econômicas da chefe de governo. Os indicadores que saem são sempre os piores em muitos anos.

O povo ocupou as praças, as ruas, pontes, carregando bandeira verde e amarela e cantou o hino nacional na maior das manifestações já feitas desde a campanha das Diretas. Consultado em pesquisas, o brasileiro também foi claro: está pessimista na economia, sabe o que é operação Lava Jato e rejeita a presidente em 62%.

Ninguém acredita, nem mesmo o governo, que o ano será bom. Há duas visões: a benigna é que teremos um bom 2016. Este ano será de recessão, inflação alta e correção dos erros e problemas que a presidente negou existirem quando era candidata a mais um mandato.

Do jeito que o ritmo dos eventos vai não haverá espaço na retrospectiva do ano. Será preciso já começar a pedir espaço extra nos programas de TV e rádio, e mais páginas nos jornais sobre o ano de 2015.

O governo faz de tudo, exceto o certo. A equipe econômica que a presidente escolheu trabalha sob o peso de um divórcio de convicções entre a política

proposta e as crenças do partido do governo. Os ministros só não são desautorizados quando não falam.

Tudo mês sobe o preço da energia. É o aumento ordinário, ou extraordinário, ou especial, ou de bandeirada. As distribuidoras de energia continuam se dizendo quebradas e pedindo mais empréstimos que serão, no futuro, repassados para o consumidor.

A Operação Lava Jato já fez duas operações no ano: “My way” e “Que país é este?” Errou quem pensou em canções de Frank Sinatra e Renato Russo. Estiveram nas paradas de sucesso João Vaccari Neto, que foi intimado a depor na nona, e o ex-diretor Renato Duque, que foi preso na décima. A CPI da Petrobras voltou a funcionar e ouviu Pedro Barusco contando tudo o que ele e seu chefe, Renato Duque, fizeram de errado na Petrobras. Barusco foi à CPI e disse que há hora de falar e de calar. Ele calou. Mas não ficou parado, tirou seu dinheiro da Suíça para Mônaco. A coluna acabou e não esgotou a lista de confusões do ano mais cansativo dos últimos tempos.

—

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)
oglobo.com.br/economia/miriamleitao

ANEXO J – OPINIÃO DE “A GAZETA” E COLUNA “PRAÇA OITO” EM 28/03/2015

18 OPINIÃO
SÁBADO, 28 DE MARÇO DE 2015 • A GAZETA

OPINIÃO DE A GAZETA
Ministério inflado por conta de trocas políticas é um equívoco que acaba por ampliar os gastos públicos

MENOS MINISTROS

A presidente Dilma Rousseff finalmente parece ser compreendendo a necessidade de enxugar sua equipe, atualmente com 39 cargos com status de ministro. Mesmo que as razões atuais sejam equipocadas, em função da pressão do Congresso, a simples sinalização da necessidade de mudanças já é algo a se comemorar.

As conversas sobre possíveis cortes, que incluem a extinção de ministérios, são claramente um gesto político. A eventual baixa na quantidade de pastas poderia ser um passo para satisfazer parte dos anseios dos manifestantes que foram às ruas no último dia 15. Com ele, o governo mostraria a disposição de corrigir na própria carne para evitar os gastos necessários.

Há muita divergência, até mesmo entre especialistas, sobre o tamanho ideal de um ministério. Desde o início da República, o país nunca teve tantos ministros quanto agora. Em 2002, por exemplo, eram 26 ministros. O Brasil cresceu, e obviamente existem novas demandas, mas é preciso que haja um controle, para que o dinheiro público não escorra pelo ralo. É possível, por exemplo, a fusão de setores afins, sem que isso prejudique as atribuições e reivindicações de cada área.

O que é inadmissível é a mercantilização desses cargos. É inocência acreditar que em outros governos a política de alianças será deixada de lado na hora de fazer a distribuição de ministérios, mas há lições. O PMDB que agora cobra a redução é o mesmo que negocia os cargos em troca de apoio. Nossa estrutura política, que precisa arraiar partidos de diferentes matizes para atingir a governabilidade, acaba por inviabilizar que esse primeiro escalão do governo esteja livre das amarras político-partidárias, pois a base governista precisa estar toda acomodada, assim como sindicatos e movimentos sociais.

Enquanto isso, ficam comprometidas as contas públicas. Por essa razão, é tão importante racionalizar ao máximo a máquina administrativa.

AGAZETA
www.agazeta.com.br

Presidente do Conselho de Administração: CARLOS FERNANDO LINDBERGG FLEHO | Diretor-Geral da Rede Gazeta: CARLOS FERNANDO LINDBERGG NETO | Diretor Executivo de Mídia Impressa: ADUARDO MOURA | Diretor Comercial de Mídia Impressa: FABIO REUSCH | Diretor de Mercado Livre e Logística: RANIERI AGUIAR

Tarcísio Bahia
É doutor em Arquitetura, professor de Urban e conselheiro do IBUPES

Obras estruturantes, como vias urbanas e estradas, andam em ritmo extremamente lento, como vemos tanto na Av. Leidão da Silva quanto na BR 101

Engarrafado na crise

Até 2012 o Brasil viu sua economia crescer de tal modo que não era raro as paragens sobre a pujança do mercado imobiliário, incluído já a Grande Vitória. As construtoras não davam conta de lançar novos empreendimentos, cada vez com valores maiores e sempre encontrando alguém disposto a pagar, afinal, o crédito era farto.

A crise mudou incorporou novos hábitos e até mesmo novos atores em todas as frentes, não como compra de ações (principalmente de empresas como Vale e Petrobras), tipos de imóveis e a próxima viagem ao exterior. Enfim, tudo mudou acentuando no sonho do Brasil insulado ao rei dos países mais ricos e desenvolvidos. É certo que a distribuição de renda melhorou, mas é fato também que faltou produtividade a todos. E aí o filme acabou, a luz apagou e todos ficaram estupefatos com o final, permanecendo atônitos nas poltronas sem levantar.

No país o preço dos imóveis sem cairdo em até 20% comparado com a média dos anos anteriores. Seria um bom para o consumidor, mas esse já não correu em nossos e nem criou, de tal modo que o estoque imobiliário caiu vez mais.

Ouro das consequências do momento de bonança foi o aumento da frota de veículos particulares e de transportes de mercadorias, afinal a carga brasileira viaja de cambalão. O resultado são vias urbanas e estradas sobrecarregadas. E agora, mesmo com a crise econômica, incluído o aumento no preço do combustível, não vemos os veículos deixando de circular. O mistério que pode ocorrer será uma desaceleração de tal ordem na economia que a frota de veículos crescerá numa velocidade menor do que nos anos anteriores. Ainda assim, ruas e estradas continuarão inchadas.

E isso se agrava devido porque as obras estruturantes, como vias urbanas e estradas, andam em ritmo extremamente lento, como vemos tanto na Av. Leidão da Silva em Vitória quanto na BR 101 no Espírito Santo, rodovia federal cujo projeto encontra-se só em estudo prévia. É curioso, nesse caso, ver a construção avançar que irá construir passarelas e pontes de conveniência, mas nada a respeito da duplicação da pista, que é o que realmente interessa e garante a segurança aos usuários.

Assim o momento não se vê sequer obras significativas de ampliação ao longo da rodovia, mas apenas ações paliativas como se já citadas. Além, o certo será a construção de passarelas com as pistas já duplicadas, pois do contrário elas serão reconstruídas num futuro ainda distante, comprometendo a hipótese na direção da realidade das obras na rodovia.

Os engarrafamentos continuarão por um bom tempo!

HÁ 50 ANOS
COM FICHA DE AVALIAÇÃO ONLINE - WWW.AGACOMM.COM.BR

Ministério da Guerra diz que situação no país é de tranquilidade

O Ministério da Guerra informou que, apesar do movimento de passeatas com as pistas já duplicadas, pois do contrário elas serão reconstruídas num futuro ainda distante, comprometendo a hipótese na direção da realidade das obras na rodovia.

TRANQUILA A SITUAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO
A GAZETA

Falta pouco para o fim do ano: o Brasil já está em ritmo de paz.

A NUNCIATURA JORNAL DO AMERICANA EDUCAÇÃO DA GAZETA

22 POLÍTICA
SÁBADO, 28 DE MARÇO DE 2015 • A GAZETA

PRAÇA OITO
Eduardo Fachetti

Os deputados Erick Musso e Luzia Toledo (a onipresente) marcaram presença na palestra de PH no planejamento estratégico do governo.

PIB irrisório recai sobre o planejamento do Estado

No fim da tarde de hoje, quando a equipe do governador Paulo Hartung deixou o Centro de Convenções de Vitória, com a conclusão do planejamento estratégico da atual gestão, começará a ser conhecida, de fato, a fotografia do que o Estado pretende ser até 2018. É reconhecível que as expectativas não extrapolam o campo da racionalidade, pois embora PH tenha se eleito com a promessa de “chacoalhar o Estado”, a realidade no entorno é adversa.

É útil observar que nas duas passagens anteriores de Hartung pelo Palácio Anchieta o país crescia acima de 4% ao ano e a economia capixaba chegou a atingir dois dígitos de crescimento, algo inimaginável para esses tempos de crise e medidas de ajuste fiscal pregadas tanto em Brasília quanto aqui.

Como bem observou o especialista em políticas públicas Roberto Garcia Simões, em recente boletim na Rádio CBN, o ambiente nacional deste terceiro mandato de Hartung é muito diferente daquele com o qual o governador lidou entre 2003 e 2010: “Estamos em um momento muito expressivo de crise econômica e política. No primeiro ano de mandato, lá atrás, foi negociada uma antecipação de R\$ 300 milhões em royalties para o Estado, o que, na situação fiscal que o país enfrenta agora, é inimaginável”.

“Não dá para achar que 2015 será um grande ano. Dependemos muito da economia nacional, e se o governo federal não fizer ajustes, fica difícil fazer planos aqui”.

CÉSAR COLNAGO (PSDB) VICE-GOVERNADOR

De fato, não dá para esperar que do planejamento estratégico saiam propostas que atrelem o Estado à União. Ao que tudo indica, o discurso de contenção de despesas para recuperação da capacidade de investimento própria prevalecerá, afinal de contas, o quadro colocado não indica tempos de benevolência do governo federal.

O resultado do PIB do país no ano passado, consolidado ontem pelo IBGE, reforça ainda mais essa ideia: afinal, a economia brasileira está literalmente empacada, com uma expansão geral de apenas 0,1%.

O resultado econômico do Brasil foi especialmente ruim para o Espírito Santo, já que setores importantes para a economia sofreram abalos mais graves. Por exemplo: a produção do café teve retração de 7,3%, a indústria nacional encolheu 1,2% e a construção civil – que há bem pouco tempo alcançava investimentos e geração de empregos aqui – caiu 2,6%.

Diante dessa atmosfera inóspita, resta saber como o governo equilibrará a relação das promessas feitas com as entregas que pretende fazer, algo essencial para que esta nova passagem de PH pelo poder não embace a imagem de benfeitor que ele tanto cultivou ao longo dos anos.

Achar má o discurso de “fazer mais com menos” é uma alternativa, mas os tempos são outros e a sociedade parece instigada a cobrar resultados visíveis. Portanto, o planejamento estratégico precisa ir além do discurso de que o governo passado tem culpa pelo baixo rendimento da máquina pública.

É verdade que o país cambaleia e que o Estado não está no ritmo ideal, mas é chegada a hora de o governo dizer o que, quando e como vai tirar do papel a realidade “chacoalhada”.

Audiência de custódia
Estão adiantadas as conversas entre os Poderes Executivo e Judiciário para que o Estado adote o sistema de audiências de custódia na entrada de presos provisórios no sistema prisional. A ação segue uma diretiva do CNJ, que visa à redução da população carcerária e funciona com a disponibilização de juizes para julgar casos de flagrante. Na prática, algumas prisões acabam reveridas em medidas alternativas.

Audiência de custódia 2
Conforme o acordo em construção, seis magistrados atuarão no Centro de Detenção Provisória de Viana. As audiências de custódia já são realizadas em São Paulo e no Piauí.

Benefício com urgência
O vereador de Vitória Luiz Emanuel Zouain vai entrar com pedido de tramitação em urgência à sua proposta para que o município pague uma pensão vitalícia ao ex-secretário de Cultura Alexandre Lima, que teve um AVC em 2013.

Perguntar não ofende
Fica a dúvida: se Alexandre não sofreu acidente de trabalho, por que o município deve pagar pensão a ele? Será que Luiz Emanuel pretende esmaecer o benefício a todas as vítimas de AVC em Vitória?

Boletim médico
O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Sérgio Bizozza, sofreu um acidente na última quinta-feira. Ele estava em uma livraria, em um shopping da Capital, e ao descer as escadas, escorregou. Apesar dos hematomas e de uma sutura na cabeça, o magistrado está de repouso em casa e passa bem.

ANEXO K – COLUNAS DE MERVAL PEREIRA E MÍRIAM LEITÃO EM “A GAZETA” DE 28/03/2015

28 POLÍTICA
SABADO, 28 DE MARÇO DE 2015 A GAZETA

mperreira@globa.com.br

MERVAL PEREIRA



Como a situação política é fortemente influenciada pela economia, dificilmente Dilma encontrará este ano condições de recuperação de sua popularidade

O PT com a verba e o verbo

Mais importante que a constatação de que a economia brasileira está estagnada desde o ano da eleição, o que foi escondido do povo brasileiro por uma ação publicitária que distorceu números e fatos numa clara agressão ao sistema democrático, é saber que a culpa pelos nossos males é coisa nossa, não de crises internacionais.

Um levantamento do professor Reinaldo Gonçalves mostra que o Brasil, em 2014, ficou em 172ª posição num conjunto 188 países, o que quer dizer que nada menos que 91% dos países tiveram melhor desempenho que o nosso.

Em relação ao quadriênio de Dilma Rousseff (2011-14), nossa posição tem uma melhora relativa: ficamos na 126ª posição, sendo superados por 67% dos países.

No plano interno, Dilma continua na mesma posição constrangedora de ser a presidente com a terceira pior média de crescimento do PIB da República brasileira, ao lado de Venceslau Brás, com 2,1% de crescimento, superando apenas dois presidentes que tiveram média negativa de crescimento em seus mandatos: Fernando Collor -1,3; Floriano Peixoto -7,5. Se as previsões se confirmarem para

este ano, com retração do PIB que pode chegar a até 1% segundo alguns economistas, a média para cinco anos cairá abaixo de 2%. Como a situação política é fortemente influenciada pela economia, dificilmente Dilma encontrará este ano condições de recuperação de sua popularidade, que as pesquisas de opinião mostram estar num momento crucial, provavelmente na casa de um dígito de aprovação se tomarmos a média dos institutos de pesquisa.

Foi sob o impacto da informação de que o nível de aprovação de Dilma estava em 7 pontos num tracking encomendado pelo Planalto que o ex-ministro da Comunicação Social Thomas Traumann escreveu aquele já famoso relatório que afinal o derrubou.

Entre as ilegalidades que defendia, destacam-se o uso dos blogs sujos para atacar os adversários do governo. No que via como uma “guerrilha de comunicação”, o documento lamentava que os robôs que atuaram na campanha presidencial para espalhar boatos e elogios a favor de Dilma tivessem sido desativados, e recomendava que o Planalto desse “munição” para “os soldados de fora” dispararem.

Há também a defesa do uso da Voz do Brasil e da televisão oficial para mostrar os feitos do governo, numa confusão entre órgãos do governo e do Estado brasileiro. A demissão de Traumann, ao contrário do que se podia supor, não foi devida ao conteúdo do documento, mas ao seu vazamento.

Inferir-se isso pela escolha por Dilma de seu tesoureiro de campanha, o petista

Os pontos-chave

1 Levantamento do professor Reinaldo Gonçalves mostra que o Brasil, em 2014, ficou em 172ª posição num conjunto 188 países, 91% dos países tiveram melhor desempenho que o nosso

2 A demissão de Traumann não foi devida ao conteúdo do documento, mas ao seu vazamento. Inferir-se isso pela escolha do petista Edinho Silva para ministro da Comunicação Social, entregando ao PT a verba e o verbo da comunicação do governo

3 Edinho Silva pode trazer mais problemas políticos para Dilma. Ele afirmou recentemente que as manifestações de rua são coisa da elite golpista, e que é preciso “combater a direita” em todo o continente. A “democratização da comunicação” é um de seus objetivos

que ocupam, Edinho quase foi nomeado para diretor da Autoridade Pública Olímpica, mas Dilma desistiu ao constatar que ele não seria aprovado pelo Senado.

Como a nomeação para o ministério é de inteira responsabilidade da presidente, lá se vai Edinho Silva tratar da imagem do governo federal. Logo ele, que foi tesoureiro da campanha de 2014 de Dilma e, segundo anotações atribuídas a Ricardo Pessoa, dono da UTC, “está preocupadíssimo”. E segue texto de Pessoa: “Todas as empreiteiras acusadas de esquema criminoso da Operação Lava Jato doaram para a campanha de Dilma. Será que falarão sobre vinculação campanha x obras da Petrobras?”

Esse e outros textos encontrados se parecem com chantagem, no momento em que delações premiadas estão sendo negociadas. Mas Edinho Silva pode trazer mais problemas políticos para Dilma. Ele afirmou recentemente que as manifestações de rua são coisa da elite golpista, e que é preciso “combater a direita” em todo o continente.

Coroando seu pensamento, antes mesmo de assumir a missão palaciana, ele já havia dito o que pensava especificamente sobre a área em que vai atuar: “Temos que criar efetivamente condições para que haja uma democratização da comunicação no país. E isso passa pela democratização da propriedade dos veículos”.

Mesmo que tenha salientado que o debate “deve ser feito com muita tranquilidade, sem partidarismo e em parceria com a sociedade”, Edinho já disse a que veio.

34 ECONOMIA
SABADO, 28 DE MARÇO DE 2015 A GAZETA

miriamleitao@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



O que Levy espera é que a alta do dólar acabe produzindo o efeito de empurrar as exportações, e isso ajude a economia neste ano que já se sabe que será de recessão

Mal parados

A economia parou em 2014, apesar da Copa do Mundo, das eleições que normalmente aumentam o gasto público e incentivam a atividade econômica, e a despeito da melhoria da economia mundial. Na divulgação dos dados, ontem, ficou provado que o número ruim foi resultado da política econômica errada: o país teve um resultado de 0,1% no PIB e uma inflação no teto da meta.

Não há esperanças de melhora a curto prazo. A queda de 4,4% do investimento, por si só, já indica que 2015 não será um ano fácil. Para quem tinha alguma dúvida, ela acabou com a declaração do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de que o país está vivendo neste começo de ano uma “forte desacelerada”. Está preparando, talvez, a opinião pública para o número que virá do primeiro trimestre de 2015. O que Levy espera é que a alta do dólar acabe produzindo o efeito de empurrar as exportações, e isso ajude a economia neste ano que já se sabe que será de recessão.

O PIB não saiu do lugar, mas muita coisa mudou na forma de cálculo pelo IBGE. Os dados foram revisados de 1996 até agora, mudando ligeiramente alguns anos, mas com alterações mais fortes no governo Dilma. Em 2011, como já foi

divulgado semanas atrás, o crescimento saiu de 2,7% para 3,9%. O de 2012 saiu de 1% para 1,8%. O de 2013 saiu de 2,5% para 2,7%. Com o 0,1% de 2014, o país teria, se os números não fossem alterados, uma média de crescimento anual de 1,5% no primeiro governo Dilma. As mudanças levaram o crescimento médio a ser de 2,1%. Mesmo assim, é a pior taxa desde o real.

O IBGE mudou a metodologia e, além disso, fez agora as revisões que normalmente são feitas de forma mais espaçadas.

“Todos os países divulgam os dados preliminares e depois fazem revisões. Aqui no Brasil, também. Só que, como estávamos mudando a metodologia do PIB, deixamos para fazer depois essas revisões, que são feitas a partir das novas pesquisas que são incorporadas”, explicou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais.

A nova forma de calcular o PIB fez três alterações importantes, como explicou Roberto Olinato, coordenador de pesquisas do IBGE, e Rebeca Palis. Primeiro, pesquisa e desenvolvimento deixaram de ser classificados como gasto para virarem investimento. É bem verdade que isso não provoca um salto grande porque, no Brasil, infelizmente, há poucos centros de pesquisa. Segundo, houve uma reformulação da forma de calcular a cons-

Os pontos-chave

1 Brasil ficou mal parado em 2014: com o PIB estagnado em 0,1%, e a inflação no teto da meta em 6,4%

2 Média do governo Dilma é a pior da era do real. Crescemos menos que o mundo desde 2011

3 Política econômica do primeiro mandato foi equivocada. Dará trabalho colocar a casa em ordem

trução civil, com a incorporação de salários, o que fez subir 2010 e 2011, principalmente. A terceira mudança afetou negativamente 2010 e positivamente 2011, que é o uso das térmicas.

“Quando se usa as térmicas há uma queda da renda do setor de eletricidade, e, portanto, ele contribui menos para a alta do PIB. Em 2010, houve grande uso das térmicas. Em 2011, elas foram desligadas, e isso favoreceu mais o cálculo de 2011”, disse Roberto Olinato.

Essas alterações da forma de calcular são aperfeiçoamentos naturais do indicador e, em alguns casos, seguem orientações internacionais, mas mesmo com revisões e mudanças, o fundamental permanece igual. De 2011 para 2012, o Brasil desacelerou durante o governo Dilma. Melhorou um pouco em 2013, para parar completamente em 2014. Agora se prepara para um PIB negativo em 2015. Um período sem brilho algum, apesar dos fortes subsídios dados aos setores industriais, principalmente, e do incentivo ao endividamento.

O governo usou a desculpa durante todo o ano passado de que a crise internacional explicava o resultado ruim da economia, mas ontem os Estados Unidos divulgaram o crescimento do ano de 2014 em 2,2%. Os Estados Unidos vêm retomando o crescimento, a Europa cresce mais que o Brasil, a Alemanha terminou o ano em 1,6%. A China desacelerou, mas ficou acima de 7%. A Índia acelerou para 7%. A Colômbia cresceu 4,6%. Em relação à América Latina, o Brasil só está melhor do que a Venezuela, que enfrenta forte recessão.

Com todos os números na mão, não há dúvida: não crescemos porque o Brasil errou na condução da política econômica. E ainda teremos que passar por mais turbulências para colocar a casa em ordem.

ANEXO L – OPINIÃO DE “A GAZETA” EM 29/03/2015 E COLUNA DE RICARDO NOBLAT EM 30/03/2015

34 OPINIÃO
DOMINGO, 29 DE MARÇO DE 2015 | A GAZETA

OPINIÃO DE A GAZETA
Levy reconhece “desacelerada forte” na economia em 2015, após estagnação em 2014. Diz que ajuste vai recuperar a confiança no país

DIFICULDADES NA ECONOMIA

Não causou surpresa o avanço de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, o pior desempenho desde 2009. A estagnação tornou-se flagrantemente e, fortemente perturbada pela inflação. Nas empresas no dia a dia dos cidadãos, generalizou-se a percepção sobre o pior período da economia desde o Plano Real. No cenário global, o pinhão brasileiro é inferior mais baixo entre os países do G-20. Interior aéreo da Argentina, em grave crise.

A indústria, que deveria ser o carro-chefe do crescimento, recuou 1,2%, uma média entre os setores. O principal deles, o de transformação, teve queda significativa (-3,8%), o que sinaliza retrocesso competitivo. Essa situação justifica os resultados de pesquisas no Espírito Santo e no país inteiro mostrando freio nas decisões de investir da indústria. Ao contrário, a tônica passou a ser a contenção de dispêndios. A nova metodologia de cálculo do PIB, utilizada pelo IBGE, não alterou o clima da economia.

A agropecuária também colheu maus frutos. A alça de 0,4%, uma mediana entre várias atividades, é decepcionante. Nem parece um país tão grande. Já o setor de serviços evoluiu apenas 0,7%, até porque o consumo das famílias vem despencando ano a ano. Em 2012, havia crescido 3,9%. Em 2014, avançou só 0,7%. O consumidor está inseguro. Avançadas e variáveis registraram recuo na demanda até de produtos de necessidade básica, como alimentos, e itens de higiene pessoal e limpeza doméstica.

Os investimentos no sistema econômico como um todo caíram 4,4% em 2014, a maior retração desde 1999. Em consequência, a economia sofre “desacelerada forte”, como define o ministro Joaquim Levy. O sacrifício é grande para as empresas e para a sociedade. O emprego com carteira assinada apresentou em fevereiro o menor nível em 16 anos. A renda diminuiu muito. O mercado interno está contraído.

Resta o caminho da reconstrução, que é doloroso e lento. Espera-se que a crise política não dificulte ainda mais os objetivos do ajuste.

Evandro Milet
E consultor a palestrante a escreve aos domingos neste espaço

▲ Cálculos locais estimaram que, entre 1980 e 1990, a corrupção teria custado à Itália US\$ 1 trilhão. Ainda bem que lá teve a Operação Mãos Limpas

Democracia vendida

O juiz Sérgio Moro da Operação Lava Jato escreveu em 2004 um trabalho onde descreve a Operação Mãos Limpas na Itália e fica clara sua estratégia de análio no caso brasileiro. Abaixo um resumo desse documento.

Essa operação começou em 1992, com a prisão do diretor de uma instituição filantropia de Milão. Dois anos depois, 2.993 mandados de prisão haviam sido expedidos e 6.057 pessoas estavam sob investigação, incluindo 872 empresários, 1.978 administradores locais e 438 parlamentares, dos quais quatro haviam sido primeiros-ministros. Dez anos depois, dez suspeitos haviam cometido suicídio.

A ação mostrou que a vida política da Itália estava mergulhada na corrupção, com o pagamento de propina em todo o setor público. Cálculos locais estimaram que, na década de 1980-1990, a corrupção teria custado à Itália US\$ 1 trilhão, o que levou um jornalista a chamar o país de uma “democracia vendida”.

A Operação Mãos Limpas fez com que partidos que haviam dominado a vida política no pós-guerra, como o Socialista e a União Democrática Cristã, fossem levados ao colapso, obtendo, na eleição de 1994, somente 2,2% e 11,1% dos votos, respectivamente.

Hoze várias maneiras de aliviar a situação para políticos e partidos como discriminar doações legais para partidos, busca do pagamento para provar o primário-município e aumento de alíquota a prisão perpétua para crimes de corrupção. Todas as medidas em manifestações da população, algumas até violentas.

A estratégia dos magistrados incluía a colaboração dos investigados espalhando a suspeita de que outros já tinham confessado levantando a perspectiva de permanência na prisão pelo período da custódia preventiva no caso da manutenção do silêncio. Para um político, a confissão pode parecer ser a decisão mais conveniente quando outros já confessaram ou quando ele descobriu o que os outros fizeram e fez do seu interesse pessoal de fato.

Explicou o juiz Moro: “Alguns questionam tal estratégia e a própria delação premiada. Não se preocupe com o objetivo de alcançar confissões. Prende-se quando estão presentes os pressupostos de decretação de uma prisão antes do julgamento. Caso isso ocorra, não há qualquer dúvida moral em usar-se o poder do investigado ou do acusado uma delação premiada, desde mantida sem a utilização de qualquer método interrogatório apurado pelo Direito. O próprio isolamento do investigado fez-se apenas na medida em que permitido pela lei”.

Nesse resumo vê-se que o caminho está traçado e vem sendo seguido à risca. Resta saber se os resultados serão idênticos no Brasil.

HÁ 50 ANOS
FOTO: FREDERICO ABRIL/AGÊNCIA O GLOBO

Rio Branco e Desportiva monopolizam todas as atenções dos torcedores

Rio Branco e Desportiva monopolizam a atenção da torcida

Os desportistas de futebol geral estão com suas atenções voltadas para o grande clássico de hoje à tarde, no Estádio Governador Bley, onde ali estarão se confrontando os times conjuntos do Rio Branco e da Desportiva Ferroviária. A partida poderá decidir o andamento do turno do Campeonato Estadual, o que justifica por si mesmo toda a expectativa da torcida para o clássico.

Casos de Evênia com o Rio Branco

Curiosidades

Prêmio Nacional de Jornalismo

A BARRAGEM DESTA JORNALISTA NA EDIÇÃO ORIGINAL DE A GAZETA

22 POLÍTICA
SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2015 | A GAZETA

RICARDO NOBLAT
noblat@oglobo.com.br

“Em vez de se fiscalizar mais a corrupção, o trabalhador é de novo chamado a pagar a conta”
PAULO PAIM, senador do PT-RS

Tome jeito, Levy!

Não sei se Joaquim Levy gosta de filmes policiais americanos. E se lembra da advertência feita pelos policiais na hora em que prendem alguém: “Você tem o direito de permanecer calado. Tudo o que disser poderá ser usado contra você no tribunal”. Caso a advertência não seja feita e o preso diga algo que o incrimine, o que disse não será levado em conta. É o que manda a Constituição dos Estados Unidos.

A presidente Dilma Rousseff, ou algum preposto dela, deveria ter dito a Levy antes que ele assumisse o Ministério da Fazenda: “Você tem o direito de permanecer calado. Tudo o que disser poderá ser usado contra você”. Quem sabe assim ele não teria escapado das trapalhadas que o obrigam a se desmentir seguidamente? Foram quatro até aqui. Cada uma pior do que a outra.

Em 21 de janeiro último, na Suíça, Levy disparou: “A gente pode ter um trimestre de recessão, e isso não quer

dizer nada em relação ao crescimento”. Dilma fez cara feia. Levy deu marcha ré. Admitiu que o termo correto não era “recessão”, mas “contração”. Para o leigo, não fez diferença. Fez para os ouvidos de Dilma. E animou os que querem ver o ministro pelas costas.

Dois dias depois, em entrevista ao jornal inglês “Financial Times”, Levy derrapou outra vez: “O programa de seguro-desemprego é completamente ultrapassado”. Dilma rousou de novo. Cobrou do ministro um desmentido. Por meio de sua assessora, Levy mandou dizer aos jornalistas que o que havia dito tivera como objetivo “ampliar o debate para aperfeiçoar o programa”. Gracinha, não?

Em 28 de fevereiro, a propósito do programa de desoneração da folha de pagamento adotado por Guido Mantega, o ministro que o antecedeu, Levy comentou: “Você aplicou um negócio que era muito grosseiro. Essa brincadeira nos custa R\$ 25 bilhões por ano”. Brincadeira? Por pouco, Dilma não mordeu Levy. Que, humilde, afirmou que fora “inêzico” e “colocou demais”. Sentiu pena dele?

A mais recente trapalhada

JOAQUIM LEVY
Quatro mançadas por falta de traquejo político

aconteceu na semana passada. E atingiu Dilma diretamente. Em palestra para ex-alunos da Universidade de Chicago, onde se graduou, Levy disse em inglês o que pode ser traduzido assim: “Acho que há um desejo genuíno da presidente de acertar as coisas, às vezes não da maneira mais fácil, mas... Não da mais efetiva, mas há um desejo genuíno”.

Levy desculpou-se rapidinho: “Aqueles que têm a honra de encontrarem-se ministros sabem que a orientação da política do governo é

genuína, reconhecem que o cumprimento de seus deveres exige ações difíceis, inclusive da Exma. Sra. Presidente, Dilma Rousseff, e eles têm a humildade de reconhecer que nem todas as medidas tomadas têm a efetividade esperada”. Entendeu? Eu não.

O que Dilma e Levy têm em comum? Falta-lhes jeito para manipular cristais sem destruir nenhum. Com uma diferença: a presidente da República é Dilma, eleita e reeleita pelo voto popular. Levy nunca foi votado. É ministro porque Dilma quer. Deixará de ser quando quiser ou quando ela quiser. A conjuntura obriga Levy a fazer política. E essa está longe de ser a praia dele. Daí as mançadas.

No presidencialismo brasileiro, por mais fraco que esteja o presidente, ninguém manda mais do que ele. A não ser que ele abdique de mandar. Gentílico Vargas matou-se. Mas, com seu gesto, permaneceu influente por mais de uma década. João Goulart fugiu para o exterior com medo de provocar derramamento de sangue. A Dilma não falta a coragem dos temerários. Ela já deu provas disso.

ANEXO M – COLUNA DE MERVAL PEREIRA EM “A GAZETA” DE 01/04/2015 E COLUNA DE MÍRIAM LEITÃO EM 02/03/2015

26 POLÍTICA

QUARTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2015 A GAZETA

mpereira@globo.com.br

MERVAL PEREIRA



O próprio juiz Sérgio Moro já demonstrou estar surpreso com a amplitude do esquema, para além da Petrobras

A trilha do dinheiro

Começa a ser desvendado o mistério envolvendo a participação da empreiteira Odebrecht no esquema de corrupção que a Operação Lava Jato está desvelando, para espanto não apenas de brasileiros, pelo volume de dinheiro que envolveu e o estrago que fez na maior empresa brasileira, a estatal Petrobras, com reflexos em toda a economia nacional.

A explicação extraoficial que corria no mercado financeiro é que seria muito difícil pegar a Odebrecht em algum desvio, porque ela utilizava empresas no exterior para fazer o dinheiro sujo chegar aos políticos e executivos da Petrobras envolvidos no esquema, sem se utilizar de doleiros nacionais.

Pois ontem o doleiro Alberto Youssef revelou que a Odebrecht e a Brasken — empresa petroquímica que a empreiteira tem em parceria com a Petrobras — utilizaram seus serviços “duas ou três vezes”. Ele denunciou a Construtora Internacional Del Sur, offshore usada para remessas ao exterior pelas duas empresas, como a distribuidora da propina no exterior

ou, algumas vezes, para internalizar o dinheiro através de Youssef.

A citação da Construtora Internacional Del Sur foi o suficiente para fechar o cerco em torno da Odebrecht, pois, em outra delação premiada anterior, o ex-gerente Pedro Barusco havia revelado que a offshore panamenha foi usada pela Odebrecht para o repasse de valores para uma conta sua no Credit Corp Bank AS, de Genebra.

Entre maio e setembro de 2009, a Odebrecht teria transferido US\$ 916.697,00 para a conta da Construtora Internacional Del Sur, e de lá para uma offshore de Barusco também do Panamá. Cruzando-se os depósitos e recebimentos das contas de Barusco com as do ex-diretor da Petrobras Renato Duque, seu superior imediato indicado pelo PT, verifica-se que foram feitos dois depósitos pela Construtora Internacional Del Sur S.A., de US\$ 290 mil, no dia 17 de novembro, e outro de US\$ 584,7 mil, dez dias depois, na conta de Duque em Mônaco, que hoje está bloqueada pela Justiça daquele principado.

A conta da Construtora Internacional Del Sur era no Credicorp Bank, em Genebra, o mesmo em que Barusco tinha conta. É provável que esse tenha sido o elo final para circunscrever as relações da empreiteira Odebrecht com o escândalo da Pe-

Os pontos-chave

1 Começa a ser desvendado o mistério envolvendo a participação da empreiteira Odebrecht no esquema de corrupção que a Operação Lava Jato está desvelando

2 Youssef revelou que a Odebrecht e a Brasken utilizaram seus serviços “duas ou três vezes”. Ele denunciou a Construtora Internacional Del Sur, offshore usada para remessas ao exterior pelas duas empresas

3 A boa relação da Odebrecht com os governos petistas vem desde o início do primeiro mandato de Lula

trobras. A partir daí, é previsível que as relações da empreiteira com o PT, e em especial com o ex-presidente Lula, a quem a Odebrecht levou para várias viagens na África como garoto-propaganda da construtora brasileira, façam parte das investigações da Operação Lava Jato.

A boa relação da Odebrecht com os governos petistas vem desde o início do primeiro mandato de Lula. Em 2002, quando Dilma era a ministra das Minas e Energia, em dificuldades para pagar dívidas em torno de US\$ 2 bilhões, a empreiteira teve a concessão especial de ampliação no prazo, de 90 para, em alguns casos, até 210 dias, para o pagamento de insumos da Petrobras pela Brasken, a empresa petroquímica do grupo.

A atuação da Odebrecht em outras áreas, como a construção de hidrelétricas aqui e em países da América Latina e da África, também já está sendo investigada a partir de delações premiadas de Dalton Avancini, presidente da Camargo Corrêa, e Eduardo Leite, vice-presidente, que admitiram que a empresa se comprometeu a propina na usina de Belo Monte.

No acerto do cartel, as empresas do consórcio teriam que contribuir com a mesma quantia para um fundo comum que financiaria a propina. O próprio juiz Sérgio Moro já demonstrou estar surpreso com a amplitude do esquema, para além da Petrobras.

Segundo comentários de Moro, as investigações não chegaram nem mesmo à metade do caminho, pois a cada dia aparecem mais informações que levam a novas descobertas. Tudo percorrendo a trilha do dinheiro.

28 ECONOMIA

QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2015 A GAZETA

miriamleitao@globo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



Os empresários acham que o governo precisa cortar mais nos gastos de custeio, em vez de elevar o peso dos impostos

Outro lado do ajuste

A deterioração das contas públicas ficou mais uma vez evidente com a Nota de Política Fiscal divulgada pelo Banco Central. A dívida bruta subiu de novo em fevereiro, o déficit nominal passou de 7% do PIB e houve outro mês de déficit primário. Os empresários acham que o governo precisa cortar mais nos gastos de custeio, em vez de elevar o peso dos impostos. A indústria aprofundou 7,1% no primeiro bimestre.

Uma empresa que fabrica implementos rodoviários conta que os juros cobrados pelo BNDES subiram, e o banco financia até 70% das vendas do setor. A alta da gasolina e do diesel, com a volta da Cide, tirou rentabilidade e reduziu encomendas. Outra companhia, de materiais de construção, diz que a volta do imposto sobre a folha de pagamento provocou aumento de custo estimado em R\$ 6 milhões por ano. O aumento do dólar encareceu o plástico. Os ajustes estão chegando ao chão das fábricas e tirando competitividade da indústria.

Há seis meses a coluna conversou com executivos da Astra, que fabrica materiais de construção, e da Librelato, que produz implementos rodoviários. Em nova entre-

vista, os empresários das duas companhias dizem que o cenário continua incerto, que a crise política tem abalado a confiança, mas que o ajuste fiscal é necessário porque melhora o horizonte no longo prazo. Eles acreditam, no entanto, que o governo precisa aumentar a sua cota de sacrifício, porque algumas medidas anunciadas vão agravar ainda mais a crise industrial.

Na Librelato, o presidente José Carlos Sprigo afirmou que a semana continua tendo apenas quatro dias de trabalho. Houve redução de um dia útil para que os estoques não ficassem ainda mais elevados. Eles correspondem a 60 dias de produção, quando o normal são 10 dias. A ociosidade do parque produtivo é de 25%; uma em cada quatro máquinas está parada. O quadro de funcionários foi reduzido em 20% no ano passado e ainda não há expectativa de contratações.

“Meu setor tem dependência forte do BNDES, e o aumento de juros do Finame teve impacto grande. A taxa subiu de 6% para 10%, e o total que pode ser financiado caiu de 90% para 50% em algumas linhas, e de 100% para 70% em outras. O banco representa de 60% a 70% do financiamento das vendas. Ainda assim, quero acreditar que o pior na economia já passou e vamos melhorar lentamente daqui para frente”.

O diretor do grupo Astra Manoel Flores explica que a alta do dólar encareceu o preço do plástico em 10% em março, e

Os pontos-chave

1 Empresários concordam com o ajuste fiscal, mas pedem mais cortes de custeio do governo

2 Aumento do peso dos impostos e alta dos juros vão aumentar custos da indústria este ano

3 Sem reduzir gastos não essenciais, governo fica sem argumento para pedir que país faça sacrifícios

ele espera um novo reajuste de 10% em abril. Nos dois primeiros meses do ano, o volume de vendas foi 8% menor que no mesmo período do ano passado. A reavivolta na cobrança de impostos da Folha de Pagamentos, uma das medidas anunciadas pela nova equipe econômica, pode aumentar os custos em R\$ 6 milhões por ano.

“Tenho feito apenas contratações essenciais. Fechando a porta de entrada, já reduzi meu quadro de funcionários em 200 pessoas. São trabalhadores qualificados que perdi. Como vou voltar a contratar, se uma regra criada pelo governo

há pouco tempo já foi revertida pelo mesmo governo e vai aumentar meus custos em R\$ 500 mil por mês?”

Os exemplos mostram por que o índice de confiança da indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas, teve uma queda de 9,2% entre fevereiro e março. Foi a maior redução mensal desde novembro de 2008, logo após o início da crise financeira internacional. A queda foi disseminada em todos os 14 segmentos acompanhados e em todas as categorias de uso. Houve piora tanto na avaliação do momento presente quanto nas expectativas para o futuro.

Ao participar de evento em São Paulo, o ministro Joaquim Levy ouviu perguntas para as quais não tem resposta. Os empresários quiseram saber por que o governo não reduz o alto número de ministérios. Como pedir a empresas e contribuintes que paguem mais impostos se o governo não dá o exemplo de reduzir o seu tamanho? Levy deu uma resposta evasiva, para não entrar em atrito com a presidente Dilma.

O ajuste fiscal é urgente, mas uma coisa não se pode perder de vista: é preciso colocar as contas públicas em ordem diminuindo gastos não essenciais em todos os níveis de governo. Uma administração que tem 39 ministérios, e não reduziu o número de funcionários em cargos comissionados, fica sem argumento para pedir que empresas e famílias cortem no seu orçamento.

ANEXO N – ARTIGO DE IGOR GIELOW “A TRIBUNA” 18/04/2015

Política

BRASÍLIA

IGOR GIELOW

O governo pisca

Depois de uma semana em que más notícias turvaram algumas boas novas para o Planalto, o governo Dilma Rousseff exerceu com galhardia sua vocação para o tiro no pé ontem.

Em vez de responder tranquilamente à condenação do Tribunal de Contas da União (TCU) às pedaladas fiscais de 2014, Dilma mandou nada menos do que dois ministros fazerem uma defesa exaltada e politizada, avocando novamente a palavra impeachment para si. E não são titulares quaisquer.

São o ministro da Justiça, supostamente o baluarte do republicanismo, e o advogado-geral da União, teoricamente estandarte da boa governança.

Ocorre que José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Adams se apresentaram como militantes partidários de um governo acusado.

Adams foi explícito, aliás, ao falar em um “ambiente de estresse econômico, fiscal e político”. Desceram ao nível de um Sibá Machado, o líder cuja envergadura tem servido de epíteto para o partido que o PT já foi no Congresso.

Cardozo, por sua vez, repetiu

uma papel recorrente, o de portavoz do contraditório à oposição. Reclamou de quem pede o impeachment por causa do “casus belli” encarnado no desrespeito às regras do jogo.

A questão das pedaladas é séria e passível de punição, mas só ultrapassa o nível do Ministério da Fazenda em direção ao campo político se realmente houver um clamor pelo impedimento de Dilma.

Os mais de 60% de brasileiros que hoje defendem a medida são uma régua, e as ruas, menos estridentes mas presentes, outra.

O PMDB mandando de fato no governo está, por sua vez, avaliando essas variáveis enquanto a banda toca. Isso dito, por ora temos um acirramento natural da oposição querendo inflamar uma bandeira — como o PT já fez no seu tempo de militância. Ao pisar tão nervosamente, o governo dá a exata medida do temor que se encerra em seu coração.

Ao piscar tão nervosamente, o governo dá a exata medida do temor que se encerra em seu coração



MARICE CORRÊA DE LIMA é escoltada por policial. Ela fez exames no Instituto Médico Legal (IML) ao ser presa

OPERAÇÃO LAVA A JATO

Cunhada de Vaccari se entrega à Federal

Marice Corrêa de Lima estava foragida no Panamá. Ela é suspeita de ser destinatária de dinheiro do esquema de corrupção

CURITIBA

Marice Corrêa de Lima, cunhada do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, madras pelo advogado dela, Cláudio Pimentel. Na última quarta-feira, após ser preso, Vaccari disse que Marice poderia estar no Panamá ou na Costa Rica.

Até o início de quinta-feira, a PF considerava Marice foragida da Justiça. Assim que soube da prisão, Marice, que estava viajando há cerca de duas semanas, teria providenciado seu retorno ao Brasil, contou o advogado. Pimentel disse que não conhece pessoalmente a cliente e que foi contratado pela família há dois dias.

De acordo com a polícia, a cunhada de Vaccari deve depor na próxima segunda-feira.

Contra Marice, pesam suspeitas que, para o juiz Sérgio Moro, justificam sua detenção temporária por cinco dias.

De acordo com as investigações do Ministério Público Federal (MPF), ela é suspeita de ser destinatária do dinheiro do esquema de corrupção. Ela teria adquirido um apartamento por R\$ 200 mil e o vendido para a empresa OAS, também suspeita de participar do es-

Publicação simultânea com a Folha de São Paulo

ANEXO O – REPORTAGEM SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO E ARTIGO DE SAMUEL PESSOA EM “A TRIBUNA” DE 19/04/2015

VITÓRIA, ES, DOMINGO, 19 DE ABRIL DE 2015 **TRIBUNA 43**

Política

PRESIDENTES DE PARTIDOS

PMDB é o que mais recebeu dinheiro

Otra vantagem de ser presidente de partido é o fato de poder comandar os recursos do Fundo Partidário. Criado na Constituição de 1988, o fundo é uma forma de financiamento público às agremiações.

Durante o ano de 2013, no Espírito Santo, os partidos movimentaram R\$ 1.912.675,96. E o PMDB foi a legenda que recebeu a maior verba: R\$ 695.323,46. Logo atrás do PMDB vem o PSB, que recebeu R\$ 389.436,34 e o PSD B, com 369.581,84.

O balanço de 2014 ainda será divulgado, uma vez que os partidos têm até o dia 30 deste mês para realizar a prestação de contas. DEM, PMDB, PSD B, PSB, PSD e PT foram as siglas que receberam verba do Fundo Partidário em 2013.

Segundo o advogado eleitoral Marcellus Ferreira Pinto, para receber o dinheiro do fundo, o partido precisa estar com a prestação de contas em dia.

“O artigo 27 da Lei nº 9.096/95 diz que a falta de prestação de contas ou sua descumprimento total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e faz com que os responsáveis fiquem sujeitos às penas da lei”.

Marcellus explica como são feitos os balanços financeiros. “Os diretórios nacionais prestam contas para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os diretórios estaduais prestam contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), e os diretórios municipais fazem a prestação ao Cartório Eleitoral da região. É dado um prazo que, no caso das contas de 2014, termina neste mês”, afirma o advogado.

E os recursos do Fundo Partidário não podem ser aplicados em qualquer tipo de despesa, ou seja, devem ser utilizados exclusivamente para o custeio (pagamento de água, luz, telefone).

OS NÚMEROS

R\$ 1,9 milhão foi movimentado em 2013 pelos partidos no Estado

Dia 30 é o prazo final para prestação de conta

MARCELLUS diz que partido precisa ter as contas em dia para receber verba

FUNDO PARTIDÁRIO

O que é?
É um financiamento público que foi criado na Constituição de 1988 e é regido pelas leis 9.096/95, 11.459/07 e pela Resolução TSE nº 21.975/04.

De onde vem o dinheiro?
Os valores são provenientes de dotações orçamentárias da União, multas eleitorais, penalidades, doações particulares e outras receitas atribuídas por lei.

Como é usado?
Os recursos não podem ser empregados em qualquer tipo de despesa, ou seja, devem ser utilizados exclusivamente para o custeio das atividades do partido.

Quem não recebeu?
Partidos sem representação na Câmara Federal ou que não estejam com as contas em dia: PSD, PODEB, PGO, PDT, PEN, PHS, PMN, PP, PPL, PPS, PR, PRB, Pros, PRP, PRPB, PSC, PSL, Psol, PSTU, PTB, PTC, PTdoB, PTN, PV e Solidariedade.

FUNDO PARTIDÁRIO DE 2013

PARTIDO	VALOR RECEBIDO
DEM	R\$ 109.000,00
PMDB	R\$ 695.323,46
PSB	R\$ 389.436,34
PSD	R\$ 180.000,00
PSDE	R\$ 369.581,84
PT	R\$ 180.234,32
Total	R\$ 1.912.675,96

38 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, DOMINGO, 19 DE ABRIL DE 2015

Economia

COMO DECLARAR O IR

Investidor em ações e imobiliária na cidade

Financiamento de carro do casal

Se o marido ou a esposa não quiser pagar a parcela do financiamento de um carro, como fazer a declaração? “Se a declaração é feita em nome dele, o bem deve ser declarado pelo marido na ficha ‘Bens e Direitos’, em que deve-se registrar a formação do veículo anterior. No caso de ‘discriminação’, além dos dados do veículo, informe para quem foi vendido.”

Restituição liberada
O contribuinte da renda que não tenha declarado em seu IR, no período do ano, o aumento de patrimônio, não precisa declarar. Porém, se o aumento ocorrer em 2014, em 15 de agosto, 4º bimestre, em 2015, em 15 de novembro, 7º bimestre, em 2016, em 15 de fevereiro, 2º bimestre, em 2017, em 15 de maio, 4º bimestre, em 2018, em 15 de agosto, 6º bimestre, em 2019, em 15 de novembro, 8º bimestre, em 2020, em 15 de fevereiro, 10º bimestre, em 2021, em 15 de maio, 12º bimestre, em 2022, em 15 de agosto, 14º bimestre, em 2023, em 15 de novembro, 16º bimestre, em 2024, em 15 de fevereiro, 18º bimestre, em 2025, em 15 de maio, 20º bimestre, em 2026, em 15 de agosto, 22º bimestre, em 2027, em 15 de novembro, 24º bimestre, em 2028, em 15 de fevereiro, 26º bimestre, em 2029, em 15 de maio, 28º bimestre, em 2030, em 15 de agosto, 30º bimestre, em 2031, em 15 de novembro, 32º bimestre, em 2032, em 15 de fevereiro, 34º bimestre, em 2033, em 15 de maio, 36º bimestre, em 2034, em 15 de agosto, 38º bimestre, em 2035, em 15 de novembro, 40º bimestre, em 2036, em 15 de fevereiro, 42º bimestre, em 2037, em 15 de maio, 44º bimestre, em 2038, em 15 de agosto, 46º bimestre, em 2039, em 15 de novembro, 48º bimestre, em 2040, em 15 de fevereiro, 50º bimestre, em 2041, em 15 de maio, 52º bimestre, em 2042, em 15 de agosto, 54º bimestre, em 2043, em 15 de novembro, 56º bimestre, em 2044, em 15 de fevereiro, 58º bimestre, em 2045, em 15 de maio, 60º bimestre, em 2046, em 15 de agosto, 62º bimestre, em 2047, em 15 de novembro, 64º bimestre, em 2048, em 15 de fevereiro, 66º bimestre, em 2049, em 15 de maio, 68º bimestre, em 2050, em 15 de agosto, 70º bimestre, em 2051, em 15 de novembro, 72º bimestre, em 2052, em 15 de fevereiro, 74º bimestre, em 2053, em 15 de maio, 76º bimestre, em 2054, em 15 de agosto, 78º bimestre, em 2055, em 15 de novembro, 80º bimestre, em 2056, em 15 de fevereiro, 82º bimestre, em 2057, em 15 de maio, 84º bimestre, em 2058, em 15 de agosto, 86º bimestre, em 2059, em 15 de novembro, 88º bimestre, em 2060, em 15 de fevereiro, 90º bimestre, em 2061, em 15 de maio, 92º bimestre, em 2062, em 15 de agosto, 94º bimestre, em 2063, em 15 de novembro, 96º bimestre, em 2064, em 15 de fevereiro, 98º bimestre, em 2065, em 15 de maio, 100º bimestre, em 2066, em 15 de agosto, 102º bimestre, em 2067, em 15 de novembro, 104º bimestre, em 2068, em 15 de fevereiro, 106º bimestre, em 2069, em 15 de maio, 108º bimestre, em 2070, em 15 de agosto, 110º bimestre, em 2071, em 15 de novembro, 112º bimestre, em 2072, em 15 de fevereiro, 114º bimestre, em 2073, em 15 de maio, 116º bimestre, em 2074, em 15 de agosto, 118º bimestre, em 2075, em 15 de novembro, 120º bimestre, em 2076, em 15 de fevereiro, 122º bimestre, em 2077, em 15 de maio, 124º bimestre, em 2078, em 15 de agosto, 126º bimestre, em 2079, em 15 de novembro, 128º bimestre, em 2080, em 15 de fevereiro, 130º bimestre, em 2081, em 15 de maio, 132º bimestre, em 2082, em 15 de agosto, 134º bimestre, em 2083, em 15 de novembro, 136º bimestre, em 2084, em 15 de fevereiro, 138º bimestre, em 2085, em 15 de maio, 140º bimestre, em 2086, em 15 de agosto, 142º bimestre, em 2087, em 15 de novembro, 144º bimestre, em 2088, em 15 de fevereiro, 146º bimestre, em 2089, em 15 de maio, 148º bimestre, em 2090, em 15 de agosto, 150º bimestre, em 2091, em 15 de novembro, 152º bimestre, em 2092, em 15 de fevereiro, 154º bimestre, em 2093, em 15 de maio, 156º bimestre, em 2094, em 15 de agosto, 158º bimestre, em 2095, em 15 de novembro, 160º bimestre, em 2096, em 15 de fevereiro, 162º bimestre, em 2097, em 15 de maio, 164º bimestre, em 2098, em 15 de agosto, 166º bimestre, em 2099, em 15 de novembro, 168º bimestre, em 2100, em 15 de fevereiro, 170º bimestre, em 2101, em 15 de maio, 172º bimestre, em 2102, em 15 de agosto, 174º bimestre, em 2103, em 15 de novembro, 176º bimestre, em 2104, em 15 de fevereiro, 178º bimestre, em 2105, em 15 de maio, 180º bimestre, em 2106, em 15 de agosto, 182º bimestre, em 2107, em 15 de novembro, 184º bimestre, em 2108, em 15 de fevereiro, 186º bimestre, em 2109, em 15 de maio, 188º bimestre, em 2110, em 15 de agosto, 190º bimestre, em 2111, em 15 de novembro, 192º bimestre, em 2112, em 15 de fevereiro, 194º bimestre, em 2113, em 15 de maio, 196º bimestre, em 2114, em 15 de agosto, 198º bimestre, em 2115, em 15 de novembro, 200º bimestre, em 2116, em 15 de fevereiro, 202º bimestre, em 2117, em 15 de maio, 204º bimestre, em 2118, em 15 de agosto, 206º bimestre, em 2119, em 15 de novembro, 208º bimestre, em 2120, em 15 de fevereiro, 210º bimestre, em 2121, em 15 de maio, 212º bimestre, em 2122, em 15 de agosto, 214º bimestre, em 2123, em 15 de novembro, 216º bimestre, em 2124, em 15 de fevereiro, 218º bimestre, em 2125, em 15 de maio, 220º bimestre, em 2126, em 15 de agosto, 222º bimestre, em 2127, em 15 de novembro, 224º bimestre, em 2128, em 15 de fevereiro, 226º bimestre, em 2129, em 15 de maio, 228º bimestre, em 2130, em 15 de agosto, 230º bimestre, em 2131, em 15 de novembro, 232º bimestre, em 2132, em 15 de fevereiro, 234º bimestre, em 2133, em 15 de maio, 236º bimestre, em 2134, em 15 de agosto, 238º bimestre, em 2135, em 15 de novembro, 240º bimestre, em 2136, em 15 de fevereiro, 242º bimestre, em 2137, em 15 de maio, 244º bimestre, em 2138, em 15 de agosto, 246º bimestre, em 2139, em 15 de novembro, 248º bimestre, em 2140, em 15 de fevereiro, 250º bimestre, em 2141, em 15 de maio, 252º bimestre, em 2142, em 15 de agosto, 254º bimestre, em 2143, em 15 de novembro, 256º bimestre, em 2144, em 15 de fevereiro, 258º bimestre, em 2145, em 15 de maio, 260º bimestre, em 2146, em 15 de agosto, 262º bimestre, em 2147, em 15 de novembro, 264º bimestre, em 2148, em 15 de fevereiro, 266º bimestre, em 2149, em 15 de maio, 268º bimestre, em 2150, em 15 de agosto, 270º bimestre, em 2151, em 15 de novembro, 272º bimestre, em 2152, em 15 de fevereiro, 274º bimestre, em 2153, em 15 de maio, 276º bimestre, em 2154, em 15 de agosto, 278º bimestre, em 2155, em 15 de novembro, 280º bimestre, em 2156, em 15 de fevereiro, 282º bimestre, em 2157, em 15 de maio, 284º bimestre, em 2158, em 15 de agosto, 286º bimestre, em 2159, em 15 de novembro, 288º bimestre, em 2160, em 15 de fevereiro, 290º bimestre, em 2161, em 15 de maio, 292º bimestre, em 2162, em 15 de agosto, 294º bimestre, em 2163, em 15 de novembro, 296º bimestre, em 2164, em 15 de fevereiro, 298º bimestre, em 2165, em 15 de maio, 300º bimestre, em 2166, em 15 de agosto, 302º bimestre, em 2167, em 15 de novembro, 304º bimestre, em 2168, em 15 de fevereiro, 306º bimestre, em 2169, em 15 de maio, 308º bimestre, em 2170, em 15 de agosto, 310º bimestre, em 2171, em 15 de novembro, 312º bimestre, em 2172, em 15 de fevereiro, 314º bimestre, em 2173, em 15 de maio, 316º bimestre, em 2174, em 15 de agosto, 318º bimestre, em 2175, em 15 de novembro, 320º bimestre, em 2176, em 15 de fevereiro, 322º bimestre, em 2177, em 15 de maio, 324º bimestre, em 2178, em 15 de agosto, 326º bimestre, em 2179, em 15 de novembro, 328º bimestre, em 2180, em 15 de fevereiro, 330º bimestre, em 2181, em 15 de maio, 332º bimestre, em 2182, em 15 de agosto, 334º bimestre, em 2183, em 15 de novembro, 336º bimestre, em 2184, em 15 de fevereiro, 338º bimestre, em 2185, em 15 de maio, 340º bimestre, em 2186, em 15 de agosto, 342º bimestre, em 2187, em 15 de novembro, 344º bimestre, em 2188, em 15 de fevereiro, 346º bimestre, em 2189, em 15 de maio, 348º bimestre, em 2190, em 15 de agosto, 350º bimestre, em 2191, em 15 de novembro, 352º bimestre, em 2192, em 15 de fevereiro, 354º bimestre, em 2193, em 15 de maio, 356º bimestre, em 2194, em 15 de agosto, 358º bimestre, em 2195, em 15 de novembro, 360º bimestre, em 2196, em 15 de fevereiro, 362º bimestre, em 2197, em 15 de maio, 364º bimestre, em 2198, em 15 de agosto, 366º bimestre, em 2199, em 15 de novembro, 368º bimestre, em 2200, em 15 de fevereiro, 370º bimestre, em 2201, em 15 de maio, 372º bimestre, em 2202, em 15 de agosto, 374º bimestre, em 2203, em 15 de novembro, 376º bimestre, em 2204, em 15 de fevereiro, 378º bimestre, em 2205, em 15 de maio, 380º bimestre, em 2206, em 15 de agosto, 382º bimestre, em 2207, em 15 de novembro, 384º bimestre, em 2208, em 15 de fevereiro, 386º bimestre, em 2209, em 15 de maio, 388º bimestre, em 2210, em 15 de agosto, 390º bimestre, em 2211, em 15 de novembro, 392º bimestre, em 2212, em 15 de fevereiro, 394º bimestre, em 2213, em 15 de maio, 396º bimestre, em 2214, em 15 de agosto, 398º bimestre, em 2215, em 15 de novembro, 400º bimestre, em 2216, em 15 de fevereiro, 402º bimestre, em 2217, em 15 de maio, 404º bimestre, em 2218, em 15 de agosto, 406º bimestre, em 2219, em 15 de novembro, 408º bimestre, em 2220, em 15 de fevereiro, 410º bimestre, em 2221, em 15 de maio, 412º bimestre, em 2222, em 15 de agosto, 414º bimestre, em 2223, em 15 de novembro, 416º bimestre, em 2224, em 15 de fevereiro, 418º bimestre, em 2225, em 15 de maio, 420º bimestre, em 2226, em 15 de agosto, 422º bimestre, em 2227, em 15 de novembro, 424º bimestre, em 2228, em 15 de fevereiro, 426º bimestre, em 2229, em 15 de maio, 428º bimestre, em 2230, em 15 de agosto, 430º bimestre, em 2231, em 15 de novembro, 432º bimestre, em 2232, em 15 de fevereiro, 434º bimestre, em 2233, em 15 de maio, 436º bimestre, em 2234, em 15 de agosto, 438º bimestre, em 2235, em 15 de novembro, 440º bimestre, em 2236, em 15 de fevereiro, 442º bimestre, em 2237, em 15 de maio, 444º bimestre, em 2238, em 15 de agosto, 446º bimestre, em 2239, em 15 de novembro, 448º bimestre, em 2240, em 15 de fevereiro, 450º bimestre, em 2241, em 15 de maio, 452º bimestre, em 2242, em 15 de agosto, 454º bimestre, em 2243, em 15 de novembro, 456º bimestre, em 2244, em 15 de fevereiro, 458º bimestre, em 2245, em 15 de maio, 460º bimestre, em 2246, em 15 de agosto, 462º bimestre, em 2247, em 15 de novembro, 464º bimestre, em 2248, em 15 de fevereiro, 466º bimestre, em 2249, em 15 de maio, 468º bimestre, em 2250, em 15 de agosto, 470º bimestre, em 2251, em 15 de novembro, 472º bimestre, em 2252, em 15 de fevereiro, 474º bimestre, em 2253, em 15 de maio, 476º bimestre, em 2254, em 15 de agosto, 478º bimestre, em 2255, em 15 de novembro, 480º bimestre, em 2256, em 15 de fevereiro, 482º bimestre, em 2257, em 15 de maio, 484º bimestre, em 2258, em 15 de agosto, 486º bimestre, em 2259, em 15 de novembro, 488º bimestre, em 2260, em 15 de fevereiro, 490º bimestre, em 2261, em 15 de maio, 492º bimestre, em 2262, em 15 de agosto, 494º bimestre, em 2263, em 15 de novembro, 496º bimestre, em 2264, em 15 de fevereiro, 498º bimestre, em 2265, em 15 de maio, 500º bimestre, em 2266, em 15 de agosto, 502º bimestre, em 2267, em 15 de novembro, 504º bimestre, em 2268, em 15 de fevereiro, 506º bimestre, em 2269, em 15 de maio, 508º bimestre, em 2270, em 15 de agosto, 510º bimestre, em 2271, em 15 de novembro, 512º bimestre, em 2272, em 15 de fevereiro, 514º bimestre, em 2273, em 15 de maio, 516º bimestre, em 2274, em 15 de agosto, 518º bimestre, em 2275, em 15 de novembro, 520º bimestre, em 2276, em 15 de fevereiro, 522º bimestre, em 2277, em 15 de maio, 524º bimestre, em 2278, em 15 de agosto, 526º bimestre, em 2279, em 15 de novembro, 528º bimestre, em 2280, em 15 de fevereiro, 530º bimestre, em 2281, em 15 de maio, 532º bimestre, em 2282, em 15 de agosto, 534º bimestre, em 2283, em 15 de novembro, 536º bimestre, em 2284, em 15 de fevereiro, 538º bimestre, em 2285, em 15 de maio, 540º bimestre, em 2286, em 15 de agosto, 542º bimestre, em 2287, em 15 de novembro, 544º bimestre, em 2288, em 15 de fevereiro, 546º bimestre, em 2289, em 15 de maio, 548º bimestre, em 2290, em 15 de agosto, 550º bimestre, em 2291, em 15 de novembro, 552º bimestre, em 2292, em 15 de fevereiro, 554º bimestre, em 2293, em 15 de maio, 556º bimestre, em 2294, em 15 de agosto, 558º bimestre, em 2295, em 15 de novembro, 560º bimestre, em 2296, em 15 de fevereiro, 562º bimestre, em 2297, em 15 de maio, 564º bimestre, em 2298, em 15 de agosto, 566º bimestre, em 2299, em 15 de novembro, 568º bimestre, em 2300, em 15 de fevereiro, 570º bimestre, em 2301, em 15 de maio, 572º bimestre, em 2302, em 15 de agosto, 574º bimestre, em 2303, em 15 de novembro, 576º bimestre, em 2304, em 15 de fevereiro, 578º bimestre, em 2305, em 15 de maio, 580º bimestre, em 2306, em 15 de agosto, 582º bimestre, em 2307, em 15 de novembro, 584º bimestre, em 2308, em 15 de fevereiro, 586º bimestre, em 2309, em 15 de maio, 588º bimestre, em 2310, em 15 de agosto, 590º bimestre, em 2311, em 15 de novembro, 592º bimestre, em 2312, em 15 de fevereiro, 594º bimestre, em 2313, em 15 de maio, 596º bimestre, em 2314, em 15 de agosto, 598º bimestre, em 2315, em 15 de novembro, 600º bimestre, em 2316, em 15 de fevereiro, 602º bimestre, em 2317, em 15 de maio, 604º bimestre, em 2318, em 15 de agosto, 606º bimestre, em 2319, em 15 de novembro, 608º bimestre, em 2320, em 15 de fevereiro, 610º bimestre, em 2321, em 15 de maio, 612º bimestre, em 2322, em 15 de agosto, 614º bimestre, em 2323, em 15 de novembro, 616º bimestre, em 2324, em 15 de fevereiro, 618º bimestre, em 2325, em 15 de maio, 620º bimestre, em 2326, em 15 de agosto, 622º bimestre, em 2327, em 15 de novembro, 624º bimestre, em 2328, em 15 de fevereiro, 626º bimestre, em 2329, em 15 de maio, 628º bimestre, em 2330, em 15 de agosto, 630º bimestre, em 2331, em 15 de novembro, 632º bimestre, em 2332, em 15 de fevereiro, 634º bimestre, em 2333, em 15 de maio, 636º bimestre, em 2334, em 15 de agosto, 638º bimestre, em 2335, em 15 de novembro, 640º bimestre, em 2336, em 15 de fevereiro, 642º bimestre, em 2337, em 15 de maio, 644º bimestre, em 2338, em 15 de agosto, 646º bimestre, em 2339, em 15 de novembro, 648º bimestre, em 2340, em 15 de fevereiro, 650º bimestre, em 2341, em 15 de maio, 652º bimestre, em 2342, em 15 de agosto, 654º bimestre, em 2343, em 15 de novembro, 656º bimestre, em 2344, em 15 de fevereiro, 658º bimestre, em 2345, em 15 de maio, 660º bimestre, em 2346, em 15 de agosto, 662º bimestre, em 2347, em 15 de novembro, 664º bimestre, em 2348, em 15 de fevereiro, 666º bimestre, em 2349, em 15 de maio, 668º bimestre, em 2350, em 15 de agosto, 670º bimestre, em 2351, em 15 de novembro, 672º bimestre, em 2352, em 15 de fevereiro, 674º bimestre, em 2353, em 15 de maio, 676º bimestre, em 2354, em 15 de agosto, 678º bimestre, em 2355, em 15 de novembro, 680º bimestre, em 2356, em 15 de fevereiro, 682º bimestre, em 2357, em 15 de maio, 684º bimestre, em 2358, em 15 de agosto, 686º bimestre, em 2359, em 15 de novembro, 688º bimestre, em 2360, em 15 de fevereiro, 690º bimestre, em 2361, em 15 de maio, 692º bimestre, em 2362, em 15 de agosto, 694º bimestre, em 2363, em 15 de novembro, 696º bimestre, em 2364, em 15 de fevereiro, 698º bimestre, em 2365, em 15 de maio, 700º bimestre, em 2366, em 15 de agosto, 702º bimestre, em 2367, em 15 de novembro, 704º bimestre, em 2368, em 15 de fevereiro, 706º bimestre, em 2369, em 15 de maio, 708º bimestre, em 2370, em 15 de agosto, 710º bimestre, em 2371, em 15 de novembro, 712º bimestre, em 2372, em 15 de fevereiro, 714º bimestre, em 2373, em 15 de maio, 716º bimestre, em 2374, em 15 de agosto, 718º bimestre, em 2375, em 15 de novembro, 720º bimestre, em 2376, em 15 de fevereiro, 722º bimestre, em 2377, em 15 de maio, 724º bimestre, em 2378, em 15 de agosto, 726º bimestre, em 2379, em 15 de novembro, 728º bimestre, em 2380, em 15 de fevereiro, 730º bimestre, em 2381, em 15 de maio, 732º bimestre, em 2382, em 15 de agosto, 734º bimestre, em 2383, em 15 de novembro, 736º bimestre, em 2384, em 15 de fevereiro, 738º bimestre, em 2385, em 15 de maio, 740º bimestre, em 2386, em 15 de agosto, 742º bimestre, em 2387, em 15 de novembro, 744º bimestre, em 2388, em 15 de fevereiro, 746º bimestre, em 2389, em 15 de maio, 748º bimestre, em 2390, em 15 de agosto, 750º bimestre, em 2391, em 15 de novembro, 752º bimestre, em 2392, em 15 de fevereiro, 754º bimestre, em 2393, em 15 de maio, 756º bimestre, em 2394, em 15 de agosto, 758º bimestre, em 2395, em 15 de novembro, 760º bimestre, em 2396, em 15 de fevereiro, 762º bimestre, em 2397, em 15 de maio, 764º bimestre, em 2398, em 15 de agosto, 766º bimestre, em 2399, em 15 de novembro, 768º bimestre, em 2400, em 15 de fevereiro, 770º bimestre, em 2401, em 15 de maio, 772º bimestre, em 2402, em 15 de agosto, 774º bimestre, em 2403, em 15 de novembro, 776º bimestre, em 2404, em 15 de fevereiro, 778º bimestre, em 2405, em 15 de maio, 780º bimestre, em 2406, em 15 de agosto, 782º bimestre, em 2407, em 15 de novembro, 784º bimestre, em 2408, em 15 de fevereiro, 786º bimestre, em 2409, em 15 de maio, 788º bimestre, em 2410, em 15 de agosto, 790º bimestre, em 2411, em 15 de novembro, 792º bimestre, em 2412, em 15 de fevereiro, 794º bimestre, em 2413, em 15 de maio, 796º bimestre, em 2414, em 15 de agosto, 798º bimestre, em 2415, em 15 de novembro, 800º bimestre, em 2416, em 15 de fevereiro, 802º bimestre, em 2417, em 15 de maio, 804º bimestre, em 2418, em 15 de agosto, 806º bimestre, em 2419, em 15 de novembro, 808º bimestre, em 2420, em 15 de fevereiro, 810º bimestre, em 2421, em 15 de maio, 812º bimestre, em 2422, em 15 de agosto, 814º bimestre, em 2423, em 15 de novembro, 816º bimestre, em 2424, em 15 de fevereiro, 818º bimestre, em 2425, em 15 de maio, 820º bimestre, em 2426, em 15 de agosto, 822º bimestre, em 2427, em 15 de novembro, 824º bimestre, em 2428, em 15 de fevereiro, 826º bimestre, em 2429, em 15 de maio, 828º bimestre, em 2430, em 15 de agosto, 830º bimestre, em 2431, em 15 de novembro, 832º bimestre, em 2432, em 15 de fevereiro, 834º bimestre, em 2433, em 15 de maio, 836º bimestre, em 2434, em 15 de agosto, 838º bimestre, em 2435, em 15 de novembro, 840º bimestre, em 2436, em 15 de fevereiro, 842º bimestre, em 2437, em 15 de maio, 844º bimestre, em 2438, em 15 de agosto, 846º bimestre, em 2439, em 15 de novembro, 848º bimestre, em 2440, em 15 de fevereiro, 850º bimestre, em 2441, em 15 de maio, 852º bimestre, em 2442, em 15 de agosto, 854º bimestre, em 2443, em 15 de novembro, 856º bimestre, em 2444, em 15 de fevereiro, 858º bimestre, em 2445, em 15 de maio, 860º bimestre, em 2446, em 15 de agosto, 862º bimestre, em 2447, em 15 de novembro, 864º bimestre, em 2448, em 15 de fevereiro, 866º bimestre, em 2449, em 15 de maio, 868º bimestre, em 2450, em 15 de agosto, 870º bimestre, em 2451, em 15 de novembro, 872º bimestre, em 2452, em 15 de fevereiro, 874º bimestre, em 2453, em 15 de maio, 876º bimestre, em 2454, em 15 de agosto, 878º bimestre, em 2455, em 15 de novembro, 880º bimestre, em 2456, em 15 de fevereiro, 882º bimestre, em 2457, em 15 de maio, 884º bimestre, em 2458, em 15 de agosto, 886º bimestre, em 2459, em 15 de novembro, 888º bimestre, em 2460, em 15 de fevereiro, 890º bimestre, em 2461, em 15 de maio, 892º bimestre, em 2462, em 15 de agosto, 894º bimestre, em 2463, em 15 de novembro, 896º bimestre, em 2464, em 15 de fevereiro, 898º bimestre, em 2465, em 15 de maio, 900º bimestre, em 2466, em 15 de agosto, 902º bimestre, em 2467, em 15 de novembro, 904º bimestre, em 2468, em 15 de fevereiro, 906º bimestre, em 2469, em 15 de maio, 908º bimestre, em 2470, em 15 de agosto, 910º bimestre, em 2471, em 15 de novembro, 912º bimestre, em 2472, em 15 de fevereiro, 914º bimestre, em 2473, em 15 de maio, 916º bimestre, em 2474, em 15 de agosto, 918º bimestre, em 2475, em 15 de novembro, 920º bimestre, em 2476, em 15 de fevereiro, 922º bimestre, em 2477, em 15 de maio, 924º bimestre, em 2478, em 15 de agosto, 926º bimestre, em 2479, em 15 de novembro, 928º bimestre, em 2480, em 15 de fevereiro, 930º bimestre, em 2481, em 15 de maio, 932º bimestre, em 2482, em 15

